



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES

**VIAGEM AO CENTRO DE UMA AUSÊNCIA: da aliança entre política e  
estética em Bernardo Kucinski**

RECIFE

2025

JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES

**VIAGEM AO CENTRO DE UMA AUSÊNCIA: da aliança entre política e  
estética em Bernardo Kucinski**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Doutora em Letras. Área de concentração: Teoria da Literatura.

Orientadora: Imara Bemfica Mineiro

RECIFE

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Menezes, Jessica Sabrina de Oliveira.

Viagem ao centro de uma ausência: da aliança entre política e estética em Bernardo Kucinski / Jessica Sabrina de Oliveira Menezes. - Recife, 2025.

213 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2025.

Orientação: Imara Bemfica Mineiro.

Inclui referências.

1. Bernardo Kucinski; 2. K.: relato de uma busca; 3. Os visitantes; 4. Testemunho; 5. Política; 6. Estética. I. Mineiro, Imara Bemfica. II. Título.

UFPE-Biblioteca Central

JESSICA SABRINA DE OLIVEIRA MENEZES

**VIAGEM AO CENTRO DE UMA AUSÊNCIA: da aliança entre política e  
estética em Bernardo Kucinski**

Defesa apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Teoria da Literatura.

Aprovada em: 27 de fevereiro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Dra. IMARA BEMFICA MINEIRO (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professor Dr. RICARDO POSTAL (Examinador interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Professor Dr. ANDRÉ FILIPE PESSÔA (Examinador externo)  
Instituto Federal de Pernambuco

---

Professor Dr. CARLOS MAGNO GOMES (Examinador externo)  
Universidade Federal de Sergipe

---

Professora Dra. MARIA SUELY DE OLIVEIRA LOPES (Examinadora externa)  
Universidade Estadual do Piauí

## AGRADECIMENTOS

A Diva, meu amor, pelo estímulo constante e por ser abrigo em todos os momentos, sobretudo nos de maior turbulência.

A Maya, meu amor “pequeninho”, por me permitir a experiência de entrega que só a maternidade é capaz de promover.

Aos meus pais, Edjane e Geraldo, pela dedicação e pelo incentivo.

A Aline e a Suzana, por me ajudarem a destinar à pesquisa o tempo que esta me exigia.

À equipe do Berçário e Hotelzinho Infantil Pequeno Astronauta, por cuidar de Maya com carinho e dedicação, a fim de que eu pudesse me dedicar à pesquisa.

Aos amigos e familiares, pela torcida e por compreenderem minha ausência em todos os momentos em que eu disse: “não posso, estou estudando”.

Às amigas que acolheram a mim e a Diva, em especial no início da aventura de maternar e cursar pós-graduações em simultâneo, especialmente a Joanna e a Camila.

A Alex e a Thayse, pela disponibilidade, pelo carinho e por me auxiliarem com a versão do resumo em Língua Inglesa.

Aos colegas do IFPE que viabilizaram meu afastamento para estudo, em especial a Matheus, Marcelino, Luciana e Elizabeth; bem com a Tâmara, por conduzir a DGPE de maneira humanizada, o que foi imprescindível para que eu pudesse concluir essa jornada acadêmica com a dedicação necessária.

A Rayssa e a Vitor Hugo, por cuidarem da minha saúde num momento em que convergiram tantas travessias.

A pessoas desconhecidas que foram absolutamente gentis e solícitas quando as busquei, solicitando materiais ou informações, tais como Valéria de Marco, Ana Castro, Regina Dalcastanè, Grazielle Frederico e Jonas Kucinski.

Aos integrantes da banca, pelo aceite e pelas contribuições para tornar melhor o resultado dessa pesquisa.

A Karine, por sua atuação delicada e respeitosa como orientadora, ao trilhar comigo a primeira parte desse percurso de estudo e escrita.

A Imara, por me acolher como orientanda quando precisei e por conjugar, de modo ímpar, gentileza e competência, o que a torna não apenas um exemplo de profissional, mas de ser humano.

A Dilma Rousseff, pela coragem para instituir a Comissão Nacional da Verdade.

O passado tem vida, não morre. O passado não fica quieto no passado, invade o presente a qualquer hora. O passado hoje invade o mundo com o neonazismo, as ditaduras disfarçadas de democracia, as guerras, a extrema direita feito hiena sempre pronta para o ataque. A Ditadura que completa 60 anos, ceifou uma geração de jovens com sonhos de mudar o mundo. As palavras que ricocheteavam aqui e ali eram Tortura, Morte, Medo, Clandestinidade, Censura. Não podemos esquecer o que não pode ser esquecido. O governo anterior exaltou a Ditadura e seus Torturadores, seus Torquemadas. Que aqueles que não viveram o tempo do horror, saibam que existiu. É PROIBIDO ESQUECER. (Murray, 2024)

O medo silenciou muitos, tornou inaudível a voz de outros tantos, destruiu argumentos, desordenou ideias, maculou de vergonha o pensamento. Foi o medo que criou códigos, que transformou a escrita, estabeleceu novas regras sobre o que devia ser dito e como devia ser dito. Mas o medo não foi o único legado às novas gerações; como herança àqueles que ainda não estavam lá restou uma incrível, uma inesgotável capacidade de resistência diante dos que apostavam no acovardamento das ideias, na mediocrização da arte. (Dalcastagnè, 1996, p. 43-44)

## RESUMO

A presente pesquisa analisa dois romances de Bernardo Kucinski, *K.: relato de uma busca* (2016 [2011]) e *Os visitantes* (2016), a fim de refletir sobre o modo como estes entrelaçam política e estética, ao tematizar a ditadura civil-militar brasileira. Este estudo considera a condição testemunhal que as obras experimentam acerca do período em questão e se aprofunda ao permitir pensar acerca da permeabilidade entre campos do conhecimento – como História e Literatura – e gêneros tomados como divergentes, situados em continentes de escrita isolados, devidamente demarcados como não-ficcionais e ficcionais – tais como diário, carta e ata, por exemplo, em oposição ao romance –, em renúncia a uma perspectiva epistêmica pautada na incompatibilidade entre fato e ficção (Benjamin, 2020; Costa Lima, 2018, 1980; Jablonka, 2020, 2017; Lejeune, 2008). Para isso, refletimos a respeito das diferentes compreensões acerca do campo da historiografia (Reis, 1996) e de sua relação com a escrita literária, em especial a romanesca (Rancière, 2021, 2016, 2005), bem como da contribuição do texto literário para a construção de uma contra-memória não oficial acerca da ditadura civil-militar brasileira (Assmann, 2011; Jelin, 2002). Dessa forma, pensamos as narrativas em questão para além da noção de escrita do trauma sustentada pela necessidade pessoal de testemunhar e pelo compromisso com as “vítimas por excelência”, isto é, aquelas que não sobreviveram para narrar. No que diz respeito ao teor testemunhal presente nos romances em estudo, portanto, dedicamo-nos a pensar o entrecruzamento entre política e estética traduzido no compromisso que estes estabelecem com o exercício de disputa acerca dos sentidos do passado, bem como da interpretação do presente e da consequente fabricação do futuro.

**Palavras-chave:** Bernardo Kucinski. *K.: relato de uma busca*. *Os visitantes*. Testemunho. Política. Estética.

## RESUMEN

La presente pesquisa analiza dos novelas de Bernardo Kucinski, *Las tres muertes de K* (2013) y *Os visitantes* (2016), con el fin de reflexionar sobre la forma en que entrelazan política y estética, al tematizar la dictadura cívico-militar brasileña. Este estudio considera la condición testimonial de las obras respecto del período en cuestión y profundiza su análisis al permitir pensar acerca de la permeabilidad entre campos de conocimiento – como la Historia y la Literatura – y géneros considerados divergentes, ubicados en continentes de escritura aislados, adecuadamente demarcados como no ficticios y ficticios – como el diario, la carta y la acta, por ejemplo, frente a la novela – en renuncia a una perspectiva epistémica basada en la incompatibilidad entre hecho e ficción (Benjamin, 2020; Costa Lima, 2018, 1980; Jablonka, 2020, 2017; Lejeune, 2008). Para alcanzar ese objetivo, reflexionamos acerca de las diferentes comprensiones respecto al campo de la historiografía (Reis, 1996) y su relación con la escritura literaria, especialmente la novelesca (Rancière, 2021, 2016, 2005), así como la contribución del texto literario a la construcción de una contramemoria no oficial sobre la dictadura cívico-militar brasileña (Assmann, 2011; Jelin, 2002). De esta manera, analizamos las narrativas en cuestión no solamente desde la noción de escritura traumática sostenida por la necesidad personal de testimoniar y por el compromiso del testigo con las “víctimas por excelencia”, es decir, aquellas que no sobrevivieron para narrar. Respecto al contenido testimonial presente en las novelas objeto de ese estudio, por lo tanto, nos dedicamos a pensar la intersección entre política y estética traducida en el compromiso que establecen con el ejercicio de disputa sobre los significados del pasado, así como de interpretación del presente y de la consecuente fabricación del futuro.

**Palabras clave:** Bernardo Kucinski. *Las tres muertes de K*. *Os visitantes*. Testimonio. Política. Estética.

## ABSTRACT

This research analyzes two novels by Bernardo Kucinski, *K.* (2015) and *Os Visitantes* (2016), in order to reflect on how they interweave politics and aesthetics by thematizing the Brazilian civil-military dictatorship. This study considers the testimonial condition that the works contain regarding the aforementioned period and goes further by allowing us to think about the permeability between fields of knowledge and narrative genres that were once considered divergent, such as History and Literature (fact and fiction), testimony and romance (Benjamin, 2020; Costa Lima, 2018, 1980; Jablonka, 2020, 2017; Lejeune, 2008). In order to do so, we reflect on the different understandings about the field of Historiography (Reis, 1996) and its relation with literary writing, especially romance (Rancière, 2021, 2016, 2005), as well as the contribution of the literary text to the construction of an unofficial counter-memory about the Brazilian civil-military dictatorship (Assmann, 2011; Jelin, 2002). Thus, such narratives are considered further than the notion of trauma writing sustained by the personal need for testifying and by the commitment to the victims par excellence, that is, those who did not survive to narrate. Therefore, regarding the testimonial content of the works, this research focused on reflecting on the intersection between aesthetics and politics converted into the commitment they both establish to the fight for the meanings of past, as well as the interpretation of present and the consequent weaving of future.

**Keywords:** Bernardo Kucinski, *K.* *Os visitantes*. Testimony. Politics. Aesthetics.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 DE COMO A HISTÓRIA POLÍTICA ATRAVESSA OS SUJEITOS .....</b>	<b>22</b>
1.1 ANA, BERNARDO E O BRASIL: UMA BIOGRAFIA EM ENTRELACE.....	23
1.2 BERNARDO: O JORNALISTA E O LITERATO.....	51
1.2.1 Kucinski por Kucinski: do contexto no qual se forja o jornalista.....	52
1.2.2 Escrita em metamorfose, temática em permanência: de como a ditadura civil-militar brasileira se aprofunda nas publicações de Kucinski.....	71
<b>2 BREVES INCURSÕES TEÓRICAS .....</b>	<b>90</b>
2.1 PROBLEMAS DE ESTÉTICA E POLÍTICA .....	90
2.2 QUESTÕES DE HISTORIOGRAFIA E LITERATURA .....	100
<b>3 FICÇÃO E DENÚNCIA: DOS COMPROMISSOS (EST)ÉTICOS EM K.: RELATO DE UMA BUSCA E EM OS VISITANTES.....</b>	<b>120</b>
3.1 <i>K [...]</i> , DA PERMEABILIDADE ENTRE FATO E FICÇÃO.....	121
3.2 OS VISITANTES, DA EXIGÊNCIA “DA VERDADE” À PRODUÇÃO DE ENUNCIADOS DE VERDADE .....	158
3.3 UM PAI NO LABIRINTO: A CATÁSTROFE INDIVIDUAL E COLETIVA IMPRESSA NA FRAGMENTAÇÃO DA NARRATIVA .....	176
3.4 A LÁPIDE (IM)POSSÍVEL OU NOTAS SOBRE A MEMÓRIA.....	190
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>200</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>204</b>

## INTRODUÇÃO

“É proibido esquecer”. Mas fomos permitindo que o esquecimento se instaurasse aos poucos, com o silenciamento sistemático adotado como *modus operandi* estatal, a ausência de punição aos culpados pelos crimes cometidos contra a humanidade, as indenizações vergonhosamente irrisórias concedidas aos familiares de desaparecidos, a quem foi transferido o ônus da prova na abertura dos processos indenizatórios. Anistia. Reconciliação. Pacificação nacional. A estratégia de sufocar as discussões necessárias, sob a alegação que “era preciso seguir em frente, olhar para o futuro”, evitando, assim, que o Estado fosse obrigado a envidar os esforços necessários à democratização do conhecimento acerca dos horrores praticados pelos órgãos de repressão, forjou o que hoje experimentamos: a adesão de parcela considerável da população (manipulada em sua ignorância) a um discurso que professa que não houve golpe de Estado em 1964, mas uma revolução patriótica que barrou o avanço do comunismo; que sequer houve ditadura, já que havia alternância de poder.

O ano era 2020, e esta pesquisadora ingressava no doutorado com a proposta de desenvolver um estudo absolutamente diferente desse quanto ao *corpus* e ao referencial teórico. Dois anos antes, havia ascendido ao mais alto cargo do poder executivo um representante da extrema direita, sujeito obtuso, com caracteres fascistas e apego ao discurso abjeto de louvor à ditadura civil-militar (entendida por ele como a tal “revolução”). Durante o primeiro semestre do curso, foi apresentada a uma das obras de Kucinski, *K.: relato de uma busca* (2016 [2011]). No período seguinte, desenvolveu estudo sobre *O velório*, um dos contos de *Você vai voltar para mim* (2014). Um governante autoritário, um cenário nacional de retrocesso, o encontro com um conjunto de obras que convocam para o enfrentamento, porque a manutenção da memória pressupõe esforço, trabalho, confronto. Forjou-se o contexto. Uma nova proposta de estudo se desenhou. “Não podemos esquecer o que não pode ser esquecido”. Aqui estamos.

A compreensão de que a leitura de *K. [...]* e de *Os visitantes* (2016) – obra cujo objetivo é dialogar com a primeira, elaborando ficcionalmente a recepção que esta teria recebido – contribui simultaneamente para pensar o período

compreendido pelos governos ditatoriais que se instauraram a partir de 1964, ler o contexto próximo ao cinquentenário do golpe e observar com olhos mais atentos a contemporaneidade, sem que as obras descuidem da dimensão estética que lhes constitui, levou-nos a atentar para a necessidade de refletir acerca da permeabilidade entre os campos da historiografia e da literatura, compreendendo a condição testemunhal das obras na sua vinculação a um movimento político de luta pela memória.

Partimos, portanto, do pressuposto de que os dois romances que compõem o *corpus* desta pesquisa, ao tomar como centro temático um evento histórico para elaborá-lo esteticamente, operam simultaneamente uma intervenção nos campos da política e da estética, relacionando-se, assim, a perspectivas teóricas contemporâneas que defendem a compreensão de que os campos em questão estão entrelaçados (Costa Lima, 2018, 1980; Jablonka, 2020, 2017; Rancière, 2021, 2016, 2005), em contraposição ao fato de que estes foram historicamente sendo levados ao afastamento, de modo que o discurso da política tornou-se objeto da historiografia – enquanto área de saber científico – e o da estética materializou-se na literatura – compreendida como alheia à intervenção social na perspectiva de construção da própria autonomia frente ao universo extratextual, este compreendido como sinônimo de “realidade”.

Nesse sentido, as obras em análise se propõem a ler temporalidades de modo entrecruzado, examinando relações entre eventos passados e presentes na esteira do pensamento de Benjamin (2020), articulado por meio do conceito de “tempo-agora”. Este denomina o encontro entre evento passado e momento presente, que ilumina a reflexão sobre ambos (Benjamin, 2020), de modo que não é o conhecimento sobre o passado que permite uma maior compreensão do presente – o que responderia ainda a uma lógica linear de tempo histórico – mas se trata de uma via de mão dupla, uma vez que o entrecruzamento entre passado e presente os ilumina e modifica mutuamente (Lowy, 2005). É a concepção de historicidade conforme pensada por Benjamin (2020) que orienta nossa leitura das relações entre o período correspondente à ditadura civil-militar brasileira – temática central das narrativas em estudo – e os anos próximos ao cinquentenário do golpe – momento no qual estas foram publicadas. A articulação entre ambos aponta para a compreensão de Kucinski de que o preço que a sociedade brasileira paga por não haver investigado e punido os

responsáveis pelos crimes cometidos por um Estado ilegal (Safatle, 2010<sup>1</sup>) consiste na manutenção de estruturas sustentadas pela violência e pela imposição sistemática do silenciamento às vítimas. Esse pensamento é apresentado de modo direto ao leitor por meio da ideia – presente no romance intitulado *O congresso dos desaparecidos* (2023) – de que a truculência daqueles anos de ditadura, por não haver sido devidamente combatida, reemergiu no Brasil dos últimos anos. A expressão “surto fascista” (e semelhantes), repetida mais de uma dezena de vezes nas páginas do romance em questão, faz referência direta à escalada do autoritarismo que se deu no Brasil, que convergiu com o exercício do primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff e foi se ampliando de tal modo que, como resultado das eleições de 2018, foi alçado ao mais alto cargo do executivo um político que jamais se envergonhou de fazer apologia à repressão presente no período compreendido entre 1964 e 1985 ou a agentes desta que implementaram a tortura como método. Isso se mostra, por exemplo, no diálogo entre dois desaparecidos políticos, Japa – personagem-narrador na obra – e Rodriguez (este assina o penúltimo capítulo de *K. [...]*, intitulado *Mensagem ao companheiro Klemente*, e retorna como personagem de *O congresso dos desaparecidos*).

Rodriguez concordou e pontificou: um povo que esquece seus desaparecidos está condenado a um futuro de mais desaparecidos. Eu disse: em outros países isso não aconteceu, como você explica esse esquecimento? Teve esse surto fascista, um gigantesco retrocesso, ele respondeu, de onde você pensa que vieram os fascistas? Não surgiram do nada! Também eles são espectros do passado [...] (Kucinski, 2023, p. 11).

Essa compreensão aparece também nas palavras de outras personagens, não deixando dúvidas sobre o momento histórico (e político) ao

---

<sup>1</sup> No capítulo intitulado *Do uso da violência contra o Estado ilegal*, o autor busca contrapor-se à falácia, veiculada por diversos meios de comunicação, contida na ideia de que “o esquecimento dos ‘excessos’ do passado é o preço doloroso pago para garantir a estabilidade democrática” (Safatle, 2017, p. 240). Este rejeita a adoção do eufemismo contido no termo “excessos”, compreendendo que se trata, em realidade, da “amnésia sistemática em relação a crimes de um Estado ilegal” (Safatle, 2017, p. 241), uma vez que praticados com o objetivo de sustentar uma estrutura estatal que tomou o poder de modo violento, flagrantemente avesso à legalidade. Nas palavras do pesquisador, “não se trata simplesmente de insistir na falsidade patente, na ausência completa de amparo histórico desta tese. Antes, trata-se de mostrar como ela, longe de ser a enunciação desapaixonada e realista daqueles que sabem defender a democracia possível, é apenas o sintoma discreto de uma profunda tendência totalitária da qual nossa sociedade nunca conseguiu se livrar. Por isso, a aceitação tácita dessa tese é, na verdade, a verdadeira causa do caráter deformado e bloqueado de nossa democracia” (Safatle, 2017, p. 240).

qual a expressão faz referência. Ao discursar durante o congresso que fomentou a reunião de diversos desaparecidos (inclusive de sujeitos que tiveram suas vidas interrompidas por ações repressivas em outros períodos históricos), o Velho Mário (dirigente histórico do PCdoB e líder da Guerrilha do Araguaia) afirmou: “Mudaram os tempos e mudaram os nomes, mas a essência não mudou. A prova está no assalto fascista aos três poderes da República” (Kucinski, 2023, p. 88). Como se vê, este faz clara alusão à invasão e à depredação das sedes dos três poderes, ocorrida em 08 de janeiro de 2023, ato vinculado a uma série de ações que integraram a tentativa de golpe de Estado articulada pelo candidato à reeleição derrotado no pleito realizado em fins de 2022, que objetivava se manter no cargo tomando o poder. Já nas palavras de Maranhão (personagem de *O congresso dos desaparecidos* que faz referência ao ex-deputado federal e um dos dirigentes do partidão),

foi um erro aceitar uma lei de anistia que perdoou crimes de lesa-humanidade. Há o negociável e o não negociável. A lei resultou malfeita; igualou culpados e inocentes, como se fosse possível torturados e torturadores compartilharem um mesmo projeto de transição. Foi o que abriu caminho ao surto fascista. [...] Proponho que se exija a revisão da Lei de Anistia, de modo a obrigar o julgamento dos acusados de crimes de lesa-humanidade. Não basta punir os vândalos de hoje. A ameaça fascista só findará se acertarmos contas com o passado (Kucinski, 2023, p. 73-74).

Fica claro, portanto, que essa obra de Kucinski, assim como as que compõem o *corpus* desta pesquisa (uma vez que a produção literária deste é suficientemente interligada), propõe-se a ler eventos históricos de modo entrecruzado, arrancando-os da disposição linear adotada pela historiografia positivista, em franco diálogo com a perspectiva de discurso historiográfico presente em Benjamin (2020), que rejeita tanto a concepção de linearidade quanto a obediência a uma suposta neutralidade que lhe foi atribuída como condição de ser. Para este, a escrita historiográfica possui uma clara função política de intervenção social, de modo que a leitura entrecruzada de eventos passados e presentes aponta necessariamente para uma perspectiva de futuro.

Na esteira dessa compreensão de escrita como promotora de intervenção social, a fim de pensar a condição estética dos romances em estudo ligada ao seu potencial de atuação política, adotamos como referência fundamental o pensamento de Rancière (2021; 2016; 2005), que reconhece o potencial do texto

literário para intervir nos modos de ver, dizer e pensar, contribuindo, dessa forma, para reconfigurar os espaços sociais “naturalmente” destinados a diferentes sujeitos. Diante do silenciamento imposto pela Lei de Anistia, as obras de Kucinski promovem uma necessária reflexão tanto sobre um período histórico de repressão e de tortura institucionalizada quanto sobre a permanência da violência como característica do Estado brasileiro<sup>2</sup>, bem como acerca das marcas inapagáveis da dor reiteradamente experimentada pelos familiares de desaparecidos políticos.

Nesse sentido, conforme Flávio Aguiar (2011), em considerações sobre *K. [...]*, a obra fornece “uma contribuição relevante para a rearticulação da memória brasileira em tempos de ‘Comissão de [sic] Verdade’, com seus avanços e contradições”. Já do ponto de vista das estratégias das quais o autor lança mão para escrever a obra, as tensões entre a violência do período ditatorial e a representação literária desta atuam como um dado de composição da narrativa, que se apresenta de modo fragmentado, contando com múltiplos narradores – de forma a possibilitar a leitura de um quadro histórico mais amplo, por meio dos vários focos narrativos, que permitem refletir acerca de outros conflitos, para além daquele que assume a centralidade em *K. [...]*, isto é, a busca empreendida por um pai para encontrar a filha desaparecida ou mesmo para obter informações sobre ela. Esta é composta por capítulos construídos conforme características estruturais e discursivas de outros gêneros textuais, tais como carta, diário, informe, ata – o que aponta para a multiplicidade de estratégias de composição do romance contemporâneo, bem como contribui para turvar as noções de verdade e de invenção relativas a determinadas produções discursivas (divididas conforme campos do saber ou condições de “utilidade”). Os *visitantes*, por sua vez, permanece com uma estrutura fragmentária, mas adota como foco narrativo para construir-se o olhar de um narrador-personagem que figura o escritor *K. [...]*. Entretanto, diversas outras vozes aparecem, uma vez que este é interpelado por “visitantes” que o procuram para fazer cobranças ou comentários em relação a conteúdos presentes no

---

<sup>2</sup> Conforme compreensão de Dadalto (2024, p. 7), já em *Pau de Arara*, obra publicada no início dos anos 70, os autores “explicitam uma tese fundamental que perpassa a obra kucinskiana: ‘a violência é a marca mais profunda da história política brasileira, ao contrário do que tentam afirmar alguns sociólogos ao destacar o que chamam de ‘índole pacífica’ ou ‘cordialidade natural’ do povo do Brasil”.

romance, o que alude à recepção recebida pela obra. Vale esclarecer que também essa recepção é objeto de uma elaboração estética que resiste à oposição entre ficcionalidade e veridificação (revelada, por exemplo, por meio do pensamento de Lejeune, para quem o autor deve estabelecer com seu leitor um “pacto ficcional” ou um “pacto referencial”). Isso reforça a percepção de que as obras em estudo contribuem para fomentar reflexões acerca da permeabilidade entre discursos que continuam sendo tratados como divergentes.

É importante desde já sinalizar que Kucinski não se constitui como voz solitária quando se trata da escrita literária que tematiza o período ditatorial brasileiro, nem mesmo inaugura – com suas produções – a narrativa fragmentária, de forma que a escolha do *corpus* desta pesquisa não se deu pelo ineditismo, mas pela possibilidade de reflexão acerca das contribuições estético-políticas a que as obras em estudo parecem se propor.

A fim de situar as obras de Kucinski num panorama de escrita que se constitui em torno da ditadura civil-militar brasileira, tomamos como referência a periodização proposta pela professora e pesquisadora Eurídice Figueiredo (2017), em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Esta, ao dedicar-se à análise de mais de trinta obras, tornadas objeto de estudo por adotarem o período ditatorial brasileiro como eixo central, as segmenta em três períodos, conforme suas características. No primeiro destes<sup>3</sup>, composto por obras publicadas entre 1964 e 1979, no que diz respeito às produções ficcionais, a temática da luta armada, bem como das prisões e assassinatos de militantes pela máquina da repressão, é preponderante. Já o segundo período<sup>4</sup>, que contou com publicações de 1980 a 2000, caracteriza-se

---

<sup>3</sup> Do recorte referente a esse período, a pesquisadora, além de refletir sobre os romances, apresenta outras categorias que também integraram sua análise, tais como correspondências de presos – que contou com a publicação de *Cartas da Prisão* (1977), de Frei Betto – e obras de não-ficção, dentre as quais, segundo Figueiredo (2017, p. 50) “predominam os livros de denúncia de pessoas relativamente importantes, que não corriam grandes riscos. *Torturas e torturados*, de Márcio Moreira Alves (1966), *Oposição no Brasil, hoje*, de Marcos Freire (1974), [...] foram escritos por dois deputados federais; já *Dos governos militares. 1969-1974* é um livro do historiador Hélio Silva (1975) [...]. Dentre as obras romanescas, destacamos *Em câmara lenta*, de Renato Tapajós (1977), por se tratar de uma narrativa fragmentária, na qual se alternam três vozes narrativas; bem como *Reflexos do baile*, de Antonio Callado (1976), narrativa também fragmentada, que, além de contar com uma multiplicidade de personagens-narradores (o que demandou um forte trabalho de montagem), utiliza-se de outros gêneros textuais, como cartas, diários e cartas-relatórios, por exemplo.

<sup>4</sup> Dentre os testemunhos publicados no período, destacamos *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira (1979), obra autobiográfica que trata da vida do jornalista que a escreve, de sua militância política e da tortura da qual foi vítima quando preso; além de *Batismo de sangue*,

pelos relatos autobiográficos [de ex-presos políticos exilados que voltaram ao Brasil em decorrência da Lei da Anistia, de recém-saídos da prisão ou da clandestinidade] e por romances parcialmente autobiográficos, nos quais se evidencia um teor testemunhal marcante. Esses relatos tiveram grande repercussão na época e operaram uma espécie de catarse coletiva após um período de cerceamento da liberdade e de censura da imprensa (Figueiredo, 2017, p. 86).

Nesse momento, portanto, o relato autobiográfico, que também aparecia no período anterior, embora fosse alvo de censura, ganhou espaço para se manifestar, assim como recebeu também tratamento estético, de forma que sofreu metamorfoses para que pudesse constituir produções romanescas. Já

o terceiro período<sup>5</sup> [que compreende o intervalo de 2000 a 2016, ano anterior à publicação do estudo] é retrospectivo, aborda o passado de pessoas reais ou fictícias, utilizando a forma do romance para transmutar o vivido através de um trato mais literário. Nas publicações dos anos 2000 percebe-se maior depuração mesmo ao tratar do trauma dos desaparecidos.

[...]

A qualidade de boa parte da produção do período revela que se operou a decantação necessária para que a experiência traumática pudesse se transformar em objeto estético (Figueiredo, 2017, p. 48; 87).

Ao concluir seus comentários acerca do conjunto de romances publicados no período, a pesquisadora chama atenção para o fato de que a hibridização, isto é, a apropriação, por parte da escrita romanesca, de “elementos de outros gêneros literários e extraliterários” (Figueiredo, 2017, p. 122) tem ganho espaço

---

de Frei Betto (1983) que entrecruza a vida do autor – suas contribuições à ALN e sua prisão – às de Carlos Marighella e de Frei Tito – atentando para o fato de que o suicídio deste se deu em decorrência de não superar os impactos psíquicos de haver sido barbaramente torturado. Dentre as produções romanescas, destacamos *Tropical sol da liberdade*, de Ana Maria Machado (1988), que narra os dilemas de Helena, protagonista que se deixa identificar com a autora, uma vez que, assim como esta, embora não tendo participado da luta armada, parte para o exílio – na tentativa de se resguardar das investidas da polícia –, após tomar conhecimento de que seu irmão participara do sequestro ao embaixador Charles Elbrick.

<sup>5</sup> Dentre as produções do período, destacamos *Cabo de guerra*, de Ivone Benedetti (2016), narrativa em primeira pessoa de um infiltrado, a serviço da repressão, em organizações de esquerda, que alterna relatos do presente e rememoração de fatos passados. Conforme Figueiredo (2017, p. 111), na leitura que faz da obra, “esse tipo de personagem pode evocar o conceito de ‘banalidade do mal’ cunhado por Hannah Arendt, em seu estudo do caso Eichmann. No entanto, o personagem é diferente do funcionário público que se encarregava dos trens que enviavam judeus para os campos de concentração porque o ‘cachorro’ é um marginal a todo o sistema, é uma peça avulsa da engrenagem que aniquila a vida dos dissidentes. No cabo de guerra que foi a guerra fria e, no Brasil, a guerra suja contra os subversivos, o personagem em questão é um brinquedo, que se deixa levar pelos acontecimentos: quem puxar mais forte o leva. No caso, ele trabalhou mais para a força policial, pois o poder estava com a repressão e não com os militantes”.

na contemporaneidade. Atentando para essa questão, ao situar *K. [...] e Os visitantes* nesse período, a pesquisadora dedica um capítulo exclusivo ao estudo das obras em questão (diferentemente das demais, analisadas em conjunto). Essa escolha se deu porque, para ela, as narrativas demandaram do autor um relevante trabalho formal. Em suas palavras, este

faz um trabalho formalmente inovador para tratar de tema tão duro [...], tanto em *K.* quanto em sua continuação, *Os visitantes* (2016) [...], através de uma escrita fragmentária e altamente elaborada, fugindo ao realismo da narrativa linear que caracteriza grande parte dos romances aqui analisados, que buscam dar testemunho das atrocidades cometidas nos “porões da ditadura” (Figueiredo, 2017, p. 123).

Diante disso, fica claro que a prosa literária de Kucinski demonstra que esse tema não apenas não se esgotou, como a latência do passado reclama novas visitas. As obras que são objeto desse estudo, portanto, empreendem um enfrentamento do passado que é memorial e escritural, isto é, simultaneamente político e estético; que se complexifica diante do fato de que o passado não ficou circunscrito em um momento histórico específico, numa disposição temporal linear, mas está entrelaçado ao presente (iluminando-o e sendo iluminado por ele), relação que permite, ainda, prenunciar o futuro.

Diante disso, como objetivo geral, propusemo-nos a analisar as referidas obras de Bernardo Kucinski, considerando a centralidade da figura da militante política de esquerda presa/torturada/desaparecida e de seus familiares mais próximos, a fim de investigar sua condição testemunhal sobre o período ditatorial brasileiro, refletindo acerca da permeabilidade entre campos do conhecimento e gêneros narrativos que outrora foram tomados como divergentes, tais como história e literatura (na condição de sinônimos da oposição entre verdade e invenção, fato e ficção), testemunho e romance. Como objetivos específicos, portanto, buscamos investigar as relações entre historiografia e literatura que se dão a ver nas obras em questão, de modo a atentar para o traspasso entre esses campos na composição destas (observando as tensões entre a violência do período ditatorial e a representação desta como um dado da composição fragmentada das obras literárias em análise); além de analisar a função política desses produtos culturais, que se prestam à denúncia de crimes e violações de direitos ocorridos durante esse período, na perspectiva de contribuir para a

manutenção de uma memória contra-hegemônica (Assmann, 2011). Dessa forma, a dimensão estético-política da produção literária em análise permite analisar as obras em questão, atentando, ao menos, para: i) a intervenção que estas promovem nos modos de ler o evento histórico que lhes serve de objeto; ii) o fato de que nestas a relação entre conteúdo e forma põe em questão a divisão da escrita por campos de saber; iii) a potencialidade que possui a literatura para provocar reconfigurações no comum partilhado. É o resultado do entrelaçamento dessas perspectivas que constitui a contribuição da presente pesquisa para a fortuna crítica da obra de Bernardo Kucinski.

Esta, a propósito, conta com um número de estudos em nível de Pós-Graduação que vem aumentando substancialmente nos últimos anos. A fim de acessar as pesquisas cujas obras literárias de Kucinski tenham composto o *corpus*, fizemos um levantamento dos trabalhos disponíveis na Biblioteca de Teses e Dissertações, publicados no intervalo entre 2014 e 2024. Nesse recorte, foi possível perceber que, em termos quantitativos, no período de 2014 a 2018, publicaram-se 12 (doze) pesquisas, todas elas em nível de mestrado. Já de 2019 a 2024, publicaram-se 20 (vinte) estudos, sendo 9 (nove) dissertações e 11 (onze) teses. A maior parte destes foi desenvolvida em programas de Pós-Graduação em Letras, embora haja também pesquisas desenvolvidas em História e em Psicologia/Psicanálise.

*K. [...] é, com larga diferença, a obra de Kucinski mais estudada, tanto individualmente, quanto em cotejamento a outra(s) obra(s) deste ou de outro(s) autor(es), pois faz parte do corpus de 29 (vinte e nove) das 32 (trinta e duas) pesquisas publicadas no recorte temporal que analisamos. Dentre as demais, 2 (duas) debruçam-se sobre *Você vai voltar para mim e outros contos* (2014) e 1 (uma) sobre *A nova ordem* (2019).*

No que diz respeito às abordagens que orientaram o desenvolvimento dos referidos estudos, é possível verificar que a ampla maioria (um total de 22) se dedica a analisar *K. [...]* – seja individualmente ou em aproximação a outra(s) obra(s) de Kucinski e/ou de outro(s) escritor(es) – sob o viés dos estudos do testemunho e do trauma (conforme desenvolvidos na sua relação com a *Shoah*), bem como da perspectiva que entrecruza memória individual e coletiva para propor uma (re)leitura da ditadura civil-militar brasileira. O segundo conjunto de leituras mais numeroso (contando com 5 estudos), dedica-se a analisar a

elaboração estética de ditaduras do Cone Sul, inserindo uma ou mais obras de Kucinski no *corpus* literário selecionado para pensar o Brasil ditatorial.

Dentre as pesquisas às quais tivemos acesso, por ser a única cujo *corpus* de análise é composto por *K. [...] e Os visitantes*, destacamos a tese escrita por Sandra de Fátima Kalinoski (2020), intitulada *As memórias do trauma na reconfiguração da história em K. relato de uma busca e Os visitantes, de Bernardo Kucinski*. Nesta, a pesquisadora dedica-se a ler as obras na sua relação com a literatura de testemunho – sobretudo pela chave de escrita do trauma (adotando como referências fundamentais Agamben e Freud) –, assim como por meio da noção mais alargada de escrita de teor testemunhal proposta por Seligmann-Silva. Além disso, analisa a possibilidade de releitura da História que estas oferecem, com o objetivo de fazer contraponto ao esquecimento sistemático adotado pelo Estado brasileiro como política “conciliatória”. Para isso, a pesquisadora lança mão da compreensão de historiografia proposta por Benjamin, bem como reflete – com o auxílio de referências como Gagnebin, Padrós e Seligmann-Silva – sobre o compromisso ético adotado pelos textos literários em relação à manutenção da memória dos vencidos.

A contribuição a que nos propomos, por meio do estudo aqui desenvolvido, dedica-se a aprofundar as reflexões acerca da relação entre a elaboração estética de um evento histórico e o trabalho da memória, de modo a reconhecer que essa aproximação integra um projeto estético-político de maior dimensão, que pretende provocar reconfigurações no comum partilhado, por meio de uma narrativa romanesca que intervém simultaneamente na leitura e na escritura de um dado evento histórico, contestando a divisão da escrita por campos de saber, bem como a oposição entre o “real” e o inventivo.

Na perspectiva de contemplar adequadamente as questões as quais nos propusemos a investigar, esta tese é composta por três capítulos, unidos no esforço de compreensão do universo narrativo composto por *K.: relato de uma busca* e por seu díptico, *Os visitantes*.

Como *K. [...]* tematiza o desaparecimento de uma professora, militante vinculada a uma organização política de oposição ao regime militar, cujos dados remetem claramente a Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva<sup>6</sup>, irmã do autor, bem

---

<sup>6</sup> Ana substituiu o sobrenome Kucinski por Silva em sua certidão de casamento. Considerando esse fato e a fim de zelar pela manutenção de dados históricos relativos a ele, seu irmão

como discute questões relacionadas à história familiar destes, dedicamos o primeiro capítulo a ligar dados da vida de membros da família Kucinski diretamente relacionados às obras em análise a um recorte da História do Brasil, o que permite pensar o modo como a referida família foi atravessada pela violência política de Estado. Para isso, utilizamos, além das informações disponibilizadas pelo próprio Bernardo Kucinski em *Imigrantes e Mascates* (2016a), livro composto por memórias da família, que tem como alvo o público infanto-juvenil, e da biografia de Ana Rosa escrita por Ana Castro (2018), obras historiográficas que tratam do período, como Chiavenato (2004), Gaspari (2016; 2002a; 2002b) e Netto (2014). Além disso, oferecemos uma apresentação sobre o autor que considera, além de sua produção literária, sua atuação como jornalista.

No segundo capítulo, desenvolvemos uma breve incursão teórica voltada a discutir as relações entre historiografia e literatura, na perspectiva de ler as noções de estética e política que atravessam as obras de Bernardo Kucinski. Para tanto, utilizamos como principais nortes teóricos Benjamin (2020), Costa Lima (2018; 1980), Jablonka (2020; 2017) e Rancière (2021; 2016; 2005).

Já no terceiro capítulo, procedemos à análise das obras, pensando a relação que estas estabelecem entre o discurso historiográfico e o literário em sua tessitura, de modo a renunciar à oposição entre fato e ficção, construída na perspectiva de que aquele teria um compromisso com a verdade, ao contrário desta, que seria guiada unicamente pela invenção, pela fuga em relação à realidade. Além disso, discutimos o compromisso com a memória desde uma perspectiva ética, segundo a qual a escrita literária pode ser considerada partícipe de um movimento político de disputa pela memória (Assmann, 2011), compreendida como um trabalho, isto é, um “processo de transformação simbólica e de elaboração de sentidos do passado” (Jelin, 2002, p. 14) que demanda a agência dos sujeitos.

Em resumo, buscamos articular categorias como fato e ficção, realidade e produção mimética, historiografia e literatura, a fim de ler o empreendimento

---

Bernardo solicitou, em 1996, à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei nº 9.140/1995, que fizesse uso de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva, diferentemente da justaposição dos sobrenomes que aparece em diversos documentos ou mesmo da omissão do sobrenome adotado por ela após o casamento. Essa é a justificativa para o emprego que fazemos aqui.

literário de Kucinski no seu compromisso em contribuir tanto com a investigação estética da produção romanesca contemporânea quanto com o campo da “política da memória” relativo à ditadura civil-militar brasileira, que participa de um projeto literário voltado a investigar a violência como ordenadora da sociedade brasileira.

## 1 DE COMO A HISTÓRIA POLÍTICA ATRAVESSA OS SUJEITOS

Historicamente, enquanto sociedade de estudo/pesquisa, já nos distanciamos há um certo tempo da concepção de História como recolha de fontes e elaboração – descomprometida ideologicamente – de uma sequência linear de fatos que parecem desenrolar-se de modo suficientemente distante da vida dos “sujeitos comuns” para justificar a ausência destes nesse tipo de registro. Embora a historiografia, enquanto área de produção de conhecimento científico, tenha vencido o reducionismo presente numa concepção muito incipiente de História como “História política”, pautada em grandes eventos, protagonizada por “sujeitos superiores” e comprometida a tornar-se instrumento da “educação cívica”, essa concepção parece ainda gozar de preponderância no imaginário coletivo.

Nosso interesse neste capítulo, contudo (assim como parece ser o intuito do próprio Bernardo Kucinski com o projeto literário que desenvolve), de modo algum deve confundir-se com o propósito de resgatar o passado “tal como ele foi”, mas se caracteriza por uma tentativa de “articular o passado historicamente”, o que, para Benjamin (2020, p. 115), “significa apoderar-se de uma recordação, tal como ela relampeja no instante de um perigo”.

Num momento histórico marcado pela ascensão de um conservadorismo grosseiro, neofascista por sua perseguição a grupos historicamente subalternizados e por seu culto exacerbado a um passado falsamente glorioso (o que inclui o louvor reiterado à ditadura civil-militar brasileira, bem como, em particular, a torturadores reconhecidos como tais pela justiça do País), é preciso somar esforços para evitar uma segunda morte das vítimas do passado e uma nova institucionalização da perseguição aos adversários de regimes autoritários. Nesse sentido parece caminhar o conjunto das obras literárias escritas por Bernardo Kucinski e por ele pretendemos orientar a construção do nosso percurso de análise de *K. [...] e de Os visitantes*. Para tanto, dedicamos o presente capítulo a tematizar o entrelace entre eventos pertencentes à historiografia brasileira e à vida da família Kucinski, conferindo atenção especial a Bernardo e a Ana Rosa.

## 1.1 ANA, BERNARDO E O BRASIL: UMA BIOGRAFIA EM ENTRELACE

A relação entre a vida dos membros da família Kucinski e a História do Brasil, sobretudo no que diz respeito ao atravessamento pelo autoritarismo de Estado, começa a alinhar-se em meados da década de 1930, quando Meir Kucinski<sup>7</sup>, que mais tarde viria a ser pai de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva e Bernardo Kucinski, emigra para o Brasil. Judeu polonês com forte atuação política, foi preso em mais de uma ocasião, pois a polícia polonesa compreendia suas atividades como subversivas. Um resumo da atuação política do pai aparece em *Imigrantes e Mascates* (Kucinski, 2016a), obra na qual Bernardo escreve (tendo como alvo o público infantojuvenil) parte das memórias da família – particularmente aquelas que compreendem a perda de parentes assassinados pelo regime nazista, a emigração de familiares para o Brasil e o processo de adaptação destes ao solo brasileiro. Afirma o escritor:

Com apenas catorze anos, meu pai participou da criação do grupo de juventude do sindicato de trabalhadores judeus, o Bund, palavra que em ídiche significa associação. E tinha apenas vinte anos quando, em 1925, juntou-se a outros intelectuais na criação de um instituto de pesquisas chamado YIVO, que se tornou o mais importante centro de estudos e de documentação da vida judaica e de sua cultura.

Naquela época, surgiam na Europa muitos movimentos revolucionários e culturais com todo tipo de ideias para mudar o mundo. Os mais populares entre os judeus da Polônia eram os socialistas e os sionistas. O Bund era socialista.

Os socialistas acreditavam que, numa sociedade em que não houvesse ricos nem pobres e cada pessoa ganhasse o suficiente para viver bem, todos os problemas sociais estariam resolvidos, inclusive o da milenar perseguição aos judeus.

Os sionistas diziam que os judeus só se livrariam da perseguição se tivessem uma pátria própria. E essa pátria tinha que ser na Palestina. Sionismo vem da palavra Sion, um dos nomes da antiga pátria dos judeus antes de sua expulsão pelos romanos. É onde hoje estão o Estado de Israel e o Estado da Palestina.

Meu pai logo se desencantou com o Bund e ajudou a fundar um novo partido de trabalhadores, que além de socialista fosse também sionista. Ele convenceu-se de que os judeus precisavam sim de uma pátria, para estarem a salvo das perseguições, mas achava que essa pátria tinha que ser socialista [...]. Assim surgiu o Partido dos Trabalhadores Sionistas de Esquerda (Kucinski, 2016a, p. 24-25).

---

<sup>7</sup> Encontra-se também a grafia Majer Kucinski. Esta será mantida quando aparecer em citação extraída de obra consultada.

Em virtude das atividades desenvolvidas no partido em questão, o *Linke Poalei Tzion*<sup>8</sup>, Meir foi preso três vezes a partir de 1926, tendo cumprido pena correspondente a dois anos na última oportunidade. Na sequência, em virtude do risco de ser novamente preso na Polônia, refugiou-se na Alemanha entre 1931 e 1932, onde seguiu participando de atividades políticas do partido. Ainda em 1932, casou-se com Estera (Esther na pronúncia abasileirada), que provinha de uma família de classe média, havia se formado na Faculdade de Humanidades de Varsóvia e atuava como secretária em uma empresa. Ela engravidou naquele ano e seguiu morando com os pais na Polônia, em Wloclawek. Em razão do antissemitismo que crescia na região, a família de Meir começou a emigrar para o Brasil em 1929.

Os primeiros irmãos de Majer que chegaram ao país trabalharam e pagaram as passagens dos demais, prática comum entre famílias de imigrantes.

Majer decidiu emigrar em 1935. Naquele ano, em 15 de setembro, no comício anual do Partido Nazista em Nuremberg (Alemanha), novas leis raciais haviam sido anunciadas. A cidadania alemã dos judeus foi retirada, o casamento e relações sexuais entre pessoas de 'sangue alemão' e judeus foram proibidas [sic]. Os judeus foram obrigados a carregar uma identidade com um J em vermelho e, em alguns casos, um nome judeu de fácil reconhecimento foi adicionado ao nome próprio: Israel para os homens e Sara para as mulheres.

[...]

A família de Majer veio praticamente inteira para o Brasil. Os pais e os irmãos moravam em São Paulo. Seu irmão mais velho, Shlomo, foi seu vizinho de porta por alguns anos (Castro, 2018, p. 20-21).

No ano seguinte, 1936, sua esposa e o primeiro filho do casal (Wulf, então com quatro anos e quatro meses) desembarcam em solo brasileiro. Meir narra parte desses fatos, bem como sua relação com o partido após sua chegada ao Brasil, em uma espécie de autobiografia encontrada escondida em um livro antigo na Universidade de Tel Aviv e traduzida do iídiche para o português por Dina Lida Kinoshita<sup>9</sup>. No texto em questão, ele afirma:

---

<sup>8</sup> "Literalmente: Partido dos Trabalhadores de Sion de Esquerda, dissidência à esquerda do *Poalei Tzion* [ou *Poalei-Zion*], partido sionista de orientação marxista criado no início do século XX na Europa Oriental, depois que o Bund, partido comunista judeu, rejeitou o sionismo" (Kucinski, 2016b, p. 37).

<sup>9</sup> A professora aposentada do Instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP é judia alemã, filha de judeus poloneses que migraram para o Brasil fugindo da perseguição nazista.

[...] cheguei ao Brasil, onde, imediatamente, me pus à disposição do grupo local dos *Poalei-Zion* da esquerda. [...]

No Brasil, onde não existia uma classe operária (judaica) organizada, minha atividade se transferiu para o terreno cultural e educacional. Trabalhei por vinte e três anos no Seminário Hebreu-Ídiche, como professor de literatura ídiche, até o fechamento da instituição (Kucinski, M., 2019, p. 3).

Meir esclarece aqui como se deu seu afastamento da militância partidária e sua migração para o campo educacional e cultural (na condição de escritor que utilizava o ídiche como idioma de expressão artística). Como atividade voltada a prover financeiramente a família, ele começa a atuar como sapateiro, mas, em razão da falta de habilidade manual para essa função, passa a trabalhar como mascate, com venda de roupas de porta em porta. Conforme Ana Castro (2018, p. 21) “o Brasil tornou-se [para ele] o lugar ideal para recomeçar a vida. [...] com oportunidades de trabalho, tendo a sua família próxima e podendo continuar a sua produção intelectual e literária em ídiche”.

Para ele, que aprendeu rapidamente o português, a adaptação ao novo país se deu de forma progressiva. Já para Esther, sua esposa, foi mais difícil ambientar-se. Além de ter deixado a vida confortável de classe média para morar em vilas com pouquíssima estrutura nos arredores de São Paulo, seus familiares permaneceram na Polônia e não encontrou facilidade com a aquisição do idioma.

Bernardo nasce em 1937 e, cerca de dois anos depois, em setembro de 1939, a Alemanha invade a Polônia, fazendo de Wloclawek a primeira cidade na qual os judeus precisaram usar a estrela de Davi amarela para serem identificados. A Segunda Guerra começa, portanto, em território familiar. A infância de Bernardo, pelo menos até que este complete oito anos, quando finda a Segunda Guerra, é atravessada pelos impactos que esta promove em sua família. As cartas que sua mãe recebia dos parentes começaram a rarear e praticamente cessaram em 1939. Em 1941, após cerca de dois anos sem notícias da família, Esther engravida, e o nascimento de Ana se dá no ano seguinte. Segundo Ana Castro (2018, p. 25),

Nesse contexto de pavor, Ana Rosa faz sua estreia no mundo. Ela nasceu às cinco horas da tarde, do dia 12 de janeiro de 1942, na zona norte de São Paulo. No mesmo ano, a mãe e a irmã de Esther eram mortas pelo nazismo. Tema Majerczak morreu no Campo de Extermínio de Treblinka. Fela Majerczak, no Campo de Extermínio de Varsóvia.

Em *Imigrantes e Mascates* (Kucinski, 2016a), Bernardo declara que, embora tenha vivido oito anos de sua infância durante a ditadura de Vargas, pouco da realidade brasileira lhe restou na memória. O que lhe marcou grandemente, conforme relata a Castro, foi o impacto que a *Shoah* teve sobre sua família, em especial sobre sua mãe.

Minha irmã nasce em 1942, a guerra ainda está em curso e a minha mãe praticamente tem certeza de que perdeu a família. E também já chegam as primeiras informações absurdamente inacreditáveis sobre o Holocausto, a indústria da matança, sobre os campos de extermínio, enfim, essa coisa mais pesada quase que inverossímil.

[...]

Quando a guerra termina, em 1945, a Ana está com três anos de idade, quer dizer, esse período que é crucial na formação da pessoa. Entre zero e três anos. É o período mais chocante da vida da minha mãe. Entende? Eu não tenho a menor dúvida que... A minha mãe tinha altos e baixos, mas mais baixos do que altos, e ela era uma mulher... acho que fingia que vivia uma vida normal, tentava fingir, mas não era fácil. (Kucinski *apud* Castro, 2018, p. 25).

Esther perdeu pais, irmãos e quase todos os tios e primos para o regime nazista, e é a isso que Bernardo atribui a personalidade melancólica ou depressiva, de sua mãe. A guerra finda em 1945, com a derrota do eixo (como ficou conhecida a aliança entre Alemanha, Japão e Itália) e, portanto, do nazifascismo.

Nesse ano, Getúlio é destituído do poder no Brasil. Em decorrência do agendamento de eleições diretas, o que não ocorria desde 1930, começaram a organizar-se os partidos políticos que disputariam o pleito. O Partido Comunista Brasileiro voltou a atuar legalmente nesse período, uma vez que havia sido tornado ilegal durante a ditadura varguista, mas logo será novamente perseguido e tornado ilegal em 1947 pelo governo Gaspar Dutra. Além dele, fundam-se a União Democrática Nacional – UDN, o Partido Social Democrático – PSD e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. A União Democrática Nacional – UDN logo assume uma orientação conservadora e autodenominada moralista no campo político, sendo extremamente antivarguista e anticomunista, além de liberal no que diz respeito a aspectos econômicos (leia-se subserviente ao grande capital e ao imperialismo norte-americano). O Partido Social Democrático – PSD, surgido a partir da estrutura burocrática criada por Vargas durante o Estado

Novo, visto que foi fundado por interventores que haviam sido nomeados por ele, assume uma postura moderada – portanto adesista – e varguista (ou seja, com viés considerado nacionalista, em comparação à orientação liberal da UDN, por exemplo). O Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, por sua vez, foi criado pelo próprio Getúlio Vargas, com objetivo de continuar seu projeto de estabelecer uma aproximação com as massas, sobretudo com a classe trabalhadora urbana.

Segue-se o governo de Eurico Gaspar Dutra (representante da aliança entre PSD e PTB), que se estende de 1946 a 1951, caracterizado pela perseguição aos movimentos de trabalhadores e aos comunistas, além de comprometido em restabelecer as condições para que o grande capital mantivesse seus privilégios no país. Foi durante o seu governo que se fundou a escola Superior de Guerra, em 1949, segundo o modelo da *National War College* dos Estados Unidos, instituição que cumpriria um importante papel na articulação e na consolidação do golpe de 1964, assim como na sedimentação da Doutrina de Segurança Nacional, com foco no que seria o combate ao “inimigo interno”, caracterizado pela parcela da população que se opusesse ao governo.

Na sequência ao governo Dutra, Getúlio Vargas (PTB) volta ao poder – dessa vez, através de eleições diretas –, mantendo-se neste de 1951 a 1954, quando se suicida após receber um ultimato dos militares – estes articulados com a UDN<sup>10</sup> – para que renunciasse. Seu governo ficou marcado por forte crise política e econômica, além de tensões sociais, como resultado da forte oposição levada a cabo pela UDN, somada ao descontentamento de setores liberais com a adoção de uma política econômica desenvolvimentista-nacionalista – que previa a criação de estatais, além de concessão de direitos e benefícios aos trabalhadores – e à atuação da imprensa com vistas a desestabilizar o governo, sob a acusação de prática de corrupção.

É nesse intervalo, precisamente por volta de 1949, que Bernardo tem contato com o que seria sua experiência ligada à política partidária, isto é, seu ingresso no grupo sionista intitulado *Habonim Dror*, uma vez que sua atuação posterior, já na condição de profissional, embora se caracterize por forte viés

---

<sup>10</sup> O partido tem em Carlos Lacerda seu grande representante e articulador de tentativas de golpe, que, após diversas investidas contra os governos eleitos nesse intervalo, lograria êxito finalmente em 1964.

político, não contou com grande investimento em vinculação partidária (ao contrário de muitos de seus contemporâneos).

O *Habonim Dror* e o *Hashomer Hatzair* – rival do *Dror* e integrado por seu irmão Wulf – eram voltados a recrutar jovens judeus (tanto na Europa quanto nas Américas) para povoar a Palestina, ou seja, para fazer a *Aliá*. Ambos os grupos desenvolviam atividades de socialização dos seus membros, tais como escotismo, reuniões semanais; além de buscar fomentar nos seus integrantes o apreço pela disciplina, pela vida em comunidade, pela valorização da natureza e o desprezo por valores burgueses. Tudo isso na perspectiva socialista e sionista. Os grupos sionistas em questão eram vinculados, respectivamente, aos partidos *Mapai* e *Mapam*. O primeiro (ao qual o *Habonim Dror* estava ligado), “de centro esquerda, social-democrático, ligado à Internacional Socialista. Foi o principal partido político de Israel desde a formação do Estado até o final da década de 1960 e implantou muitas políticas de bem-estar social” (Castro, 2018, p. 39). Já o segundo (ao qual se vinculava o *Hashomer Hatzair*) possuía “ideologia de esquerda mais ortodoxa, comunista mais radical e [era] ligado a [sic] URSS e a Stálin. Este defendeu por muito tempo uma convivência árabe-judia na região” (Castro, 2018, p. 39). A orientação de ambos os grupos – compostos por filhos de imigrantes judeus já estabelecidos no Brasil – era de que estes deveriam abrir mão da formação superior, evitando fincar raízes no país, e buscar apenas a formação técnica necessária ao desenvolvimento de suas atividades na terra, visando a realização da *Aliá*.

Para muitas famílias, isso era um sacrifício inaceitável. [...] As famílias, em sua maioria, haviam atingido uma estabilidade econômica e sonhavam com os filhos médicos, advogados, engenheiros. Fazer a *Aliá* era sacrificar um futuro aparentemente próspero em nome de uma utopia.

[...]

Se para a maior parte dos pais judeus emigrar para Israel era impensável, na casa dos Kucinski era diferente. Majer, desde a Polônia, alimentava o sonho sionista, apesar de nunca ter feito a *Aliá*. Ele recebeu com orgulho a notícia que Wulf decidira emigrar em 1954 e, alguns anos depois, em 1959, foi a vez de Bernardo (Castro, 2018, p. 41).

Ana também fez parte do *Dror*, tendo ingressado neste tardiamente, aos quatorze anos, em 1956. Isso porque os grupos sionistas que atuavam nesse

tipo de recrutamento e formação juvenil aceitavam o ingresso de crianças a partir dos nove anos.

Ana Rosa, apesar de ter participado ativamente das reuniões semanais e de muitos passeios do *Dror*, nunca se tornou *madrinch*. Era comum os jovens mais velhos se tornarem conselheiros das turmas mais novas. Assumirem postos na administração e organização do movimento. Se prepararem para fazer a *Aliá*. Coisas que Ana Rosa nunca fez. Ou manifestou interesse em fazer (Castro, 2018, p. 49).

Ana deixou o grupo em 1959, quando decidiu percorrer a carreira acadêmica, tendo prestado vestibular para o curso de Química, na Universidade de São Paulo – USP naquele ano, sem êxito nessa primeira tentativa.

No ano em que Ana se desvincula do grupo e Bernardo faz a *Aliá*, o Brasil já vivia sob o governo de Juscelino Kubitschek (PSD), que se estendeu de 1956 a 1961 e ficou marcado pela construção de Brasília e pela política desenvolvimentista, sobretudo em áreas relacionadas ao transporte, à geração de energia e ao crescimento da indústria de bens duráveis; tendo sido negligenciadas áreas como educação e produção de alimentos, com destinação de menos investimento do que previra o Plano de Metas, um programa com 31 metas voltadas a garantir o desenvolvimento econômico do país. Ao passo que investiu no desenvolvimento de alguns setores, JK fez crescer a dívida externa, além de não conseguir controlar a inflação, que subiu, por exemplo, de 7 para pouco mais de 39% entre 1957 e 1959 (Schwarcz; Starling, 2015), por exemplo, o que consistiu no fator de maior insatisfação popular.

Essa insatisfação se reflete nas eleições de 1960, quando JK não consegue eleger o marechal Henrique Teixeira Lott, a quem apoiava. Desse pleito, saem vitoriosos Jânio Quadros (PTN, com apoio da UDN) e João Goulart (PTB), respectivamente presidente e vice, composição que foi permitida porque, segundo a legislação eleitoral de então, seria possível eleger candidatos que concorressem aos cargos em chapas distintas.

Pela primeira vez, um candidato à presidência ligado à UDN saía vitorioso do processo eleitoral. Entretanto, seu governo foi perdendo apoio popular, uma vez que o processo inflacionário continuava a se agravar. Além disso, a UDN tratou de afastar-se do governo, sobretudo seus setores ligados a Carlos

Lacerda, considerados os mais reacionários, acusando a gestão de esquerdista, dada a orientação de sua política externa, pois

no plano das relações internacionais, [deu-se] a implementação do que então se chamou de *política externa independente*, defendida pelos setores nacionalistas e que excluía a obediência à política exterior norte-americana; esta nova posição brasileira relacionava-se à postura dos chamados “países não alinhados” [...] (Netto, 2014, local. 25).

Nesse cenário, seu governo durou apenas sete meses, uma vez que este tomou posse em 31 de janeiro e renunciou em 25 de agosto de 1961. A renúncia, na realidade, foi o resultado de uma avaliação equivocada do cenário. Ao apresentá-la, inclusive explorando o fato de que João Goulart estava ausente do país, em missão oficial na República Popular da China (com a qual o Brasil havia rompido relações diplomáticas em 1949 e as restabeleceria apenas em 1974), Jânio esperava reagrupar as forças políticas conservadoras em torno de seu apoio, bem como calculava que receberia um grande suporte das massas, que apelariam para que este voltasse ao governo. Desse modo, ele regressaria com poderes ampliados, podendo, portanto, governar com mãos de ferro (Netto, 2014, local. 26).

A avaliação de Jânio Quadros revelou-se equivocada. Nenhuma manifestação popular reivindicou seu regresso ao governo. O PTB e outros partidos da oposição exigiram o cumprimento da Constituição — isto é: a posse do vice-presidente, Jango —, contando com amplo apoio de massa, em especial do movimento sindical. Contra o respeito à ordem democrática, posicionaram-se as forças conservadoras e reacionárias, em especial a cúpula militar de que se cercara Jânio Quadros (seus ministros da Guerra, marechal Odílio Denis, da Aeronáutica, brigadeiro Grün Moss, da Marinha, almirante Sílvio Heck e seu chefe da Casa Militar, general Orlando Geisel — todos conspiradores que participarão do golpe do 1º de abril de 1964). Este grupo aceitou o fato consumado da renúncia de Jânio Quadros, mas, violando as normas constitucionais, vetou a posse de Jango — e reconheceu como chefe do executivo federal o deputado Ranieri Mazzili, conservador que então presidia a Câmara dos Deputados.

Operários e estudantes se mobilizaram contra o impedimento à posse de João Goulart (Jango) e em defesa da legalidade constitucional. Houve resistência também dentro das Forças Armadas, uma vez que parte do quadro temia a instauração de uma guerra civil. Diante desse cenário, o núcleo golpista recuou parcialmente, abrindo espaço para negociações com representantes políticos (cujo líder civil foi o deputado Tancredo Neves, do PSD mineiro), que

resultaram no seguinte acordo: Jango tomaria posse na condição de que o presidencialismo fosse substituído pelo parlamentarismo, o que ocorreu por meio de emenda à Constituição, que previa para 1965 um plebiscito sobre a continuidade do regime que então se adotava. Dessa forma, ele assumiria o governo com poderes claramente reduzidos, o que – na prática – representava uma ruptura com a legalidade democrática e tornava o presidente refém de um Congresso Nacional conservador. Jango toma posse, então, em 7 de setembro de 1961, tendo restaurado o regime presidencialista, por meio da realização de plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, o que apontava para o fato de que este contava com claro apoio popular (Netto, 2014).

Além de um período politicamente conturbado para o País, o início da década de sessenta representou expressivas transformações na vida da família Kucinski. Em 1960, Ana se muda com os pais para um apartamento no centro da cidade. Isso favoreceu sua vivência social e cultural, além de – no ano seguinte – facilitar seu trajeto até o prédio no qual funcionava o curso de Química, que ficava, então, a uma distância de três quadras de sua residência.

Esther recebeu o diagnóstico de câncer de mama em 1961. Naquele ano, Ana ingressara no ensino superior, na USP, de modo que precisou se dividir entre os estudos e os cuidados que a mãe demandava. Diante das exigências que o tratamento quimioterápico impunha, como a disponibilidade dos familiares para acompanhar Esther, Ana e o pai escreveram a Bernardo, pedindo-lhe que retornasse ao Brasil. Antes de completar dois anos que havia feito a *Aliá*, Bernardo volta a morar com os pais, a fim de acompanhar o tratamento da mãe. Entretanto, este não alcança bons resultados, e Esther falece em 15 de janeiro de 1962, três dias após o aniversário de 20 anos de Ana. De acordo com o depoimento de Ignez Salas Martins (*apud* Castro, 2018, p. 62), sua amiga da Química, “ela ficou muito traumatizada. Não parava de falar da mãe [...]. Os colegas meio que a evitavam porque ela só falava disso”.

No ano seguinte, 1963, Meir casa-se com uma judia alemã chamada Kate Sara Weg, para a infelicidade dos filhos, que não se relacionavam bem com ela e, em virtude disso, passaram a morar sozinhos. Isso prejudicou a relação destes com o pai. Conforme depoimento de um colega da Química, Etelvino Bechara (*apud* Castro, 2018, p. 62), “a Ana [...] criticava muito a madrasta dela. Ela dizia

que a mulher era judia demais. A Ana era muito crítica, ela não aceitava esse judaísmo radical, conservador, era contra qualquer fundamentalismo religioso”.

Enquanto a família Kucinski atravessava o drama da morte de Esther, seguido pelo conflito entre Meir e os filhos, em razão do casamento deste com Kate, diversos atores e instituições davam suas contribuições para gestar o golpe de Estado que seria levado a cabo em 1964.

Naquele momento, o País atravessava uma crise econômica, cuja causalidade aponta para o esgotamento da fase expansiva da industrialização brasileira – que teve seu auge entre 1956 e 1961. Como condições para essa expansão, somam-se alguns fatores, tais como a ampliação do mercado interno, a adoção de políticas governamentais de estímulo à indústria nacional – que contou com investimentos em áreas como energia, transporte, siderurgia –, o crescimento da agricultura (sem que lhe fossem direcionados grandes investimentos), a adoção de uma política fiscal e cambial favorável ao investimento privado na indústria, o ingresso de capital estrangeiro (em especial durante o governo JK). “Configurou-se claramente uma articulação econômica assentada numa espécie de tripé: o Estado, o capital estrangeiro e o capital privado nacional — o segmento mais débil do tripé” (Netto, 2014, local. 37). O governo Jango, portanto, defrontava-se com um cenário de elevação inflacionária; retração do PIB, que contava com menor participação da produção industrial, e drástica redução do investimento estrangeiro, o que contribuiu grandemente para desestabilizar uma economia que era claramente dependente. De acordo com Netto (2014, local. 36),

o decréscimo do investimento estrangeiro foi assustador (em milhões de dólares): em 1961, 39,2; em 1962, 20,1 e, em 1963, 4,3 e, ademais, a partir de 1959, os recursos externos obtidos pelo governo brasileiro para financiar a sua dívida foram contraídos através de empréstimos de curto prazo — e estas duas circunstâncias deviam-se às pressões conjugadas dos Estados Unidos e do FMI. E tudo isto com a inflação crescendo em seta: 1961, 43,15%; em 1962, 55,14%; em 1963, 80,59%; e, em 1964, 86,56%.

Diante desta, que se caracterizava como uma crise estrutural do capitalismo brasileiro e que, portanto, exigia uma reestruturação generalizada das instituições a um padrão de acumulação diferente, o encaminhamento de

resoluções para a crise exigia transpor o plano estritamente econômico, remodelando instituições políticas e sociais.

Se se quisesse — e este era o horizonte de Jango e seus colaboradores mais próximos — conduzir o equacionamento da crise garantindo a soberania (ou seja, numa perspectiva nacionalista, com o centro decisório da orientação macroeconômica no interior do país) e no marco das instituições democráticas e da sua ampliação, as soluções para a crise econômica estavam hipotecadas ao que à época chamou-se de *reformas de base*. Entre elas, eram importantes: em primeiro lugar, a *reforma agrária*, quebrando o monopólio oligárquico da terra (expresso na dominância do latifúndio), aumentando e barateando a oferta alimentar e travando o êxodo rural; a *reforma tributária e fiscal*, de forma a assegurar a racionalização das principais fontes do fundo público; a *reforma bancária*, de molde a constituir um sistema de crédito capaz de subsidiar o financiamento do prosseguimento do processo da industrialização pesada (e de criar um mercado financeiro compatível com as exigências deste processo); e uma *reforma urbana*, apta a regular socialmente o uso do solo citadino (Netto, 2014, local. 37).

A proposta de realizar as reformas em questão foi logo rechaçada por políticos conservadores – em especial pela UDN, que intensificou sua oposição ao governo – e pelo empresariado brasileiro, acompanhados pela mídia hegemônica, atores que defendiam os próprios interesses, alinhados a interesses externos, sobretudo dos Estados Unidos, enquanto buscavam desestabilizar o governo Jango, incutindo nos cidadãos a ideia de que este era incompetente, corrupto, violador dos “valores cristãos e ocidentais”, e inclinado a promover uma revolução comunista no país. É bem verdade que isso não caracterizava de fato o governo em questão nem traduzia suas reais intenções. Seus objetivos eram, quando muito, “reformular as instituições, melhorar a vida de certas camadas da população e viabilizar alguns processos de emancipação da economia brasileira. Não tinha intenção de quebrar, nem mesmo de leve, a hierarquia de classes” (Chiavenato, 2004, p. 11).

É importante esclarecer, ainda, que esses setores não se aglutinam repentinamente contra o governo apenas em resposta à intenção deste de implementar as reformas de base. A semente do movimento golpista que emergiria em 1964 já havia sido plantada, desde o Plano Cohen – quando os responsáveis pela confecção e divulgação deste sequer foram punidos –, e seguiria se enraizando até que fosse novamente possível colocar em prática a tomada do poder. A aliança entre políticos conservadores, militares, empresários

nacionais – incluídos aqui os proprietários de veículos de mídia –, governo norte-americano e capital privado internacional foi, aos poucos, dando origem a instituições voltadas à formação de um imaginário social defensor do imperialismo norte-americano ou, pelo menos, dócil, subserviente a ele.

Desde o início de 1962, o marechal Odylio Denys, o almirante Sílvio Heck (ex-presidente da Cruzada Democrática Brasileira Anticomunista), o brigadeiro Grün Moss – todos ex-ministros de Jânio contrários à posse de Jango – e Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal conservador, porta-voz da UDN, *O Estado de São Paulo*, já haviam iniciado as articulações para depor Jango. Na preparação prática do golpe, destaca-se, por sua vez, Mourão Filho – aquele que redigira o Plano Cohen em 1937 –, que se dedicou a reunir-se em sigilo com políticos, representantes da indústria, empresários ligados ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Ipes<sup>11</sup>, civis e militares, a fim de viabilizá-lo. Enquanto isso, a mídia, que se autoproclamava isenta, cuidava de gestar a atmosfera social de apoio, da qual o golpe precisava para se justificar. Dessa forma, este era alinhavado entre militares, proprietários de veículos de imprensa e representantes do grande capital.

Essa atuação ganhou uma ressonância ainda maior quando, em outubro de 1963, foi criada a “Rede da Democracia”: articulada por João Calmon, Roberto Marinho e Nascimento Brito (respectivamente operadores de *O Jornal* e da *Rádio Tupi*, *O Globo* e *Rádio Globo* e *Jornal do Brasil* e *Rádio Jornal do Brasil*), organizou-se uma cadeia de radiodifusão de audiência nacional que, integrada aos maiores jornais do país, mostrou-se capaz de uma ampla cruzada política e ideológica contra o governo (Netto, 2014, local. 55).

---

<sup>11</sup> “[entidade] estruturada com rigor, operando planejadamente, pretendia ser — e foi — uma espécie de “Estado-maior” das classes dominantes e seus associados estrangeiros; constituiu, de fato, o centro estratégico de formulação e intervenção política do empresariado brasileiro (participavam da sua gestão, entre outros representantes das “classes produtoras”, figuras do *Centro das Indústrias do Estado de São Paulo/CIESP*, da *Associação Comercial do Estado de São Paulo/ACESP*, da *Federação das Indústrias do Estado de São Paulo/FIESP*, do *Conselho das Classes Produtoras/CONCLAP*, da *Confederação Nacional da Indústria/CNI*, da *Confederação Rural Brasileira/CRB*, do *Sindicato de Companhias de Seguros*, do *Clube de Lojistas do Rio de Janeiro* e da *Federation of American Chambers of Commerce*). Com vários departamentos especializados, o IPES produzia relatórios, acompanhava a conjuntura econômica e política, formulava projetos, divulgava matérias para os veículos de comunicação, providenciava publicações — esta a sua face pública, para a qual arregimentou intelectuais de muitas áreas (desde literatos como Rubem Fonseca, Raquel de Queiroz, Odylo Costa Filho e Augusto Frederico Schmidt até economistas, sociólogos e advogados como Antônio Delfim Netto, Mário Henrique Simonsen, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Artur Rios, Miguel Reale e L. A. da Gama e Silva) (Netto, 2014, local. 45).

A esquerda, por sua vez, no início da década de 60, começava a contar com outros núcleos revolucionários, de modo que o PCB, também chamado “Partidão”, perdia a espécie de monopólio, de que gozava até então, na representação do pensamento revolucionário. Em 1961, nasce a Organização Revolucionária Marxista — Política Operária/ORM-POLOP, conhecida como POLOP. Sua formação contou sobretudo com o envolvimento de intelectuais (universitários e jornalistas). Já em 1962 – a despeito da forte adesão da Igreja Católica à cruzada antidemocrática contra o governo Jango –, nasceu a “Ação Popular (AP), vertente esquerdista da Juventude Universitária Católica, que até o final dos anos 50 servira ao conservadorismo dentro do movimento estudantil” (Gaspari, 2002a, local. 236). Esta (a AP), então, cumpriria um papel de resistência ao regime civil-militar na condução do movimento estudantil. Ainda em 1962, resultado de fratura no PCB, surge o Partido Comunista do Brasil – PCdoB.

No início de 1964, aumenta a tensão. Jango demonstra maior aproximação aos movimentos estudantil e sindical. Em 13 de março de 1964, o presidente aceita o convite deste [movimento sindical] para participar de ato, no Rio de Janeiro, em frente à estação ferroviária da Central do Brasil, em defesa das reformas de base. A resposta veio seis dias depois, em 19 de março de 1964, em São Paulo, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que contou com patrocínio da CIA, tendo sido organizada por entidades religiosas – com destaque para a Igreja Católica – e por setores conservadores de direita, que se colocavam contrários às reformas, por defenderem que, por meio destas, o comunismo ganharia espaço no Brasil. Esta se replicaria em outras cidades do País até o início do mês de junho daquele ano.

Em paralelo, a alta oficialidade documenta entre si a alternativa de deposição do presidente – através da Circular Reservada, de 20 de março. Além disso, articula-se com os governadores de Minas Gerais, São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul e Paraná, a fim de buscar um fato novo que pudesse convencer os setores da oficialidade que demonstravam apreço pelo que entendiam por defesa da legalidade diante da proposta de intervenção por parte das Forças Armadas.

O fato novo eclodiu em 25 de março, na forma de uma reunião de marinheiros – possivelmente articulada por agente infiltrado da CIA –, cuja

realização havia sido proibida pelo ministro da Marinha. Como mais um aspecto da ameaça comunista, cria-se, portanto, entre a oficialidade, a atmosfera de receio de que o desrespeito à hierarquia militar se generalizasse entre os militares de baixo escalão. Estes, vale ressaltar, contavam com a simpatia de Jango, que se fez presente em reunião convocada pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar, em 30 de março, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, na qual o presidente os convocou a defender a legalidade. Estava armado o cenário para o golpe.

Alguns conspiradores consideraram que a reiterada solidariedade de Jango aos militares de baixo escalão — manifestada novamente nesta reunião — era intolerável e, em Minas Gerais, com o aval do governador Magalhães Pinto, precipitaram o movimento golpista: no dia 31, sem o conhecimento de boa parte da cúpula militar que dirigia a conspiração, os generais Carlos Luiz Guedes, em Belo Horizonte e, em Juiz de Fora, Olímpio Mourão Filho — conhecida figura do integralismo, que em 1937 forjou o “Plano Cohen”, suposto documento da Internacional Comunista para a “tomada do poder no Brasil” — puseram as suas tropas na rua (Netto, 2014, local. 61).

Do ponto de vista das Forças Armadas, a situação estava definida ao final do dia 1º de abril, uma vez que o principal ministério militar do governo, a Casa Militar, permanecendo inerte, não articulou a defesa deste junto aos militares legalistas, a fim de que se opusessem ao golpe ou mesmo resistissem a ele. Dessa forma, não havia suficientes forças militares dispostas a defender a manutenção da legalidade democrática. Do ponto de vista político-institucional, o golpe se consuma na madrugada do dia 2 de abril, quando o presidente do senado declara vacância da Presidência da República, assumindo provisoriamente o cargo o deputado Ranieri Mazzili (quem os golpistas gostariam que assumisse quando da renúncia de Jânio). Este, por seu turno, respondia formalmente pela função, mas não tomava as decisões efetivamente. Esta era atribuição do autoproclamado “Supremo Comando Revolucionário”. A composição destes contava com os novos nomeados ministros militares — o general Arthur da Costa e Silva, da Guerra, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha, e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica (Netto, 2014). Vale ressaltar que a tomada do poder pelos militares defende, em grande medida, os interesses do grande capital (tanto externo quanto nacional) e se caracteriza como subserviente à

política imperialista norte-americana, de quem recebeu promessa de apoio militar e material para levar a cabo a deposição de Jango. Esses atores desempenharam o papel de sustentáculo do golpe e se serviram financeiramente dele, o que justifica nomear o período também como ditadura do grande capital.

Em entrevista a Ana Castro, biógrafa de Ana Rosa, Ana Maron, amiga desta desde os tempos do *Dror* e estudante de História da USP naquela ocasião, relembra como o movimento repressivo já começou a atuar com o emprego de violência em relação aos estudantes e em espaços universitários desde seus primeiros momentos. Ela afirma:

No primeiro de abril de 1964 eu estava com a Ana Rosa lá na Maria Antônia [rua na qual se localizava a Faculdade de Filosofia da USP, na qual os estudantes da Química cursavam a disciplina de Matemática]<sup>12</sup>. [...] E de repente começou a chegar polícia e entrar no prédio da USP [...]. A gente entrou por uma porta e logo saiu pela outra e fomos até a esquina [...]. A polícia chegou e fechou os estudantes lá dentro. E a Ana Rosa decidiu voltar para a faculdade. E apanhou com o pessoal que estava lá. Não sei porque ela voltou para o prédio. Acho que ela pensou que tinha que ficar solidária com quem estava lá (Maron *apud* Castro, 2018, p. 89).

A partir daquele momento, a arbitrariedade, a violência, a perseguição e a repressão se institucionalizariam progressivamente e, portanto, se aprofundariam. Em 9 de abril, o governo edita o Ato Institucional/AI (posteriormente designado como Ato Institucional n. 1/AI-1), que teria vigência até 31 de janeiro de 1966, através do qual institucionalizava a perseguição a políticos, militares e servidores públicos contrários à sua agenda. Nos seus onze artigos, ampliava os poderes do Executivo – conferindo ao presidente a autoridade para cassar mandatos e suspender pelo prazo de dez anos os direitos políticos de parlamentares, servidores públicos, diplomatas, membros das Forças Armadas e intelectuais, bem como autorizando que este decretasse estado de sítio à revelia do Congresso Nacional. Além disso, foi realizada uma verdadeira operação de repressão a veículos de mídia (cuja postura era

---

<sup>12</sup> O curso de Química, naquele momento, estava vinculado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Mas suas aulas ocorriam em diferentes endereços. Apenas em 1966 é que o departamento seria transferido para o *campus* do Butantã, reunindo as disciplinas que até então eram cursadas em diferentes departamentos.

nacionalista), estudantes, sindicalistas e movimentos de trabalhadores do campo.

Na sequência imediata do 1º de abril, o golpe — autointitulado “Revolução”, com qualificativos vários: “redentora”, “salvadora” e outros que tais — mostrou a que veio: instaurou o arbítrio e a violência. Governadores legítimos e democraticamente eleitos foram depostos *manu militari* (o de Pernambuco, Miguel Arraes, o de Sergipe, Seixas Dória e, meses depois, em novembro, Mauro Borges, de Goiás) e políticos de oposição jogados nas cadeias. Irrompeu o terrorismo: líderes sindicais, estudantis e dirigentes de organizações nacionalistas e populares foram presos arbitrariamente e submetidos a tratamento vexatório; o movimento sindical passou por uma “operação limpeza”: de abril a dezembro, o novo regime interveio em 452 sindicatos, 43 federações e 3 confederações de trabalhadores urbanos; membros das Ligas Camponesas foram perseguidos e encarcerados; assassinatos foram cometidos (oficialmente, apenas 7 civis — nenhum militar — foram mortos no dia 1º de abril; ao longo do ano, morreram mais 13 pessoas); centenas de brasileiros escaparam do terror saindo pelas fronteiras do sul e levados de exilados refugiaram-se em embaixadas estrangeiras; milhares de domicílios, escritórios e consultórios viram-se invadidos e varejados; expurgo rigoroso iniciou-se nas Forças Armadas e em organismos estatais e autarquias; bibliotecas foram objeto de ataques e assaltos policiais; o ódio dos violadores da legalidade destruiu espaços de organizações e instituições culturais: no Rio de Janeiro, a sede nacional da UNE foi incendiada e a do ISEB<sup>13</sup>, vandalizada; jornais nacionalistas e democráticos (os poucos que existiam), editoras e livrarias foram empastelados e fechados (Netto, 2014, local. 63-64).

O primeiro presidente do período em que esteve vigente a ditadura civil-militar no País, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco — ladeado pelo vice-presidente, um civil, José Maria Alkmin, político mineiro e um dos fundadores do PSD, que se aliara à UDN na oposição a Jango — foi “eleito” indiretamente, em 11 de abril de 1964, por um Congresso Nacional ameaçado pela possibilidade de novas cassações.

Cerca de dois meses depois, em 13 de junho de 1964, o governo formaliza a criação do Serviço Nacional de Informações — SNI, sob a orientação do general Golbery do Couto e Silva. Este seria responsável por coletar as informações levantadas por diversos órgãos de espionagem federais e estaduais, civis e

---

<sup>13</sup> O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, foi um órgão criado em 1955, dotado de autonomia administrativa, liberdade de cátedra, de opinião e de pesquisa. Este atuou como espaço de difusão de ideias relacionadas à política nacional-desenvolvimentista, desenvolvendo estudos relacionados às ciências sociais, em especial filosofia, sociologia, economia e política e à aplicação destes ao entendimento da realidade brasileira. Na mesma semana em que se estabeleceu a ditadura civil-militar, decretou-se a extinção do órgão e, na sequência, instaurou-se um inquérito policial-militar (IPM) para investigar suas atividades, o que obrigou integrantes a se exilar do País.

militares, de modo a articular um ecossistema voltado ao controle social por meio da repressão. Exemplos de peças desse organismo, que, mais adiante, em 1970, passaria a ser chamado de “comunidade de informações”, são os serviços secretos do Exército (Ciex), da Marinha (Cenimar) e da aeronáutica (Cisa); a Divisão de Segurança e Informação (DSI), instalada em todos os ministérios e empresas estatais; além de oficiais da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e da 2ª seção do Exército (Kucinski, 1982).

Ao final do ano seguinte à consolidação do golpe, Ana se forma em Química e, logo após a formatura, assim como alguns colegas, passa a trabalhar como Instrutora de Ensino na faculdade, escolhida pelo professor Paschoal Senise, que posteriormente orientaria sua tese de doutoramento. Naquele momento, eram os docentes que escolhiam os instrutores, e estes não precisavam de título de pós-graduação para atuar no Ensino Superior. É importante sinalizar, ainda, que, em 1965, o qual correspondia ao seu último ano de graduação, Ana começou a ministrar aulas no tradicional Colégio Caetano de Campos. A relevância dessa informação se dá pelo fato de que é lá que ela conhece José Eli da Veiga, estudante secundarista com quem em seguida começa a namorar, e sobretudo porque é nesse espaço que Ana tem acesso ao que seria o início de sua atuação na militância de esquerda, uma vez que ambos são atraídos, em 1966, para a Ala Vermelha, grupo que se forma a partir de dissidências no interior do PCdoB, em decorrência da ausência de disposição deste para preparar a luta armada, compreendida como essencial por parte dos seus integrantes. Como Ana e José Eli participavam das assembleias do Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que congregava estudantes de todos os cursos, nas quais Ana costumava expressar sua opinião acerca do momento político que o País vivia, o que o fazia também na escola, ambos viraram alvo de recrutamento. José Eli foi convidado por um colega também secundarista para ingressar na Ala Vermelha e, em seguida, convidou Ana.

Foi também em 1966 que as eleições indiretas – modelo instaurado pelo AI-2 – indicaram uma importante mudança na condução do Estado. Isso porque, ainda que o chamado condomínio militar (cúpula das Forças Armadas, composta por Marinha, Aeronáutica e Exército, este com peso maior) tivesse se tornado o centro decisório no que diz respeito à gestão do país, este não contava com

unidade de pensamento e de posicionamento. Havia duas tendências opostas entre os militares. A primeira contava com representantes que provinham da Escola Superior de Guerra – ESG, centro superior de formação da *intelligentzia* militar, que recebeu o apelido de “Sorbonne”, aludindo – muito impropriamente – à tradicional universidade francesa. Há quem se refira também a esse segmento como “castelista”, por pertencer à linha de Humberto de Alencar Castelo Branco, que provinha da ESG. “Em geral, tratava-se de altos oficiais com uma concepção estratégico-elitista do seu papel na sociedade e com preocupações que iam mais além das tarefas profissionais e administrativo-burocráticas da vida da caserna” (Netto, 2014, local. 75). Já a segunda recebeu a alcunha de “linha dura”, pelo fato de que seus integrantes costumeiramente defendiam o pensamento direitista mais grosseiro, sendo “oficiais de visão estreita, pouco intelectualizados, pragmáticos” (Netto, 2014, local. 75). A queda de braço entre as duas correntes culminou na “eleição”, por um Colégio Eleitoral reunido em 03/10/1966, do general Artur da Costa e Silva, ligado à “linha dura”, que tomou posse em 15 de março de 1967, tendo como vice-presidente Pedro Aleixo, advogado, jornalista, professor e político filiado à Aliança Renovadora Nacional – ARENA, o partido do regime.

A essa altura, Bernardo cursava o último ano do curso de Física na USP e sua contribuição ao movimento de contestação ao regime se dava através de sua atuação na imprensa alternativa, uma das estratégias então adotadas por partidos e movimentos revolucionários, visto que “os jornais alternativos cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico [...]. Opunham-se por princípio ao discurso oficial” (Kucinski, 2001, p. 5). Para tanto, formou-se uma frente jornalística, que aglutinava diversos partidos e movimentos de esquerda em torno de um jornal. O *Amanhã*, surgido no seio do movimento estudantil, é o primeiro a compor essa frente. A convite do colega de curso Raimundo Rodrigues Pereira, Bernardo começou a fazer parte da equipe deste em 1967, colaborando com a seção de ciência. Adiante trabalharemos de modo mais detido sua atuação no jornalismo.

Ao final desse ano, ele concluiu a graduação em Física. Importa informar que foi lá que conheceu o colega de curso Wilson Silva, de quem se tornou amigo. Em alguns anos, este viria a ser esposo de Ana. Naquele momento,

entretanto, ela ainda se relacionava com José Eli, mas por pouco tempo. Este, como resultado de seu envolvimento no movimento estudantil, conheceu outra pessoa e se apaixonou por ela (curiosamente, também mais velha que ele, com perfil intelectualizado – como Ana Rosa – e líder do Partido Operário Comunista). Na sequência, não sem embaraços e tentativas de permanência por parte de Ana, deu-se o rompimento do casal entre o fim de 1967 e o início de 1968. Além de abalada pelo fim do relacionamento, Ana estava descontente com as estratégias e táticas adotadas pela Ala Vermelha, uma vez que já havia uma crítica interna de que a organização não se propunha de fato à luta armada.

Bernardo havia sido o ponto de convergência entre Ana e Wilson. Mas foi uma amiga de Ana, chamada Shirley Schreier, que atuou – a pedido desta – para aproximá-los. Wilson, nesse momento, fazia parte da direção da POLOP, da qual resolveu afastar-se após desentendimentos internos. Em 1968, eles começam a namorar e migram de suas respectivas organizações para a Ação Libertadora Nacional – ALN, que fora criada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, como decorrência de racha no PCB, uma vez que – ao contrário do entendimento do chamado Partidão – estes acreditavam que a libertação nacional passaria necessariamente pela ação armada direta.

Ainda no fim desse ano, precisamente em 13 de dezembro, Costa e Silva – homem da “linha dura” – edita o Ato Institucional n. 5, sem determinar sua vigência, e, com ele, sepulta a aparência democrática que seu antecessor pretendeu dar ao regime. Em um cuidadoso estudo sobre o período, Maria Helena Moreira Alves (*apud* Netto, 2014, local. 119-120) resumiu o AI-5 da seguinte forma:

Os poderes atribuídos ao Executivo pelo Ato Institucional n. 5 podem ser assim resumidos: 1) poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; 2) poder de cassar os mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo nos níveis federal, estadual e municipal; 3) direito de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos [...]; 4) direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários das burocracias federal, estadual e municipal; 5) direito de demitir ou remover juizes e suspensão das garantias ao Judiciário de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade; 6) poder de declarar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; 7) direito de confiscar bens como punição por corrupção; 8) suspensão da garantia de *habeas corpus* em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; 9) julgamento de crimes políticos por tribunais militares; 10) direito de legislar por decreto e baixar outros atos institucionais ou

complementares; e finalmente 11) proibição de apreciação pelo Judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do Ato Institucional n. 5. Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos.

Com a promulgação do referido ato institucional, na análise de Elio Gaspari (2002b), expressa-se uma clara modificação no interior do regime, que assume, portanto, uma face mais violenta e autoritária. Segundo ele,

Escancarada, a ditadura firmou-se. A tortura foi o seu instrumento extremo de coerção e o extermínio, o último recurso da repressão política que o Ato Institucional n° 5 libertou das amarras da legalidade. A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões (Gaspari, 2002b, local. 12).

Foi, portanto, durante o governo de Costa e Silva que o sistema de repressão composto pelos organismos já apontados começou a se reestruturar. Uma referência desse redimensionamento foi a criação da Operação Bandeirantes – OBAN, em 01 de julho de 1969, caracterizada pela instalação de um centro de repressão em São Paulo (inicialmente sediado na Rua Tutóia, em espaço cedido pelo 36º Distrito Policial), cujas atividades não cessavam, já que foi estabelecido um regime de turnos entre os seus operadores, que tinham como objetivo dizimar as organizações clandestinas de militância de esquerda, sob a alegação de que estas equivaliam ao que o sistema entendia como o “inimigo interno”. O órgão representou um casamento perfeito entre o público (Estado) e o privado, uma vez que suas ações receberam financiamento de empresas nacionais e internacionais, tais como Ford, GM, Camargo Correa, Bradesco e Ultragaz, dentre outras; assim como colaboraram a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e o grupo editor da *Folha de S. Paulo*.

A partir da experiência da OBAN, articulada, depois de 1970, ao Centro de Operações de Defesa Interna/CODI e ao seu Destacamento de Operações e Informações/DOI, diretamente vinculados aos comandos das unidades do Exército, o “modelo” se generalizou em todo o país. Sem prejuízo da ação dos serviços de informação das três armas e suas atividades repressivas, o núcleo operativo da repressão passou a concentrar-se na rede CODI/DOI: compartimentalizada, reunindo repressores das esferas federal, estadual e municipal, procurando ocultar a identidade dos seus componentes policiais e militares (através do uso de “nomes de guerra”, ou “codinomes”, tal como os grupos da oposição clandestina), a rede CODI/DOI instituiu a tortura sistemática como norma procedimental (incluindo nela membros do Exército, Marinha e Aeronáutica e das polícias civis e militares) e, sem

hesitar diante da eliminação física dos adversários, inovou ao criar a figura do “desaparecido político” (Netto, 2014, local. 122, grifo nosso).

É bem verdade que o recurso aos assassinatos, a essa altura, já se constituía em uma prática da repressão política. Mas, até então, o regime ainda se preocupava em adotar formas para disfarçá-los, alegando, por exemplo, que a morte se havia dado em decorrência de suicídio, de resistência à prisão ou mesmo de atropelamento em consequência de tentativa de fuga. Até aqui, havia o corpo. A partir de outubro de 1969, o assassinato seguido do desaparecimento do corpo da vítima se tornou uma prática.

Entretanto, nesse momento, o país já não contava com Costa e Silva na presidência. Vítima de um acidente vascular cerebral, este teve seu mandato abreviado em fins de agosto de 1969, tendo sido substituído por uma Junta Militar (composta pelos ministros militares), cujo objetivo foi impedir que o vice-presidente, um civil, assumisse o cargo.

Importante assinalar que, no intervalo entre o afastamento deste e a posse de seu sucessor, precisamente em setembro de 1968, agrupamentos envolvidos na luta armada (especificamente o MR-8, com o auxílio da ALN) sequestraram o embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, cuja liberação foi atrelada às exigências de “libertação de quinze presos políticos” e de divulgação de um manifesto à nação “pelas principais emissoras e jornais” (Gaspari, 2002b, local. 90). A cúpula do regime, surpreendida pela ação, cedeu de imediato. Na sequência, além de realizar uma verdadeira caçada aos responsáveis pela ação, o que resultou em prisões, torturas e assassinatos seguidos de desaparecimento de corpos, como atitude imediata, a Junta editou os Atos Institucionais nº 13 e nº 14, que claramente institucionalizavam a barbárie, ao prever – respectivamente – as penas de banimento, prisão perpétua e morte a envolvidos na “guerra revolucionária subversiva” (Netto, 2014).

Em 30 de outubro, o Congresso Nacional foi retirado do recesso que lhe havia sido imposto para “eleger” presidente mais um militar ligado à “linha dura”, o general Emílio Garrastazu Médici, tendo o almirante Augusto Rademaker na condição de vice-presidente. Médici governaria até 15 de março de 1974 e, “apesar de prometer o ‘restabelecimento da democracia’ até o final do seu mandato, [...] [legaria] o regime ainda mais duro e fechado do que havia recebido” (Kucinski, 1982, p. 16). Nas palavras de Netto (2014, local. 126), “os

anos em que esteve à cabeça do Executivo federal foram os anos de esplendor do *Estado de segurança nacional* — vale dizer: os anos do apogeu do terrorismo como política de Estado”. Gaspari (2002b, local. 162) tenta dar a dimensão da escalada da repressão apresentando os seguintes números:

Entre 1964 e 1968 foram 308 as denúncias de torturas apresentadas por presos políticos às cortes militares. Durante o ano de 1969 elas somaram 1027 e em 70, 1206. De 1964 a 1968 instauraram-se sessenta IPMs<sup>14</sup> contra organizações de esquerda; só em 69 abriram-se 83 novos inquéritos. O da ALN formou doze volumes, com 3 mil páginas e 143 indiciados. Em apenas cinco meses, de setembro de 1969 a janeiro de 70, foram estourados 66 aparelhos, encarceradas 320 pessoas e apreendidas mais de trezentas armas.

Em contraponto àquilo que produziu efetivamente, logo após tomar posse, diante do surgimento de rumores de tortura por parte das Forças Armadas, Médici declarou que não toleraria a adoção dessa prática pelo aparato de segurança pública. A despeito da impossibilidade de precisar, naquele momento, se esta era uma declaração cínica ou sincera, a redação da Revista *Veja* — fundada em 1968 por Mino Carta, composta por jornalistas jovens e tendo a classe média como público-alvo — a qual Bernardo integrava, usou a declaração como pretexto para a elaboração de um dossiê, a fim de supostamente ajudar o presidente nessa “missão”. Diante disso, a revista publicou duas edições sobre tortura (os números 65 e 66, de 03 e 10 de dezembro de 1969, respectivamente). Conforme declaração de Bernardo, em entrevista publicada como anexo à edição brasileira de *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*,

O material foi levantado rápido, porque foi um processo jornalístico, uma decisão editorial. “A revista vai fazer um dossiê”, então — na época se mandava telex — mandaram telex para todas as sucursais levantarem casos de tortura, com detalhes. E o pessoal mandou tudo para a Redação, coisa assim de quinze dias (Kucinski *apud* Karepovs; Chaves; Soncini, 2013, p. 221).

Então, provavelmente, a fim de fugir de retaliações, Mino Carta e Raimundo Rodrigues Pereira — que havia organizado diretamente as edições — não apresentaram o resultado do trabalho apenas como um artigo ou uma reportagem, mas enviaram o dossiê ao presidente, com vistas a caracterizar a

---

<sup>14</sup> IPM: Inquérito Policial-Militar.

ação como uma suposta prestação de serviço que se fazia a ele. É bem verdade que a *Veja* ficou isolada e a represália não tardou, uma vez que, ao contrário do que a equipe esperava, os demais veículos de imprensa não se dispuseram a ampliar as discussões sobre o tema, permanecendo emudecidos a esse respeito. No mês seguinte, isto é, janeiro de 1970, a pressão sobre a revista se intensificou e, em decorrência disso, toda a equipe comandada por Raimundo Pereira foi demitida.

Nesse ano, diante do recrudescimento da repressão, Bernardo decidiu acompanhar sua esposa (com quem se casara no ano anterior), Mutsuko Yamamoto Kucinski, professora de Física, que viajaria para realizar estudos de pós-graduação<sup>15</sup> na Inglaterra. Dessa forma, ele se refugiou naquele país. Algum tempo antes da viagem, Bernardo foi procurado pelo jornalista e dirigente do Partido Operário Comunista, Luiz Eduardo Merlino, com quem trabalhara no *Amanhã*. Este lhe pediu que escrevesse um livro com base no dossiê que havia sido levantado pela equipe da *Veja* – a qual mantinha uma cópia em seu Departamento de Documentação (Dedoc) –, a fim de denunciar as práticas de tortura implementadas pelo regime. Merlino garantiu que, em caso de aceite, ele conseguiria publicar o volume fora do Brasil. Bernardo aceitou a proposta e, em parceria com Ítalo Tronca, escreveu a obra intitulada *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*, “primeira denúncia sistemática de caráter internacional sobre as graves violações de direitos humanos perpetradas pela ditadura que se instalara no poder, por meio do golpe de Estado ocorrido em 1964, no Brasil” (Karepovs, 2013, p. 11). O manuscrito viajou à Inglaterra na mala de Mutsuko e, de lá, no Natal de 1970, Bernardo o levou a Paris, a fim de entregá-lo a Merlino. A obra contou com uma edição francesa em 1971 e uma mexicana em 1972.

Ainda em 1970, precisamente em 11 de julho, Ana se casa em segredo com Wilson Silva, tendo retirado – após o matrimônio – o sobrenome Kucinski, passando a chamar-se Ana Rosa Silva<sup>16</sup>. Entretanto, ela “o manteve em sua vida

---

<sup>15</sup> Entre 1970 e 1971, Mutsuko cursou o mestrado na University of Sussex, situada em Falmer, a cerca de 87 quilômetros de Londres. Na mesma instituição, entre 1971 e 1974, realizou seu doutorado. Durante todo o período, contou com o fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e desenvolveu estudos na área de Astronomia.

<sup>16</sup> Em diversos documentos, textos jornalísticos e acadêmicos, é fácil encontrar menção à justaposição dos sobrenomes, isto é, Ana Rosa Kucinski Silva. Entretanto, este não está grafado dessa forma em sua certidão de casamento nem foi utilizado por ela dessa maneira, uma vez que Ana seguiu usando socialmente apenas Kucinski como sobrenome, ao passo que, em termos de documentação, este havia sido substituído por Silva. Esse é um dado importante,

civil oficial, na faculdade e em outros documentos” (Castro, 2018, p. 121). Omitindo a informação do irmão mais velho (Wulf), do pai e dos demais parentes, Ana partilha apenas com Bernardo e Mutsuko, a quem ela não poupa afeto e com quem se corresponde por cartas durante todo o período em que estes estiveram ausentes do País. Nessa correspondência<sup>17</sup>, Ana tece críticas ao governo, aos veículos de imprensa, ao capitalismo; comenta a cena cultural brasileira; divide com o irmão e a cunhada seus planos de viajar com Wilson; narra os conflitos que ela vivencia com o pai; além de reiteradas vezes falar da insatisfação com o trabalho e das dificuldades que enfrenta no desenvolvimento de sua pesquisa de doutorado, a qual conseguiu concluir em fins de 1972, segundo carta enviada ao irmão. Por outro lado, a despeito do diálogo aberto que mantém com o irmão e a cunhada, jamais confia a Bernardo e a Mutsuko que ela e o esposo são militantes da ALN.

Nos últimos meses de 1973 e os [sic] primeiros de 1974, Ana Rosa vivia uma montanha-russa de emoções. A repressão estava fechando o cerco e naquele momento ser preso era um privilégio. Os militantes desapareciam sem rastro. Os poucos militantes ainda vivos ou [sic] no país estavam completamente clandestinos. Ana Rosa cultivava a esperança de sair do país com seu companheiro (Castro, 2018, p. 165-166).

Em fins de 1973, ela expõe esse desejo a Sylvio Band, amigo dos tempos de *Dror*, quando o procurou para pedir ajuda financeira e aproveitou para dividir o temor de ser morta pelos agentes do regime. Ele ficou impressionado com a aparência física e com o modo assustado como ela se portou, afirmando que não poderia ficar muito e, ao despedir-se, optando pelo elevador de serviço, sem querer que ele a acompanhasse até a rua. Em entrevista a Ana Castro (2018, p. 166), este declarou: “Um dia o porteiro me disse que tinha uma moça querendo

---

porque não se trata de uma escolha destituída de significado maior, mas aponta para o fato de que Ana, em realidade, experimentou uma dupla identidade em razão de sua militância política. Reconhecendo a relevância desse dado, Bernardo Kucinski solicitou à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), instituída pela Lei nº 9.140/1995, sua inclusão nos documentos produzidos. Entretanto, apenas no terceiro volume do relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade grafa-se Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva e se registra a seguinte informação: “Em 1996, o irmão de Ana Rosa, o senhor Bernardo Kucinski, solicitou à CEMDP que o nome de sua irmã fosse registrado de duas formas, com seu nome de solteira (Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva) e com seu nome de casada (ANA ROSA SILVA). A CNV acredita ser importante tal registro, tanto pelo valor simbólico, de respeito à memória dessa militante política, quanto por tratar-se de importante informação para a pesquisa em banco de dados produzidos por órgãos oficiais” (Brasil, 2014c, p. 1652).

<sup>17</sup> Diversas dessas cartas (na integralidade ou parcialmente) foram publicadas em Castro (2018).

falar comigo [...]. A gente não se via há anos. Eu mandei subir e me aparece uma Ana Rosa totalmente transtornada, insone, magérrima, abatida, nervosa”. Diante da situação, ele lhe ofereceu ajuda para que ela saísse do País. Esta afirmou não poder aceitar porque seu companheiro não concordaria.

Já no início de 1974, Ana entrou em contato com o historiador Moniz Bandeira, antigo companheiro da POLOP e amigo de Wilson, a fim de que ele convencesse seu esposo a deixar o Brasil. A tentativa dele junto a Wilson foi infrutífera, uma vez que este – sob a alegação de que estava financiando o que restou da ALN com seu salário e que, se saísse do País, a organização não sobreviveria – estava irredutível; inclusive afirmou ao amigo acreditar que estava cumprindo seu dever e, considerando que o cerco se fechava cada vez mais, resoluto, tinha ciência de que aquele seria seu último de ano de vida (Castro, 2018). E foi. Ana e Wilson foram capturados pelos repressores em 22 de abril de 1974. Naquele dia, entendendo que a possível fuga para se esquivar do cerco que se fechava no seu entorno seria tentar sair de casa por um tempo, requerendo uma licença para cuidar da saúde, Ana havia ido, no fim da manhã, ao prédio da Faculdade de Saúde Pública da USP, onde trabalhava sua amiga Ignez Salas Martins, pedir que ela intercedesse em seu favor junto ao professor Paschoal Senise, chefe e orientador de Ana, a fim de que este autorizasse o afastamento dela. Elas falaram rapidamente, e Ana ficou de retornar por volta das 14 horas, para que pudessem conversar melhor e combinar como iriam agir, mas não voltou. Foi através de telegrama<sup>18</sup> enviado a Bernardo por Ignez Salas Martins, Shirley Schreier e Sergio Massaro, amigos de Ana, que a família foi avisada de seu desaparecimento e começou a empreender as buscas, que – vale ressaltar – não tiveram êxito, de modo que, em 1976, Meir falece sem haver conseguido encontrar a filha, ou mesmo o corpo, ou, ainda, qualquer informação consistente.

---

<sup>18</sup> Ao narrar o episódio a Castro, biógrafa de Ana, Sergio Massaro conta que, como havia imposição de censura também a correspondências, os amigos entenderam que não deveriam escrever diretamente do que se tratava, mas garantir que, ainda assim, a família pudesse compreender a situação. Então, apontaram a poodle de Ana como desaparecida. “A cachorrinha da Ana era muito conhecida. Ela vivia fazendo propaganda da Filó para todos os amigos. Então mandamos o telegrama a Bernardo em Londres falando algo como: Bernardo, estamos preocupados. A Filó sumiu há uma semana e não a encontramos. Não sabemos o que aconteceu. Foi assim que avisamos a [sic] família da Ana Rosa que ela tinha sumido” (Massaro *apud* Castro, 2018, p. 177-178).

Pouco antes do desaparecimento de Ana, os “castelistas” voltam ao poder central, em 15 de março de 1974, quando tomam posse como presidente e vice, respectivamente, os generais Ernesto Beckmann Geisel e Adalberto Pereira dos Santos, que governaram até 15 de março de 1979. O início do governo Geisel foi marcado pela crise do petróleo no mercado internacional, com a disparada do valor do barril, o que impactou grandemente o mercado nacional, largamente dependente. Era o prenúncio do fim do apregoado “milagre econômico”. Diante disso, a burguesia, que até então apoiava o governo, começou a afastar-se e a fazer campanha contra o que resolveu chamar, em tom de crítica, de “estatização da economia”, tendo como porta-voz o economista (reacionário) Eugênio Gudin. Nas palavras de Bernardo Kucinski (1982, p. 31) “para ficar com os lucros das empresas estatais, a burguesia estava disposta a pagar o preço de um ligeiro aumento no grau de liberdade do sistema”. Conforme defendia Gudin (*apud* Kucinski, 1982, p. 31), seria necessário começar

[...] por devolver ao poder judiciário as garantias da inteira independência, inerentes à função em um país civilizado. Restabelecendo a vigência dos Direitos Fundamentais, mas ao mesmo tempo formulando e promulgando leis eficazes de salvaguarda e de remédios legais, prontos e seguros, indispensáveis à garantia da ordem e segurança para o exercício do governo.

Apresentava-se a receita da “lenta, gradual e segura distensão”, que Geisel tratou de seguir à risca. Em outras palavras, significava uma abertura com importantes limitações e compensada com mecanismos adicionais de controle do poder, que se traduziam, por exemplo, na substituição dos poderes discricionários e dos atos de exceção pela introdução na legislação de “remédios” que permitissem ao governo adotar mecanismos autoritários para supostamente garantir “a ordem e a segurança”. Tratava-se, portanto, de levar a cabo um “aperfeiçoamento” do regime, a fim de lhe garantir sobrevida. Afinal, houvera uma resposta a este nas eleições legislativas de 1974, quando os eleitores garantiram à esquerda maior espaço nas casas legislativas, traduzindo o pleito como uma espécie de plebiscito contra o governo que vinha se mantendo no comando do País através de eleições indiretas cujo objetivo era conservar o poder central nas mãos dos militares. Foi no final da década de 1970 que eclodiram as greves do operariado do ABC paulista – referência às

concentrações da macrorregião de São Paulo: os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano – que contribuíram para fazer com que o regime perdesse força, ainda que este tenha conseguido conter as greves em seguida, realizando repressões e intervenções nos sindicatos (Gaspari, 2016). Em resumo, os

cinco anos de governo configuram uma quadra extremamente complexa do ciclo ditatorial: esgota-se o ‘milagre econômico’, reduz-se fortemente a legitimação do terrorismo de Estado com o adensamento da resistência democrática, aparecem tensões e fraturas no bloco de apoio ao regime e registra-se a reinserção da classe operária na cena política (Netto, 2018, local. 157).

Tendo sido apoiado por Geisel nas eleições indiretas de 1978<sup>19</sup>, em 15 de março de 1979, o general João Batista de Oliveira Figueiredo é empossado presidente, ao lado de seu vice, o civil Antônio Aureliano Chaves de Mendonça (este filiado ao conservador Partido Democrático Social – PDS, sucessor da ARENA após o retorno do pluripartidarismo). Figueiredo governaria até 15 de março de 1985 e levaria adiante a “abertura” iniciada no governo Geisel. Uma das medidas “aberturistas” foi a promulgação da Lei da Anistia (Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979). Esta foi duramente criticada pela direita, mas é bem verdade que esteve longe de ser “ampla, geral e irrestrita”, como a oposição demandava, uma vez que não permitiu que militares expurgados das Forças Armadas reassumissem seus postos, bem como não se estendeu aos opositores a quem o regime atribuíra “crimes de sangue”. Nas palavras de Gaspari (2016, local. 169), “a anistia que Figueiredo mandou ao Congresso foi menor do que pedia a praça. O presidente insistira em não estendê-la a ‘terroristas’ e cuidou para que isso ficasse expresso no projeto”. Já na análise produzida por Netto (2014, local. 191), para além das restrições impostas pelo texto legal,

sua grande e fundamental limitação consistiu em cobrir com o mesmo “manto do esquecimento” os atos dos que lutaram contra a ditadura (que foram punidos duramente, sem qualquer proteção de um Estado de Direito) e os atos daqueles que a serviram nos aparelhos repressivos: os agentes públicos, civis e militares, que conduziram o terrorismo de Estado (seviciando, torturando, assassinando/“desaparecendo” os opositores) também foram

---

<sup>19</sup> Conforme Gaspari (2016, local. 27), “o quinto general-presidente seria eleito em outubro de 1978 por 581 parlamentares e delegados das assembleias legislativas, um Colégio Eleitoral em que o governo tinha maioria assegurada”.

anistiados, interditando-se a possibilidade da sua responsabilização criminal.

Enquanto a abertura caminhava no plano jurídico, o desastre econômico se aprofundava, caracterizado por queda no PIB, redução considerável na renda *per capita* da massa populacional e desemprego em alta. Essa situação dava as condições para que as bases sociais e políticas caminhassem para uma ruptura com o regime.

A insatisfação generalizada, o descrédito da política econômica (e não somente da política salarial) do governo e os sinais de deterioração inclusive da sua base político-parlamentar levaram, ao longo de 1983 e especialmente de 1984, à acentuação do desgaste e do isolamento do regime ditatorial (Netto, 2014, local. 210).

O enfraquecimento se evidencia quando Figueiredo e o “condomínio militar” – ao contrário do que ocorreu aos demais ditadores do período, que conseguiram “eleger” indiretamente os sucessores que apoiavam – não conseguem definir o nome de um sucessor e encaminhar sua eleição, entregando ao PDS a decisão sobre o candidato do regime.

Os trabalhadores, com os movimentos grevistas e a atuação dos sindicatos, seguiam contribuindo para pressionar o regime e transformar a “abertura” – estratégia adotada por este para realizar algumas mudanças e manter-se no poder, tratando-se apenas de um projeto de autorreforma – em processo de democratização.

Ganha força também o movimento popular por eleições diretas para a presidência da república, intitulado Diretas Já. “Ainda em abril de 1983, um jovem deputado federal do PMDB de Mato Grosso, Dante de Oliveira, apresentou uma proposta de emenda constitucional para tornar direta a eleição presidencial do sucessor de Figueiredo” (Netto, 2014, local. 212). Esta não contou com votos suficientes para ser aprovada na Câmara dos Deputados, embora tenha alcançado apoio expressivo. Entretanto, isso não impediu a derrota do regime por meio de um de seus principais instrumentos, o Colégio Eleitoral, que elegeria – em 15 de janeiro de 1985 – a chapa contrária ao regime (e, portanto, aos nomes indicados pelo PDS), respectivamente para presidente e vice, Tancredo Neves e José Sarney, que representavam a Aliança Democrática.

É bem verdade que esta merece uma série de críticas, por caracterizar um compromisso costurado “pelo alto”, um pacto elitista, de modo a implementar a supressão de um regime político recusado pela parcela majoritária da população através da conciliação com aqueles que foram responsáveis por ele. Mas, para a finalidade do trabalho de leitura das obras de Bernardo Kucinski que constituem nosso objeto de estudo, aqui se encerra o período histórico sobre o qual era necessário lançar um olhar, entrelaçando-o a momentos importantes da trajetória da família Kucinski, sobretudo das vidas de Bernardo e Ana.

## 1.2 BERNARDO: O JORNALISTA E O LITERATO

B. Kucinski é a assinatura literária utilizada por Bernardo Kucinski, que, após uma vida dedicada ao jornalismo e à docência, aposentou-se compulsoriamente da Universidade de São Paulo – USP, em virtude de haver atingido a idade-limite (70 anos), e passou a dedicar-se à ficção.

Contudo, antes de nos debruçarmos sobre essa atuação de Kucinski enquanto escritor de literatura, é importante observar o percurso que este trilhou, pensando o desenvolvimento de seu trabalho como professor universitário e sobretudo como jornalista. Não se trata de uma necessidade de historiar pelo simples fato de tentar atribuir uma cronologia às atividades profissionais por ele desenvolvidas. Mas de reconhecer a relação que estas mantiveram, e continuam mantendo, com a necessária oposição ao regime totalitário que tomou o País em 1964 e, embora superado em 1985, não foi suficientemente vencido nos planos político, jurídico e social. Essa compreensão está lastreada no fato de que não houve a devida responsabilização (e a consequente punição) aos seus idealizadores e operadores, bem como se permitiu que o Estado continuasse por anos negando sua atuação violenta e criminoso, uma vez que – a título de exemplo dos prejuízos causados pela omissão deste – as famílias de mortos e desaparecidos políticos foram obrigadas a lutar por um longo período até obter o reconhecimento do falecimento de seus entes, e a decorrente emissão da certidão de óbito (necessária não apenas para validar o fato, mas para gerar as devidas consequências jurídicas deste). Importante salientar que, em seu exercício profissional como jornalista e professor, Kucinski ocupou-se de analisar os governos ditatoriais e fazer a crítica destes (nos planos político, social e

econômico). Enquanto escritor de literatura, por seu turno, propõe a reflexão – através da ficção – sobre as atrocidades perpetradas pela ditadura civil-militar, sem deixar de fomentar – em menor grau – as devidas análises acerca das problemáticas ligadas à atuação das organizações militantes de esquerda. Além disso, é possível compreender que sua obra ficcional promove um exercício de resistência a uma tentativa, mais recente, embora não objetivamente inédita, de instrumentalizar a memória sobre o período em questão. Essa investida, operacionalizada por um movimento político autônomo “conservador”, empreende esforços com vistas a realizar uma reescrita da história política, atribuindo aos algozes a equívoca condição de heróis.

### **1.2.1 Kucinski por Kucinski: do contexto no qual se forja o jornalista**

Pretendemos aqui fazer um esboço do modo como se fabrica o Kucinski jornalista, utilizando, para tanto, como referência fundamental o olhar que este, na condição de pesquisador, lançou acerca de sua constituição como tal, no bojo do desenvolvimento da imprensa alternativa que se contrapôs à ditadura civil-militar no Brasil. A obra que nos serviu de guia intitula-se *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* e foi apresentada originalmente como tese de doutorado, em 1991, à Escola de Comunicações e Artes da USP. Essa escolha não se atribuiu ao fato de que esta é reconhecida como a pesquisa de maior fôlego sobre a imprensa alternativa da qual dispomos, mas por contribuir para que possamos ler – com o auxílio das lentes do autor – o modo como se desenhou sua relação com a ditadura civil-militar, tema que atravessa toda a produção literária deste, em especial as duas obras analisadas no estudo aqui proposto.

Começamos, então, por analisar como se deu o exercício do jornalismo para Bernardo Kucinski, atividade que este começou a desempenhar em 1967, ainda durante a graduação em Física, na USP, com especial atenção a sua atuação na imprensa alternativa.

O fato de Bernardo Kucinski não haver ingressado em nenhuma das organizações de esquerda que adotaram estratégias de combate ao regime – incluindo, entre estas, a luta armada – não significa que este tenha permanecido alheio ao cenário político de então. Contrariamente, ainda na condição de

estudante da graduação em Física, ele começou a desenvolver atividade jornalística em publicações qualificadas como pertencentes à imprensa alternativa, pelo fato de – dentre outras características – desempenharem a “função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico” (Kucinski, 2001, p. 10).

É no contexto de articulação entre movimento estudantil, partidos e organizações de esquerda que é lançado, em São Paulo, precisamente em março de 1967, o semanário *Amanhã*. Em setembro do ano anterior, o movimento estudantil (proibido de se manifestar politicamente, isto é, de convocar greves e/ou de realizar protestos e paralisações desde a promulgação da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964) protagonizou uma série de manifestações, conhecidas como setembradas, com o objetivo de cobrar mais vagas nas universidades, além de se contrapor à privatização do ensino e à repressão que já se fazia presente nos espaços educacionais. As manifestações em questão inspiraram jovens na luta contra a ditadura, e uma das formas de realizar esse enfrentamento se deu através da constituição do que se entendeu como *frente jornalística*, isto é, a integração de partidos e organizações de esquerda em torno de um jornal. *Amanhã* figura, portanto, como o primeiro periódico a experimentar esse tipo de organização.

[...] foi em AMANHÃ que se criou o mecanismo de frente jornalística, pelo qual vários partidos de esquerda, mantendo seus jornais clandestinos ou de partido, unem-se na sustentação de um jornal, produzido sob padrões técnicos do mercado, voltado não só aos seus militantes, mas também a um público externo e distribuído nacionalmente (Kucinski, 2001, p. 33).

De acordo com Kucinski (2001), participaram de *Amanhã*, além de alguns jornalistas trotskistas e independentes, a POLOP, a dissidência do Partido Comunista e a dissidência estudantil PCdoB (Ala Vermelha). Raimundo Rodrigues Pereira<sup>20</sup>, então estudante do curso de Física da USP, que já atuava

---

<sup>20</sup> “Raimundo Rodrigues Pereira tinha 26 anos quando foi preso e expulso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos com outros estudantes, no calor do golpe militar de 1964, por suas atividades políticas. Foi acolhido pelo Instituto de Física, um dos mais politizados da Universidade de São Paulo, em que além da influência de cientistas de prestígio ligados ao Partido Comunista, como o professor Mário Schemberg, havia fortes núcleos de organizações clandestinas. Dali surgiram, nos anos seguintes, muitos quadros dirigentes dos grupos de luta armada. Raimundo havia sido um dos mais populares alunos no ITA, onde além

como jornalista (tendo iniciado essa atividade escrevendo para a *Médico Moderno* e, em seguida, passando a colaborar também com a *Máquinas e Metais*, revistas técnicas da Editora Abril), foi convidado a editar *Amanhã*. A atuação de Bernardo Kucinski no jornal, como colaborador da seção de Ciência, dá-se por intermédio do colega de curso.

O jornal obteve sucesso desde seu primeiro número, que circulou na primeira semana de abril de 1967 e vendeu cerca de sete mil exemplares. *Amanhã*, apesar de ter surgido como um jornal produzido pelo Grêmio da Faculdade de Filosofia da USP, possuía circulação nacional, com periodicidade semanal e demarcada visão de classe, uma vez que buscava discutir questões que impactariam diretamente a vida da classe operária, como, por exemplo, a instituição do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em substituição à estabilidade dos trabalhadores, de modo a fomentar reflexões e contribuir com a organização do movimento operário. Conforme o segundo volume do relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014b, p. 387), este

[...] era destinado a uma classe operária que tinha sido desarticulada pela repressão. [...] O jornal privilegiava uma linguagem de fácil acesso, destinada a seu público-alvo, os operários. Adotando frases curtas e fluentes, o veículo distanciou-se das características predominantes do jornalismo alternativo da época. O jornal era distribuído semanalmente em bancas selecionadas de São Paulo e Rio de Janeiro. Tanto pela forma de escrita quanto pela de distribuição, já estavam presentes no *Amanhã* os principais elementos dos jornais da imprensa alternativa que viriam a seguir, produzidos não somente por Raimundo Pereira.

A despeito de *Amanhã* possuir existência legal, sendo impresso, inclusive, na gráfica de *O Dia*, jornal de propriedade de Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo, “por receio da repressão, tanto os dirigentes quanto os redatores adotavam medidas típicas de atividade política clandestina” (Brasil, 2014b, p. 387). Conforme Kucinski (2001, p. 36), isso justifica o fato de que,

com a exceção de nomes consagrados, como Carpeaux, os artigos e reportagens não eram assinados. A redação funcionava precariamente, semi-clandestina [sic], no andar superior de um velho casarão que sediava o TUSP (Teatro Universitário da USP), na região

---

de fazer teatro, havia editado um boletim estudantil, revelando aptidão jornalística excepcional” (Kucinski, 2001, p. 35).

da Avenida Paulista, e só era conhecida pelos colaboradores mais próximos.

Apesar da importância de *Amanhã* no cenário de constituição da imprensa alternativa que atuou durante o período da ditadura civil-militar, o semanário teve vida breve, pois encerrou suas atividades após agentes do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) impedirem a impressão de sua edição de número 6 na gráfica de *O Dia*. A dissolução de *Amanhã* se dá aparentemente em virtude da repressão sofrida. Entretanto, na compreensão de Kucinski,

a ação policial apenas precipitou o fim do AMANHÃ, que já estava envolto em divergências internas insanáveis entre o PC e a POLOP, em virtude do que não se insistiu em sua publicação. No centro das divergências que levaram ao rompimento da frente jornalística, estava um encarte sobre guerrilhas na América Latina e em outras partes do terceiro mundo. Mais do que um exercício jornalístico, o encarte era uma proposta dissimulada de luta armada que conflitava com a linha editorial geral, voltada à conscientização do movimento operário (Kucinski, 2001, p. 36-37).

Dessa forma, *Amanhã* inaugura não apenas a frente jornalística como forma de aglutinação de partidos e organizações de esquerda em torno da sustentação de um jornal que visava maior circulação, mas aponta também para o fato de que os “rachas” – gerados por divergências ideológicas e por disputas pelo controle interno dos periódicos por parte das organizações atuantes nestes – serão constantes em diversos outros veículos da imprensa alternativa.

Após a dissolução de *Amanhã*, e valendo-se basicamente da mesma equipe que produziu o jornal, o Grêmio da Faculdade de Filosofia decide lançar *Grêmio Informa*, no início de 1968, voltado apenas aos estudantes. Apesar de não participar das primeiras edições, em virtude de ter críticas ao modo como *Amanhã* chegou ao fim, Raimundo Rodrigues Pereira é convencido por Luís Eduardo Merlino a voltar a integrar o grupo. A qualidade com que Pereira produziu a edição de *Grêmio Informa* de recepção aos calouros chamou a atenção de Paulo Patarra, editor da revista *Realidade*, que o convidou a contribuir com a publicação. Lançada pela Editora Abril em 1966 e vendendo tiragens crescentes, que chegaram a 400 mil exemplares, “REALIDADE fazia sucesso com um jornalismo baseado na reportagem social, na discussão crítica da moral e dos costumes, mostrando um Brasil real, em profundas

transformações” (Kucinski, 2001, p. 20). É importante ressaltar que, embora pertencesse ao grupo empresarial da editora Abril, a revista tinha um funcionamento interno com características de uma redação alternativa, visto que seus membros – dentre os quais muitos integravam células políticas – discutiam os rumos da revista com a direção em posição de igualdade, fazendo da redação um espaço de debate e de decisão democrática. Kucinski defende que, em razão de tais atributos, *Realidade* seria uma importante matriz do ciclo alternativo, servindo como fonte de duas das principais vertentes da imprensa alternativa, a existencial e a política. O segundo volume do relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014b, p. 383) sintetiza essas vertentes da seguinte forma:

Os jornais alternativos dividiam-se, basicamente, em duas classes distintas. Alguns, com características essencialmente políticas, valorizavam os ideais do nacional e do popular dos anos 1950, fundamentados pelo marxismo difundido entre os estudantes dos anos 1960. Outros periódicos tinham suas bases estabelecidas nos movimentos de contracultura norte-americanos e, por meio deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Os jornais com essa vertente cultural rejeitavam discursos ideológicos, propunham a ruptura cultural e promoviam a crítica dos costumes, do autoritarismo e do moralismo na sociedade.

Bernardo não chegou a integrar a equipe de *Realidade*. Por esse período, ele ingressou na editora Abril, particularmente nas revistas técnicas, conforme relata em entrevista que compõe o acervo do projeto *Resistir é Preciso*, realizado pelo Instituto Vladimir Herzog.

(...) através do Médico Moderno nós entramos no universo das revistas técnicas da Editora Abril. Máquinas e Metais, Química Moderna, eles tinham umas quatro ou cinco revistas (...). Sempre é o grupo junto, sempre o Raimundo levando os outros. Na verdade, o Ítalo [Tronca] levando o Raimundo e o Raimundo levando os outros (...). O grupo era o Raimundo Pereira, o Tônico [Ferreira], eu (...). E nós entramos na Editora Abril e na revista Máquinas e Metais é que eu me profissionalizo. Aí direto, aí já é sindicato dos jornalistas, carteirinha, tudo isso (Kucinski *apud* Pedro Neto, 2020, p. 132, grifo nosso).

No início de 1968, a editora – através do trabalho de captação desenvolvido por Mino Carta, que seria editor do periódico – dá início à atração de jornalistas para compor a equipe da revista *Veja*, que viria a substituir *Realidade*, também voltada ao público de classe média, mas um tanto menos

combativa e crítica que esta. *Veja* é lançada, então, em setembro daquele ano e amarga uma baixa vendagem. Mas, logo em seguida, recupera-se em virtude da competente cobertura da expedição à lua realizada pela NASA em julho de 1969, produzida por Raimundo Pereira, então responsável pela editoria de Ciência da revista. Foi ele o responsável por convidar Bernardo para compor a equipe do referido periódico, atuando na seção Vida Moderna (Karepovs; Chaves; Soncini, 2013, p. 220). Nas palavras de Kucinski (*apud* Pedro Neto, 2020, p. 132): “E logo, logo, a primeira oportunidade que ele tem, ele me leva e eu vou ser o editor de ciência na *Veja*, subeditor de ciência, na época chamava editor assistente de ciência”. Após o resultado obtido com a referida cobertura, Pereira assume também a editoria de Política do periódico.

Após a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, pairava um clima de cerceamento nos veículos de comunicação – embora ainda não se houvesse consolidado a censura prévia como *modus operandi* do regime para com a imprensa. Mesmo nesse cenário, *Veja* conseguia encontrar espaço para que seus colaboradores pudessem ainda exercer o jornalismo crítico.

Sob a chefia de Raimundo Pereira e com a participação de Élio Gaspari e Dirceu Brizola, entre outros, a equipe política da VEJA noticiou, em detalhes, a crise da disputa sucessória entre a linha dura nacionalista, que apoiava o general Albuquerque Lima, e o Alto Comando, que apoiava o general Médici, incluindo a tomada secreta do voto da oficialidade.

Em dezembro de 1969, aproveitando uma frase inadvertida de Médici, de que seu governo não admitiria torturas, essa equipe, à qual se juntou Bernardo Kucinski, publicou duas reportagens em sequência denunciando a tortura de presos políticos e anunciando a preparação de um dossiê nacional para ser entregue ao presidente (Kucinski, 2001, p. 44).

A criticidade presente nas coberturas políticas causava algum constrangimento ao regime; e, como a revista manteve-se isolada sobretudo no que diz respeito à denúncia das práticas de tortura adotadas pelos agentes da “segurança pública”, uma vez que nenhum outro veículo da grande imprensa se dedicou a tratar da questão, no mês seguinte, a equipe responsável pelas duas capas de *Veja* sobre a tortura, publicadas em 03 e 10 de dezembro de 1969, foi demitida e, dessa forma, fechava-se um último espaço de exercício do jornalismo crítico que ainda encontrava lugar na imprensa hegemônica, então devidamente docilizada em relação ao regime.

De acordo com Kucinski (2001), o fechamento dos espaços nos quais era possível, a jornalistas e intelectuais, exercer o jornalismo crítico contribuiu para o que ele entende como o surgimento da segunda geração de alternativos. Somou-se a isso o fato de que partidos e organizações de esquerda buscavam espaço e articulação após terem sido postos na ilegalidade, a fim de tentar protagonizar de alguma forma as transformações sociais que acreditavam ser urgentes. Por essa razão é que, de acordo com a análise de Maria Paula Araújo (2000) acerca da imprensa alternativa, esta representou não apenas um fenômeno jornalístico, mas um fenômeno político, uma vez que se constituiu como espaço de luta contra o regime ditatorial. De acordo com a pesquisadora

esses jornais questionaram o regime, denunciaram a violência e a arbitrariedade, expressando uma opinião e uma posição de esquerda num país que praticamente havia suprimido quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição (Araújo, 2000, p. 21).

Nas palavras de Kucinski (2001, p. 6)

O que identificava toda a imprensa alternativa era a contingência do combate político-ideológico à ditadura, na tradição de lutas por mudanças estruturais e de crítica ortodoxa a um capitalismo periférico e ao imperialismo, dos quais a ditadura era vista como uma representação.

A imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças igualmente compulsivas: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual-jornalística sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos.

Conforme sinalizamos, da equipe que produziu a revista *Realidade*, derivaram duas vertentes da imprensa alternativa, a dos jornais políticos e a dos existenciais. Kucinski (2001, p. 20-21) detalha esse movimento da seguinte forma:

Quando, em 1968, a Ação Popular ordenou a seus militantes que se misturassem ao povo, caindo na clandestinidade, se necessário, os jornalistas da base da AP na REALIDADE que rejeitaram essa diretiva deram origem à linhagem dos alternativos existenciais e antidoutrinários. Foram os criadores do BONDINHO (1970 [1971]), JORNALIVRO (1971), GRILO (1971), FOTOCHOQ (1973), EX (1973),

VIVER (1975), MAIS UM (1976), EXTRA-REALIDADE BRASILEIRA (1976), DOMINGÃO (1976).

[...]

Os jornalistas da base da AP de REALIDADE que aceitaram as diretivas de se misturar ao povo acabaram se ligando aos projetos de jornalismo de frente política de Raimundo Pereira, a mais prolífica de todas as linhagens, surgida em torno do AMANHÃ, criado por Raimundo Pereira em 1967. Da equipe original do AMANHÃ e de suas ramificações e dissidências, nasceram oito outros jornais essencialmente político-ideológicos, incluindo alguns dos alternativos de maior repercussão: OPINIÃO (1972), MOVIMENTO (1975), ASSUNTOS (1976), UM NOVO AMANHÃ (1977), EM TEMPO (1977), BLOCO (1979), e os tardios BRASIL EXTRA (1984) e RETRATO DO BRASIL (1987). Além desses, é também do interior desses jornais, do esgotamento de seus padrões, que nasceram Beijo em 1977 e, no ano seguinte, LAMPIÃO D'ESQUINA, JORNAL DA VILA e BATENTE.

Considerando que nosso objetivo é traçar um panorama da atuação de Bernardo Kucinski nos alternativos, esta compreendida como a forma adotada por ele para se contrapor ao regime ditatorial, trataremos aqui apenas daqueles nos quais este exerceu atividade jornalística, tais como *Bondinho*, *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*.

Relevante recordar que, após a demissão da equipe da *Veja*, percebendo o recrudescimento da repressão no Brasil, Bernardo se muda para a Inglaterra, onde permanece de 1970 a 1974, período em que sua esposa realiza estudos de pós-graduação no País. Durante esse intervalo, Bernardo atuou no serviço brasileiro da BBC de Londres e na TV BBC, além de colaborar com os alternativos *Bondinho* e *Opinião*.

Percebe-se, portanto, que, desde o início de sua atuação profissional, Bernardo não deixou de exercer atividade jornalística ligada a veículos pertencentes à imprensa convencional. Contudo, para os objetivos da presente pesquisa, importa-nos pensar sua atuação na imprensa alternativa, uma vez que esta participou de um conjunto de formas de resistência à ditadura civil-militar adotadas por diversos setores da sociedade brasileira. Importa salientar que

O conceito de resistência aponta para a adoção de formas de defesa e de ação orientada [sic] por uma ideia central: um governo ditatorial, para funcionar, depende da colaboração ou pelo menos do consentimento – e da obediência – de boa parte da sociedade. Uma atuação no campo da resistência política tem como objetivo mobilizar a sociedade (ou mobilizar grupos dentro dela), de maneira concertada, em torno de três pontos principais: a defesa e o exercício dos direitos; o enfrentamento da violência e do poder arbitrário; a retirada do consentimento ao governo ditatorial (Brasil, 2014b, p. 342).

Diante disso, centramos nossas reflexões nos veículos alternativos com os quais Kucinski colaborou, seguindo a cronologia do surgimento destes, uma vez que compreendemos esse exercício como a estratégia adotada por ele para participar do enfrentamento ao regime autoritário que se instaurou no País a partir de 1964.

*Bondinho* surgiu como uma revista “bem-comportada”, em novembro de 1971, voltada para a classe média paulistana. Era produzida por uma empresa jornalística alternativa, a Arte & Comunicação (A&C), a fim de ser distribuída gratuitamente no conglomerado de supermercados Pão de Açúcar, sendo custeada através de verba publicitária. A despeito das raízes de seus fundadores, *Bondinho* não nasce como um veículo da imprensa alternativa.

Em seus primeiros números, BONDINHO oferece amenidades. São capas deliberadamente bem-comportadas, dedicadas à primavera-verão em São Paulo (“a cidade está amando”), ou ao colorido das comunidades estrangeiras (a colônia japonesa), dicas de bons restaurantes. Minireportagens [sic] de serviços. Mesmo dentro desses limites, impactam o meio jornalístico pela qualidade formal e como demonstração de uma capacidade de articulação alternativa até então exclusiva d’O PASQUIM<sup>21</sup> (Kucinski, 2001, p. 123).

*Bondinho* mudou de perfil no ano seguinte, precisamente em janeiro de 1972. Sua equipe decidiu modificar o modelo de arrecadação financeira, passando da captação de anúncios – sua base de sustentação até então – para a venda em bancas, contando com distribuição nacional (inicialmente realizada pela Editora Abril, que, após divergências com a equipe, foi substituída pela Chinaglia, menos eficaz que a distribuidora anterior). A mudança no modelo de captação financeira permitiu que a equipe, desinteressada em fazer revista

---

<sup>21</sup> O *Pasquim* fez parte do que Kucinski entendeu como uma terceira linhagem dos alternativos, cujo perfil crítico/contestatório é atravessado pelo humor (considerando que a primeira e a segunda, respectivamente existencial e política, derivariam dos quadros da revista *Realidade*, conforme sinalizamos). De acordo com ele, “a terceira linhagem é carioca e teve Ziraldo como personagem central, sempre presente, desde ‘Cartum’ do Jornal dos Sports, ‘O Centavo’ e ‘Manequinho’, O Sol e PODER JOVEM. Além de Ziraldo, Jaguar, Millôr e Henfil lideraram outros humoristas e cartunistas, lançando alguns dos mais importantes veículos alternativos dos anos de 1970, entre os quais o primeiro alternativo, PIF-PAF (1964), e o mais duradouro de todos, O PASQUIM (1969). Dessa linhagem surgiram também CARAPUÇA (1968), o jornal *underground* de Luiz Carlos Maciel, FLOR DO MAL (1970), os jornais de Tarso de Castro, Já (1971) e ENFIM (1979), e o almanaque de Henfil, FRADIM” (Kucinski, 2001, p. 21). Por mais que reconheçamos sua importância dentre os alternativos, não trataremos d’O *Pasquim* pelo fato de que Kucinski não colaborou com esse veículo – assim como com nenhum outro dessa linhagem.

apenas para ser distribuída em supermercado, pudesse ousar em termos gráficos, de conteúdo e de abordagem.

Assim, BONDINHO entra no seu segundo ano de vida distribuído em bancas e editorialmente liberado, como se a equipe tivesse sacudido todas as amarras, assumindo sua vocação alternativa. Torna-se robusto e provocativo. Dobra o número de páginas e surpreende o leitor com várias reportagens, perfis e entrevistas numa mesma edição, material de leitura rico e polêmico. As capas vão sendo dedicadas a artistas, que protagonizam para o grande público a rebeldia: Chico de Assis, Chico Buarque, Janis Joplin. Um novo salto se dá no número 34, dedicado inteiramente aos novos baianos, Caetano e Gil, retornados do exílio em Londres. Hamilton Almeida Filho foi ao encontro dos baianos e trouxe para a redação toda uma nova filosofia de vida, a proposta do transbunde, da liberação total. Para o leitor, BONDINHO parecia mudar de uma cultura de resistência “mais consequente e mais política, à la Chico Buarque”, para a contracultura (Kucinski, 2001, p. 126).

Dessa forma, aquela que tinha como público a família de classe média que ia fazer compras no supermercado, passa a ser a revista da contracultura, da juventude crítica e contestadora. O veículo, entretanto, sem anúncios suficientes para cobrir seus custos, com distribuição menos eficiente e vendagem irregular nas bancas (oscilando, por exemplo, de 12 a 30 mil exemplares) sobreviveu apenas oito meses, encerrando suas atividades em junho de 1972.

Nesse ano, precisamente em outubro, surgia o semanário *Opinião*, resultado de uma confluência de interesses que unia parte da burguesia nacional – representada pelo empresário Fernando Gasparian –, organizações e partidos de esquerda – como Ação Popular (AP) e PCdoB – e jornalistas que já não encontravam espaço na imprensa tradicional para exercer o jornalismo crítico – como Raimundo Rodrigues Pereira –, uma vez que, àquela altura, vivia-se o apogeu do regime autoritário, do qual uma das faces consistia na imposição da censura prévia aos veículos de imprensa.

Desde 1970, a AP já vinha articulando a necessidade de fundar um jornal não-partidário<sup>22</sup>, que aglutinasse forças antiditadura, de modo a estimular uma ampla frente de oposição ao regime (o que, na concepção adotada por essa

---

<sup>22</sup> Importante recordar que, a essa altura, os partidos de esquerda haviam sido postos na ilegalidade. Logo, os jornais que estes produziam eram considerados também ilegais, o que não lhes permitia distribuição em escala nacional, por exemplo, sendo distribuídos apenas entre os membros da organização que clandestinamente os produzia.

organização naquele momento, contribuiria para desencadear uma guerra popular prolongada, compreendida como o caminho para derrubar o regime<sup>23</sup>). Carlos Azevedo, na condição de representante desta, buscou alinhar, junto a Raimundo Pereira, a criação desse espaço jornalístico. Pereira, por seu turno, tinha interesse na criação do alternativo, uma vez que não encontrava mais espaço para a realização de um jornalismo que se quisesse crítico e contestatório na imprensa tradicional, já que, para ele, esta havia se vendido ao sistema.

Gasparian, por sua vez, havia atuado como articulador e porta-voz de uma parcela da burguesia nacional aliada ao governo de João Goulart, que passou a ser perseguida após o golpe de 1964, sendo alvo de bloqueios econômicos e mesmo de confiscos patrimoniais. Sem condições de se defender desse tipo de investida ou mesmo de fazer crítica ao regime, o empresário resolveu se exilar, passando três anos em Oxford. Bernardo também morava na Inglaterra na ocasião e, sabendo do projeto do empresário de fundar um jornal de oposição<sup>24</sup>, indicou Raimundo Pereira para editar o periódico. Gasparian, então, convidou Pereira, que – após alguma desconfiança – aceitou a proposta. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014b, p. 385), este foi

o mais influente jornal de toda a imprensa alternativa dos anos 1970, [...] [tendo surgido] no apogeu do regime militar brasileiro. [...] A intenção de Fernando Gasparian era montar um jornal que permitisse discussões e debates intelectuais. Por sua vez, Raimundo Pereira pretendia criar um veículo que fosse uma seleção semanal de artigos de outras publicações, sobretudo internacionais.

Entre todos os jornais alternativos do período, o *Opinião* era o que tinha o perfil mais intelectual. Fernando Gasparian reuniu intelectuais do Brasil e do exterior em torno da ideia da nova publicação. Opinião acabou com o preconceito do jornalista convencional em relação à imprensa alternativa.

Gasparian financiaria o jornal, Pereira teria liberdade para fazer sua edição, respeitando a ideia de que *Opinião* deveria ser um espaço para o livre exercício do jornalismo crítico – de oposição à ditadura –, sem permitir que este fosse

---

<sup>23</sup> Essa ideia, no que diz respeito à função dos alternativos, será em seguida alterada. Em vez de supostamente serem dotados do poder de articular a luta armada, eles serão tomados como espaço de fomento à abertura democrática.

<sup>24</sup> O impulso final para que Gasparian tomasse essa decisão foi o fato de que seu amigo e ex-deputado Rubens Paiva fora assassinado pelos órgãos de repressão.

instrumentalizado por nenhum partido político. Na percepção de Kucinski, entretanto, esse objetivo não seria inteiramente atingido.

OPINIÃO apresentou-se ao público com alguns princípios genéricos, o primeiro dos quais já nascia violado pelas relações privilegiadas, estabelecidas secretamente, [entre Raimundo Pereira e] a AP-PCdoB: o distanciamento de ideologias ou partidos políticos e grupos; a defesa dos direitos dos cidadãos e das liberdades democráticas; a defesa dos recursos nacionais e da cultura nacional; a defesa dos direitos do consumidor e da preservação do meio ambiente (Kucinski, 2001, p. 166).

Os egressos da revista *Veja* passaram a trabalhar em *Opinião* sob a liderança de Raimundo Pereira, que se inspirou no semanário inglês *Guardian Weekly* para produzir um jornal moderno e bem-acabado, exercitando “um jornalismo analítico e interpretativo, mais do que opinativo” (Kucinski, 2001, p. 48). Bernardo atuou como correspondente, função primordial no encaminhamento de material do exterior.

OPINIÃO nasceu como se já tivesse cem anos de tradição. Combinava a afeição clássica com uma linha editorial crítica. Apesar do predomínio de textos de jornalistas estrangeiros traduzidos, OPINIÃO funcionou como canal de comunicação entre intelectuais e jornalistas perseguidos pelo regime e seu público. Principalmente os [...] pensadores expurgados das universidades, aos quais OPINIÃO devolveu o direito de falar.

[...] o alternativo OPINIÃO desvendou por comparação direta o adesismo da grande imprensa ao regime autoritário (Kucinski, 2001, p. 171).

A qualidade de sua produção e mesmo sua importância no cenário nacional não foram suficientes para evitar seu fim, que resultou de uma série de fatores, dentre os quais o desequilíbrio entre receitas e despesas, o que impunha condições sacrificantes de atuação aos colaboradores, uma vez que recebiam – inclusive com atraso – salários muito baixos em relação ao que se pagava no mercado. Considere-se, ainda, o fato de que a censura cortava boa parte do que era produzido e, em virtude disso, a equipe tinha que elaborar praticamente o dobro do necessário para cada edição. Foram determinantes, no entanto, as divergências ideológicas entre Fernando Gasparian e Raimundo Pereira, que – por volta de 1974 – enxergavam de maneira divergente o que ocorria politicamente no cenário nacional, de modo que Gasparian se indispunha frequentemente com Pereira por questionar o que entendia como um

monolitismo ideológico que o jornal estaria adotando (uma linha muito aproximada aos posicionamentos políticos da Ação Popular que, àquela altura, aglutinava-se ao PCdoB e se opunha ao MDB – com o qual Gasparian parecia se alinhar –, que acusava de querer fazer frente ao regime aliando-se a parte da burguesia responsável pela ascensão deste). Pereira ainda encampava a ideia de que a redação de um jornal alternativo, por sua proposta de realizar o trabalho jornalístico com base no debate e na tomada democrática de decisões, não poderia ter um dono.

Como já idealizava o projeto de outro jornal, que gozaria de propriedade coletiva, ao qual se referiria como “o jornal dos jornalistas”, “ao coletivo da redação, Raimundo propunha um rompimento negociado, sem agressões mútuas, de forma que o próprio Gasparian e seu universo de amigos fossem apoiadores do novo jornal” (Kucinski, 2001, p. 183). Com esse projeto em curso, Pereira se desliga do *Opinião* no início de 1975. Gasparian, então, enfrentaria dois grandes desafios para manter o funcionamento do jornal, tais como as dificuldades para recompor a equipe e os prejuízos causados pela imposição da censura prévia – que, ao cortar boa parte do material necessário para uma edição, obrigava os jornalistas a produzirem em dobro para que se pudesse publicar um número. *Opinião* sobreviveria, ainda, cerca de dois anos, encerrando suas atividades em abril de 1977.

A fim de arrecadar fundos para a criação de *Movimento*, Raimundo Rodrigues Pereira – ladeado por mais onze jornalistas que o acompanharam quando este se desligou de *Opinião* para estruturar outro jornal – lançou, em abril de 1975, uma campanha cujo objetivo era incentivar diversos setores da sociedade – tais como jornalistas que, vinculados à imprensa tradicional, na qual auferiam altos salários, poderiam encontrar uma forma de se opor ao regime por meio do financiamento de outros jornalistas; pequenos e médios empresários contrários ao regime; estudantes formados nas lutas políticas de 1964-1968, que agora atuavam como profissionais bem pagos pelo mercado ou, mais modestamente, pelas universidades – a comprar ações do jornal, o que viabilizaria sua produção. Utilizando como mote a ideia de que este seria “o jornal dos jornalistas”, o que já apontava para uma proposta de redação democrática, na qual não houvesse a intervenção da figura de um dono ou patrão, no mês seguinte ao lançamento, a campanha já havia obtido um êxito surpreendente.

Propunha[-se] que o jornal fosse gerido coletivamente, por um sistema original de dois conselhos. Um deles, de orientação editorial, era formado por “nove personalidades democráticas”, e o outro, um conselho de redação com poder deliberativo, era constituído pelos doze jornalistas fundadores do jornal. A esses doze, o acionista doaria a propriedade de 51% das ações, da nova sociedade Edição S.A. no próprio ato da subscrição [...] (Kucinski, 2001, p. 188).

Obtido o financiamento necessário para viabilizar o projeto, para além dos doze jornalistas fundadores, iniciou-se a formação da equipe que produziria de fato o semanário.

MOVIMENTO atraiu grande número de ativistas políticos sentenciados durante os processos de repressão e que estavam sendo soltos nessa época. O projeto do jornal chegou a ser discutido nos coletivos que se formavam dentro das prisões. Muitos ativistas saem das cadeias diretamente para os grupos de apoio ao jornal nas sucursais de MOVIMENTO. Antigos militantes de esquerda que se haviam afastado da luta armada, assim como grupos novos, animam-se com o surgimento do novo jornal num momento de inflexão política, vendo nele um espaço onde era possível a ação política no plano legal (Kucinski, 2001, p. 190).

A essa altura, Bernardo já havia retornado ao Brasil e “comporia o quadro de editores de *Movimento*” (Seves, 2016, p. 25), cujo número experimental, o qual se convencionou chamar “número zero”, foi publicado em julho de 1975, sendo utilizado para atrair leitores e possíveis acionistas (Seves, 2016). Nesse número, o programa político que nortearia o semanário foi esclarecido em oito páginas. De acordo com Kucinski (2001, p. 189), “em MOVIMENTO, torna-se explícito e demarcado o programa político de frente ampla que em OPINIÃO aparecia de forma difusa”. Conforme Seves (2016, p. 34),

eram várias as tendências e organizações políticas que conviviam em *Movimento*, sendo algumas delas: Polop, PCB, Ação Popular, PCdoB, Remanescentes da Guerrilha Urbana, ALN, Colina, setores da Igreja Católica que simpatizavam com a Teologia da Libertação (Comunidades Eclesiais de Base e Pastorais), além de jornalistas sem vinculação partidária e outros setores populares independentes que tinham naquele jornal sua forma de militância. Também participavam [sic] um grupo do MDB chamado de “autênticos do MDB”.

Como nasce em um momento de recrudescimento da perseguição do regime aos veículos de imprensa, sobretudo aos alternativos, *Movimento* sofre censura prévia desde a primeira edição, o que provoca prejuízos tanto estéticos

quanto operacionais aos números produzidos, uma vez que, além de ter que elaborar material sempre em maior quantidade do que seria necessário para uma edição, a censura sempre impunha uma mutilação ao trabalho desenvolvido pelos jornalistas. Além do prejuízo na vendagem do periódico nas bancas, em virtude dos danos ao seu trabalho estético e ao conteúdo de suas publicações, *Movimento* teve, ainda, edições alvo de confisco.

Dessa forma, problemas financeiros contribuíram para desgastar a equipe, cujo pagamento pelo trabalho desenvolvido – já distante dos valores recebidos por bons profissionais que atuavam na imprensa tradicional – foi algumas vezes reajustado para baixo. Ademais, como várias tendências de esquerda se articulavam na confecção do jornal, não tardaram as divergências de ordem ideológica, como era comum aos alternativos. Na visão defendida por Bernardo Kucinski, estas foram responsáveis pelo rompimento de parte da equipe, que se desligaria de *Movimento* e, em seguida, fundaria *Em Tempo*. Ele defende a ideia de que, contrariando a característica de edição democrática, Raimundo Rodrigues Pereira impunha aos demais a divulgação de uma seção intitulada *Ensaios Populares*, publicada sem assinatura<sup>25</sup>, assim como o são os editoriais – o que transmitia a ideia de que os posicionamentos ali presentes representariam toda a equipe do jornal. Ele e outros colaboradores (pertencentes ou não a organizações) divergiam da manutenção da seção como editorial, uma vez que nesta era possível perceber, com certa clareza, os posicionamentos defendidos pelo PCdoB, o que contemplava apenas uma das tendências de esquerda responsáveis pela confecção de *Movimento*. Então, ao discutir questões concernentes a *Movimento*, a crítica de Kucinski se refere ao fato de que supostamente o PCdoB, às escondidas, uma vez que Pereira recebia secretamente diretivas do partido, controlaria o jornal. Apesar de considerar legítima a crítica de Kucinski ao modo como Pereira encaminhava a manutenção de *Ensaios Populares* como editorial, Natalia Seves (2016) discorda dessa ideia

---

<sup>25</sup> Segundo Kucinski, por mais que Pereira omitisse da equipe o nome de quem de fato produzia a seção, isto é, Duarte Pacheco, que havia composto o comitê central do PCdoB – naquele momento desarticulado –, parte dos colaboradores do jornal estavam descontentes com a manutenção dela como editorial, por perceber que as ideias ali postas contemplavam apenas uma das vertentes de esquerda que produziam o periódico. Além de Pacheco, escrevia *Ensaios Populares* também Carlos Azevedo, ambos impedidos de assinar seus textos, por estarem vivendo na clandestinidade, pelo menos até serem anistiados em 1979.

de controle do jornal pelo PCdoB, por perceber nisto certo reducionismo. Segundo ela,

a própria estrutura de decisão de *Movimento*, podia não funcionar perfeitamente, mas garantia uma grande participação de todas as frentes que compunham o jornal. Ficaria difícil colocar em termos de “aparelhamento”, puro e simples, da frente-jornalística pelo Partido Comunista do Brasil. Seria como dizer que todos aqueles jornalistas, funcionários, acionistas eram muito ingênuos e que o PCdoB, completamente desarticulado e aniquilado pelo regime militar, conseguira enganá-los, impondo a eles suas diretivas (Seves, 2016, p. 36).

De toda forma, não se pode negar que a decisão de manter *Ensaíes Populares* como editorial, em convenção realizada pelo jornal em abril de 1977, ensejou o rompimento do grupo opositor – do qual Kucinski fazia parte – a essa deliberação, que, desligando-se de *Movimento*, fundou o alternativo *Em Tempo*.

Os dois primeiros números de *Em Tempo*, considerados experimentais, são publicados já em dezembro do mesmo ano. O jornal é formado por um conglomerado de forças – com suas divergências ideológicas e doutrinárias –, unido por se contrapor a “uma saída elitista para a crise”, o que já começava a se desenhar no cenário nacional, por meio da ideia da formação de uma frente ampla, com vistas à destituição do regime ditatorial. “Chico de Oliveira [maior ideólogo do jornal] proclamava como tarefa do campo popular ‘trabalhar por uma saída democrática’, o que implicava a ‘livre organização dos trabalhadores’. Esse acabou sendo o mote do novo jornal” (Kucinski, 2001, p. 229).

*Em Tempo*, nos seus três primeiros meses, contou com periodicidade quinzenal. Apenas em março de 1978 é que passou a ser publicado semanalmente. No que diz respeito à organização interna, a maior divergência que mantinha com *Movimento* – do qual seus idealizadores se desligaram – consistia na defesa de que a ampla democracia na redação era uma necessidade, de modo que o alternativo nasceu com a proposta de eliminar todo tipo de comando ou organização hierárquica (Brasil, 2014b). Dessa forma, cada editoria desenvolveria seu trabalho de forma autônoma, com base num princípio caro ao jornal em sua fundação, o da máxima democracia interna; em outras palavras, não eram admitidas decisões monocráticas, ou mesmo intervenções e cortes em matérias. “Toda discussão era remetida a instâncias coletivas de base” (Kucinski, 2001, p. 234). O princípio é o do controle pelo trabalho, isto é, os

trabalhadores, colaboradores e administradores – por exercerem funções laborais no jornal – tinham mais peso na tomada das decisões colegiadas do que, por exemplo, o grupo que era apenas acionista.

Iniciando suas publicações num momento em que a repressão à imprensa já se encontra enfraquecida, uma vez que o próprio regime estava desgastado, diante de sua desmoralização e da ascensão das oposições, por mais que tenha sido considerado por Kucinski como um periódico à esquerda de *Movimento*, *Em Tempo* não sofreu censura prévia. Isso lhe permitiu adotar uma linguagem ativa e bem-humorada – ao contrário da linguagem muitas vezes cifrada, hermética, utilizada por jornais que sofreram a censura – e, além disso, produzir coberturas que chamavam atenção para a organização das oposições e constrangiam o regime com dados sobre torturas. Ao focar essas questões, Kucinski (2001, p. 236-237), afirma que

EM TEMPO beneficiou-se por sair sem censura prévia num momento de precipitação dos acontecimentos em pelo menos três frentes importantes: na frente operária, com a eclosão das primeiras grandes greves metalúrgicas, na frente das esquerdas, com o retorno dos exilados, e na frente institucional, com o “racha” do grupo dominante. Após anos de domesticação, a imprensa convencional perdera a sensibilidade para os fatos. Foi um choque, tanto para as esquerdas como para os jornalistas da imprensa convencional, as primeiras manchetes de EM TEMPO. Ao mesmo tempo em que expunham, em letra de forma, uma crise no interior da hierarquia militar, que os grandes jornais continuavam a tratar de forma envergonhada, anunciavam como fatos importantes as movimentações dos políticos que retornavam do exílio e iniciavam as conversações para a criação de novos partidos.

[...]

A partir do número 17, junho de 1978, EM TEMPO ganha novo destaque, com repercussão da extraordinária publicação de uma lista de 233 torturadores, elaborada por presos políticos. “Mais tarde, março de 1979, o jornal publicaria uma segunda lista de torturadores e localizaria o sítio clandestino 31 de Março, em São Paulo, onde eram torturados presos políticos”.

O jornal ousa, ainda, na linha editorial adotada. Bernardo Kucinski propõe que o projeto editorial de *Em Tempo* fuja do formato tabloide, comumente utilizado pelos jornais alternativos, e adote o tamanho *standard*, com grandes manchetes, a fim de que o modo de se apresentar já mostre aos leitores sua intenção de disputar o visual da imprensa tradicional, “de expressar a ocupação dos espaços políticos pelos movimentos populares, o avanço destes em todo o país” (Kucinski, 2001, p. 235).

*Em Tempo* iniciou suas publicações tendo Kucinski como editor, o que não se manteve por muito tempo. Em cerca de três meses, precisamente em março de 1978, ele se demitiu da função, queixando-se das dificuldades para coordenar o jornal. A fim de situar sua crítica, acusa a redação de “excesso de democratismo”, pois sequer se permitia ao editor realizar as adequações necessárias à disposição do material advindo de cada uma das editorias, o que impossibilitava a realização de um trabalho com qualidade. A esse respeito, Kucinski (2001, p. 235) defende que

o resultado foi confuso, refletindo a falta de hierarquia e o crescente democratismo do jornal. Com títulos deliberadamente fora do lugar, no meio ou no pé das matérias, o jornal transmitia uma sensação de anarquia deliberada, de amadorismo gráfico, que prejudicavam o aproveitamento do material editorial. Não conseguia ocupar com eficácia o imenso espaço das páginas *standard*, especialmente as internas.

Apesar de não seguir desempenhando a função de editor, ele continuou atuando no conselho e na direção do jornal, além de escrever as principais reportagens políticas, até que, meses depois, a equipe se contrapôs a suas reportagens, acusando-o de apoiar a saída elitista para a crise do regime, tanto através delas quanto de duas entrevistas publicadas no número 12 do periódico. No número seguinte e sem que este tivesse tomado conhecimento antecipadamente, o jornal publica duas cartas que o acusam “de se valer de seu prestígio como jornalista para ocupar um espaço exagerado e indevido na cobertura” (Kucinski, 2001, p. 239). Nesse momento, ele renuncia a todas as funções e se afasta do jornal.

Ao sair de *Em Tempo*, em 1978, Kucinski encerra um ciclo de contribuição com os alternativos que caracterizou sua forma de se contrapor ao regime repressivo, violento e criminoso instaurado pela ditadura civil-militar. A essa altura (fim dos anos 70 e início dos 80), os jornais de frente foram deixando de existir, impactados por uma série de questões, dentre elas a abertura política, que não mais impunha a ilegalidade a partidos e organizações políticos, de modo que estes puderam se (re)organizar livremente enquanto coletivos e editar publicações próprias, bem como a recriação de espaços para o exercício do jornalismo crítico pela imprensa tradicional.

À guisa de conclusão, vale reforçar que a imprensa alternativa constituiu um esforço do campo jornalístico para manter sua autonomia diante da “tentativa de aparelhamento que o Estado brasileiro, sob a tutela dos militares, buscou realizar em relação às instituições críticas, como a universidade, a indústria cultural e, conseqüentemente, o jornalismo” (Pedro Neto, 2021, p. 3). Enquanto a repressão política atuava para inviabilizar a existência de espaços públicos de circulação de ideias contrárias ao sistema então instaurado, a chamada imprensa nanica empregava esforços para seguir intervindo no debate público. É bem verdade que, considerando os desafios relativos às circunstâncias de produção e de circulação desses periódicos, não se pode superestimar suas condições de enfrentamento ao regime. Por outro lado, não seria razoável deslegitimar sua relevância histórica. A esse respeito, conforme Pedro Neto (2021, p. 4), “do ponto de vista organizacional-financeiro, por mais que se tratasse de jornais em sua maioria frágeis, a imprensa alternativa fundamentou um espaço público alternativo importante no processo de deslegitimação simbólica da ditadura”. Foi a esse campo de luta contra o regime que Kucinski somou seus esforços.

Em acréscimo, no que diz respeito ao exercício do jornalismo por Bernardo Kucinski, embora não esteja em nosso horizonte de análise mais direto, é relevante sinalizar que este sempre manteve vínculo com a imprensa tradicional, tanto nacional quanto internacional. Como correspondente, colaborou com periódicos de Londres – a exemplo do jornal *The Guardian*, da revista *Euromoney* e do boletim *Latin America Political Report* – e de Nova York – como a *newsletter Lagniappe Letter*. Atuou como editor de *commodities* da Gazeta Mercantil, publicação que foi referência jornalística relacionada a economia e negócios. Editou, ainda, a revista *Ciência Hoje* – da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – e os cadernos especiais da revista *Exame*, além de produzir o Boletim Especial do PT de 1981 a 1986 (Cf. Veloso; Cabral, 2009).

Além disso, em sua produtiva atuação profissional, constituída pela atividade jornalística e pela docência universitária, publicou número considerável de obras jornalísticas e acadêmicas, antes de adotar a produção literária como forma de expressão, o que “constitui um ponto de virada fundamental na carreira do autor” (Dadalto, 2024, p. 7), conforme trataremos na sequência.

### **1.2.2 Escrita em metamorfose, temática em permanência: de como a ditadura civil-militar brasileira se aprofunda nas publicações de Kucinski**

Bernardo ingressou na carreira acadêmica em 1986, como professor da Escola de Comunicação e Artes da USP, somando – a essa altura – vinte e cinco anos de experiência no jornalismo profissional. Sua bagagem, marcada pelo exercício crítico do jornalismo e pela relevância que atribuía a essa função, rendeu-lhe problemas logo de início. Conforme ele afirma em entrevista, “[...] deu-se um choque entre a importância que eu atribuía ao jornalismo e a postura dominante na academia, inspirada na escola de Frankfurt, de desqualificação do jornalismo” (Kucinski *apud* Veloso; Cabral, 2009, p. 12). Da mesma forma, seu incentivo para que os estudantes exercessem um jornalismo questionador e combativo, ao produzirem o *Jornal do Campus*, foram responsáveis por criar obstáculos a sua permanência na academia, estes justificados pelo fato de que Bernardo não possuía especialização acadêmica suficiente para o exercício da função. Em virtude disso, segundo ele, sob o risco da não renovação de seu contrato, ingressou no doutorado em Ciências da Comunicação, na USP, em 1988, a fim obter o que chamou de “cidadania acadêmica” (Cf. Veloso; Cabral, 2009), concluindo o curso em 1991. No ano seguinte, realizou o estágio pós-doutoral no *Institute of Latin American Studies*, da Universidade de Londres (Veloso; Cabral, 2009). Em 1996, Bernardo ingressa no quadro de docentes da pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes da USP; em 2000, torna-se professor titular da universidade e, em 2007, em virtude de haver completado setenta anos, é aposentado compulsoriamente, em razão de previsão legal que considerava essa idade como limite para o desempenho de funções laborais<sup>26</sup>. Como docente, orientou quarenta trabalhos de conclusão de curso de graduação, cinco de mestrado e quatro de doutorado. Em grande parte deles, desenvolveram-se reflexões sobre a práxis jornalística/ética jornalística, com foco no jornalismo econômico – área na qual Bernardo atuou desde o início de sua carreira na imprensa e sobre a qual refletiu em diversas de suas publicações.

---

<sup>26</sup> O artigo 40, parágrafo 1º, inciso II, da Constituição Federal fixava a idade de setenta anos para que o contribuinte fosse aposentado compulsoriamente. Este foi modificado pela Lei Complementar nº 152, de 03 de dezembro de 2015, que regulamentou a Proposta de Emenda à Constituição 88/2015, com vistas a alterar de setenta para setenta e cinco anos a idade para a aposentadoria compulsória.

Não estiveram ausentes, entretanto, trabalhos de pesquisa que refletiram diretamente sobre o período ditatorial no Brasil – tratando de questões como censura, tortura, repressão, imprensa feminista, imprensa sindical, dentre outros –, ou mesmo aqueles nos quais se realizaram investigações acerca de como o jornalismo se desenvolveu em períodos que abarcam esse momento histórico<sup>27</sup>.

No que diz respeito às obras publicadas pelo jornalista, professor e pesquisador, na sequência apresentamos alguns dos seus livros, escritos individualmente e em coautoria, de modo a fazer um breve passeio por sua produção. Esclarecemos que não seria possível, nem é nosso objetivo, tratar de todas as suas publicações (que incluem também colunas, matérias, capítulos de livro e artigos em periódicos, para ficarmos em alguns exemplos). Essa produção bibliográfica se constrói correlacionando política, crítica à economia neoliberal, jornalismo econômico e ética jornalística.

Já em 1982, durante o período da abertura “lenta, gradual e segura” implementada pelo regime civil-militar, que tentava se metamorfosear com vistas a superar a crise que atravessava e se manter no poder, Bernardo publica *Abertura: história de uma crise*, obra na qual relaciona a problemas econômicos a “abertura” levada a cabo pelo regime em meados da década de 1970, analisando os abalos na base econômica do “milagre brasileiro” decorrentes da crise do petróleo, chamando atenção para o fato de que a dependência experimentada pelo modelo de industrialização do País em relação ao petróleo não foi fruto de ocasião, mas de uma política econômica equivocada (e subserviente ao capital estrangeiro) adotada pelo poder executivo. Embora a

---

<sup>27</sup> Exemplos disso constam nas informações disponibilizadas no currículo Lattes do professor, tais como: [trabalhos de conclusão de curso de graduação] i. *Deu chumbo na terra do aço: e sangue, e estórias, e mentiras, e verdades* (1989), de Sandra Mara Costa; ii. *As cicatrizes no papel: o registro da repressão política do regime militar no Brasil* (1990), de Ricardo de Oliveira Balthazar; iii. *Cultura da repressão* (1993), de Márcia Guena dos Santos; iv. *Os jornalistas e o DOPS* (1995), de Mariane Akiko Zanetti Morisawa; [dissertações] v. *A saúde da mulher na imprensa feminina* (2001), de Maria Fernanda Domingos de Brito; vi. *Imprensa sindical, partidária e da igreja nas greves dos metalúrgicos do ABC - de 1978 a 1980* (2002), de Claudia Lima Costa; vii. *Imprensa feminista brasileira pós-1974* (2004), de Elizabeth da Penha Cardoso; [teses] viii. *Sistemas midiáticos e crise do jornalismo: dos anos 1950 à decadência posterior a 1980* (2003), de Victor Israel Gentilli; ix. *A censura no jornal O Estado de S. Paulo, de 1972 a 1975*, de Lourdes Sola (Obs.: Não sabemos precisar a data de término, uma vez que o professor informa em seu currículo que a orientação teve início em 2011, não havendo atualização posterior. A informação aparece da mesma forma no currículo da pesquisadora, que cursou o doutorado em questão na University of Genève.).

obra tenha cunho analítico, no capítulo *III – A crise institucional*, não deixa de inserir a seção intitulada *A crise dos “desaparecidos”*, na qual apresenta uma denúncia acerca de desaparecimentos ocorridos entre 1973 e 1974, “desde a escolha de Geisel e os primeiros rumores de abertura” (Kucinski, 1982, p. 45), contendo um breve quadro com nomes de diversas vítimas – dentre as quais a irmã e o cunhado do autor –, bem como a organização de qual faziam parte, data e local presumido do sequestro. Vale observar que ele usa aspas no termo desaparecidos, como a indicar desde logo a suspeição referente ao modo como esses sujeitos simplesmente sumiram, uma vez que “foram tomados cuidados para não deixar vestígios, método que caracteriza a ação de ‘limpeza’ no período descrito” (Kucinski, 1982, p. 46). Para além desse breve espaço de denúncia, a obra objetiva analisar aspectos econômicos que foram decisivos para encaminhar o regime ao seu desfecho. Importa sinalizar que esta foi publicada pela *Brasil Debates*<sup>28</sup>, editora “com perfil marcadamente político e de oposição à ditadura” (Maués, 2008, p. 237), fundada em 1979.

Ampliando a reflexão sobre os prejuízos econômicos causados por governos ditatoriais, Bernardo publica *A ditadura da dívida*, em 1987, em coautoria com Sue Branford, correspondente da América Latina para a BBC e para o *The Guardian*. Nessa obra busca analisar o que levou a América Latina a tornar-se prisioneira de uma dívida externa gigantesca, atribuindo às ditaduras do cone sul grande parcela de responsabilidade no aumento exponencial da dívida dos países que sofreram golpes de Estado. Para os autores, a história desses governos que se impuseram através de golpes de Estado é a dos “fazedores de dívida”. Além das reflexões tecidas acerca do *modus operandi* dos governos ditatoriais no sistemático endividamento do Estado, os autores ainda arriscam apontar caminhos aos governos devedores, com vistas à solução das respectivas dívidas externas, tais como a redução das despesas públicas, a impressão de moeda e a venda de títulos do tesouro rendendo juros aparentes<sup>29</sup>. A obra em questão foi publicada pela Brasiliense, editora já consolidada (fundada em 1943), que, a partir de meados de 1970, voltava a “atuar de forma bem mais

---

<sup>28</sup> O projeto da editora foi posto em ação pela Dissidência do PCdoB (ou Esquerda do PCdoB) e desenvolveu suas atividades de 1979 a 1982. Para mais informações sobre a *Brasil Debates*, ver Maués (2008).

<sup>29</sup> Esclarecemos que não nos interessa aqui analisar as possíveis fragilidades dos caminhos apontados pelos autores.

ousada politicamente, editando livros que tratavam de temas que punham em questão a ideologia, os objetivos e os procedimentos do regime de 1964 ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo” (Maués, 2008, p. 237).

Ainda abordando diretamente o período ditatorial brasileiro, mas substituindo a análise estritamente econômica pela investigação a respeito da imprensa alternativa no período (embora, em relação a isso também haja diversas questões econômicas envolvidas), Kucinski publicou *Jornalistas e Revolucionários* em 1991. Por ser a pesquisa mais vasta sobre o desenvolvimento da imprensa alternativa durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, a obra é referência obrigatória nos cursos de Jornalismo. Esta, resultante de pesquisa de doutorado, como já apontamos, apresenta um levantamento detalhado de 150 periódicos surgidos entre as décadas de 1960 e 1980 no Brasil, além de ter contado com a realização de entrevistas com jornalistas que atuaram nestes. Acerca do desenvolvimento de uma pesquisa de tamanha envergadura, o autor esclarece:

Para escrever esta história, entrevistei cerca de sessenta protagonistas da imprensa alternativa, incluindo muitos de seus líderes, consultei arquivos pessoais e públicos e as coleções dos jornais. Adotei como critérios de inclusão no universo da imprensa alternativa, além do discurso alternativo, a quantidade de trabalho jornalístico agregado e o grau de autonomia jornalística. Por esses critérios, não foram incluídos boletins reproduzidos artesanalmente e em tiragens diminutas por movimentos sociais e comunidades eclesiais de base, e nem órgãos oficiais de partidos políticos e outras instituições da sociedade civil, exceto alguns jornais estudantis. Também não foram incluídos empreendimentos com objetivos predominantemente mercantis (Kucinski, 2001, p. I).

No ano da defesa da tese, o autor publicou em livro o resultado da pesquisa pela Scritta, editora paulista fundada no início dos anos 1990 também com perfil alinhado à esquerda (Cf. Demachi, 2017). Em 2001, a obra ganhou edição revista e ampliada, pela Editora da Universidade de São Paulo – Edusp.

Já como resultado de sua tese de livre docência, Bernardo publica, pela Edusp, em 1996, *Jornalismo econômico*, livro que venceu o Prêmio Jabuti no ano seguinte, na categoria *Economia. Administração. Negócios. Direito*. Na referida obra, dedicou-se a pensar – dentre outras questões – a influência do modelo econômico neoliberal no jornalismo econômico. Nesta ele trata temas da economia utilizando linguagem didática e adotando – ao mesmo tempo – rigor

no tratamento de conceitos da área. Sua crítica se relaciona ao fato de que o jornalismo econômico não reflete sobre o modelo econômico em questão nem se dedica a tecer críticas a respeito deste, mas atua no sentido de fazer sua defesa. Desse modo, esse tipo de jornalismo adota um tom homogeneizante em relação às diversas formas de pensar o modelo, suprimindo as opiniões críticas e repetindo unicamente o discurso que interessa às elites financeiras. Sendo assim, a imprensa – em sua visão – contribui para a manutenção do sistema. Ele defende, ainda, a ideia de que, para ter clareza a respeito da política brasileira, é necessária a compreensão da economia internacional. Bernardo segue refletindo sobre a práxis jornalística em *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*, obra publicada em 1998, pela Editora Fundação Perseu Abramo, criada em 1997 e mantida pelo Partido dos Trabalhadores. Na obra, composta por uma coletânea de artigos escritos por ele ao longo de sua carreira, analisa (e critica) o comportamento da imprensa e dos jornalistas em momentos representativos da história do País, pensando a função destes na configuração do espaço público, sem deixar de observar a influência que setores dominantes exercem sobre a mídia. Nessa esteira, caminha, ainda, *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*, obra publicada em 2005, pela UNESP (editora pertencente à Universidade Estadual Paulista). A obra se divide em três partes (intituladas a ética, a práxis e o discurso) nas quais estão reunidos nove ensaios escritos pelo autor entre 1998 e 2004, que refletem sobre a transformação sofrida pelo jornalismo brasileiro – tanto o impresso quanto o eletrônico –, rumo a um vazio ético na consolidação do que entende por “jornalismo de mercado”.

Há obras publicadas em língua estrangeira não traduzidas para o Português, a exemplo de: i. *Brazil state and struggle*, escrita em parceria com Ítalo Tronca e publicada em Londres, em 1982, pelo *Latin America Bureau*, editoria registrada no Reino Unido, que realiza publicações on-line e impressas com vistas à divulgação de notícias independentes sobre a América Latina, enfocando as lutas por justiça social e ambiental. A obra em questão discute a falácia do relaxamento do controle político exercido pelos militares e analisa a história do movimento operário no Brasil, bem como a repressão por parte do Estado; ii. *Brazil Carnival of the oppressed*, escrita em parceria com Sue Branford e publicada em 1995, também pelo *Latin America Bureau*, que analisa o

surgimento do Partido dos Trabalhadores e sua busca por uma nova forma de fazer política, além de discutir a grande desigualdade econômica existente no Brasil – que chama de “apartheid social”.

Além dessa produção jornalística, vale destacar as obras resultantes de sua atuação junto ao Partido dos Trabalhadores, tais como *As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998* (publicada em 2000 pela Ateliê Editorial) e *Cartas a Lula: O jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil* (lançada em 2014 pela Edições de Janeiro). Na realidade, a aproximação ao partido antecede a escrita da primeira destas. Durante a campanha de 1994, Kucinski se apresentou como voluntário ao comitê do PT, com o objetivo de ajudar o jornalista Ricardo Kotscho, durante uma ou duas manhãs por semana. Seu trabalho consistia em responder questionários de entidades sobre o programa de governo apresentado pela frente que se organizara em torno da candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. Palavras de Kucinski:

Um trabalho tedioso. Logo percebi que o pessoal do comitê trabalhava tanto que mal tinha tempo para pensar. Resolvi pensar. Lia os jornais, assistia à televisão e pensava. Depois, mandava um fax para o Lula com uma análise sintética do que eu achava que estava acontecendo, do que os jornais estavam dizendo, e sugerindo algumas ações (Kucinski, 2000, p. 15).

Lula logo percebeu a importância do trabalho, que contava com uma síntese analítica de publicações diárias dos principais veículos da imprensa brasileira e com sugestões de ações para o candidato e sua equipe. Dessa forma, onde quer que o candidato estivesse, recebia via fax o documento e o lia logo pela manhã, antes de iniciar suas atividades.

Como se sabe, Lula perdeu aquela campanha. Em 1998, solicitou que Kucinski seguisse realizando o trabalho, mas da residência deste, com um certo distanciamento das atividades do comitê. Foram 52 cartas, que “se tornaram instrumento estratégico da campanha” (Kucinski, 2000, p. 17), escritas de 27 de julho a 1º de outubro de 1998.

Luís Inácio Lula da Silva escreve parte da apresentação da obra *Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998*, intitulada *O Destinatário das Cartas Ácidas*, onde afirma:

Toda vez que eu ia conversar com alguém, eu estava mais ou menos vacinado pelas *Cartas Ácidas*, inclusive com relação às perguntas que iam ser feitas, e muitas vezes até discutíamos antes como nos comportar diante de determinadas provocações.

[...]

Para fazer as *Cartas Ácidas*, era preciso alguém que não só tivesse consciência do papel do jornalismo na política nacional, mas que tivesse capacidade para fazer uma análise ideológica do conteúdo dessas matérias jornalísticas durante uma campanha eleitoral. Não era apenas a questão de contratar um jornalista.

[...]

O fato do [sic] Bernardo estar em sua casa fazendo as *Cartas Ácidas*, analisando o comportamento da televisão, dava a ele uma isenção que possivelmente não teria se estivesse participando do comitê (Silva, 2000, p. 12-13).

Na outra seção que compõe a apresentação do livro, intitulada *O Remetente das Cartas Ácidas*, Kucinski narra da seguinte forma a realização do trabalho:

Escrevia as cartas em casa, em geral de madrugada, depois de ver a televisão e acessar alguns jornais do dia seguinte pela internet. [...] Muitas vezes, escrevia alguns itens à noite e completava com outros de manhã.

Não foi fácil, porque eu fazia isso sozinho e sem largar nenhuma das minhas atividades regulares. Por isso, os textos são ríspidos, sucintos [...] (Kucinski, 2000, p. 16).

Mais uma vez, Lula perdeu o pleito, tendo alcançado a Presidência da República apenas nas eleições de 2002. Em fevereiro do ano seguinte, Kucinski assume a função de Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social (Secom) da Presidência da República e segue escrevendo as cartas – agora nomeadas *Cartas Críticas* – com a mesma objetividade, analisando o modo como a mídia veiculava os principais temas ligados à vida dos brasileiros e ao governo. Nestas, aparecem também críticas a setores do próprio governo, seguidas de sugestões de encaminhamentos. A publicação de *Cartas a Lula: O jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil* foi resultado da compilação dos informes escritos durante a realização deste trabalho.

Kucinski desempenhou a atividade em questão até junho de 2006, quando se desligou da função. De acordo com Bones (2023), alguns fatores contribuíram para que se desse esse afastamento.

A “frustração pelo não encaminhamento de propostas na esfera da comunicação” foi um dos motivos que o levaram a deixar o governo

pouco antes do final do primeiro mandato. “Propostas de mudança de postura da Radiobras. Propostas e pré-projetos à Secom: por uma política de apoio à mídia alternativa, por um programa vale-jornal (parecido com o vale-cultura do governo Dilma), pela criação de um jornal do executivo, como o da Câmara, pela instituição de coletivas regulares, pela criação de cadernos de referência sobre políticas públicas”. Nada disso foi adiante.

O outro motivo foi “o desassossego com a questão dos crimes da ditadura”: “Sentia crescente desconforto por estar no coração de um aparelho de Estado que a rigor não abjurara seus crimes, cometidos pouco tempo antes”.

Ao trilhar esse percurso, que se propôs a comentar uma amostra da produção bibliográfica produzida pelo autor durante o período em que desenvolveu atividade jornalística e docente, foi possível verificar o fato de que, de alguma forma, este não perdeu de vista uma espécie de compromisso pessoal em tematizar a ditadura civil-militar brasileira.

Este parece delinear-se desde sua primeira obra, que objetivou denunciar os crimes cometidos por agentes da repressão durante a ditadura civil-militar brasileira e, por essa razão, diante do cenário de repressão instaurado no País, foi publicada fora deste e sem indicação de autoria. Trata-se de *Pau de Arara: a violência militar no Brasil*, obra escrita em parceria com Ítalo Tronca e publicada originalmente em francês, em 1971, pela Maspero<sup>30</sup>, e, no ano seguinte, no México, pela Siglo XXI<sup>31</sup>. A respeito da omissão dos nomes dos autores, em entrevista concedida a Jardel Dias Cavalcanti, em maio de 2003, Ítalo Tronca chegou a afirmar:

Essa história tem muito a ver com minha passagem por **Veja**. Eu e Bernardo Kucinski andávamos de olho nas longas tiras vomitadas semanalmente pelo teletipo (não havia computador na época nas redações), enviadas pelos correspondentes da revista nas principais capitais do país, relatando atrocidades praticadas pela repressão. Não podíamos publicar nada, tínhamos censores dentro da redação, que liam as matérias antes de irem para as mesas dos editores, inclusive da [sic] do Mino Carta, diretor de redação na época. [...] Ao que eu saiba, nunca fomos descobertos como autores. Se fôssemos,

---

<sup>30</sup> Editora pertencente a François Maspero. “Filho de resistentes, seu pai tinha sido morto no campo de concentração de Buchenwald e sua mãe, deportada para o campo de Ravensbrück, havia sobrevivido. Na década de 1950, com 23 anos, cria uma livraria com o sugestivo nome de La joie de lire (A alegria de ler) e depois a editora, concentrando o eixo de suas publicações na defesa da luta de libertação nacional argelina contra o jugo colonial francês (1954-1962) e na crítica ao stalinismo do Partido Comunista Francês. Posteriormente volta-se também para a luta dos revolucionários na América Latina. Suas coleções mais duradouras foram Cahiers Libres (Cadernos Livres) e Textes à l’apui (Textos de apoio), que vão de 1959 a 1982” (Almeida, 2013, p. 236).

<sup>31</sup> Editora especializada em publicações nas áreas de ciências sociais e humanas.

provavelmente não estaria aqui para contar essa história... (Cavalcanti, 2003).

Na obra em questão, os autores se dedicaram a analisar a violência como a mais profunda marca da história política brasileira, relacionando, para isso, dois importantes momentos de repressão: o Estado Novo e o período ditatorial que se instaurou após o golpe de 1964. Em relação a esse último, o recorte analisado pelos autores vai de 1964 até 1970, momento em que estes finalizaram a escrita do livro. Conforme Kucinski e Tronca (2013, p. 18),

[...] a tortura sistemática surge em duas épocas precisas. Inicialmente, durante os primeiros anos do Estado Novo (1937-1954), quando as vítimas eram intelectuais e militantes do Partido Comunista, membros esclarecidos da classe operária em luta contra o fascismo. Hoje [os autores se referem pelo menos aos seis anos iniciais da ditadura civil-militar brasileira], a violência torturadora é exercida em nome da “segurança nacional”, como um componente “extra” dessa estranha teoria que os manuais militares definem como “o conjunto de condições que permitem alcançar os objetivos nacionais permanentes”.

Os autores comprovam a escalada da violência durante a ditadura civil-militar no Brasil através de documentos aos quais tiveram acesso enquanto trabalhavam na *Veja*, mas – diante das condições do momento – haviam sido impedidos de dar a estes a devida publicidade. Somando as duas tiragens da obra (a francesa e a mexicana), foram publicados apenas 6.600 exemplares, não havendo reedição desta, nem mesmo “retradução” para o idioma de origem. Diante do descompasso entre essa realidade e a importância da obra para a manutenção da memória do período, a Editora Fundação Perseu Abramo publicou, em 2013 (portanto 42 anos após seu lançamento), a versão desta em língua portuguesa<sup>32</sup>, inaugurando a primeira série de *Cadernos Perseu*<sup>33</sup>, intitulada *História & Memória*. A série em questão objetivou favorecer o desenvolvimento de conhecimentos sobre a história dos movimentos de esquerda no Brasil. Além das três partes que compõem a edição original, intituladas *As origens* (através da qual os autores remontam ao Estado Novo), *O poder militar* (que versa sobre a escalada de violência após o golpe de 1964 e

---

<sup>32</sup> Essa foi a versão que nos serviu de referência.

<sup>33</sup> “Os *Cadernos* constituem um desdobramento do trabalho que vem sendo realizado desde 2007, de divulgação de documentos históricos e disponibilização de estudos e referências sobre o tema” (Fundação Perseu Abramo, 2013, p. 7).

da instituição da tortura como *modus operandi* do Estado) e *Anexo: testemunhos e documentos comprobatórios de torturas* (que apresenta um compilado de documentos aos quais os autores tiveram acesso através da redação da revista *Veja*), a versão publicada em 2013 acresce uma quarta parte, denominada *Anexos da edição brasileira* (na qual pretende ofertar aos leitores informações acerca de Bernardo Kucinski, Ítalo Tronca e Luiz Eduardo Merlino).

Conforme esse breve percurso foi capaz de sinalizar, a produção bibliográfica de Bernardo Kucinski, enquanto jornalista e professor/pesquisador, não se volta exclusivamente a pensar a ditadura civil-militar brasileira, mas é um fato que a presença de reflexões sobre esse período atravessa sua produção jornalística<sup>34</sup>, sua atuação enquanto pesquisador e docente, bem como se mantém em sua posterior escrita literária, objeto de nosso interesse maior, uma vez que a investigação que propomos centra-se no estudo de duas de suas obras de ficção, a saber *K.: relato de uma busca* e *Os visitantes*. Antes de iniciar a análise destas, entretanto, propomos um breve passeio pela produção literária de Kucinski.

Como sinalizamos anteriormente, Bernardo Kucinski passou a se dedicar à escrita ficcional após aposentar-se da USP, em 2007, publicando contos na *Revista do Brasil*, tendo adotado *B. Kucinski* como sua assinatura literária.

*K.* é seu romance de estreia na literatura publicado em formato de livro<sup>35</sup>. Com primeira edição em 2011, pela Expressão Popular, a obra chegou a ser finalista dos prêmios São Paulo de Literatura e Portugal Telecom no ano seguinte, tendo sido traduzida posteriormente para diversos idiomas, como

---

<sup>34</sup> Como forma de reconhecer esse trabalho, em 2018, Kucinski foi o homenageado do ano pela Comissão Organizadora do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog (cuja primeira edição se deu em 1979). O prêmio em questão objetiva “estimular jornalistas e artistas do traço a tratarem do tema da Anistia e dos Direitos Humanos”. Já a indicação de um homenageado começou a ser feita em 2009. A partir desse ano, “a Comissão Organizadora do Prêmio Herzog indica jornalistas/personalidades para serem homenageados pelos relevantes serviços prestados às causas da Democracia, Paz, Justiça e Direitos Humanos. A iniciativa das instituições promotoras retoma proposta original do Prêmio, que previa tal reverência a quem jamais inscreveria seus trabalhos em concursos” (Prêmios [...], 2023).

<sup>35</sup> Sua obra romanesca inaugural – intitulada *Mataram o presidente [...]* – foi publicada em 2010, em formato de folhetim, em nove capítulos, na seção de cultura de um jornal de circulação limitada, o *ABCD MAIOR*, de São Bernardo do Campo – SP. O desconhecimento desta, conforme Dadalto (2024, p. 6), “provavelmente foi ocasionado pela circulação restrita do *ABCD Maior*, cujas atividades se encerraram algum tempo depois, de modo que o texto permaneceu, por mais de uma década, praticamente inacessível e ignorado pela crítica acadêmica”. Esta ganhou edição em formato de livro em 2024, pela Editora Polifonia, que, ao reeditar a obra, “corrige [...] essa lacuna e torna acessível a narrativa inaugural da ficção literária kucinskiana” (Dadalto, 2024, p. 6).

espanhol, italiano, alemão e hebraico. A obra contou ainda, com uma segunda edição em 2012 pela mesma editora. Na terceira edição, lançada pela Cosac Naify em 2014, ano do cinquentenário do golpe, seu título sofreu modificação para *K.: relato de uma busca*<sup>36</sup>. Utilizamos, para o desenvolvimento deste estudo, a quarta edição, publicada em 2016 pela Companhia das Letras, pois, ao comparar as publicações da obra, percebemos que o autor, ao longo do tempo, foi promovendo modificações (tais como pequenos ajustes em trechos da narrativa; supressão de comentários na advertência que escreve ao leitor ao iniciar o texto; supressão de notas de rodapé que provavelmente compreendeu como desnecessárias). Isso nos levou a considerar mais aperfeiçoada a última das edições, no sentido de que contou com mais leituras e revisões por parte do autor.

O romance em questão narra a rotina angustiante de um pai, K., em busca de informações sobre a filha, A.<sup>37</sup>, professora de Química da Universidade de São Paulo – USP, desaparecida em 1974, alvo do terrorismo de Estado perpetrado durante a ditadura civil-militar no Brasil. Nesse percurso, K., judeu polonês, que migrou para o País quando do início das perseguições do *III Reich* aos judeus na Polônia (particularmente em Wloclawek<sup>38</sup>), é interpelado pelas memórias relacionadas não apenas a sua atuação política na juventude no partido que ajudara a fundar, o *Linke Poalei Zion*, mas pela perda de familiares tragados pelo projeto genocida que se desenvolveu na Alemanha sob Hitler, a exemplo de sua irmã e de parentes de sua primeira esposa, mãe de A. – tais como pais, irmãos, tios, sobrinhos.

Além de recordações e reflexões sobre o genocídio praticado pelos alemães contra os judeus, que certamente permaneceram em estado de latência durante a vida de K. no Brasil, este se depara com informações desconhecidas até então acerca da vida de sua filha, como o fato de esta ser militante vinculada à Ação Libertadora Nacional – ALN e de haver casado com um também militante desta entidade; o que compreendeu ter sido a forma que a filha encontrara para

---

<sup>36</sup> A fim de não repetir o subtítulo da obra em todos os momentos nos quais nos referirmos a ela, usaremos *K. [...]* para fazer referência ao livro e, dessa forma, para evitar que esta se confunda com a personagem.

<sup>37</sup> Estas personagens são as únicas identificadas apenas pelas iniciais.

<sup>38</sup> Nessa cidade, pertencente à parte oeste da Polônia, ocorreu o primeiro massacre organizado pelas tropas alemãs contra a população judaica, quando da invasão do País.

lhe proteger de possíveis investidas de agentes da repressão. Esse núcleo é entrecortado por outros olhares (materializados em capítulos que guardam características de gêneros diversos, tais como diário, carta, ata, depoimento, dentre outros) cujo objetivo parece ser apresentar ao leitor um panorama do Brasil de então, por meio de visões completamente diversas, tais como a de militares atuantes na força de repressão; a de um general cassado por se opor ao regime; a de uma mulher – Jesuína – que prestara serviços em um casarão ao qual presos políticos eram levados para serem torturados (conhecido como Casa da Morte ou Casa de Petrópolis); a da amante (não nomeada na obra) de Fleury, delegado do DOPS conhecido por praticar tortura; a de um militante obrigado a mudar de lado, a fim de atuar como agente infiltrado, servindo como informante às forças de repressão, para ficarmos em alguns exemplos.

Assim como seu primeiro romance em livro, diversas outras obras pertencentes a sua produção ficcional são marcadas por narrativas diretamente relacionadas ao período ditatorial brasileiro, tais como *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014), *Os Visitantes* (2016), *Júlia, nos campos conflagrados do Senhor* (2020), *A cicatriz e outras histórias: (quase) todos os contos de B. Kucinski* (2021) e *O congresso dos desaparecidos* (2023).

*Você vai voltar pra mim e outros contos*, publicado pela Cosac Naify em 2014, primeiro livro de contos escrito por Kucinski, retrata a opressão dos anos de chumbo, que atingiu não apenas militantes de esquerda, mas outros cidadãos que sofreram o impacto da repressão, das torturas, dos assassinatos e dos desaparecimentos de corpos. Exemplo disso é o texto cujo título dá nome também à coletânea, pois aborda a violência física e sexual sofrida por uma militante de esquerda e sua repetição mesmo após as denúncias que esta faz ao Tribunal Militar, o que comprova que os julgamentos realizados por este não objetivavam fazer justiça, apenas simular a existência desta no período. Já no conto intitulado *O garoto de Liverpool*, a vítima de tortura é um jornalista australiano, que atuava na Inglaterra e viajou ao Brasil com o intuito de escrever sobre os impactos negativos da construção da Transamazônica na vida dos indígenas. Confundido com um militante, para o que sua aparência hippie pode haver contribuído, foi preso e torturado por dias, até que “um oficial que havia morado na Inglaterra se convenceu de que ele era mesmo jornalista. Devolveram parte do dinheiro dele e o mandaram embora com ordem de não abrir a boca,

caso contrário sumiriam com ele” (Kucinski, 2014c, p. 141). A obra venceu o Prêmio Clarice Lispector da Biblioteca Nacional no ano de sua publicação e foi finalista do Prêmio Jabuti, na categoria *Contos e crônicas*, em 2015.

Em *Os Visitantes*, obra publicada em 2016 pela Companhia das Letras, o autor retoma diversos eventos narrados em *K. [...]*, de modo que essas obras possuem diálogo estreito (o que nos levou a selecioná-las para a realização deste estudo). Em cada capítulo do livro o narrador-personagem recebe um visitante que o questiona acerca da veracidade de informações presentes no romance, exigindo provas ou mesmo a fonte de determinado documento que se fez presente na obra em questão. Ele se defende, afirmando que se trata de um texto ficcional, portanto sem qualquer compromisso com a realidade fática. Por outro lado, parece reconhecer alguns equívocos e a um dos visitantes (do qual trata o capítulo intitulado *Uma visita-surpresa*), militante de esquerda que – sob tortura – teria entregado companheiros e reclama o fato de que a caracterização de um personagem na obra leva a identificá-lo como o delator, o autor promete substituir alguns termos, caso a obra ganhe uma segunda edição. No capítulo em questão, percebemos que, no tempo narrativo de *Os Visitantes*, *K.* ainda não possuía segunda edição (grafando-se apenas o título, sem a existência de subtítulo). Mas o fato que motiva a crítica apresentada pelo visitante, pautada no fato de que o escritor havia indicado que o militante delator seria “roteirista de TV” sequer se comprova, nem na primeira edição da obra, nem em nenhuma outra. Na primeira edição, publicada pela editora Expressão Popular, este é caracterizado como “escritor [...] que escrevia histórias para crianças” (Kucinski, 2011, p. 107). Na segunda, lançada no ano seguinte pela mesma editora, o dado aparece exatamente da mesma forma (Kucinski, 2012, p. 107). A terceira edição, lançada pela Cosac Naify, por sua vez, apresentou uma mudança na caracterização da personagem, que se tornou um “artista que [...] escrevia canções para crianças” (Kucinski, 2014a, local. 78) e assim se manteve na quarta edição (Kucinski, 2016b, p. 103), publicada, por seu turno, pela Companhia das Letras. Em *Os Visitantes*, então, o escritor se ocupa de elaborar ficcionalmente a recepção de *K. [...]*, de modo a provocar o leitor a refletir acerca do fato de que a obra em questão, por mais que promova o acesso a um contexto histórico específico, não se deve compreender como um relato, a despeito do subtítulo que esta ganhou a partir de sua terceira edição, que leva a sugerir a

adoção de um pacto de referencialidade, nos termos de Lejeune (2008)<sup>39</sup>. Dessa forma, em *Os visitantes*, seguem-se os passos de K. [...], uma vez que borrar propositalmente a fronteira entre fato/dado e elaboração literária é uma estratégia que continua a ser adotada, certamente com o objetivo de provocar reflexões acerca da permeabilidade, percebida na contemporaneidade, entre os campos da historiografia e da literatura.

Já em *Júlia, nos campos conflagrados do Senhor*, romance publicado em 2020 pela editora Alameda, o autor expõe uma questão ainda pouco trabalhada em relação ao período ditatorial, o sequestro de filhos (bebês e crianças) de militantes de esquerda. A narrativa em questão se passa em dois tempos, sinalizados graficamente por meio do uso de fontes tipográficas diferentes. Um desses tempos situa-se no início da década de 1990, quando Júlia – ao realizar uma reforma no imóvel da família – descobre um estojo com documentos, escondido pelo pai na parte interna de uma das paredes, dentre os quais um aponta para o fato de que ela fora adotada. No outro tempo, a narrativa se passa cerca de trinta anos antes e aponta a existência, dentre religiosos católicos, de uma parcela que apoia o regime, trabalhando para ele por meio da recepção de crianças em orfanatos (filhas de militantes arrancadas de seus pais) e da confecção de documentos falsos com vistas a facilitar a adoção destas; em contraposição a uma parcela que é absolutamente contrária ao regime e a essas práticas. Júlia descobre que sua adoção não se deu dessa forma, uma vez que era filha biológica do pai que figura como adotante, mas desvenda a atuação deste e de sua genitora – com quem ele teve um envolvimento amoroso – no combate ao tráfico de crianças pela ditadura, executado com a colaboração de uma parcela de religiosos católicos.

Em 2023, Kucinski publica, pela editora Alameda, *O congresso dos desaparecidos*, obra que narra o esforço empreendido por espectros de desaparecidos políticos vítimas da ditadura civil-militar brasileira para realizar um

---

<sup>39</sup> Em investigação voltada a discutir diversos aspectos relacionados à autobiografia, Philippe Lejeune (2008) propõe uma divisão binária entre textos pautados em dois tipos de acordo autor-leitor: “pacto referencial” e “pacto ficcional”. Nas palavras do professor e ensaísta francês, “em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos *referenciais*: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma ‘realidade’ externa ao texto e a submeter, portanto, a uma prova de *verificação*. [...] Todos esses textos referenciais comportam então o que chamarei de *pacto referencial* [...]” (Lejeune, 2008, p. 36).

congresso no qual a reunião com seus iguais pudesse corresponder a uma aglutinação de forças para lutar por memória e justiça, como forma de combater a tendência autoritária que segue enraizada na sociedade brasileira, o que permite que, de tempos em tempos, agrupamentos com caracteres fascistas reúnam condições para reemergir.

Em *A cicatriz e outras histórias: (quase) todos os contos de B. Kucinski*, obra também publicada pela Alameda, o autor se propõe a integrar um número significativo de contos inéditos a outros publicados esparsamente, produzidos entre 2010 e 2020. Unem-se a estes as narrativas que compõem *Você vai voltar pra mim e outros contos*. *A cicatriz [...]* conta, então, com seis divisões internas, a saber: I. Histórias dos anos de chumbo, II. Instantâneos, III. Outras histórias, IV. Kafkianas, V. Judaicas e *Você vai voltar pra mim*. O autor justifica o presente esforço de compilação da seguinte maneira: “A grande pandemia do coronavírus de 2020 persuadiu-me a levar ao leitor desde já o máximo possível da minha produção ficcional, em especial os contos, que constituem sua parte maior e mais característica” (Kucinski, 2021, p. 23). A leitura da obra suscita reflexões sobre o fato de que barbáries históricas (tais como as perpetradas contra os judeus durante a Segunda Guerra Mundial e as que vitimaram opositores políticos no período da ditadura civil-militar brasileira) precisam ser tematizadas, a fim de que se faça o trabalho de manutenção da memória relacionada à verdade histórica, em oposição às constantes tentativas de negação ou de instrumentalização desta por parte de representantes de grupos com tendências autoritárias. A obra foi finalista do Prêmio Jabuti, na categoria *Conto*, em 2022.

Nesse trabalho de manutenção da memória familiar e coletiva no que diz respeito à perseguição e ao extermínio praticados pelos nazistas, que vitimaram, dentre outros grupos sociais, os judeus asquenazes, Kucinski narra a migração de sua família para o Brasil e questões afetas ao estabelecimento desta em solo nacional, bem como o extermínio do qual parte de seus parentes foi alvo, na obra intitulada *Imigrantes e Mascates*. Trata-se de um livro de memórias, escrito e ilustrado para o público infantojuvenil, publicado em 2016, pela Companhia das Letrinhas.

Ainda no intuito de produzir reflexões acerca de barbáries históricas, da ignorância que lhes serve de base e da monstruosidade de seus resultados,

Kucinski publica duas obras distópicas, *A nova ordem* (2019) e *O colapso da nova ordem* (2022), ambas pela editora Alameda.

Na primeira delas, narram-se as condições de um País dominado pela repressão praticada pelos militares – setor articulado ao grande capital e ao agronegócio – que enxerga em professores universitários, pesquisadores e cientistas uma ameaça e tem como inimigo principal os “utopistas”, isto é, o grupo composto por oponentes ideológicos ao projeto de destruição do Estado democrático, executado por meio da expedição de “éditos” voltados a desmantelar políticas de proteção social, ambiental, trabalhista e econômica que o caracterizavam. Até aqui, uma caricatura que aglutina o período ditatorial brasileiro aos governos posteriores ao golpe parlamentar que depôs a presidente Dilma Rousseff, no início de 2016, uma vez que diversas medidas adotadas pelos governos em questão entraram em confronto com a política de bem-estar social preconizada pela Constituição Federal de 1988. O componente distópico, então, fica a cargo das medidas adotadas pelo governo com vistas à redução do “excesso populacional”, uma vez que se entendia haver necessidade de manter apenas um terço da população do País para a satisfação das demandas do mercado interno, bem como dos estudos elaborados pelo capitão médico psiquiatra Ariovaldo, que desenvolve um chip a ser instalado no cérebro da população, resguardadas as necessárias diferenças de programação a depender do grupo social ou profissional a que pertencesse o indivíduo, a fim de garantir que o povo continuasse suficientemente docilizado, o que asseguraria a manutenção do regime.

Já em *O colapso da nova ordem*, a narrativa tem como fonte as *Crônicas do Fim do Mundo*, um gigantesco arquivo localizado na nuvem, com informações acerca d'A Grande Peste, uma pandemia que atingiu de modo brutal a população mundial. A questão é que

A Grande Peste não surgiu por acaso ou [por] acidente da natureza, revelam as *Crônicas do Fim do Mundo*. Foi concebida secretamente por um consórcio de empresas autodenominado *Climate Action* com objetivo de reduzir a população do planeta à metade. Para tanto, criaram em laboratório um vírus mortífero e de alta transmissibilidade, talhado para se espalhar e infectar os humanos com rapidez. Além de resistente aos fármacos então conhecidos, o vírus se transmutava em cepas cada vez mais letais à medida que se replicava.

O *Climate Action* concluíra que o efeito estufa provocaria um cataclismo climático de tal magnitude que extingiria a espécie

humana. Dada a premência do tempo, a única solução estava em cortar o excesso populacional, causador do efeito estufa (Kucinski, 2022, p. 11-12).

Dadas as práticas monstruosas já adotadas pela Nova Ordem dos Estados Unidos do Brasil, os militares responsáveis pela manutenção desse regime são chamados – secretamente – a colaborar com a ação proposta pelo referido consórcio de empresas. Após algumas divergências e/ou questionamentos que surgiram em reunião realizada internamente pelos militares, a proposta lhes pareceu contribuir com o projeto de redução drástica da população nacional, o qual ainda não havia sido alcançado. Seu trabalho seria, portanto, facilitar a disseminação do vírus enquanto simulava a adoção de medidas de contenção do contágio populacional. O que lhes parecia a solução para a consecução de seus objetivos, e da consequente manutenção do poder, foi o que levou o regime a ruir, pois, os que sobreviviam após a contaminação, como uma sequela não prevista, tinham seus chips danificados, o que os impedia de receber os comandos desenvolvidos pelo regime. Como efeito disso, eclodiram rebeliões lideradas por “neoutopistas”, que resultaram na tomada dos palácios do poder e na consequente deposição do regime, seguida da instauração da República Popular Utopística do Brasil, “que imediatamente aboliu a censura e o bloqueio das redes sociais e da internet” (Kucinski, 2022, p. 102) e instaurou o Tribunal Brasileiro da Verdade sobre A Grande Peste, com vistas a apurar as responsabilidades e efetuar as devidas punições.

As obras em questão, é bem verdade, não tematizam diretamente o período ditatorial brasileiro, mas não deixam de lhe fazer alusão, uma vez que ficcionalizam diversos dos mecanismos que puseram o regime em funcionamento e contribuíram para sua manutenção.

*Alice: não mais que de repente* – editada pela Rocco em 2014 – e *Pretérito Imperfeito* – publicada pela Companhia das Letras em 2017 – não tematizam diretamente o período ditatorial nem aludem a ele por meio de uma narrativa que permita aproximações ou comparações, mas não perdem o período de vista, de modo que sua memória se faz presente em ambas as obras.

A primeira destas caracteriza-se como um romance policial, cujo enredo se desenvolve em torno do assassinato da professora Alice Nakamura, ocorrido dentro da USP. O crime é desvendado graças à parceria entre o delegado

Magno, responsável pelo caso, e o astrofísico e professor Abrahão Zimmerwald, expulso da universidade durante a ditadura civil-militar, uma vez que era filiado ao Partido Comunista, portanto opositor ao regime. O enredo se desenvolve nos primeiros anos da década de 1990 e isso se constata pelas referências feitas ao confisco da poupança durante o governo Collor, mas – ainda que não assuma o primeiro plano da narrativa – o período ditatorial aparece em diversos momentos. Em um deles, o professor rememora uma conversa com a vítima.

Lembrou-se de Alice um dia ter lhe confidenciado: “sabe, professor, o senhor pode ter salvado a minha vida.” Ele não entendeu, e ela explicou: lera uma entrevista dele no jornal dos estudantes criticando certas propostas de ação política. Ela participava, então, de um grupo que decidira criar um foco de guerrilha. A partir da entrevista, ela se afastou. “Se tivesse ficado, talvez eu tivesse morta”, ela dissera então ao professor. Zimmerwald retrucara que ela acabaria se afastando de qualquer modo porque ela era mais importante para a ciência e ela sabia disso (Kucinski, 2014d, p. 52).

É através de uma das falas de Zimmerwald, quando este critica a passividade com a qual boa parcela dos docentes aceitou os expurgos de colegas, que Kucinski insere um dado de sua realidade familiar, quando faz questão de aludir ao comportamento da comissão de docentes que aprovou a demissão de Ana Rosa, por abandono de suas funções. “O fato é que muitos se encolheram [...]. Veja o caso da Congregação da Química, que demitiu, por abandono de cargo, uma professora que eles sabiam que tinha sido sequestrada pelos militares” (Kucinski, 2014d, p. 123).

*Pretérito Imperfeito*, por sua vez, narra a angústia de um casal, bem como os diversos problemas enfrentados por este diante das situações decorrentes do vício do filho em substâncias ilícitas. Ela, antropóloga, ele, cineasta, conheceram-se durante as filmagens de um curta-metragem. Após diversas tentativas de engravidar, o casal – branco – faz uma adoção à brasileira de um menino negro. Todas essas questões têm um peso na construção do enredo, que propõe reflexões sobre a adoção, o racismo e o vício (considerando os impactos que este produz nas pessoas que estão ao redor do dependente e nas relações que estabelecem). Assim como a obra anterior, nesta também o autor demarca seu compromisso com a memória da ditadura e com a denúncia da violência adotada, ao apresentar o modo como o período impactou as personagens.

Houve também o luto. Vínhamos dos anos de chumbo, um tempo de perdas sucessivas de amigos e familiares. Era preciso compensação. Reposição de afetos. Nos fins de semana reuníamos-nos no sítio de um ou de outro amigo e suas crianças brincavam enquanto nós, os adultos, bebíamos cerveja e trocávamos informações aos sussurros. Então surgiu a oportunidade, e, sem hesitar nem mesmo pensar, adotamos (Kucinski, 2017, p. 30).

Seu livro mais recente, datado de 2024, em realidade corresponde a um romance publicado originalmente em formato de folhetim, em 2010 (correspondendo, portanto, à primeira obra romanesca do autor), no jornal *ABCD Maior*, de São Bernardo do Campo, que contava com circulação apenas na região do ABC Paulista. Isso contribuiu para que a obra permanecesse desconhecida até ser publicada pela editora Alameda em formato de livro, que reúne, ainda, conferências ministradas pelo autor e um levantamento de sua produção jornalística, acadêmica e literária. A obra narra o assassinato do presidente da república, como resultado da reunião de esforços de representantes do grande capital (com o apoio dos Estados Unidos) e da mídia corporativa, articulados a setores do legislativo – representados pelo Presidente da Câmara dos Deputados. Conforme Dadalto (2024, p. 13), que assina o prefácio e elabora as notas explicativas da edição, a obra oferece uma

percepção aguçada da atuação de forças antidemocráticas em um período supostamente democrático, o que atesta a permanência de uma ordenação social fundamentalmente excludente e opressora. Assim, a crítica está voltada a grupos poderosos que assaltam o Estado para manter seus próprios privilégios e que põem a violência estatal a serviço de setores políticos e econômicos há muito tempo controladores do poder. A ficção inaugural de Kucinski sinaliza um fundamento de toda a sua literatura, assim como de sua obra anterior: o autor se posiciona sistematicamente em defesa das vítimas da violência, buscando estratégias variadas para resistir à continuidade sempre renovada do autoritarismo.

Diante do panorama aqui apresentado, é possível compreender que a ditadura civil-militar brasileira é um tema caro ao autor, que, através de sua escrita, busca contribuir “para o necessário trabalho de elaboração do passado e para a resistência às manifestações de autoritarismo e violência que insistentemente ameaçam a sociedade brasileira” (Dadalto, 2024, p. 16), ao travar uma batalha escritural contra o esquecimento e a distorção da memória do período.

## 2 BREVES INCURSÕES TEÓRICAS

Pensar as obras em análise com lastro no pensamento de Rancière (2021; 2016; 2005) acerca das relações entre política e estética requer a realização de um esforço reflexivo de reaproximação desses campos, que foram objeto de uma sistemática dissociação epistemológica que tornou o discurso da política objeto da historiografia e o da estética, matéria da literatura. Àquela, na condição de área de saber científico, atribuiu-se o compromisso com a narrativa dos fatos de forma “isenta”, “conforme estes ocorreram”, bem como sua organização numa lógica de temporalidade linear. Esta, por seu turno, na perspectiva de construir sua autonomia frente ao universo extratextual, tomado como sinônimo do “real” (possuidor de existência própria e, portanto, independente dos sujeitos), e a outras áreas do saber, trilhou caminhos teóricos que a levaram a relacionar-se à perspectiva da inventividade, da arte comprometida com a própria arte, como forma alhear-se ao exercício de intervenção social, isto é, ao próprio potencial de provocar reconfigurações no comum partilhado.

No esforço de reaproximação das áreas em questão, além do ponto de vista de Rancière, lançaremos mão das concepções teóricas de Costa Lima (2018, 1980) e de Jablonka<sup>40</sup> (2020, 2017), por colaborarem com a defesa de uma perspectiva que reconheça a permeabilidade entre os campos em questão.

### 2.1 PROBLEMAS DE ESTÉTICA E POLÍTICA

Embora a Estética tenha sido fundada, na qualidade disciplina filosófica, apenas em meados do século XVIII, a partir da teorização do filósofo iluminista alemão Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762), que a concebe como área do saber voltada ao conhecimento sensível, isto é, relacionada aos princípios da arte e à natureza do belo, sua presença no pensamento filosófico remonta à antiguidade clássica e nos encaminha à reflexão acerca das relações historicamente estabelecidas entre estética e ética.

---

<sup>40</sup> Aqui optamos pela perspectiva de Jablonka em detrimento da de White (2008), por exemplo, em virtude do fato de que este advoga por uma indistinção entre o discurso da historiografia e o da literatura, já aquele reconhece a permeabilidade entre os campos, sem deixar de admitir a existência de especificidades.

A estética (*aesthetikós*, etimologicamente originária de *aisthésis*), para os gregos, remetia à percepção do mundo sensível, à experiência, à sensação. Em razão disso, esta recebe um tratamento negativo por Platão, uma vez que, para ele, o mundo sensível, por ser uma cópia imperfeita do mundo das ideias, não poderia produzir o conhecimento verdadeiro. Duplamente distante do conhecimento em questão, portanto, estaria o poeta, uma vez que seu exercício produtivo, para desenvolver-se, tomava justamente o mundo sensível como objeto. Para ele, “a arte de imitar é [...] bem afastada do verdadeiro e, se pode tudo executar, é, parece, porque não toca senão em uma pequena parte de cada coisa e esta parte não passa de um fantasma” (Platão, *Rep. X*, 598 b, *apud* Costa Lima, 1980, p. 42). Essa perspectiva justifica a expulsão do poeta da *República* e a consequente valorização do filósofo enquanto filiado a um compromisso com “a verdade”, além de justificar a subordinação da estética à ética por meio da ideia de que a produção poética/mimética poderia ser aceita na sociedade ideal, desde que a definição de temas e os tratamentos destes fossem pautados na decisão ética em torno do que “deveria ser representado”. Não havia em Platão, portanto, o objetivo de delinear uma teoria da arte, mas de sujeitá-la a “uma pedagogia baseada na razão e não nos afetos” (Costa Lima, 1980, p. 32).

Aristóteles, por seu turno, embora tenha pensado a produção poética por um prisma diverso do platônico, de modo a advogar pelo reconhecimento de seu valor, ao manejar um dos conceitos centrais d’*A Poética*, a saber, a *catarse*, através da qual o efeito da arte se projetaria sobre os afetos de seu público, de modo a possibilitar a “cura” catártica por meio da arte, não consegue desprender a estética de uma subordinação à ética. Em outras palavras, por mais que se contraponha à ideia platônica de que intensificar a passionalidade dos receptores da arte provocaria nestes a corrosão da razão, “ao destacar a ação, como objeto da *mímesis*, considera de interesse apenas aquelas que apresentam repercussão ética” (Costa Lima, 1980, p. 54), isto é, contribuem para uma espécie de reabilitação/purificação do sujeito a ser operada pela obra artística.

Conforme apontamos, embora as reflexões em torno das relações entre produção poética e produção filosófica possuam um considerável percurso histórico, a Estética, na qualidade de campo do saber filosófico, delineou-se a

partir da teorização de Baumgarten, para quem a reabilitação científica da antiga disciplina tinha como objetivo

romper o confronto entre filosofia e arte, na medida em que o âmbito do sentimento e da sensação sensíveis <*sinnlichen Empfindens und Fühlens*> é inserido no contexto da filosofia como um campo até então 'não cultivado' por esta, de modo a reconciliar, assim, a verdade da poesia e da arte com a verdade da filosofia (Ritter, 2007, p. 556-557 *apud* Trevisan, 2014, p. 172).

Sua concepção de *Estética* (1970 [1993]) como “ciência do conhecimento sensível” se desenha tomando o pensamento de Leibniz como referência e objeto de crítica. A fim de alinhar minimamente a reflexão de Baumgarten, portanto, voltemos um passo, isto é, observemos a concepção de representação em Leibniz. Este, “em oposição crítica a Descartes, diferencia representações claras e obscuras, distintas e confusas, e, sob este último título, adequadas e inadequadas, simbólicas e intuitivas (Trevisan, 2014, p.173). Para o filósofo em questão

*obscura* é uma “representação que não basta para reconhecer, como um todo, um objeto uma vez percebido e distingui-lo de um todo similar. *Clara*, pelo contrário, é uma representação que basta para o reconhecimento de um todo em distinção a um outro”. Representações claras, por sua vez, podem ser ou confusas ou distintas: em uma representação clara/confusa o objeto é completamente reconhecido, o sujeito que conhece, contudo, “não está em condição de contar individualmente as notas características que são suficientes para a distinção de um [*sic*] coisa em relação às outras, embora a coisa possua notas características e determinações nas quais seu conceito pode ser analisado”. Dentre os exemplos destas representações contam-se aquelas das quais os sentidos dão testemunho: “cores, cheiros, paladares”, assim como “representações de artistas ou pintores, que julgam sobre acerto ou erro, apreço ou despreço de uma obra de arte, mas sem saber de quais notas características em particular da obra advêm esses juízos”. Em oposição a isso, clara/distinta é uma representação que contém também notas características particulares do objeto conhecido que “são comuns a mais sentidos, como aquelas do número, do [*sic*] grandeza, da forma, que não contêm sob si nenhuma contradição e que são suficientes para distinguir o objeto em relação a outros e conhece-lo como pertencente a um gênero ou espécie”. De acordo com Leibniz, apenas representações claras/distintas podem também ser caracterizadas como adequadas. Somente por meio delas se pode afirmar a existência de um *conhecimento completo* do objeto, do qual, portanto, é fornecida uma definição real, que demonstre sua possibilidade interna e o distinga adequadamente em relação aos demais objetos que lhe são aparentados (Trevisan, 2014, p. 173-174).

Para este, portanto, apenas Deus poderia acessar esse conhecimento adequado e distinto, por gozar de uma capacidade intuitiva absolutamente superior à humana. Aos homens, então, restariam as representações inadequadas e simbólicas, sendo possível a estas o alcance de maior ou de menor grau de clareza e de distinção por meio do nível de aprofundamento da análise, o que jamais ofereceria a estes um pleno conhecimento dos objetos. Isso ocorreria, para Leibniz, pelo fato de que a capacidade intuitiva humana não seria capaz de acessar adequadamente (isto é, a um só golpe) todas as notas características presentes nas inesgotáveis representações dos objetos (Cf. Trevisan, 2014).

Baumgarten, por seu turno, parte da leitura empreendida por Leibniz para repensar a relação entre capacidade divina e capacidade humana de acesso ao conhecimento dos objetos naturais, isto é, conhecimento superior *versus* conhecimento inferior, de modo a construir um nexo entre filosofia e arte. Dessa forma, não se trata, para ele, de conceber um limitado conhecimento possível ao humano e outro ilimitado e imediato possível apenas a Deus, mas, ao propor a Estética como disciplina filosófica, a fim de diferenciá-la da lógica, ele busca delinear a relação razão/sensação em termos objetivos diferentes em relação ao desenvolvimento do conhecimento. Em outras palavras, Baumgarten compreende a lógica como uma faculdade de conhecimento superior, uma vez que permitiria conhecer algo filosoficamente, ao passo que a Estética, na qualidade de ciência que conhece algo sensivelmente, seria caracterizada por desenvolver uma faculdade inferior de conhecimento. É verdade que sua perspectiva não propõe maior ou menor qualidade do conhecimento desenvolvido, mas se refere dessa forma à perspectiva da lógica e da Estética em termos de profundidade em relação ao conhecimento das notas características presentes nas representações dos objetos. À guisa de síntese, vejamos:

Ao passo que para Leibniz haveria a possibilidade, ao menos numa perspectiva lógica, de que uma representação clara/confusa se transformasse em uma representação clara/distinta através de um aumento gradual e infinito do conhecimento das diversas notas características pertencentes a ela, segundo Baumgarten seria possível ao homem apenas um incremento gradual da clareza das representações, seja através do conhecimento específico de determinadas notas características, a clareza "*intensiva*", seja através

de um aumento do número de notas características conhecidas, a clareza “extensiva”. Assim, o conhecimento sensível se opõe de modo mais claro ao intelectual: este deve “conhecer notas características particulares de um objeto tão intensivamente/claro, isto é, tão distinta ou, de modo aproximativo, tão adequadamente quanto possível”, enquanto que o conhecimento sensível “indica que é possível apreender o mesmo objeto de modo extensivo/claro em uma maior quantidade de notas características, mesmo se estas não são conhecidas em particular”. Em poucas palavras, o conhecimento sensível procura um conhecimento mais variado, e nem tanto profundo, de um determinado objeto.

A especificidade do tratamento estético começa, assim, a ser caracterizada de modo mais completo. Ora, o conhecimento sensível não é um “estágio prévio” ao conhecimento intelectual, mas, antes, possui um *objetivo diverso*: ao passo que este visa conhecer distintamente o objeto, isto é, identificar a “espécie” à qual pertence determinado objeto, discriminando as marcas características que ele compartilha com outros objetos que lhe são próximos, o conhecimento sensível, por sua vez, busca conhecer o *maior número possível* de características do mesmo objeto, definindo, assim, aquilo que lhe é “próprio e incomparável”. *Conhecer um determinado objeto singular* (enquanto tal, determinado completamente) na *multiplicidade de suas notas características*, isto é, deter um conhecimento claro/extensivo deste objeto, é a *finalidade da Estética* (Trevisan, 2014, p. 175).

Há, na teorização em questão, o mérito de buscar delinear a Estética como uma disciplina autônoma, cujo objeto seria um tipo particular de cognição, que, “definido à luz da tradição filosófica grega, é concebido como um conhecimento perceptivo, análogo aos efeitos da obra de arte, expresso linguística ou semioticamente, equivalente ao belo” (Moreira, 2013, p. 1-2). Esse campo científico, portanto, conforme concebido por Baumgarten, voltar-se-ia a tratar “do conhecimento sensorial que ambiciona a apreensão do belo e se expressa nas imagens da arte, em contraposição à lógica herdada do racionalismo francês, tida como ciência do saber cognitivo” (Moreira, 2013, p. 1).

Por outro lado, a crítica que lhe recai refere-se ao fato de que a perspectiva de Baumgarten estaria ainda subordinada a padrões lógicos, de modo que a sensibilidade seguia sendo interpelada pela razão. A própria escolha do termo *conhecimento* sensível, para seus críticos, “indica que a reabilitação do sensível efetua-se sempre no espírito do intelectualismo” (Lebrun, 1993, p. 409 *apud* Trevisan, 2014, p. 176).

Caberia, posteriormente, a Kant e a Schiller repensar a concepção de Estética filosófica, de forma a compreendê-la “como um modo de produzir representações sensíveis que dizem da vida humana” (Moreira, 2013, p. 2). A fim de contribuir para a consolidação da autonomia desta frente à concepção de

racionalidade então vigente, Kant rejeita o critério lógico de distinção entre representações sensíveis e intelectuais, assumido por Baumgarten, que entendia como confuso e indistinto o conhecimento sensível, ao passo que a clareza e a distinção seriam características do conhecimento intelectual. Baumgarten, conforme tratamos, delineia uma teorização que, de alguma forma, se pauta pela concepção de gradação do conhecimento (superficialidade/profundidade, clareza extensiva/clareza intensiva). Além disso, este concebe o conhecimento sensível (subjetivo) na sua relação com determinado objeto. Já Kant,

Na Introdução à *Metafísica dos Costumes* [...] torna mais claro o que é exposto de forma mais sintética na *Crítica da Faculdade de Julgar*. A “vida” é ali definida como algo que liga primitivamente o homem à sua determinação como ser natural, e o elo sensível com esse elemento natural do homem é obtido através do *sentimento* <Gefühl>, a inevitável receptividade à sensação de prazer ou desprazer provocada por um objeto. Esse sentimento é decerto ligado à *sensibilidade*, e mais: àquilo que da sensibilidade somente pode ser dito *do sujeito*, e não do objeto representado subjetivamente pela sensibilidade. Bem entendido, o sentimento diferencia-se do *sentido* <Sinn>, ou seja, daquilo que é subjetivo na representação mas que, não obstante, pode ser referido a um objeto com vistas ao *conhecimento* (objetivo) do mesmo. Kant se refere aqui àquilo discutido na Estética Transcendental da *Crítica da Razão Pura*: os objetos que conhecemos são todos dados no espaço e tempo, ou seja, nas formas puras da sensibilidade; nesta medida, um objeto é dado através de uma representação na sensibilidade, referida, por certo, a algo “externo” que pode ser objetivamente conhecido através das categorias do entendimento. No caso do sentimento, contudo, não há essa remissão a um “objeto”, ou melhor, *não a um objeto a ser conhecido*: no sentimento, não se trata de uma, digamos, “representação subjetiva/objetiva”, mas antes de uma representação “subjetiva/subjetiva”, ou seja, de *algo puramente subjetivo não ligado à faculdade de conhecimento*. Esse sentimento, a “representação subjetiva irreduzivelmente subjetiva”, é despertado por ocasião do prazer *estético* no juízo estético de um objeto - como já havia notado Baumgarten – *singular*. Nesta “nova *Sinnlichkeit*” ou “nova Sensibilidade” abre-se a possibilidade para uma “Estética” radical, uma teoria de apreciação artística de objetos singulares que não se confunde com uma teoria da sensação ou do elemento sensível no conhecimento do objeto (Trevisan, 2014, p. 178-179).

Na concepção kantiana, assim como não há dependência do objeto ao sujeito que o produz, do mesmo modo, o juízo estético não subordina o elemento sensível ao objeto, mas compreende que aquele nasce de um prazer que aceita a existência independente deste. A concepção de autonomia do estético, portanto, em Kant, rompe com a noção ancorada nos graus de conhecimento e

passa “pela formulação de uma doutrina estética transcendental dos princípios próprios à sensibilidade no processo cognitivo” (Trevisan, 2014, p. 180). Dessa forma, este postula, em contraposição a padrões normativos e doutrinários que ainda se impunham a Baumgarten, uma absoluta autonomia da sensibilidade e do estético. Para Kant, portanto, o juízo estético refere-se às formas de sensibilidade, não à possibilidade de aperfeiçoar o conhecimento sensível ou mesmo de constituir um arcabouço próprio à faculdade de julgar os objetos sensíveis. Dessa forma, este (o juízo estético) relacionar-se-ia à experimentação de um prazer desinteressado, não a análises racionalmente elaboradas. Pequeno (2015, p. 93) resume a perspectiva do filósofo em questão da seguinte forma:

Em Kant, o objeto de contemplação não se deixa aprisionar por esquemas conceituais, nem, tampouco, depende de um atributo *a priori* do sujeito, como é o caso da razão. Assim, o juízo estético pertence à esfera do que sentimos, sendo, pois, livre das interferências do intelecto ou das leis rígidas do entendimento. O julgamento estético concerne ao exercício da sensibilidade, sendo, portanto, independente da nossa racionalidade instrumental. Mas essa sensibilidade deve estar livre de interesses éticos, políticos, prático [sic]. Tal juízo seria produto da livre disposição do indivíduo de sentir o objeto tal como ele espontaneamente se lhe revela e não como ele deveria ser a partir de um padrão previamente posto. A afirmação do belo dispensa o concurso de uma explicação lógica. Trata-se, em suma, de um sentimento de caráter subjetivo.

A crítica kantiana não se destina diretamente à leitura da produção artística (pois examina, por exemplo, a fruição possibilitada por eventos da natureza), embora também reflita sobre objetos artísticos no desenvolvimento de sua teorização; seu propósito, em realidade, consiste em emancipar o juízo estético dos relativos à cognição. Nesse percurso, postula, ainda, a liberdade do objeto em relação ao sujeito, posto que compreende que a existência daquele não resulta da finalidade de proporcionar prazer a este. Dessa forma, conforme seu pensamento, o objeto belo possui uma “finalidade sem fim”, uma vez que não seria possível determinar seu propósito previamente, já que ele participa da imprecisão do processo contemplativo.

É justamente essa noção de juízo estético desinteressado que confere diversas críticas ao filósofo em questão. Para Arthur Danto (2006), por exemplo, esta colocaria a arte em uma esfera transcendente, descolada de qualquer

relação com tudo o que a cerca e que (hoje sabemos) a constitui. Dessa forma, esse tipo de juízo resultaria na neutralização da arte.

Embora sem declará-lo, foi justamente esse o objetivo da crítica de arte burguesa (construída de acordo com o modelo de publicidade que interessava a essa classe): tornar a arte inofensiva ao construto ideológico que sustenta o capitalismo liberal, o qual, por sua vez, organiza as formas de ver, dizer e pensar no espaço partilhado. A ideologia em questão se retroalimenta através da relação crítico/público, visto que o crítico (cujas ideias são veiculadas através da imprensa), na análise formulada em relação às obras, busca conformar-se à opinião pública ao mesmo tempo em que contribui para construí-la. Por essa razão, a obra artística cuja produção é valorizada (e, portanto, incentivada) caracteriza-se por não ferir “a base das representações sociais do público” (Costa Lima, 1980, p. 100). O critério de perenidade e unanimidade atribuído às referidas representações sofre importante abalo, a partir de meados do séc. XVIII (o que se acentua no início do séc. XIX), ao passo que a opinião pública reconhece seu caráter de classe, o que permite compreender que o poder da imprensa “é o poder de uma classe e a sua liberdade de expressão só se aproxima da verdade quando o proletariado não a ameaça” (Costa Lima, 1980, p. 102). Logo, por meio da crítica de arte difundida através dos jornais, proporciona-se visibilidade a uma produção literária que se conforma à ética burguesa ao mesmo tempo em que se faz o trabalho de incentivar a produção do que se poderia compreender como “arte bem comportada”, popularizadora da ideologia burguesa.

Ao confrontar-se, a partir de Baudelaire, com a poética da modernidade, que adota uma perspectiva inovadora para a produção simbólica, pois problematiza os sujeitos (marginalizados) e as mazelas sociais, rejeitando o que se pode ler como um lirismo higienizado ou uma poética da banalidade, tal crítica pretende neutralizar os efeitos da produção em questão, tratando-a como um fim si, isto é, fundamentando-a unicamente em pressupostos linguísticos, de modo a disseminar a concepção de que esta concentrava-se unicamente sobre sua própria materialidade, o que concorre para “tanto obscurecer sua razão social, quanto até mesmo [para] permitir hipostasiá-la” (Costa Lima, 1980, p. 103). A literatura, portanto, conforme o sentido que adquiriu a partir do séc. XIX, a

despeito das teorizações dedicadas à oposição entre estética e ética, demonstra que é um equívoco dissociar arte e política.

A relação entre a *escrita* e a *política* pode ser pensada a partir daquilo que ambas apresentariam como ponto comum, a saber, uma estrutura racional, uma lógica ordenadora ou desordenadora, um modo de tornar visível ou invisível, de identificar ou desidentificar, enfim, um modo de operar concordâncias ou discordâncias entre o *ser* e o *aparecer*, de operar *desvios* (Blanco, 2018, p. 123).

É justamente a partir desse reconhecimento que Rancière postula o que nomeia como “política da literatura”, isto é, a constatação de que “há uma ligação essencial entre a política, entendida como forma específica da prática coletiva, e a literatura, entendida como prática definida da arte de escrever” (Rancière, 2007, p. 1). Dessa forma, a expressão promove a ideia de que “a literatura faz política enquanto literatura” (Rancière, 2007, p. 1), pois intervém na organização dos modos de visibilidade, dizibilidade e pensabilidade “que recortam um ou vários mundos comuns” (Rancière, 2007, p. 1). Logo, atua na partilha do sensível. Ao refletir acerca dessa relação, considerando a acepção que o termo “literatura” adquire a partir do séc. XIX, de modo a afastar-se da concepção segundo a qual este nomeava o saber dos letrados, designando, a partir de então, o próprio exercício da escrita, Rancière (2007, p. 4, grifo nosso) defende que

A especificidade histórica da literatura não se atém a um estado ou a um uso específico da linguagem, ela se atém a um novo equilíbrio de seus poderes, a uma nova maneira pela qual a ação ocorre no tornar visível e no tornar audível. A literatura, em resumo, é um regime novo de identificação da arte de escrever. Um regime de identificação de uma arte é um sistema de relações entre as práticas, as formas de visibilidade dessas práticas e os modos de inteligibilidade. É portanto uma certa maneira de intervir na partilha do sensível que define o mundo que habitamos: a maneira pela qual o mundo nos é visível, pela qual este visível se deixa dizer e as capacidades e incapacidades que se manifestam nisso. É a partir disso que se torna possível pensar a política da literatura “como tal”: seu modo de intervenção na decupagem dos objetos que formam um mundo comum, dos sujeitos que o povoam e dos poderes que eles têm para vê-lo, nomeá-lo e sobre ele agir.

Dessa forma, em resumo, é possível compreender a literatura como um artifício epistêmico de contato com o sensível e sobretudo de impacto sobre este,

reconhecendo que a palavra ocupa um espaço no campo político, de modo a operar intervenções no comum partilhado.

É justamente esse posicionamento desenvolvido por Rancière que nos oferece suporte teórico para refletir acerca da dimensão estética das obras em análise, a saber, *K. [...]* e *Os visitantes*, considerando o fato de que a dimensão em questão não diz respeito apenas ao campo das artes, mas de igual modo ao da política, necessariamente compreendendo que ambos se constroem de forma tão suficientemente articulada que pensá-los como antagônicos, apartados ou estanques já se provou ser um equívoco.

Em *K. [...]*, a questão central gira em torno do desaparecimento, durante a ditadura civil-militar brasileira, de uma professora de Química, militante de uma organização de esquerda, e da busca incansável e absolutamente desgastante realizada por seu pai para encontrá-la ou, ao menos, para saber a localização de seu corpo, confirmar o que lhe havia ocorrido e poder, enfim, elaborar o luto.

Já em *Os visitantes*, o enredo de cada capítulo se desenvolve na perspectiva de fazer refletir sobre a recepção de *K. [...]*, obra literária que deixa evidente sua relação com a historiografia brasileira. Essa aproximação, conforme as tramas tecidas por Kucinski em *Os visitantes*, teria provocado uma certa revolta ou dissabor em diversos sujeitos que teriam procurado o autor a fim de lhe cobrar satisfação, seja por discordar da “veracidade” de questões presentes em *K. [...]*, seja para buscar acesso a supostos documentos que teriam integrado a referida obra. Dessa forma, as relações estabelecidas entre as obras em análise necessariamente contribuem para aprofundar as reflexões acerca das conexões entre os campos artístico e científico, nesse caso, em específico representados pela literatura e pela historiografia.

A produção escrita em questão é indubitavelmente estética, no sentido de que esta (a estética) é uma ética, uma forma de intervenção no corpo social, que contribui – em alguma medida – para mudar a destinação supostamente natural do estabelecimento dos discursos promovidos pelo Estado em relação à ditadura civil-militar no Brasil como necessariamente revestidos de “verdade”, o que representaria a manutenção do silenciamento das vítimas (inclusive daquelas por extensão) em relação aos horrores perpetrados no referido período histórico.

As duas obras em estudo, dessa forma, contribuem para tornar mais evidente a concepção de que o silenciamento, em realidade, constitui reflexo da

solução supostamente conciliatória, levada a cabo por uma política de anistia equivocada, que se traduz na adoção de um discurso que se vende como pacificador, professa-se como neutro, mas corresponde claramente a interesses políticos diversos dos das vítimas.

No que diz respeito às reflexões críticas suscitadas a respeito da ditadura civil-militar brasileira, as obras literárias têm um maior potencial de alcance, pois, diferentemente das produções historiográficas – que inevitavelmente são direcionadas a uma parcela específica do corpo social – ou mesmo dos relatórios da CNV – cuja crítica maior recebida aponta para o fato de que estes não teriam atingido uma parcela numericamente representativa da sociedade brasileira (o que pode ter resultado do fato de o Estado brasileiro não ter acatado as recomendações presentes no documento, o que levaria a transformar o resultado do trabalho em políticas públicas efetivas) –, trata-se de palavra errante/nômade, sem destinatário preciso.

## 2.2 QUESTÕES DE HISTORIOGRAFIA E LITERATURA

A preocupação em compreender as dessemelhanças entre textos da História e textos da Literatura não é recente. Em realidade, a necessidade de demarcar as fronteiras entre uma e outra se desenvolve no bojo das transformações culturais ocorridas na Europa no século XVIII. A perspectiva iluminista preocupa-se em desenvolver uma racionalidade segundo a qual o espírito científico deve pautar-se pela impessoalidade e pelo uso de métodos objetivamente estabelecidos para se aproximar do objeto de estudo, a fim de que se possa analisar seu funcionamento, chegando a conclusões acerca das causas e das consequências deste, assim como gerando a possibilidade do estabelecimento de leis gerais.

Nesse cenário, reconfiguram-se tanto a concepção de História, que buscou então firmar-se como ciência (e, para isso, experimentou lançar mão de métodos adotados pelas ciências naturais), quanto a de Literatura, que passa a ser considerada como forma particular de expressão artística, preocupada em desenvolver um trabalho de linguagem ocupado com questões estéticas.

A mudança de paradigma então experimentada no campo da produção histórica corresponde à tentativa de renunciar às filosofias da história, a fim de

produzir uma história científica. Um dos grandes representantes desta, o alemão Leopold Von Ranke, que exerceu forte influência sobre a historiografia europeia no século XIX, adotou, para tanto, alguns princípios de método, tais como:

- a) o historiador não é juiz do passado, não deve instruir os contemporâneos, mas apenas dar conta do que realmente se passou;
- b) não há nenhuma interdependência entre o historiador, sujeito do conhecimento, e o seu objeto, os eventos históricos passados. O historiador seria capaz de escapar a todo condicionamento social, cultural, religioso, filosófico etc. em sua relação com o objeto, procurando a “neutralidade”;
- c) a história - *res gestae* - existe em si, objetivamente, e se oferece através dos documentos;
- d) a tarefa do historiador consiste em reunir um número significativo de fatos, que são “substâncias” dadas através dos documentos “purificados”, restituídos à sua autenticidade externa e interna;
- e) os fatos, extraídos dos documentos rigorosamente criticados, devem ser organizados em uma sequência cronológica, na ordem de uma narrativa; toda reflexão teórica é nociva, pois introduz a especulação filosófica, elementos *a priori* subjetivistas;
- f) a história-ciência pode atingir a objetividade e conhecer a verdade histórica objetiva, se o historiador observar as recomendações anteriores (Bourdé; Martin, 1983, p. 164-165 *apud* Reis, 1996, p. 12-13).

Diante do exposto, percebe-se que a noção de ciência na qual se ancora essa perspectiva de produção historiográfica concebe a adoção de um método bem delineado como a condição de possibilidade do alcance da verdade (no singular, uma vez que tida como única). O trabalho do historiador, portanto, seria o de, através do levantamento e da análise das fontes (estas caracterizadas especificamente pela documentação oficial produzida pelo Estado, pela Igreja..., enfim, pelas instituições detentoras de poder), recuperar os eventos, garantindo-lhes uma disposição linear no curso do tempo.

Assim [...] procederia o historiador metódico: através dos documentos, reconstituiria descritivamente, “tal como se passou”, o fato do passado, que, uma vez reconstituído, se tornaria uma “coisa-aí, que fala por si”. Ao historiador não competiria o trabalho da problematização, da construção de hipóteses, da reabertura do passado e da releitura de seus fatos. Ele reconstituiria o passado minuciosamente, por uma descrição definitiva. Tratados dessa maneira, os fatos históricos se tornariam verdadeiros seres, substâncias, objetos que se pode admirar do exterior, copiar, contemplar, imitar, mas jamais desmontar, remontar, alterar, reinterpretar, rever, problematizar, reabrir (Reis, 1996, p. 22).

Conforme essa perspectiva, os fatos existem em si, objetivamente, dando-se a conhecer por meio do acesso aos documentos, por um profissional que se reveste de neutralidade ao aplicar um método considerado objetivo. Conforme Reis (1996, p. 17), “‘método’ tornou-se a palavra-chave, e o que distinguia a história da literatura”.

Langlois e Seignobos, na condição de tradutores, na França, da história científica alemã, dedicaram-se a escrever manuais de metodologia, dentre os quais o mais difundido, *Introdução aos estudos históricos*, de 1898, apresenta detalhadamente o que consideram como os três principais momentos do método histórico, a saber,

(a) a heurística, a pesquisa dos documentos, sua localização; (b) as operações analíticas: as críticas externa e interna (de restituição, proveniência e classificação; de interpretação, sinceridade, exatidão); (c) as operações sintéticas: a construção histórica, o agrupamento dos fatos, a exposição, a escrita histórica (Reis, 1996, p. 18).

A história metódica, portanto, como bem se compreende com o desenvolvimento posterior dos estudos nessa área, não logrou acessar “a” verdade histórica, sobretudo porque se chegou à compreensão de que esse desnudamento não corresponde à linha de chegada da produção do discurso histórico, mas os intelectuais que se dedicaram a produzir o que entendiam por história científica acreditavam no postulado dessa verdade acabada, única, inteira e disposta linearmente. Acreditavam, ainda, tanto na própria isenção frente ao produto da pesquisa histórica desenvolvida, quanto na neutralidade do produto em si, o que também se mostrou absolutamente insustentável.

Na América Latina, por exemplo, a Independência foi o ponto de partida para a escrita de boa parte dos discursos historiográficos, cujo objetivo centrava-se na intenção de construir uma identidade nacional, visto que “a escrita, em geral, tinha a missão de contribuir para o ‘engrandecimento’ e a ‘civilização’ da pátria”<sup>41</sup> (Mendieta, 2003, p. 83, tradução nossa). Aqui a história, portanto, desenvolveu-se inicialmente como maneira de fomentar “atitudes patrióticas” e um sentimento de lealdade ao Estado. Com esse propósito, a história metódica e documentalista, imbuída de uma intencionalidade (a qual insistia em não

---

<sup>41</sup> “la escritura, en general, tenía como misión contribuir al ‘engrandecimiento’ y ‘civilización’ de la patria”.

reconhecer), primou pela “objetividade”, buscando estabelecer-se como correspondente à verdade e ignorando, portanto, seu pertencimento à classe das narrativas, com vistas a justificar dessa forma seu caráter científico.

Embora na atualidade essa concepção ainda encontre espaço no senso comum, nas primeiras décadas do século XX, ela passou a ser sistematicamente refutada, sobretudo por coletivos intelectuais que desenvolveram seus trabalhos na Alemanha e na França. A fundação do Instituto de Pesquisa Social, ligado à Universidade de Frankfurt (embora desta independente), permitiu o desenvolvimento de concepções teóricas que se opunham à tradição racionalista, ao considerar que o uso da razão (pautada nos métodos que então se adotavam para se produzir ciência) não geraria maior emancipação humana, uma vez que o progresso da técnica e daquela forma de cientificidade funcionariam, em realidade, como instrumentos de opressão. A razão instrumental, portanto, operaria para desenvolver a passividade nos sujeitos. Os intelectuais aqui engajados, ao desenvolver análises acerca da estruturação da realidade histórica, dialogaram grandemente com perspectivas advindas da compreensão de Marx, para quem “a história-ciência trata das lutas de classes no quadro do desenvolvimento das forças produtivas” (Reis, 1996, p. 42).

Na França, por sua vez, desenvolveu-se o movimento dos Annales, que empreendeu uma significativa mudança na produção do conhecimento histórico, ao renunciar ao isolamento desse campo, aproximando-o das outras ciências sociais. Lançava-se, então, um novo olhar sobre os objetos, instrumentos e objetivos da pesquisa histórica. Uma das operações que possibilita o estudo de novos "objetos" é a disposição interdisciplinar que a historiografia apresenta nesse período, dialogando com a geografia, a estatística, dentre outras áreas do conhecimento. Desse modo, a historiografia opera uma renúncia à história política e à concepção reducionista de que apenas documentos produzidos e arquivados por órgãos oficiais se configuram como fontes. O foco da História foi, portanto, modificado, de forma que ganharam espaço questões econômico-sociais, o estudo de massas, de coletividades, mentalidades, para ficarmos em alguns exemplos. A pesquisa histórica aqui passa a desenvolver-se com base no problema que a despertou. É esse o guia do historiador na seleção das fontes, na análise, na construção de hipóteses. A história-problema, pautada pelos Annales, portanto, retira o historiador do papel de catalogador de eventos,

comprometido com a objetividade na disposição destes, concedendo-lhe um caráter de leitor e intérprete de processos históricos, de modo que este agora precisa aparecer no texto que produz, uma vez que lhe é necessária a explicitação da base teórica, documental e técnica utilizada, assim como de seu lugar social e institucional.

O século XX viu, então, a ascensão de questionamentos em torno de conceitos tidos como fundamentais para o paradigma positivista, como, por exemplo, o de verdade e o de real. Convencionou-se denominar “virada histórica” ao período, marcado pelo “questionamento das metodologias, da escrita e da objetividade dentro desse campo” (Moura, 2013, p. 51). A conscientização em relação ao caráter discursivo da História sofre influência da “virada linguística”, que se caracterizou por questionar a ideia de que a linguagem se desenvolve como referência a um mundo externo, independente frente a ela, em relação ao qual seu trabalho seria o de tradução/representação (na acepção mais estreita do termo). Foi possível perceber, então, a não correspondência entre o signo e o referente, o que permitiu compreender que categorias como “verdade” e “real”, por exemplo, são construções sociais e discursivas, cuja manutenção se dá em meio a relações de poder que operam nesse sentido.

Ao refletir acerca desse campo, sobretudo lançando seu olhar para investigar o que entendeu por operação historiográfica, Michel de Certeau (2007<sup>42</sup>), historiador situado na terceira geração dos Annales, chamou atenção para a relação estabelecida entre os produtos, os procedimentos de análise que permitem construir determinada compreensão e os lugares de produção. Em suas palavras,

encarar a história como uma operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da "realidade" da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada "enquanto atividade humana", "enquanto prática". Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* "científicas" e de uma *escrita* (Certeau, 2007, p. 56).

---

<sup>42</sup> A obra teve sua primeira publicação em 1975.

Nesse sentido, ao refletir sobre os elementos como constituintes dessa concepção de História que vai se desenvolvendo ao longo do séc. XX, o historiador francês chama atenção para o fato de que sua escrita não é neutra nem total, mas parcial, relativa a um lugar e a um tempo, bem como mediada por uma técnica.

Essa abertura para pensar a História como uma produção discursiva, ao mesmo tempo em que refuta a ideia de que esta corresponde à totalidade, abre espaço para a emergência de uma pluralidade de discursos (com recortes específicos), bem como atenta para o fato de que o discurso historiográfico é também historicamente situado.

É justamente a consciência das ambiguidades e da parcela de subjetividade, atuantes também como componentes da produção historiográfica, que fez Hayden White, na década de 1970, postular a indistinção entre discurso histórico e ficção, em sua crítica ao discurso histórico que buscava afirmar-se como verdadeiro em oposição à ficcionalidade. White, portanto, “inverte a situação, que fazia da literatura um objeto puramente estético e de categoria científica questionável em sua oposição com a história, e revela a produção histórica como um 'artefato literário', [...]” (Andrade, 2018, p. 106), o que lhe rendeu (e ainda lhe rende) críticas severas, pois que, na tentativa de refletir acerca da permeabilidade entre os campos em questão, teria alcançado como resultado a negação de qualquer especificidade do discurso historiográfico<sup>43</sup>.

Como resposta a um racionalismo que ganhou espaço no séc. XIX e postulou a diferenciação entre Literatura e História, estabelecendo “a verdade” como critério para tanto, com base em binarismos como subjetividade *versus* objetividade, também no campo da ficção desenvolveram-se análises que buscaram compreender as particularidades do texto literário. Essas, em grande medida, caminharam no sentido de afastar a literatura daquilo que se pudesse confundir com “a realidade”, reclamada como objeto da historiografia de então. Com esse intuito e com base em uma compreensão que se revelaria equivocada, a rejeição ao conceito de *mimesis* – caro à produção literária – foi tomada como indispensável para que se pudesse postular o que se compreendeu como independência da obra frente à realidade extratextual.

---

<sup>43</sup> A fim de refletir acerca do perigo gerado por conclusões desse tipo, uma vez que estas têm o potencial de esvaziar a validade do discurso historiográfico, ver Ginzburg (2007).

É nesse sentido que se desenvolvem, por exemplo, as ideias de Doležel, para quem a compreensão da ficção, sob um viés realmente teórico, implica no abandono à tradição platônica e aristotélica, para os quais, conforme o pensamento do teórico tcheco, “as obras de ficção inevitavelmente se relacionariam com o mundo real de maneira linear” (Silva, 2013, p. 26). Para essa tradição, conforme a compreensão de Doležel, caberia ao investigador tentar relacionar os entes ficcionais àqueles pertencentes ao mundo real, os quais lhes serviriam de referência. A fim de criticar a insuficiência das concepções que tomam a literatura como derivativo da realidade, isto é, que buscam relacionar ficção e fato, ele pretende substituir a semântica mimética “pela semântica da ficcionalidade dos mundos possíveis” (Doležel, 1997, p. 77), apresentando, para tanto, as seguintes teses: 1. os mundos ficcionais são conjuntos de estados de coisas possíveis; 2. o conjunto de mundos ficcionais é ilimitado e variado ao máximo; 3. os mundos ficcionais são acessíveis a partir do mundo real.

Na construção de sua reflexão acerca da primeira das teses, o teórico afirma que o traço mais importante desse modelo consiste no fato de que este confere legitimação aos possíveis não realizados (sejam estes indivíduos, atributos, eventos, estados de coisas, etc.). A título de exemplo, ele toma a existência de Hamlet e argumenta que este, “embora não seja um homem real, é um indivíduo possível que habita o mundo ficcional de Shakespeare”<sup>44</sup> (Doležel, 1997, p. 79, tradução nossa). Em outras palavras, a legitimidade de Hamlet não depende do fato de a personagem fazer referência a um sujeito existente no universo fatural, basta que ela exista no mundo ficcional da obra de Shakespeare, isto é, trata-se de um sujeito cuja existência seria possível no universo fatural, mas isso não se realizou, de modo que sua existência está circunscrita ao mundo ficcional. O teórico concebe, dessa forma, o conceito de “particular ficcional”. Para ele,

se os particulares ficcionais são interpretados como possíveis não realizados, a diferença entre pessoas, eventos, lugares, etc. ficcionais e reais mostra-se óbvia. Todos concordariam que personagens fictícios

---

<sup>44</sup> “aunque no sea un hombre real, es un individuo posible que habita el mundo ficcional de la obra de Shakespeare”.

não podem encontrar-se, interagir, comunicar-se com gente real<sup>45</sup> (Doležel, 1997, p. 79, tradução nossa).

Para Doležel, mantém-se essa concepção ainda que haja homonímia entre uma personagem e uma figura histórica ou mesmo entre um local geográfico e um lugar presente na ficção.

A segunda tese, por sua vez, trata de ampliar a concepção esboçada na primeira, uma vez que, embora os mundos ficcionais sejam interpretados como mundos possíveis, a literatura não se submete a imitar o real nem se restringe às limitações deste.

Sem dúvida, a semântica dos mundos possíveis não exclui de seu âmbito os mundos ficcionais similares ou análogos ao mundo real; ao mesmo tempo, não há problema em incluir os mundos mais fantásticos, muito apartados da “realidade” ou contraditórios em relação a ela<sup>46</sup> (Doležel, 1997, p. 80, tradução nossa).

Inclusive, o teórico faz questão de salientar que a relação de proximidade ou distância entre a narrativa ficcional e “a realidade” não faz com que alguns textos sejam considerados mais ficcionais que outros. A única exigência imposta ao texto literário seria a ausência de contradição interna.

Por fim, ainda que o teórico preconize a independência dos “mundos ficcionais” frente ao “real”, por meio da noção de acessibilidade, presente na terceira tese, busca refletir sobre os contatos entre o universo dos “existentes reais” e o dos “possíveis ficcionais”. Segundo ele,

O mundo real participa da formação dos mundos ficcionais proporcionando os modelos de sua estrutura (incluindo a experiência do autor), ancorando o relato ficcional em um acontecimento histórico [...], transmitindo “fatos brutos” ou “repertórios” culturais [...], etc. Nessas transferências de informação, o “material” do mundo real penetra na estruturação dos mundos ficcionais<sup>47</sup> (Doležel, 1997, p. 82-83, tradução nossa).

---

<sup>45</sup> “si los particulares ficcionales son interpretados como posibles no realizados, la diferencia entre personas, eventos, lugares, etc. ficcionales y reales resulta obvia. Todo el mundo estaría de acuerdo en que los personajes ficticios no pueden encontrarse, interaccionar, comunicarse con gente real”.

<sup>46</sup> “Sin duda, la semántica de los mundos posibles no excluye de su ámbito los mundos ficcionales similares o análogos al mundo real; al mismo tiempo, no tiene problema en incluir los mundos más fantásticos, muy apartados de o contradictorios con ‘la realidad’”.

<sup>47</sup> “El mundo real participa en la formación de los mundos ficcionales proporcionando los modelos de su estructura (incluyendo la experiencia del autor), anclando el relato ficcional en un acontecimiento histórico [...], transmitiendo ‘hechos en bruto’ o ‘realemas’ culturales [...], etc. En

Ele salienta, entretanto, que o “material real” deve sofrer uma transformação substancial a fim de compor o mundo ficcional, isto é, “tem que ser convertido em possíveis não reais, com todas as consequências ontológicas, lógicas e semânticas”<sup>48</sup> (Doležel, 1997, p. 83, tradução nossa).

Com a perspectiva desenhada nessas teses, Doležel se propôs a construir uma teorização que postulava uma semântica não mimética da ficcionalidade, pois, para ele, a teoria da *mímesis* concebia a condição de existência da ficção como um derivativo da realidade. Em suas palavras,

Toda ficção, incluindo as mais fantásticas, é interpretada conforme a referência que faz a um “universo de discurso” e apenas um, o mundo real. A função mimética é uma fórmula para integrar ficções ao mundo real. A semântica mimética é enquadrada em um modelo de mundo único. Uma alternativa radical à *mímesis* seria uma semântica da ficção definida em um quadro de mundos múltiplos<sup>49</sup> (Doležel, 1997, p. 77, tradução nossa).

Percebe-se, aqui, que o teórico busca alargar a percepção das relações estabelecidas entre realidade e ficção, opondo-se a uma concepção de *mímesis* segundo a qual esta teria como sinônimo “representação”, no sentido mais estreito do termo, o de reflexo da realidade por meio da imitação. Sua formulação, entretanto, não consegue afastar-se da *mímesis*, no sentido adotado por Aristóteles. O que ocorre é que Doležel se contrapõe à concepção de *mímesis* legatária da perspectiva renascentista que a interpreta como *imitatio* (com lastro na teorização platônica), o que promove uma perda substancial de sentido e de abrangência do conceito, de modo a distorcer a perspectiva aristotélica, uma vez que, para este, a *mímesis* não se restringe ao exercício de imitar a realidade, no intuito de construir desta uma cópia. Conforme discutiremos adiante, sequer em Platão a relação se dá dessa forma.

---

estas transferencias de información, el “material” del mundo real penetra en la estructuración de los mundos ficcionales.”

<sup>48</sup> “tiene que ser convertido en posibles no reales, con todas las consecuencias ontológicas, lógicas y semánticas”.

<sup>49</sup> “Toda ficción, incluyendo las más fantásticas, es interpretada en tanto que se refiere a un “universo de discurso” y sólo uno, el mundo real. La función mimética es una fórmula para integrar las ficciones en el mundo real. La semántica mimética se enmarca en un modelo de mundo único. Una alternativa radical a la *mímesis* sería una semántica de la ficción definida en un marco de mundos múltiples”.

A esse respeito, a fim de pensar os desdobramentos históricos da concepção de *mímesis*, no intuito de compreender especificidades do discurso ficcional, Luiz Costa Lima, em *Mímesis e Modernidade* (1980), se dedica a apresentar um percurso reflexivo acerca dos desdobramentos sofridos pela concepção de *mímesis* desde a Grécia antiga até a modernidade. Na obra em questão, contrapõe-se ao descrédito atribuído à *mimesis* – que tomou como base a ideia de que o conceito em questão encontrava no termo representação (no sentido de elaboração de cópia) seu sinônimo e que, portanto, após o fim do século XVIII, com a relação estabelecida entre literatura e inventividade, não lhe restava espaço no campo da ficção.

Em seu percurso reflexivo, este propõe uma revisão histórica da *mímesis*, desde os pitagóricos até a modernidade, com vistas a contribuir para a readmissão do conceito. Na referida obra – que representa o início de sua significativa incursão teórica sobre o tema – ao sistematizar, como operador teórico relevante, a distinção entre *mímesis* de representação e *mímesis* de produção, o teórico termina por conseguir alargar o conceito em questão. Nosso interesse, vale esclarecer, volta-se menos ao resultado obtido por ele do que ao processo reflexivo que o tornou possível. É o processo, portanto, que nos interessa mais.

Em resumo, na obra em questão, este inicia a revisão histórica proposta buscando observar o conceito de *mímesis* entre os filósofos ligados à Escola Pitagórica. Para isso, apresenta um resumo das teses de Hermann Koller, em *Der Mimesis in der Antike*, obra publicada em 1954, por meio da qual este propõe retomar o conceito conforme a concepção adotada pelos pitagóricos, a fim de se contrapor a ideias reducionistas e/ou equivocadas em relação à *mímesis*. Para tanto, um dos objetivos de Koller é recuperar e dar a conhecer a compreensão dos pitagóricos acerca do conceito em questão. Segundo Costa Lima (1980, p. 30-31), em sua leitura da referida obra,

Originariamente, *mímesis* descrevia apenas as danças báquicas; os pitagóricos do século V a desenvolverão como conceito fundamental de sua filosofia da expressão dos estados psíquicos, manifestados pela dança e pela música [...]. Esta doutrina da expressão se desdobrava em doutrina da educação, porquanto a participação na dança, como executante ou acompanhante, dava lugar à liberação catártica do temor. Koller chega a esta conclusão a partir de dados linguísticos: *mimos* é originalmente o ator da dança do culto a Baco e *mímesis*, a

dança pela qual a “cura” se realizava. [...] Entre os pitagóricos, portanto, catarse era parte de uma doutrina pedagógico-expressiva e sua finalidade de ordem médico-religiosa, e não estético-ontológica [...]. Por outro lado, como a representação teatral supunha a fusão de *méllos*, *rythmos* e *lógos*, a teoria pitagórica da *mímesis* [...] não dava realce à palavra isolada.

Ligada à música e à dança, conforme Koller, a *mímesis* apenas minimamente relacionava-se à imitação. Isso se dava porque, ainda que significasse representação (*Darstellung*) e expressão (*Ausdruck*), esta estaria suscetível a contrair o significado de imitação. Koller ilustra essa compreensão da seguinte maneira:

*mimeisthai* Protés pode, por exemplo, naturalmente ser entendido como representar Proteu ou, ao invés, fazer como Proteu, imitar Proteu. Onde quer que assim passe ao primeiro plano a comparação do representado com a realidade, chega-se a este significado secundário e superficial (Koller, 1954, p. 58 *apud* Costa Lima, 1980, p. 30).

É justamente essa acepção segunda e reducionista que ganha espaço e se firma a partir de interpretações dos escritos de Platão.

Isso se dá porque a reflexão platônica avalia a *mímesis* conforme uma perspectiva ética, submetendo-a a uma teoria da sociedade ideal. Em sua concepção, *mímesis* parece tomar imitação por sinônimo e, sendo a arte de imitar afastada do verdadeiro, uma vez que a produção do poeta configuraria uma cópia de terceiro grau do mundo das ideias, a doutrina da *mímesis* como expressão – ancorada na experiência musical – possuía um potencial nocivo diante de da noção platônica de sociedade ideal. Para que a *mímesis* pudesse participar desta, precisaria ser disciplinada, isto é, estar subordinada a determinada concepção ética responsável por ditar o que deveria ser representado. Conforme Nunes (1980, p. XIII),

Platão sujeitou a “explosão das sombras” à soberania metafísica das ideias. A *mímesis* obtém aí o acolhimento restritivo do *logos* filosófico, que a subordina aos fins éticos e pedagógicos da Polis fundada sobre a Justiça, como *imitação* do Bem e da Virtude. Fora disso, conclui o Livro X, ratificando a expulsão, no Livro III, dos autores de tragédia e comédia – poetas *imitadores*, praticantes do estilo direto (393, c) – a *imitação* é puro jogo, atividade não séria e supérflua, e o *mimema* um reflexo ilusório, estando o *mimetes* “três graus abaixo do rei e da Verdade” (597, e).

Contrariando o entendimento defendido por Platão – este influenciado pela recepção do legado mítico-religioso da Grécia antiga –, Aristóteles liberta a *mímesis* dessa condenação. Ao assumir certa distância em relação ao legado em questão, que influenciou o pensamento platônico, a Aristóteles é possível tratar deuses e mitos como matéria para os jogos teatrais. Segundo seu pensamento, “o ser é concebido a partir do concreto existente, da materialidade da natureza, e não pela abstração desta” (Costa Lima, 1980, p. 46). Dessa forma, a base ontológica sobre a qual se desenvolve a perspectiva aristotélica não se filia àquela que serviu a Platão, o qual hierarquizou a relação entre visível e inteligível, entre o que entendeu por real impuro e real pleno. Diferentemente de Platão, Aristóteles relaciona a fabricação da *mímesis* ao processo de criação ocorrido na natureza (*physis*).

Assim como a forma se realiza na concreção da matéria, assim a *mímesis* se cumpre na concreção de um *mímema*. Mais do que nunca, *mímesis* não pode ser tomada como *imitatio*. Víramos que isso não seria correto sequer em Platão, pois a imagem não é o duplo da coisa a que se refere e porque é incapaz de representar as Ideias. A *mímesis* é sinônimo de um campo fantasmal, é o outro da sombra, pois esta ainda supõe um corpo que a projeta. Em Aristóteles, ao invés, a *mímesis* partilha das leis que governam a *physis*, é uma potencialidade (*dynamis*) que explode em um produto (*ergon*) (Costa Lima, 1980, p. 47).

Como contraponto a Platão, além da mudança de entendimento em relação ao conceito em questão, Aristóteles, na *Poética*, apresenta, ainda, conforme julgamento de Costa Lima (1980), uma preocupação em compreender o efeito da obra, por meio do conceito de catarse, também central em sua reflexão. No entanto, apesar de reconhecer a validade da obra artística, ao lançar mão do conceito em questão, Aristóteles, de algum modo, cede a uma perspectiva que subordina a *mímesis* a um controle ético.

A retomada das concepções de *mímesis* formuladas conforme a filosofia clássica permitem a Costa Lima (1980) defender que o modo como esse conceito foi compreendido pelos renascentistas, embora remeta à concepção platônica de imitação, trata-se de uma visão reducionista, uma vez que, para a renascença, interpretou-se imitar como criar cópias daquilo que era exterior à obra, do que se entendeu por realidade, numa filiação à concepção cartesiana, pautada pela dicotomia sujeito/objeto, subjetivo/objetivo. Conforme a

compreensão do teórico maranhense, entre os séculos XVIII e XIX, o propalado esgotamento da *mimesis* relaciona-se a um modo de interpretar o rechaço, por parte do poeta, aos valores burgueses, centrados na acumulação e na exploração da mão-de-obra, isto é, na concepção de humano como sujeito transformado em recurso para o capitalismo. Conforme Loureiro (2013, p. 280),

Mais precisamente, desde que instalada no poder, a burguesia tornara patente ante as revoluções de 1848 seus nítidos interesses de classe, desmentindo suas pretensões de detentora dos interesses da humanidade, criando para o artista moderno uma situação particularmente problemática.

De acordo com o pensamento defendido por Costa Lima (1980), em sua leitura de poéticas fundadoras da modernidade literária, a exemplo de Baudelaire, Rimbaud, Mallarmé, Valéry e Eliot, em realidade, a tradição romântica não teria renunciado à *mimesis*, conforme sua significação clássica, uma vez que nem mesmo Platão a postulou como cópia da realidade (uma vez que, na compreensão do filósofo, uma produção realizada no mundo sensível não poderia estabelecer uma relação de transparência, de direta correspondência com o mundo inteligível). O entendimento de Aristóteles dispensa esclarecimentos nesse sentido, conforme reflexão anteriormente desenvolvida.

Ao trilhar esse percurso histórico-teórico, Costa Lima (1980) termina por alargar o conceito de *mimesis*, pois, para ele, esta não teria conhecido seu esgotamento em virtude da recusa do referente e do investimento na subjetividade pautados pelos românticos. Conforme o teórico, estes, ao buscarem contrapor-se à tradição equívoca da *imitatio*, conforme a concepção reducionista adotada pela renascença, em realidade fabricaram outro tipo de *mimesis* (Cf. Said, 2020), o qual ele denomina “*mimesis* de produção”.

Antes de tentar delinear as características desta, a fim de diferenciá-la daquela que o teórico maranhense entendeu por “*mimesis* da representação”, é preciso esclarecer que Costa Lima (1980) relaciona o exercício da *mimesis* não à representação da realidade (esta, filiada à concepção cartesiana, compreendida como possuidora de existência própria e, portanto, apartada do sujeito), mas ao que concebe como representação social, à qual ele se refere por meio do termo “Ser”, isto é, “a maneira como a sociedade concebe a

realidade, o que aí ela recorta como passível de existência” (Costa Lima, 1980, p. 169).

Logo, o resultado daquilo o que o sujeito entende por realidade possui um componente subjetivo, uma vez que depende do modo como este interpreta o objeto à luz das representações elaboradas pelo grupo social do qual faz parte. Dessa forma, o objeto não teria uma existência em si. Do mesmo modo, o sujeito não poderia ser visto como uma ilha, completamente isolado do contexto social que o cerca, uma vez que este também o constitui. A inserção do sujeito em um agrupamento social, portanto, lhe confere o acesso a uma rede de símbolos.

Esta rede funciona como uma atmosfera. A ela chamamos representação, o singular impondo-se apenas como recurso didático, pois, na verdade, em uma sociedade complexa, constituída por classes com oportunidades sócio-econômicas e culturais desiguais, não há um único, mas inúmeros sistemas de representação (Costa Lima, 1980, p. 70).

A concepção de “imitação”, conforme pensada classicamente, de acordo com o entendimento de Costa Lima (1980), é correlata das representações sociais, logo, daquilo que permite ao sujeito sentir-se partícipe de um dado meio social. Sendo assim, “a *mímesis* supõe algo antes de si a que se amolda, de que é um análogo, algo que não é a realidade, mas uma concepção de realidade” (Costa Lima, 1980, p. 169). Para o teórico, esse “algo” no qual a produção da *mímesis* se apoia continua possuindo validade ainda que o mimema, isto é, o produto mimético, recuse relacionar-se ou ajustar-se ao Ser, isto é, à imagem construída da realidade, conforme legitimada por determinado agrupamento social.

Nessa esteira, a dilatação do conceito de *mímesis*, na teorização de Costa Lima (1980), parte da proposição de duas categorias operatórias, a saber, *mímesis* de representação e *mímesis* de produção. Roberto Said (2020), em sua análise das obras do referido teórico que se debruçam sobre a necessidade de problematizar a *mímesis*, propõe a síntese abaixo acerca da distinção entre as categorias em questão, a qual nos parece suficientemente apropriada e, por essa razão, a transcrevemos.

A divisão em *mímesis* de representação e de produção – “o dismantelo da *mímesis* de representação termina por formular outra *mímesis*” –

não apenas atualiza a potencialidade da noção aristotélica, ao “fazer o apenas possível transitar para o real” (COSTA LIMA, 2003, p. 179) nas obras que não se apoiam diretamente em um dado externo, como considera a participação ativa do receptor, tendo em vista os vazios da obra literária, como condição de ser do produto mimético. Não mais cativo à lógica da duplicação, o mimema produz, contudo, uma dimensão do real negado ou desfeito, ainda que esse real seja apenas um possível. Nesse agenciamento teórico, a *mímesis* aciona um circuito de comunicação social em que o reconhecimento da matéria referida se trama sob a tensão constitutiva entre similitude e dissimilitude, entre uma semelhança, “que funciona como o precipitador do significado que nele se aloca” e uma diferença, “que não cabe naquele significado e, então, permite a variação interpretativa” (COSTA LIMA, 2003, p. 71). A diferença, sem corresponder a um elemento real, configura-se como uma sintaxe cujo movimento demanda uma operação semântica do leitor para garantir sua significação, que é potencialmente variável no curso de sua história (Said, 2020, p. 119-120).

Costa Lima, portanto, compreende a *mímesis* como produto da ligação estabelecida entre semelhança e diferença (esta em maior medida que aquela), pois, para ele “a *mímesis* é inventiva à medida que consegue dispor, sobre uma base verossímil, uma imensa construção diferencial” (Costa Lima, 2018, p. 184). Importante esclarecer que essa relação se dá em ambas as categorias operatórias por ele acionadas para compreender o ficcional. A fim de que não se incorra no equívoco de hierarquizá-las, o próprio teórico, em entrevista concedida a pesquisadores de sua obra, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), preocupou-se em elucidar essa questão. Segundo ele,

A distinção entre *mímesis* da representação e *mímesis* da produção não é valorativa, como normalmente se entendeu. Tomar a *mímesis* da representação como negativa equivaleria a retomar o termo “representação” como absorção mental do que se apresenta diante de nós, quando entendo que representação alguma escapa de estabelecer um enlace entre o objeto visto, ou imaginado, e um sujeito. [...]

É assim que entendo *mímesis* da representação: não é um conceito negativo, mas um conceito que supõe uma tomada de contato com a *inventio* que se dá de maneira imediata, ainda que passível de ser desdobrada.

Já na *mímesis* da produção a transformação da história em *inventio* se dá dentro da própria história. No primeiro caso, a história deixa de ser um fato, sem que transgrida a natureza de fato. No segundo, da *inventio* dentro de si mesma, sucede algo que não mais cabe como fato. A diferença se torna mais clara se recordamos que um fato não é um dado natural, senão algo reconhecido por caber na codificação sociocultural que se entende por realidade. [...] Portanto, na *mímesis* da produção a decodificação correta supõe que se baseia em algo que, desde sua abertura, não poderia ser tomado como factual (Costa Lima, 2018, p. 170-171).

Diante do exposto, fica clara a redefinição do conceito – e seu conseqüente alargamento – realizada por Costa Lima, ao tomar a diferença como um operador teórico relevante para pensá-lo. Nesse sentido, embora se trate talvez da adoção de um cuidado excessivo, ainda assim consideramos válido esclarecer que, em Costa Lima, não se postula a relação de que a *mímesis* da representação estaria para a semelhança, ao passo que a *mímesis* da produção, para a diferença, pois o esforço empreendido pelo teórico aponta para o fato de que a invenção fundamenta a *mímesis* em qualquer das formas sob as quais se apresenta. Este afirma:

Repensando a *mímesis*, em toda a sua inteireza – ou seja, não somente a *mímesis* da produção, mas também a *mímesis* da representação –, como um processo metamórfico. A diferença entre as duas espécies é que a *mímesis* da representação apresenta uma metamorfose implícita, enquanto a *mímesis* da produção apresenta uma metamorfose explícita. Justamente porque necessita sempre explicitar é que a *mímesis* da produção é menos frequente e menos facilmente assimilável. Na verdade, o tema *mímesis* e metamorfose sintetiza tudo aquilo que fiz. O muito que escrevi nos vários livros que dediquei ao assunto caberia numa só frase: por *mímesis*, entenda-se um processo metamórfico que contraria os padrões da realidade (Costa Lima, 2018, p. 192).

A contribuição do pensamento desenvolvido por Costa Lima para o estudo aqui proposto se assenta na possibilidade de alertar para que se evite o erro que consiste em pensar a obra literária como virtualmente independente do universo que lhe cerca, robustecendo, para tanto, a ideia de que há uma rede que a estrutura, da qual fazem parte o autor e o leitor, assim como os contextos de produção e de circulação. Dessa forma, é possível desconfiar de concepções que postulam a obra literária como absolutamente autônoma, o que acaba por não reconhecer sua potencialidade de intervenção social. Em outras palavras, o ponto de chegada da teorização de Costa Lima que sistematizamos aqui, isto é, os operadores teóricos representados pela *mímesis* da representação e pela *mímesis* da produção, importam menos em si (enquanto resultado) do que aquilo que o pesquisador sistematizou no percurso desse esforço reflexivo, a saber: o fato de que a concepção de “imitação” presente no conceito de *mímesis* não pode ser compreendida como exercício de fabricação de um duplo da “realidade” (autônoma e externa ao sujeito), nem preconiza uma oposição entre realidade e invenção. Ao contrário, para o teórico, a imitação mimética é correlata das

representações sociais, isto é, do modo como a sociedade concebe a realidade. Em resumo, este percebe o imbricamento entre objetividade e subjetividade no cerne do conceito, o que, portanto, não permitiria pensá-lo como fabricação de cópia do “real” (o que remete à condição de objetividade) nem como completo exercício de invenção, em oposição absoluta ao universo extratextual.

Do mesmo modo, é possível retornar às reflexões acerca da historiografia para pensar também a escrita da história em sua relação com toda uma rede que lhe constitui, que lhe fundamenta, cuja análise permite refutar o postulado da neutralidade, da isenção (Certeau, 2007; Jablonka, 2017, 2020). Ante o exposto, fica claro que não se pode prescindir da dimensão política de qualquer desses modos discursivos.

Da leitura de *K. [...]* e de *Os visitantes* nos pareceria absolutamente incomum sair sem qualquer curiosidade remanescente acerca do diálogo que as obras mantêm tanto entre si quanto com fatos históricos – sobretudo aqueles ligados à Ditadura civil-militar no Brasil, uma vez que a primeira destas trata do desaparecimento de uma professora de Química, militante vinculada a uma organização de oposição ao regime. Isso se dá não por acidente, mas em razão do projeto estético de Bernardo Kucinski, que se demonstra por meio do entrelace das obras em questão. Nessa perspectiva, portanto, importa considerar que: i) as obras provocam necessariamente indagações/análises acerca da relação entre fato e ficção, não na perspectiva de reforçar possíveis oposições ou limites, mas, ao contrário, de reconhecer o trespasse entre historiografia e literatura; ii) Kucinski escreve *Os visitantes* para compor um díptico com *K. [...]*.

A referência a pelo menos dois significados do termo que denomina a construção dessa conexão entre as obras (“díptico”) já indica caminhos de reflexão sobre estas, quais sejam: i) a perspectiva relacionada às artes plásticas, que reconhece os dípticos como artefatos populares durante a antiguidade, compostos por duas placas planas, possuindo imagens pintadas e esculpidas, ligadas por dobradiças; ii) a concepção eclesiástica, segundo a qual o termo faz referência a placas duplas na quais se grafavam nomes a serem lidos publicamente durante um culto religioso, sendo uma das partes dedicada aos vivos (isto é, a autoridades eclesiásticas e a benfeitores a serem mencionados) e outra aos mortos, a fim de que estes fossem lembrados durante as orações

dos presentes. A construção em dobradiça das obras em estudo lhes mantém integradas, mas não inertes, ambas movíveis, exercendo influência e dialogando entre si; além disso, a referência à conexão entre mortos e vivos chama atenção para a indissociabilidade, no cenário correspondente à ditadura civil-militar brasileira, entre desaparecidos e desamparados (isto é, aqueles que ficaram e passaram a vivenciar outro tipo de aniquilamento, diante do desaparecimento dos seus).

Diante disso, é correto afirmar que o modo segundo o qual foram construídas as narrativas em estudo fomenta reflexões acerca do elo entre historiografia e literatura, na condição de produções discursivas, de modo a fazer pensar a respeito da oposição (equivocadamente) construída a respeito dos campos em questão, com base em concepções de fato e ficção comumente relacionadas a dicotomias, tais como objetividade/subjetividade, verdade/invenção. Cada obra em particular, bem como o conjunto que formam, chama atenção tanto acerca da racionalidade que há no ficcional quanto da concepção de representação literária que as fundamenta e estrutura.

Em *K. [...]*, ao relacionar invenção e acontecimento em sua advertência ao leitor, Kucinski antecipa certa nebulosidade entre fato e ficção que atravessará a obra, o que reflete tanto a concepção de Costa Lima (1980) acerca da *mímesis* – caracterizada não como exercício de representação da realidade, apartada do sujeito e possuidora de existência própria, mas relacionada à representação social, isto é, ao fato de que a concepção de realidade assumida pelos sujeitos possui necessariamente um componente subjetivo, pois que estes interpretam os objetos e os eventos à luz das representações elaboradas por seu grupo social – quanto o pensamento defendido por Jablonka (2020) acerca da confluência entre os discursos da literatura e os das ciências sociais; bem como, ainda, a concepção de Rancière (2021; 2005) acerca da racionalidade ficcional (de seu caráter ético/político).

Como se trata de uma narrativa cujo centro é a figura de um pai em busca da filha desaparecida durante a ditadura civil-militar brasileira, *K. [...]* maneja diversas referências históricas, tanto a eventos ocorridos no período quanto a nomes de pessoas a eles envolvidas, ou que se tornaram conhecidas por sua atuação durante o período histórico em questão (seja na repressão aos opositores ao regime seja na resistência a ele). Entretanto, o manejo dessas

referências não caracteriza uma produção comprometida com a defesa (ou com a ilustração) de uma concepção estanque acerca do que se entende por produção historiográfica – frequentemente difundida como discurso “da verdade” – e por literatura – comumente relacionada à liberdade inventiva e à ausência de compromisso com o que quer que exceda as páginas da obra. Não se trata, portanto, de criar um pano de fundo com referências a eventos e a personagens históricos, a fim de ambientar uma narrativa fictícia em determinado momento do passado (como se propôs a fazer o romance histórico, sobretudo quando de seu aparecimento, conforme Esteves [2008]) – este também estático, ancorado em uma concepção de tempo linear –, nem de, por outro lado, reforçar as postulações de certo realismo, autocaracterizado por abandonar a perspectiva da produção de uma narrativa pautada pela invenção, a fim de que o texto literário pudesse refletir a realidade em sua crueza (esta com existência própria, objetiva e externa ao sujeito), o que transformaria a obra num “grande mural da sociedade” (Jablonka, 2017, p. 12).

Dessa forma, as referências históricas não atuam na composição das obras em estudo para caracterizá-las como narrativas que tentam oferecer ao leitor o acesso à História de forma lúdica – o que já pressupõe a dicotomia ciência/arte – ou para levá-lo ao exercício de seleção de informações comprováveis (ou “verídicas”), em contraposição ao que seria resultado da criação ficcional realizada pelo autor. Este, ao lançar mão das referências em questão, objetiva em realidade fomentar uma leitura crítica do período em questão, de modo a interferir no sensível partilhado, concorrendo para a manutenção de uma contramemória não oficial (Assmann, 2011), ao passo que leva a pensar sobre questões afetas à representação literária, em especial considerando sua relação com eventos históricos marcados pela violência e pela tentativa sistemática de silenciamento.

Portanto, conforme o estudo aqui desenvolvido, entendemos que as obras em análise realizam um exercício estético que combina tentativa de manutenção da memória histórica com proposição de reflexões acerca da representação literária. Isso ocorre porque estas indubitavelmente afastam a ideia de autonomia da obra literária – conforme discutimos tomando por referência Costa Lima (2018; 1980) –, ao passo que permitem observar sua necessária intervenção no real partilhado – segundo a ideia defendida por Rancière (2021; 2005) –, e,

ainda, apontam para o entrecruzamento entre os discursos da literatura e os da historiografia – dessa maneira, dialogando com a compreensão de Jablonka (2020, p. 310), para quem a oposição entre o texto da Literatura e o das Ciências Sociais corresponde a uma confusão epistemológica. As obras em análise levam a cabo o exercício acima referido tanto através do uso que fazem de fatos e nomes relacionados à ditadura civil-militar no Brasil, quanto do diálogo que estabelecem entre si.

### **3 FICÇÃO E DENÚNCIA: DOS COMPROMISSOS (EST)ÉTICOS EM *K.*: *RELATO DE UMA BUSCA E EM OS VISITANTES***

Em *K. [...]*, eventos históricos relativos ao período ditatorial compreendido entre 1964 e 1985 (assim como a menção a nomes de pessoas que destes participaram) estruturam a narrativa, conferindo-lhe a possibilidade de oferecer ao leitor não um pano de fundo “histórico” sobre o qual se desenrola a trama ficcional da busca empreendida por uma personagem, mas a possibilidade de aproximar-se da representação da realidade social ligada à experiência de familiares de desaparecidos políticos, estes de quem a voz foi sistematicamente emudecida e cuja palavra procura espaço para ocupar o campo político. É justamente por meio da apropriação estética desses elementos que Kucinski provoca uma leitura histórica (sem, contudo, dedicar-se a produzir uma narrativa historiográfica).

Em *Os visitantes*, aprofunda-se o projeto estético já presente em *K. [...]*, uma vez que o jogo de indistinção proposital entre fatos “verídicos” e “fictícios”, que emergem tanto da caracterização do narrador (que figura o autor) quanto da narrativa que este faz dos encontros com os visitantes que lhe interpelam acerca de sua obra anterior, provocam a reflexão acerca do que Jablonka entende por textos “bastardos”, partícipes de um “terceiro continente” de escrita.

Ao provocar essa leitura que atenta para a permeabilidade entre a historiografia e a literatura, as obras em estudo desenham um projeto estético que reconhece seu potencial de provocar reconfigurações no comum partilhado por meio do compromisso político de fazer circular vozes silenciadas e de disputar os sentidos do passado, sobretudo num “instante de perigo”, quando forças reacionárias galgam espaço nos cenários político e cultural, nos quais adotam táticas voltadas à promoção de um revisionismo histórico relativo ao período ditatorial brasileiro, comprometido em criminalizar vítimas e inocentar algozes, louvando-os pela realização de supostos feitos gloriosos em favor da “pátria”.

Dessa forma, as obras em questão se comprometem com a manutenção da memória das vítimas de um Estado ilegal, cujas práticas nada possuem de glorioso ou de louvável. Esse compromisso, portanto, corresponde a um exercício de disputa no campo cultural que reconhece o fato de que “[...] as

memórias não são coisas *sobre* as quais pensamos, mas coisas *com* as quais pensamos. Como tais, não têm existência fora de nossa política, de nossas relações sociais e de nossas histórias” (Gillis, 1994, p. 5 *apud* Jelin, 2002, p. 25, tradução nossa<sup>50</sup>). Na esteira desse pensamento, fica claro que o evento passado não se situa em um tempo cronológico distante, mas sua memória informa o presente e gesta o futuro.

### 3.1 *K* [...], DA PERMEABILIDADE ENTRE FATO E FICÇÃO

Em *K. [...]*, a voracidade do aparelho repressivo foi grandemente figurada em Fleury, personagem que faz referência direta ao delegado da Polícia Civil do Estado de São Paulo Sérgio Fernando Paranhos Fleury, que “serviu no Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP) e foi nomeado diretor do Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), em 1977” (Brasil, 2014a, p. 929), envolvido “em casos de detenção ilegal, tortura, execução, desaparecimento forçado e ocultação de cadáver” (Brasil, 2014a, p. 929). Seu nome é mencionado em diversos capítulos, dentre os quais, destacamos os seguintes: *Paixão, compaixão; A terapia e Imunidades, um paradoxo*.

O primeiro destes consiste num monólogo, composto por onze sessões, no qual a amante do delegado recebe a mãe de um militante desaparecido, que a procurara a fim de buscar notícias do filho. Aquela, embora não nomeada, é facilmente reconhecida pelas referências que lhe são atribuídas: advogada e irmã de militante de esquerda, renegada pela família em virtude da relação que estabeleceu com o torturador. Trata-se, portanto, de Leonora Rodrigues Ribeiro, irmã de Raimundo Rodrigues Pereira, um dos mais conhecidos jornalistas de esquerda do País – que atuou em diversos veículos independentes que faziam frente ao regime. Desta (mãe de desaparecido), que sequer possui um momento de fala durante todo o capítulo, também não se menciona o nome, talvez por representar uma coletividade de familiares de desaparecidos que fizeram o movimento de tentar ter acesso a informações acerca destes usando o mesmo

---

<sup>50</sup> “[...] las memorias no son cosas *sobre* las que pensamos, sino cosas *con* las que pensamos. Como tales, no tienen existencia fuera de nuestra política, nuestras relaciones sociales y nuestras historias”.

artifício. Da longa fala da personagem que encarna a amante em questão, saltam diversas questões, tais como o fato de que algumas famílias ao menos obtinham, na informalidade, a informação precária e incompleta de que seu familiar já não estava mais vivo.

A gente tem esse trato, sabe? Ele não pergunta o que eu faço e eu não pergunto o que ele faz. Não é que eu não pergunte nada, é mais complicado, como tudo entre homem e mulher, não é mesmo?. [...] Ele faz tudo para me agradar. Ele tenta responder sem responder. Eu não abuso, só fiz isso umas poucas vezes. Aprendi a adivinhar, mesmo ele não respondendo, se ele diz olha, garota, esqueça esse nome, ou algo parecido, então eu já sei que aconteceu o pior. [...] Na sexta passada eu fiz isso, mencionei o nome do seu filho como quem está lendo no jornal. Só de ouvir ele retesou. Pensei até que ia fazer uma besteira. Aí ele me encarou muito sério, a xícara de café parada no ar, deixou passar uns segundos, como quem pensa no que dizer ou quer se acalmar, estou contando tudo assim, devagar, para a senhora sentir como eu senti e ele disse: garota, esquece, não fale mais esse nome, nem aqui nem lá fora. Nunca mais. Aí eu entendi. A senhora entendeu? Eu entendi que ele está morto, não existe mais, está morto, desculpe, mas é isso [...] (Kucinski, 2016b, p. 98-99).

Em outro momento, embora a questão que norteia a fala da personagem seja a confiança relativa a seu relacionamento com o referido delegado, esta faz a ligação entre uma espécie de relaxamento das medidas de segurança adotadas por ele, quando das visitas que lhe faz, após o assassinato de Marighella. Vejamos:

Não era para ninguém ficar sabendo. O acordo era este. Mesmo porque ele é casado. [...] Ele vem quase todas as noites, diz para a mulher entrevada que está trabalhando. Nunca no mesmo horário e sempre em carro de chapa fria. Desce uma esquina antes ou uma depois. Não é só o segredo, é a segurança. Agora nem tanto, depois que morreu o Marighella ele relaxou. Mas antes era bem rigoroso (Kucinski, 2016b, p. 103).

A referência é clara a uma das mais conhecidas e importantes lideranças da resistência ao regime, Carlos Marighella, fundador – em 1968 – e presidente da Ação Libertadora Nacional (ALN), organização (a qual Ana Rosa, personagem cuja procura é o núcleo do romance, viria a integrar) que se notabilizou por realizar ações políticas armadas, uma vez que defendia que apenas esse tipo de insurreição teria potencial para derrubar o governo ditatorial. A execução de Marighella é emblemática do jogo de contraprovas adotado pelo regime, assim como da colaboração que lhe prestava a maior parte da imprensa.

Isso porque, como se tornou costume, o regime dava publicidade a casos de execução falseando-os de confronto armado.

Segundo a versão oficial, Marighella morreu em tiroteio com policiais do DOPS/SP em 4 de novembro de 1969. [...] A justificativa seria reiterada por anos, como se observa no Ofício nº 002/1975, do Centro de Informação da Polícia Federal, encaminhado à agência central do SNI, carimbado como “secreto” e “confidencial”, que assim resume o caso: “Morto em tiroteio travado com a polícia, em frente ao nº 800 da alameda Casa Branca, em São Paulo (SP), no dia 4 de novembro de 1969, fato esse, amplamente divulgado pela imprensa nacional e internacional, na época” (Brasil, 2014a, p. 447).

O sistema, portanto, alimentava os meios de comunicação com notícias referentes a confrontos com aqueles que qualificava como subversivos/terroristas e, simultaneamente, adotava as divulgações efetuadas pela imprensa como provas da veracidade de suas próprias declarações, como se esta tivesse legitimidade para oferecer esse tipo de suporte.

Contudo, conforme consta no relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade,

Em 4 de novembro [de 1969], Carlos Marighella – líder da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e principal figura da luta armada naquele momento – foi fuzilado em São Paulo numa emboscada comandada pelo delegado Sérgio Fleury. Naquela madrugada, um grupo de frades dominicanos que dava apoio logístico à ALN havia sido retirado de dentro do Convento das Perdizes, em São Paulo, na chamada Operação Batina Branca, comandada pelo mesmo Fleury, e se encontrava preso (Brasil, 2014a, p. 102).

A personagem que assume a fala em *K [...]*, protagonizando o capítulo intitulado *Paixão, compaixão*, ainda que não ofereça detalhes a sua ouvinte – uma vez que declara ter um acordo de não se inteirar dos pormenores do “trabalho” realizado pelo delegado –, faz menção à prisão de religiosos, a qual se pode rapidamente relacionar à dos frades em questão.

Eu sei desse caso do padre que se matou por causa dele, não sei de tudo, mas o que sei já me deixa mal. Eu li a história. Quando eu posso, eu leio, afinal, é meu homem. Nós não falamos disso, temos esse pacto, mas eu quero saber. Preciso saber, tentar entender. Como é que um homem assim, tão bom comigo, pode ser tão ruim com os outros. [...]  
Uma vez ele disse: é uma guerra e na guerra ou você mata ou você morre. É que para ele padre não deve se meter em política. [...]

Uma vez ele disse que padre que se mete em política não é padre, é terrorista. [...]

No dia que prenderam os dominicanos ele festejou. Parece que fecharam um restaurante na Lapa só para eles; a equipe toda foi encher a cara. Nunca tinha visto ele tão alegre, como se tivesse se livrado de um peso. Fiquei sabendo dessa farra porque eles combinaram por telefone e eu escutei (Kucinski, 2016b, p. 100-101).

Nesse capítulo, a narrativa tematiza, ainda, a persistência das sessões de tortura nos sujeitos que delas saíram com vida. As consequências físicas e psicológicas não se limitam ao momento em que os sujeitos são submetidos à tortura, pois o extremo sofrimento segue se reinventando durante toda a vida, de modo que, tornando-se impossível de superar, leva vítimas ao suicídio, como ocorreu a Frei Tito, vítima à qual a obra de Kucinski faz alusão. Em *Batismo de sangue* (2006), Frei Betto, outro dominicano que mantinha ligação com a ALN, tendo sido também preso e torturado, torna públicos testemunhos do Frei Tito. Vejamos:

Estavam três militares na sala. Um deles gritou: "quero nomes e aparelhos". Quando respondi: "não sei", recebi uma descarga elétrica tão forte, diretamente ligada à tomada, que houve um descontrole em minhas funções fisiológicas. O capitão Albernaz queria que eu dissesse onde estava o Frei Ratto. Como não soubesse, levei choques durante quarenta minutos. Queria os nomes de outros padres de São Paulo, Rio e Belo Horizonte "metidos na subversão". [...] Diante de minhas negativas, aplicavam-me choques, davam-me socos, pontapés e pauladas nas costas. Revestidos de paramentos litúrgicos, os policiais me fizeram abrir a boca "para receber a hóstia sagrada". Introduziram um fio elétrico. Fiquei com a boca toda inchada, sem poder falar direito. [...] Às 14 horas, encerraram a sessão. Carregado, voltei à cela, onde fiquei estirado no chão.

[...]

Às dezoito horas serviram o jantar, mas não consegui comer. Minha boca era uma ferida só. Pouco depois levaram-me para uma "explicação". Encontrei a mesma equipe do capitão Albernaz. Voltaram às mesmas perguntas. Repetiram as difamações. Disseram que, em vista de minha resistência à tortura, concluíram que eu era um guerrilheiro e devia estar escondendo minha participação em assaltos a bancos. O "interrogatório" se reiniciou para que eu "confessasse" os assaltos: choques, pontapés nos órgãos genitais e no estômago, palmatória, ponta de cigarro aceso em meu corpo. Durante cinco horas apanhei como um cachorro. No fim, fizeram-me passar pelo "corredor polonês". Avisaram que aquilo era a estréia [*sic*] do que iria ocorrer com os outros dominicanos. Quiseram deixar-me dependurado toda a noite no pau-de-arara. Mas o capitão Albernaz objetou: "Não é preciso, vamos ficar com ele aqui mais dias. Se não falar, será quebrado por dentro, pois sabemos fazer as coisas sem deixar marcas visíveis. Se sobreviver, jamais esquecerá o preço de sua valentia" (Betto, 2006, local. 193-194).

Tito de Alencar Lima, após ser preso em novembro de 1969, permaneceu privado de liberdade até 1970, período no qual foi submetido a diversas sessões de tortura, levadas a cabo por militares subordinados ao delegado Fleury. Solto em dezembro de 1970, em razão de ter seu nome incluído na lista de prisioneiros cuja soltura deveria efetuar-se em troca da liberação do embaixador suíço sequestrado pela VPR, exilou-se no Chile, de onde partiu para a França após o golpe sofrido por Allende, em 1973. De acordo com o relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014a, p. 390), desde que foi solto, passou a viver no exílio,

onde apresentou sinais de transtorno psicológico e diversas vezes tentou o suicídio. Mesmo estando na França, frei Tito alegava estar sendo perseguido por Fleury, que estaria ameaçando a sua família. Após vários acompanhamentos psiquiátricos, frei Tito se enforcou numa zona rural na França, em 10 de agosto de 1974. Entre suas anotações nos últimos meses de vida havia a seguinte frase: “é melhor morrer do que perder a vida”.

Reconhecendo a permanência, na psique de Frei Tito, do sofrimento relacionado às torturas sofridas, sendo, portanto, o Estado Brasileiro responsável por sua morte, Frei Betto o inclui, na dedicatória de sua obra, dentre os “companheiros assassinados”.

Outro exemplo de como a permanência do passado pode determinar a tônica da vida de indivíduos que, de alguma forma, foram atravessados pela violência tornada *modus operandi* dos aparelhos repressivos aparece no capítulo intitulado *A terapia*. Neste, uma jovem é encaminhada pela empresa à qual está vinculada para que passe por perícia realizada por profissional da área de Saúde do então Instituto Nacional de Previdência Social, com vistas a licenciar-se do trabalho. Esta é recebida pela psicóloga responsável por realizar sua avaliação.

“Jesuína Gonzaga, vinte e dois anos, aqui diz que você não consegue dormir, sofre alucinações, e precisa de uma licença médica para tratamento, é isso? Você veio por conta das alucinações?”

“Eu vim porque a chefia mandou. Deve estar aí no papel da firma que eu fico muito perturbada e não consigo trabalhar.”

“Sim, o médico da Ultragás diz isso. [...]”

[...]

“Tem uma coisa que eu não falei; quando fico nervosa eu sangro, como se estivesse naqueles dias... basta o chefe dar uma bronca, ou alguém levantar a voz ou eu ficar nervosa por algum motivo, eu sangro, é mais por isso que eles não me aguentam. Antes de entrar na firma eu já sangrava de vez em quando, mas piorou, antes era só quando eu

ficava com muito medo mesmo, quando me apavorava; agora, qualquer coisinha eu já sangro. [...]” (Kucinski, 2016b, p. 113; 115).

A fim de compreender se essa situação preexistia à contratação, a psicóloga buscou informações sobre os exames admissionais, obtendo como resposta a afirmação de que a então paciente não teria se submetido a eles por ter sido indicada por “gente de cima”, nome que Jesuína resiste em dizer, mas que, ao fim de tentativas diversas por parte da profissional, revela: “Quem me arranhou o emprego foi um delegado, o delegado Fleury” (Kucinski, 2016b, p. 116). A partir desse dado, a psicóloga trabalha para descortinar a relação entre Jesuína e o militar, sendo informada de que aquela foi retirada por este da penitenciária feminina de Taubaté para trabalhar em uma casa em Petrópolis, para onde presos eram encaminhados e passavam por sessões de tortura. A pedido da profissional, Jesuína é orientada a falar sobre recordações relacionadas à casa.

“Era uma casa como qualquer outra, mas grande, numa ribanceira, bem lá em cima do morro, em Petrópolis. [...] Quando os carros chegavam, o portão abria, automático, os carros entravam com o preso e logo levavam ele para baixo, onde estavam as celas. Eram só duas celas. Eu ficava quase sempre na parte de cima, que dá para a rua. Lá no andar de baixo, além das celas, também tinha uma parte fechada, onde interrogavam os presos, era coisa ruim os gritos, até hoje escuto gritos, tem muito grito nos meus pesadelos. Mais embaixo ainda, no fundo do quintal, quase no final da ribanceira, tinha uma coisa, uma espécie de depósito ou garagem. A sala fechada onde interrogavam os presos eu às vezes tinha que limpar, mas lá embaixo no depósito nunca me mandaram...”

[...]

“Você falava daquela coisa lá embaixo...”

“Sempre que chegava um preso novo vinha o doutor Leonardo, um médico do Rio; quando o preso ficava mal durante o interrogatório, ele ia para aquela sala fechada e examinava. Se o doutor Leonardo ia embora eu sabia que era o fim, já tinham terminado com aquele preso, que logo levariam ele lá para baixo...”

[...]

“Mas o que tinha lá dentro daquela garagem, Jesuína?”

Jesuína leva as duas mãos à cabeça, parecendo tapar os ouvidos, demora-se nessa posição, muda e cabisbaixa; depois puxa sua cadeira para bem perto da terapeuta e sussurra, no modo de quem compartilha um segredo:

“Uma vez, eu fiquei sozinha quase a manhã inteira [...] O Fleury já tinha voltado para São Paulo de madrugada. Eu sozinha tomando conta. Então desci até lá embaixo, fui ver. A garagem não tinha janela, e a porta estava trancada com chave e cadeado. Uma porta de madeira. Mas eu olhei por um buraco que eles tinham feito para passar a mangueira de água. Vi uns ganchos de pendurar carne igual nos açougues, vi uma mesa grande e facas igual de açougueiro, serrotes, martelo. É com isso que tenho pesadelos, vejo esse buraco, pedaços

de gente. Braços, pernas cortadas. Sangue, muito sangue” (Kucinski, 2016b, p. 120-124).

Conforme informação anterior, prestada por ela à psicóloga, o início dos sangramentos não se deu nesse momento, mas em razão de experiência traumática anterior (estupro praticado pelo padrasto), pela qual passou no início da adolescência, que lhe gerava o sentimento de pavor sempre que reiterada. O sangramento, portanto, era desencadeado pelo temor. Este reinventou-se e aprofundou-se após a experiência naquela que ficaria conhecida como Casa da Morte<sup>51</sup>, imóvel pertencente ao empresário alemão Mario Lodders, localizado em Petrópolis, que serviu à estrutura da repressão política como centro clandestino, voltado à prática de tortura seguida de execução de opositores ao regime.

Nesse capítulo, então, embora a narrativa principal não faça referência a uma figura histórica específica, ao passo que remete ao fato de que o regime provocou sérios danos à saúde mental de diversos sujeitos atravessados pela violência do período (em especial, vale salientar, àqueles que sobreviveram às torturas, o que não foi o caso da personagem, uma vez que esta atuou ao lado dos repressores), alude secundariamente não apenas à estrutura do aparato repressor – por meio da menção à Casa da Morte – e aos executores das ações repressivas – através da figura do delegado Fleury –, mas aos colaboradores do sistema, tais como os empresários que forneciam subsídios estruturais e financeiros ao regime. Esse setor, em *K [...]*, é representado pelo “doutor Alberto” (referência a Henning Albert Boilesen), identificado como proprietário da Ultragás (referência à Ultragaz, empresa pertencente ao grupo Ultra), de quem o referido delegado, segundo Jesuína, seria “muito amigo” (Kucinski, 2016b, p. 117). É verdade que o apoio de significativa parcela do empresariado foi se consolidando ainda enquanto se gestava o golpe, de modo que, quando este entrou em curso, já contava com financiamento privado. Conforme consta no segundo volume do relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014b, p. 321-322),

---

<sup>51</sup> “A chamada Casa da Morte de Petrópolis foi um centro clandestino de tortura, execuções e desaparecimentos forçados, criado, organizado e mantido pelo Centro de Informações do Exército (CIE). A casa situava-se na rua Arthur Barbosa, nº 50 (antigo 668), no bairro de Caxambu, e foi cedida em 1971 pelo proprietário à época, Mario Lodders, ao ex-comandante da companhia aérea Panair e ex-interventor de Petrópolis, Fernando Aires da Mota. O chefe do CIE à época era o general de Brigada Milton Tavares de Souza, sendo o subchefe José Luiz Coelho Neto, então coronel da arma de Infantaria” (Brasil, 2014a, p. 797).

Em São Paulo, os últimos arranjos para o golpe contaram com a participação de empresários do setor industrial, tanto estrangeiro quanto nacional e de portes variados. No dia 31 de março, prestaram algum tipo de colaboração ativa ao movimento as seguintes empresas: A. Queiróz Lugó, Acumuladores Vulcânia, Antônio Maurício Wanderley e Cia. Ltda., Armações de Aço Probel S/A, Atlantic, Auto Asbestos S/A, B.F. Goodrich, Brasital S/A, Cia. Carlos Guedes, Cia. Comercial de Madeiras Kirali, Cia. de Acumuladores Prest-O-Lite, Cia. de Cigarros Souza Cruz, Cia. Fiação e Tecidos Lanifício Plástico, Cia. Madeireira Nacional, Dunlop, Duratex S/A Indústria e Comércio, Duratex S.A., Esso Brasileira de Petróleo, Eucatex S/A Indústria e Comércio, Johnson & Johnson, F. Slaviero, Fábrica de Cigarros Caruso, Fábrica de Cigarros Flórida, Fábrica de Cigarros Sudan S/A, Fábrica de Gases Medicinais Cremer, Firestone S/A, Good Year, Indústria Brasileira de Eletricidade, Indústria de Ataduras Gessadas Cristal, Indústria de Feltros Lua Nova S/A, Irmãos Justa Transportes, Irmãos Nocera, João Batista Antonio Alário, M. Lipper S/A, Madeireira Miguel Forte, Moinhos Santista S/A, Moreira Lima e Cia., Ousei Pecenisiki (Colchoaria Francisco), P. Barelle Ltda, Pfizer Corporation do Brasil, Pirelli S/A, Pneus General, S/A Brasileira de Tabacos Industrializados, Saturnia Acumuladores Elétricos, Serraria Água Branca, Serraria Americana Salim F. Maluf, Serraria Azevedo Miranda, Serraria Bandeirantes, Serrarias Almeida Porto, Serrarias F. Lameirão, Texaco do Brasil S/A, V. Foreinete, Vicari S/A Indústria e Comércio, Volkswagen do Brasil.

Esse tipo de apoio seguiu sendo oferecido pelo referido setor, de modo a tornar exequíveis atividades repressivas como as realizadas pela Operação Bandeirantes (Oban)<sup>52</sup>, criada em meados de 1969, numa ação coordenada entre Exército, Polícia Federal e polícias estaduais, civil e militar, do Estado de São Paulo (Brasil, 2014b, p. 329), tendo se destacado pelo extremo uso da violência. Segundo o jornalista Helio Contreras (*apud* Brasil, 2014b, p. 331), “um relatório, em papel timbrado da própria Aeronáutica, informa que a Oban

---

<sup>52</sup> “Em 1 de julho de 1969 foi criada, em São Paulo, a Operação Bandeirantes (Oban), financiada por multinacionais como o Grupo Ultra, Ford e General Motors. A cerimônia de criação da Oban contou com a presença das principais autoridades políticas do estado [*sic*] de São Paulo, como o governador Roberto Costa de Abreu Sodré; o secretário de Segurança Pública Hely Lopes Meirelles, o prefeito da capital, Paulo Salim Maluf; o comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira; além de figuras proeminentes na elite econômica paulista, oriundas dos meios empresarial e financeiro, como Antonio Delfim Netto, Gastão Vidigal, Henning Albert Boilesen, Luiz Macedo Quentel e Paulo Sawaya.

O nascimento da Oban é decorrência direta da Diretriz para a Política de Segurança Pública, segundo a qual os comandantes militares de cada área deveriam centralizar informações de caráter subversivo em um único órgão e sob um único comando. A nova experiência de combate à subversão tinha como objetivo integrar os órgãos repressivos. [...]

A Oban foi criada com a missão de ‘identificar, localizar e capturar os elementos integrantes dos grupos subversivos que atuam na área do II Exército, particularmente em São Paulo, com a finalidade de destruir ou pelo menos neutralizar as organizações a que pertençam’. Para isso, eram fundamentais a qualidade das informações e a forma como deveriam ser coletadas – o mais rápido possível, obrigando a que os diversos órgãos de repressão atuassem de forma conjunta e coordenada” (Brasil, 2014a, p. 127).

submeteu 1.200 pessoas a longos interrogatórios especiais, com choques elétricos, espancamentos e afogamentos”, o que chegou a provocar a morte de uma parcela destas. O alto custo das ações realizadas foi outra característica pela qual a referida operação se notabilizou. A esse respeito, conforme o jornalista Elio Gaspari (2002, p. 62), em um dos volumes dedicados a traçar um panorama do período em questão,

A Ford e a Volkswagen fornecia [sic] carros, a Ultragás [sic] emprestava caminhões e a Supergel abastecia a carceragem da rua Tutoia com refeições congeladas. Segundo Paulo Egydio Martins, que em 1974 assumiria o governo de São Paulo, “àquela época, levando-se em conta o clima, pode-se afirmar que todos os grandes grupos comerciais e industriais do estado [sic] contribuíram para o início da Oban”.

A Comissão Nacional da Verdade, por seu turno, ao apurar a participação do empresariado no financiamento à repressão, reconheceu que o apoio citado não se deu sem conhecimento das práticas adotadas pelos agentes do aparato repressivo, ao contrário.

Entre os entusiastas dessa colaboração estava o empresário dinamarquês radicado no Brasil Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra, que foi um dos elementos civis mais identificados com a repressão naquele período, embora não tenha sido o único. Boilesen ficou conhecido como o personagem que cuidava da arrecadação de recursos para a Oban, frequentava a sede da entidade, observava os presos políticos ali mantidos, assistia a sessões de tortura. Existem evidências de que tenha participado de algumas sevícias de prisioneiros políticos. Sua participação em atos de tamanha crueldade, crimes contra a humanidade, envolveram inclusive a importação de um equipamento para produzir choques nos prisioneiros políticos torturados (Brasil, 2014b, p. 330-331).

Outra alusão histórica absolutamente relevante dá-se por meio da menção feita por Jesuína ao “doutor Leonardo”, médico que, na narrativa, acompanhava “interrogatórios”, figura cuja participação nas práticas ali adotadas remete ao fato de que houve colaboração de médicos (assim como de enfermeiros) nos centros de tortura<sup>53</sup>.

---

<sup>53</sup> Registros desse tipo de atuação foram relacionados a nomes como Amílcar Lobo Moreira da Silva, Médico do Exército, designado em 1970 para atuar como médico no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro; Carlos Sergio Maia Mondaini, Coronel-médico do Exército, que exerceu chefia de equipe de interrogatório do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército no período de 1971 a 1974; João Henrique Ferreira de Carvalho, Médico que atuou no Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército, a partir de

Testemunhos contam que médicos dos centros de tortura, [...] apuravam se os presos tinham condições de retornar ou permanecer sob tortura, e participavam com frequência dos interrogatórios, inclusive para reanimar os presos que houvessem perdido a consciência para que se prosseguisse com as sevícias. Os torturadores costumavam perguntar aos médicos se podiam seguir com o interrogatório sob violência. Os médicos faziam diagnósticos sobre a resistência dos presos, aplicavam-lhes injeções com estimulantes (quando ocorressem desmaios) e usavam relaxantes musculares para que os corpos das vítimas voltassem a ficar sensíveis aos golpes. Há relatos de que os médicos orientavam torturadores a respeito de como deveriam usar a violência sem deixar marcas [...] (Brasil, 2014a, p. 354).

Profissionais da área ligados a institutos médico-legais ofereceram, ainda, suporte significativo às forças repressivas por meio da emissão de atestados de óbito e de laudos necroscópicos fraudulentos, com vistas a omitir execuções – por meio de registro de *causa mortis* divergente da real – e/ou contribuir para ocultação de cadáveres – mediante falseamento do nome da vítima<sup>54</sup>.

Essa questão aparece de modo mais forte no capítulo intitulado *Um inventário de memórias*, no qual o narrador (onisciente) aborda o momento em que K. encontra uma caixa de fotografias pertencente à filha, através da qual tem acesso tanto a registros dela com pessoas próximas (como as duas amigas mais íntimas) e em lugares conhecidos (como a universidade), quanto com imagens desta em situações e cenários estranhos para ele, o que lhe deixa emocionalmente abalado, por estar ali a materialização de sua ignorância a

---

1972; José Lino Coutinho da França Netto, Tenente-médico que prestou serviço militar na unidade da Marinha na Ilha das Flores (RJ), em 1969 e 1970; Ricardo Agnese Fayad, Médico do Exército e general de Brigada, que esteve lotado no 1º Batalhão de Polícia do Exército (BPE), no Rio de Janeiro, de 1970 a 1975 (Cf. Brasil, 2014a, p. 877-923).

<sup>54</sup> Dentre esses, do Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP), figuram os seguintes médicos-legistas: Abeylard de Queiroz Orsini, Aloísio Fernandes, Antônio Dácio Franco Amaral, Antônio Valentini, Arildo de Toledo Viana, Armando Canger Rodrigues, Arnaldo Siqueira, Décio Brandão Camargo, Frederico Ildefonso Marri Amaral, Geraldo Rebello, Isaac Abramovitch, João Grigorian, João Pagenotto, José Antônio de Mello, José Geraldo Ciscato, José Gonçalves Dias, José Henrique da Fonseca, Lenilso Tabosa Pessoa, Luiz Alves Ferreira, Marcos de Almeida, Mário Nelson Matte, Mario Santalucia, Onildo Benicio Rogeno, Orlando José Bastos Brandão, Otávio D'Andrea, Paulo Augusto de Queiroz Rocha, Pérsio José Ribeiro Carneiro, Renato Sergio Lima Cappelano, Roberto Andrade Magalhães, Samuel Haberkom, Sergio Belmiro Acovesta (nome também grafado Sergio Belmiro Acquesta), Sérgio de Oliveira, Vasco Elias Rossi, Walter Sayeg, além de Harry Shibata, Diretor do Instituto Médico-Legal do Estado de São Paulo (IML/SP). Já do Instituto Médico-Legal do estado do Rio de Janeiro (IML/ RJ), colaboraram Elias Freitas, Graccho Guimarães Silveira, Hygino de Carvalho Hércules, João Guilherme Figueiredo, Jorge Nunes Amorim, José Alves Assunção Menezes, José Guilherme Figueiredo, Olympio Pereira da Silva, Roberto Blanco dos Santos, Rubens Pedro Macuco Janini e Salim Raphael Balassiano. Juntou a estes Sandoval de Sá, Médico-legista do Instituto Médico-Legal do Estado de Goiás (IML/GO) (Cf. Brasil, 2014a, p. 874-926).

respeito de parte significativa da vida da filha. No trecho da narrativa que nos interessa destacar aqui, K. se detém diante de duas fotografias de A., uma de sua formatura e outra na qual ela aparece com “o rosto chupado, os lábios finos muito apertados e um olhar de angústia extrema” (Kucinski, 2016b, p. 109). Nessa ocasião, relembra o momento no qual esteve diante de um médico que prestava apoio a militares, durante os ditos “interrogatórios”.

Essas duas fotografias ele levava à polícia, quando registrou o desaparecimento, depois ao tal médico, no Rio de Janeiro. Por motivos obscuros, dificilmente para expiar culpas, já que um tipo desses é como um animal, sem noção do certo e do errado, esse médico dispusera-se a reconhecer desaparecidos políticos observados por ele em sessões de tortura. Sua função era impedir que um supliciado morresse antes de revelar o que os algozes queriam saber. Para esse encontro K. levava também uma única fotografia do marido da filha, que ele conseguiu da família dele. Só agora, ao vasculhar a caixa azul, ele encontrou uma dos dois juntos.

K. repassa aqui mais uma vez, mentalmente, o encontro com o médico; a aversão mal contida que sentiu ao entrar na sala. Perante o retrato solene da formatura da filha, o médico fez sinal peremptório. Não a reconheceu. Confrontado com a segunda fotografia, a do rosto sofrido, repetiu a negativa, mas K. sentiu hesitação. Depois, ao ver a foto do marido, novo sinal negativo, mas dessa vez K. teve a certeza de que o homem se perturbara. Foi por isso que K. repetiu a exibição das fotografias. Mas nada. O médico reafirmou não reconhecer nenhum dos dois. K. voltou para São Paulo frustrado e infeliz, principalmente porque convenceu-se de que alguma coisa o médico sabia, mas não quis revelar (Kucinski, 2016b, p. 110).

Aqui a obra alude a uma consulta de fato ocorrida, mas feita pelo irmão da vítima ao tenente-médico Amílcar Lobo, que serviu no DOI-CODI/RJ e na “Casa da Morte”. Conforme se registra na obra intitulada *Direito à verdade e à memória*, resultante do trabalho realizado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos ao longo de 11 anos, ao ser questionado por Bernardo, “o médico reconheceu Wilson Silva como sendo uma das vítimas de torturas atendidas por ele. Ao ver a foto de Ana Rosa, o militar a identificou como uma das presas, mas sem demonstrar convicção ou certeza (Brasil, 2007, p. 381-382).

Diante dos capítulos selecionados para subsidiar a análise aqui proposta e da relação estabelecida entre a obra e o momento de sua publicação, portanto, é possível perceber que esta entrecruza passado e presente (e ambos ao futuro), de modo a chamar atenção para o fato de que esta não se firma sobre uma concepção de tempo linear. Isso ocorre porque a escrita de Kucinski, ao mesmo

tempo que deixa clara a projeção/influência que o passado exerce sobre o presente, leva a observar que o passado também é composto pelo presente, de modo que aquele não está acabado, havendo, portanto, um processo eminentemente dialético entre passado e presente.

Dessa forma, o romance dialoga com a noção de história defendida por Benjamin (2020), em *Sobre o conceito de História*, para quem a ideia de linearidade presente no historicismo do séc. XIX corresponde, em realidade, à proposição do que entende como “um tempo homogêneo e vazio” (Benjamin, 2020, p. 49), no qual marcharia a humanidade rumo a um suposto progresso (irresistível e infinito). Para ele, essa concepção de história (que chegou a ser adotada pelo pensamento de esquerda alemão, o que o levou a tecer críticas à social-democracia) como marcha coletiva rumo ao progresso, embora autoproclamada descomprometida ideologicamente, seria promotora de empatia para com os vencedores. Essa concepção paulatinamente desenvolvida em obras anteriores produzidas por Benjamin, sendo sintetizada e aprofundada no texto em questão, busca radicalizar a oposição entre o marxismo e as filosofias burguesas da história (Lowy, 2005, p. 30), adotando um operador conceitual que denomina “tempo-agora”, isto é, o momento em que um evento passado é retomado no presente, e o encontro destes ilumina a reflexão sobre ambos, de modo que não é apenas o passado que, de alguma forma, contribui para a compreensão do presente, modificando-o, mas essa é uma via de mão dupla (Benjamin, 2020, p. 129). Dessa forma, conforme sua concepção de história aberta, passado e presente se modificam mutuamente (Lowy, 2005, p. 63). A linearidade historicista é, então, subvertida, de modo que, para Benjamin, o tempo histórico se diferencia daquele dos relógios.

Nesse sentido, não apenas a narrativa (na relação intrínseca entre conteúdo e forma que esta constrói), mas a própria materialização da obra (isto é, sua escrita e sobretudo o momento de sua publicação, isto é, o ano de 2011) opera um entrecruzamento entre tempos históricos; entre o período correspondente à ditadura civil-militar brasileira e os anos imediatamente anteriores ao cinquentenário do golpe (que ocorreria em 2014), nos quais ganharam força as cobranças advindas de vários setores sociais, para que o Estado Brasileiro adotasse medidas voltadas a estabelecer a verdade histórica

e promover a justiça<sup>55</sup>. É nesse contexto que se institui a Comissão Nacional da Verdade (através da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011). Lançar esse olhar para *K. [...]*, permite observar o entrelace entre passado, presente e futuro.

O percurso que percorremos até aqui, vale esclarecer, desenvolve-se na esteira do pensamento defendido por Riaudel (2015), que, ao refletir acerca da relação entre literatura e história, acredita ser anacrônica a discussão, no sentido polêmico que esta tomou sobretudo a partir do século XIX, acerca da suposta necessidade de estabelecer fronteiras bem definidas entre esses campos do saber, tomando como ponto de partida as dicotomias objetividade/subjetividade, verdade/invenção, ciência/arte. Considerando, portanto, “o caráter profundamente *histórico*” (Riaudel, 2015, p. 160) tanto dos conceitos de história e de literatura como dos textos produzidos em cada um desses campos, em *Literatura vs história: uma questão anacrônica?*, ele se propõe a abordar a questão “com o intuito de melhor entender as complementaridades e especificidades de cada uma das áreas” (Riaudel, 2015, p. 158). A referida proposta já demonstra a disposição, igualmente histórica, de refletir sobre as áreas em questão de modo a reconhecer as convergências que as constituem.

No campo da historiografia, Ivan Jablonka, escritor e professor, se dedica a teorizar o que denomina “terceiro continente”, os “textos-pesquisa”, isto é, novas formas que resultam de investigações nas quais não se pretende a omissão do autor ou a escrita com ares de neutralidade, mas se processa a reconciliação entre pesquisa científica e literatura. Conforme sua compreensão, nas ciências sociais, a atividade de dispor fatos, estabelecendo uma linearidade temporal, a fim de compor uma narrativa objetiva e isenta, à qual supostamente corresponderia a História tal como se passou, seria produtora do que considera

---

<sup>55</sup> “A Comissão Nacional da Verdade (CNV) soma-se a todos os esforços anteriores de registros dos fatos e esclarecimento das circunstâncias dos casos de graves violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988, a partir de reivindicação dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, em compasso com demanda histórica da sociedade brasileira. Em dezembro de 2009, por ocasião da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, reuniram-se em Brasília cerca de 1.200 delegados de conferências estaduais, convocadas pela Secretaria de Direitos Humanos na gestão do ministro Paulo de Tarso Vannuchi, para revisar e atualizar o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). A conferência recomendou a criação da CNV, com a tarefa de promover o esclarecimento público das violações de direitos humanos por agentes do Estado na repressão aos opositores. Aprovado nessa ocasião, o 3º Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3) representou mais um passo no processo histórico de consolidação das orientações de promoção dos direitos humanos marcado pelo PNDH I, de 1996, com ênfase na garantia dos direitos civis e políticos, e pelo PNDH II, de 2002, que ampliou o debate ao incorporar os direitos econômicos, sociais e culturais” (Brasil, 2014a, p. 20).

um não texto. A concepção de produção historiográfica defendida por ele (situada historicamente, vale enfatizar) corresponde à fabricação de textos de visada cognitiva, isto é, trata-se de uma escrita caracterizada pelo desenvolvimento do “raciocínio histórico”. Nas palavras do autor,

A investigação é uma narrativa motivada por um raciocínio, uma atividade cognitiva. O “fato” não é o que se expõe, mas o que se busca, pela formulação de um problema, o cruzamento das fontes, o teste das hipóteses, a gestão das provas, a invenção das ficções de método, a vontade de compreender (Jablonka, 2020, p. 307).

Fica claro, portanto, que o objeto da historiografia não é matéria dada de antemão, pronta para ser recolhida no real, mas pressupõe um trabalho de investigação. Logo, trata-se de uma “narrativa motivada por um raciocínio”, que, por ser assim, não deve omitir o sujeito-pesquisador que a produz nem ocultar do leitor as operações efetuadas por ele. Essa é, para Jablonka (2020), a condição primordial para que se materialize o que entende por “modo reflexivo”, isto é, o “texto-pesquisa”, caracterizado pela integração do esforço metodológico efetuado pelo pesquisador na própria narração por ele produzida. Conforme sua compreensão, “[...] o modo reflexivo se faz literatura para contar melhor a atividade científica do pesquisador. Ele se reivindica como uma pesquisa e uma forma, em nome do método” (Jablonka, 2020, p. 384). Dessa maneira, o pensamento defendido por Jablonka (2020) rejeita a oposição historicamente construída e reforçada entre o discurso da arte e o da ciência (em específico, o da literatura e o da história), de modo a sinalizar a condição de permeabilidade entre esses campos do conhecimento.

Embora construa sua reflexão a partir de outra perspectiva e com objetivos distintos – a saber: pensar a escrita a partir da ideia de *partilha do sensível*, isto é, das relações estabelecidas entre estética e política – não passa despercebida a confluência entre o pensamento de Jacques Rancière (2021; 2016; 2005) e as conclusões alcançadas por Jablonka (2020). Ao dedicar-se a investigar a concepção de *escrita* no pensamento de Rancière, Daniela Blanco (2018), chega à seguinte compreensão acerca do ponto de vista defendido por este, ao pensar as relações entre os discursos da ciência e os da literatura:

[...] não podemos pensar as divisões entre a escrita ficcional e a escrita científica, por exemplo, como estanques, como se tais escritas ocupassem um espaço fixo no campo dos saberes. A literatura é uma posição no campo da escrita e não um estilo da linguagem, tanto quanto o são as ciências humanas [...] (Blanco, 2018, p. 143).

Considerando, desse modo, tanto a literatura quanto a historiografia como “posições no campo da escrita”, não se pode negligenciar a condição política destas. Em virtude disso, entendemos ser incorreto seguir considerando a literatura como autossuficiente, uma vez que, conforme discussão já realizada, filiamo-nos ao pensamento de Costa Lima (2018; 1980), o qual, ao refletir sobre o estatuto da *mímesis*, defende a não autonomia da obra de arte frente à realidade social, uma vez que nesta se ancora e ao mesmo tempo intervém; logo, aqui se opera um processo de intervenção em mão dupla.

Nessa perspectiva, contrariando uma tradição pós-aristotélica que vinculou a ficção à produção de uma escrita pautada pela inventividade como marca de desconexão com o que se entendia por “real”, Rancière (2021, p. 7), em *Margens da ficção*, defende a ideia de que a ficção não se caracteriza por um déficit de realidade, ao contrário, esta se diferencia da experiência ordinária por um “acréscimo de racionalidade”. Na obra em questão, este constrói um percurso reflexivo que parte do modelo de racionalidade adotado por Aristóteles para pensar as relações de permeabilidade entre o discurso da literatura e o das ciências sociais. De início, Rancière retoma da seguinte forma o filósofo de Estagira:

A poesia, que ele entende como a construção das ficções dramáticas ou épicas é “mais filosófica” do que a história porque esta última diz apenas como as coisas acontecem umas após as outras, em sua particularidade, enquanto a ficção poética diz como as coisas em geral podem acontecer. Nela, os acontecimentos não acontecem por acaso, mas como consequências necessárias ou verossímeis de um encadeamento de causas e efeitos. [...] Este já não é mais uma fatalidade imposta por uma potência divina. É inerente à ordem da ação humana e à relação que ela mantém com o conhecimento (Rancière, 2021, p. 7).

A qualidade do referido encadeamento, conforme esse modelo, seria atestada pela peripécia, isto é, pela inversão produzida no universo das expectativas. Em outras palavras,

Em que um estado leve ao estado inverso e, na mesma tacada, o que era ignorado seja conhecido. A prosperidade e o infortúnio, a espera e o inesperado, a ignorância o saber, essas três oposições formam a matriz estável da racionalidade ficcional clássica no ocidente (Rancière, 2021, p. 7-8).

É verdade que o objetivo de Rancière não é afirmar a inexistência de mudanças desde Aristóteles, menos ainda defender a compreensão de que tudo seria ficção. Mas, a partir desse retorno, e reconhecendo que “os princípios aristotélicos da racionalidade ficcional continuam formando hoje a matriz estável do saber que as nossas sociedades produzem sobre si mesmas” (Rancière, 2021, p. 8), este se propõe a “avaliar as transformações da racionalidade ficcional operadas pela ciência social e pela literatura no Ocidente ao longo da idade moderna” (Rancière, 2021, p. 9).

Conforme o pensamento por ele desenvolvido, para se efetuar, operando uma dilatação da matriz ficcional aristotélica para o conjunto de acontecimentos humanos, foi necessário encontrar uma forma de superar a contradição que consistia no fato de que o modelo em questão não se caracterizava pela universalidade, muito pelo contrário. Em outras palavras, a racionalidade causal ocupava-se de uma pequena parcela dos sujeitos, considerados os “homens ativos”, dos quais as ações poderiam gerar expectativas, bem como da inversão das ações em questão (responsável por provocar a manutenção dos antagonismos prosperidade/infortúnio, espera/inesperado, ignorância/saber). Para se estabelecer, portanto, este pressupunha a necessidade de ignorar a maior parcela dos indivíduos, isto é, os sujeitos comuns, executores de atividades corriqueiras, que se desenrolam sem produzir expectativa nem suscitar erros, sem conhecer, portanto, as reviravoltas da racionalidade ficcional. Considerando, dessa forma, essa massa negligenciável, uma vez que sua existência estaria ligada à desordem, à ausência de causa do real empírico, estava dispensada a necessidade de buscar racionalizá-la. Na modernidade, conforme a concepção defendida por Rancière (2021), se processa a superação desse par dicotômico: tempo da causalidade/tempo da crônica. Nas palavras dele,

É essa distribuição dos saberes e das ignorâncias que foi abalada na idade moderna. Mas é preciso esclarecer as formas desse abalo. A opinião dominante professa que a idade moderna é a de uma clara

separação: de um lado, a ciência das relações reais, finalmente liberada dos artifícios da ficção; do outro, a literatura e a arte, finalmente liberadas dos servilismos do real e de sua imitação. Porém, o contrário é que é verdadeiro: o processo essencial que funda ao mesmo tempo a literatura e a ciência social modernas é a abolição da divisão que opunha a racionalidade ficcional das intrigas à sucessão empírica dos fatos. Ambas recusam a separação entre a razão das ficções e a dos fatos corriqueiros. Mas fazem isso de duas maneiras opostas.

De um lado, a ciência social endossou os princípios aristotélicos da racionalidade ficcional, ao mesmo tempo que aboliu as fronteiras que delimitavam seu campo de validação. É possível aplicar ao mundo obscuro das atividades materiais e dos fatos cotidianos a mesma racionalidade que organiza a ação trágica – esse é o axioma que funda a ciência social moderna. [...] O mundo verdadeiro da ciência social moderna é, em suma, o mundo trágico democratizado, um mundo onde todos partilham do privilégio do erro. [...]

Já a literatura tomou caminho inverso. Em vez de democratizar a razão ficcional aristotélica para incluir toda atividade humana no mundo do saber racional, ela destruiu os seus princípios para abolir os limites que circunscreviam um real próprio à ficção (Rancière, 2021, p. 10-11).

Esse posicionamento adotado pela literatura se processou em uma forma: o romance. Este foi responsável por operar uma cisão em relação à racionalidade ficcional aristotélica. A revolução romanesca é caracterizada pelo rompimento com uma forma de inteligibilidade que pressupunha uma necessária separação entre os indivíduos, de modo que os “sujeitos ativos” seriam objeto das formas superiores – como a ficção dramática e a épica – já à massa dos indivíduos comuns reservava-se espaço em formas consideradas menores, como a comédia, por exemplo. Esse modelo de racionalidade preconizava, ainda, uma oposição entre o discurso da ficção e o discurso dos fatos; o primeiro pautado na relação entre causa e efeito (respeitando os esquemas da peripécia e tomando como objeto os “sujeitos ativos”); o segundo, anárquico, desordenado. Na forma romanesca, por sua vez, dá-se a conjunção entre dois processos: i) a possibilidade de qualquer indivíduo figurar como tema de ficção, em oposição ao privilégio dos “sujeitos ativos”; ii) a integração de “todo e qualquer acontecimento na totalidade de um processo social” (Rancière, 2021, p. 11), diferentemente da perspectiva de que a ausência de ordem caracterizaria a produção historiográfica, fazendo desta “menos filosófica” que as ficções dramáticas ou épicas. A cisão da racionalidade ficcional se dá, portanto, por meio da percepção de que os sujeitos tomados como centro de cada um dos processos mencionados não se confundem. Conforme Rancière (2021, p. 12),

O indivíduo engajado na realidade global de uma história em plena evolução e o indivíduo qualquer capaz dos sentimentos mais intensos e mais complexos não formam um único e mesmo tema. A ciência social se apoderou do primeiro, ainda que reconstituindo de outro modo a hierarquia das temporalidades e a lógica do encadeamento paradoxal. A literatura se dedicou ao segundo. Rompeu a barreira que separava as vidas sem história das vidas capazes de encontrar as vicissitudes da fortuna e as incertezas do saber. Recusou assim as grandes formas de articulação entre temporalidade e causalidade que estruturavam a ficção aristotélica e estruturam a narrativa científica sobre a sociedade. Fez isso para aprofundar a potência do “momento qualquer”, esse momento vazio que oscila entre a reprodução do mesmo e a possível emergência do novo, que é também um momento pleno em que uma vida inteira se condensa, em que várias temporalidades se misturam e em que a inatividade de um devaneio entra em harmonia com a atividade do universo. Construiu sobre essa trama temporal outras maneiras de identificar acontecimentos e atores; e outras maneiras de entrelaçá-los para construir mundos comuns e histórias comuns.

Pois é sempre disto que se trata tanto nas ficções confessadas da literatura quanto nas ficções inconfessadas da política, da ciência social ou do jornalismo: construir com frases as formas perceptíveis e pensáveis de um mundo comum, determinando as situações e os atores dessas situações, identificando acontecimentos, estabelecendo entre eles laços de coexistência ou de sucessão e dando a esses laços a modalidade do possível, do real ou do necessário. O uso dominante, contudo, insiste em opô-las. Confere às ficções da ciência social ou política os atributos da realidade e analisa as formas da ficção confessa como efeitos ou reflexos deformados dessa realidade (Rancière, 2021, p. 12-13).

Esse breve percurso pelo raciocínio teórico elaborado por Rancière em *Margens da ficção* deixa clara a ideia que este defende: o texto produzido pelas ciências sociais não se opõe àquele fabricado pela literatura. Ao contrário, ambos estão intimamente relacionados, pois a existência necessita de um modelo de inteligibilidade que a torne suficientemente acessível. Conforme o caminho analítico que este percorre, a racionalidade ficcional vem sendo responsável por dar forma à experiência, uma vez que a literatura foi fundamental para constituir as sociedades a respeito das quais as ciências sociais desenvolvem seus estudos. Assim como a literatura concebeu um modelo de racionalidade causal (conforme a perspectiva aristotélica) que informou a escrita da História (na verdade, das ciências sociais de modo geral), de acordo com Rancière (2005, p. 56), em sua análise de obras de Balzac, Baudelaire e Flaubert, por exemplo, a escrita literária elabora – na idade moderna – outra forma de inteligibilidade, qual seja, uma “racionalidade do banal e do obscuro que se contrapõe às grandes ordenações aristotélicas e se tornará a nova racionalidade da história da vida material oposta às histórias dos grandes

feitos e dos grandes personagens” (Rancière, 2005, p. 56). Nota-se, dessa maneira, que o modelo aristotélico de racionalidade ficcional (que, por sua vez, dá forma à compreensão da realidade operada pelas ciências sociais) não é único, já que a própria literatura, a partir da modernidade, elabora outro modelo possível de apreensão da existência. Reforça-se, dessa forma, que a História não estaria para a verdade ao passo que a Literatura para o artifício, mas

*Escrever a história e escrever histórias pertencem a um mesmo regime de verdade. Isso não tem nada a ver com nenhuma tese de realidade ou irrealidade das coisas. Em compensação, é claro que um modelo de fabricação de histórias está ligado a uma determinada ideia da história como destino comum, com uma ideia daqueles que "fazem história", e que essa interpenetração entre razão dos fatos e razão das histórias é própria de uma época em que qualquer um é considerado como cooperando com a tarefa de "fazer" a história. Não se trata, pois, de dizer que a "História" é feita apenas das histórias que nós nos contamos, mas simplesmente que a "razão das histórias" e as capacidades de agir como agentes históricos andam juntas. A política e a arte, tanto quanto os saberes, constroem "ficções", isto é, rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que se vê e o que se diz, entre o que se faz e o que se pode fazer (Rancière, 2005, p. 58-59, grifo nosso).*

Essa concepção de ficcionalidade, traduzida como a operacionalização de “rearranjos materiais dos signos e das imagens”, que permite construir modelos de inteligibilidade (tanto acerca dos fenômenos quanto dos sujeitos), afasta-se da ideia de que o texto ficcional guardaria uma autossuficiência em relação ao universo extratextual. Contrariamente, conforme Rancière, os enunciados literários intervêm no “real”, produzem efeito nos sujeitos – impactando sua forma de ver, pensar e agir –, de modo a reorganizar o sensível partilhado. Nas palavras do pesquisador, estes

Reconfiguram o mapa do sensível confundindo a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, reprodução e submissão. O homem é um animal político porque é um animal literário, que se deixa desviar de sua destinação "natural" pelo poder das palavras. Essa *literalidade* é ao mesmo tempo a condição e o efeito da circulação dos enunciados literários "propriamente ditos" (Rancière, 2005, p. 59-60).

Na esteira desse entendimento defendido por Rancière, não é possível dissociar política e estética, uma vez que esta não é alheia à distribuição dos modos de ver, saber e dizer. À luz desse pensamento, pode-se ler a dimensão

política inscrita na obra de Kucinski, uma vez que esta contribui para que se possa reler criticamente o período histórico compreendido entre 1964 e 1985, correspondente à ditadura civil-militar brasileira, de modo a questionar a manutenção dos monumentos de memória mantidos em homenagem a operadores e apoiadores do regime, o silenciamento em relação às atrocidades cometidas, a anistia irrestrita e, por fim, a própria tentativa contemporânea (absolutamente desonesta intelectualmente) de realizar um revisionismo histórico que visa converter golpe de Estado em revolução libertadora. Esse potencial político se entrelaça à sugestão de um caminho de leitura que é levado a ilustrar a concepção teórica (historicamente situada) na qual parece ancorar-se; esta contrária tanto à noção de história como um *continuum* e de historiografia como uma escrita imparcial, quanto à oposição entre fato e ficção.

A maneira como o discurso literário opera em *K. [...]*, de modo a apropriar-se de eventos e documentos relativos ao desaparecimento de Ana Rosa com vistas a produzir uma leitura que parte de um drama familiar para fomentar a reflexão acerca de um trauma coletivo, comprova essa potência da obra de Kucinski. Na metamorfose da desapareção da professora, centenas de desaparecidos; na figura do pai, a representação de tantas outras vítimas por extensão.

Conforme a perspectiva defendida por Costa Lima (2018), a *mimesis* é caracterizada por metamorfosear os “padrões da realidade”, o que concorre, de acordo com Rancière (2021; 2005), para conferir a esta uma condição de inteligibilidade por meio do exercício da ficcionalização. Dessa forma, como já dissemos, a literatura não representaria uma evasão em relação à “realidade” (esta absolutamente externa à obra e em relação à qual o discurso literário manteria completa autonomia), mas um artifício epistêmico de contato com o sensível e, simultaneamente, de produção deste.

Em *K [...]*, a narrativa opera uma metamorfose do desaparecimento e do assassinato de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva pelas forças repressivas, de modo a tomar esse evento como uma chave de leitura tanto acerca das atrocidades praticadas pelo regime civil-militar brasileiro e da continuidade do trauma produzido – sobretudo a militantes sobreviventes e a familiares de desaparecidos –, quanto sobre o período no qual a obra foi concebida e

publicada. Na fragmentação do romance em estudo, recolhe-se o fio do encadeamento narrativo.

A esse respeito, no exercício de leitura do romance, é possível verificar que o enredo já estava relativamente avançado, quando, no décimo capítulo, intitulado *A cadela*, a obra oferece a narração do desaparecimento de A., de maneira secundária à questão que norteia o referido capítulo: o fato de agentes da repressão haverem capturado um suposto casal de “terroristas” e, da apreensão, subsistir o animal de estimação nas dependências de uma espécie de “departamento de operações”, “atormentando” aqueles que atuam como plantonistas no local. O animal era uma cadela; o tormento, por sua vez, consistia no fato de que sua manutenção no local representava um risco, já que poderia ser reconhecida por qualquer outro militante que viesse a ser preso e fosse levado ao local.

O que fazer com a cadela? Com o casal tudo deu certo, do jeito que o chefe gosta, sem deixar rastro, sem testemunha, nada, serviço limpo, nem na casa entramos, para não correr risco com vizinhos, casa muito colada nas outras; pegamos os dois no beco, de surpresa; uma sorte, aquela saída lateral do parque, meio escondida, quando os dois se deram conta, já estavam dentro do carro e de saco na cabeça, só a cadela latiu, mas já era tarde. [...] Devia estar no informe que o casal levava a cadela nas caminhadas, como é que a gente ia adivinhar? O Lima esqueceu de colocar, esta é que é a verdade, ele diz que não esqueceu nada, que era só somar dois mais dois, se está lá que o casal tem uma cachorrinha e faz caminhada à tarde, é claro que a caminhada é para a cachorrinha, para ela relaxar e fazer o cocô dela, nós é que somos burros, ele falou, sempre tirando sarro, o filho da puta (Kucinski, 2016b, p. 60-61).

Conforme se percebe no trecho, é o agente que assume o papel de narrador do capítulo em questão no qual esboça seu descontentamento com o colega responsável por redigir o informe com os dados relativos ao casal de militantes, por entender que há problemas em seu detalhamento. Além disso, demonstra, na sequência, insatisfação com seu superior, que não autorizou sacrificar a cadela nem ofereceu solução para a permanência incômoda desta no local. Como as forças de “segurança” negaram sucessivas vezes que o casal tenha sido detido, oficialmente não houve declaração de responsabilidade pelo desaparecimento deste, de modo que o percurso percorrido pelos familiares foi se constituindo a partir do garimpo de documentos esparsos, de confissões informais e de depoimentos concedidos por agentes da repressão anos após o

assassinato de Ana e Wilson. É o que mostra um compilado de versões, presente na sessão intitulada *Circunstâncias da morte*, disponível no Portal Memórias da Ditadura, este produzido pelo Instituto Vladimir Herzog<sup>56</sup>. Segundo informação presente no portal, em 08 de abril de 1987, a *IstoÉ* publicou matéria com base em entrevista concedida por Amílcar Lobo, médico que atuara acompanhando sessões de torturas a militantes de esquerda, na qual este, por meio de identificação por fotografia, afirmou haver visto, dentre outros presos, Wilson Silva na Casa da Morte. Tendo sido procurado por Bernardo em 31 de maio do mesmo ano, este afirmou não recordar de Ana Rosa. O referido sítio digital oferece versão apresentada por Bernardo, em requerimento à Comissão Especial do Ministério da Justiça dos Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP (o que se deu em 23/02/1996), no qual toma por base dados advindos de entrevista concedida, em 1993, pelo agente da repressão José Rodrigues Gonçalves à jornalista Mônica Bérghamo, da revista *Veja*, além de informações colhidas pelo próprio Bernardo em conversa datada de 1975 com Paulo Sawaya. Vejamos:

Minha irmã e seu marido Wilson Silva foram presos na tarde do dia 22 de abril de 1974, pelo agente do DOI-CODI de codinome Paulo da Silva Júnior, quando voltavam para sua residência. O verdadeiro nome desse agente é José Rodrigues Gonçalves, cabo reformado do Exército. Minha irmã e meu cunhado foram levados na madrugada do mesmo dia para Petrópolis pelos policiais Ênio Pimentel da Silveira e Sérgio Paranhos Fleury, ambos já mortos. O Sr. Paulo [Henrique] Sawaya [Filho], na condição presumida de agente do serviço de repressão, informou-me, em 3 de janeiro de 1975, que minha irmã efetivamente havia sido presa pelos órgãos de segurança em São Paulo e transferida da jurisdição do II Exército. Ficou de me dar detalhes no dia seguinte, quando, assustado, negou tudo. O Sr. Paulo Sawaya tornou-se assessor do deputado federal Delfim Neto (Wilson [...]).

No mesmo documento apresentado à CEMDP, Bernardo sinaliza o fato de que o ex-sargento Marival Dias Chaves do Canto concedera entrevista à *Veja* em 1992, momento em que afirmara que o casal havia sido preso em São Paulo e encaminhado a Petrópolis. Em razão disso, sugere que a Comissão tome o depoimento deste, com vistas à obtenção de esclarecimentos. Alguns anos mais

---

<sup>56</sup> A criação do acervo digital se deu em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD.

tarde, em 30 de outubro de 2012, este prestou depoimento à Comissão Nacional da Verdade (CNV), no qual

explicitou que Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram levados à Casa da Morte ainda vivos. No dia 10 de maio de 2013, prestou outro depoimento à CNV, quando afirmou que Ana Rosa, Wilson e outros militantes da ALN foram presos após delação do agente infiltrado João Henrique Ferreira de Carvalho, o “Jota”, que depois passou a atuar como médico em Brasília. Naquela ocasião, ratificou a tentativa de extorsão à família de Ana Rosa por agentes do DOI<sup>57</sup>, como já denunciado pelo irmão dela, Bernardo Kucinski. Ainda, em 7 de fevereiro de 2014, em novo depoimento, Marival confirmou que Ana Rosa e Wilson foram levados para Petrópolis pelo coronel do Exército Freddie Perdigão Pereira (Wilson[...]).

Como se percebe, o ex-sargento não esclarece como se deu efetivamente a captura do casal, mas o que havia ocorrido após ela. O jornalista e escritor Marcelo Godoy (2015), por seu turno, em obra dedicada a oferecer uma espécie de radiografia do DOI-Codi (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) de São Paulo, dedica algumas páginas a tentar esclarecer como se deu o desaparecimento de Ana Rosa e Wilson, com base em declarações que lhe foram prestadas (por meio de entrevistas) por militares identificados na obra como o sargento João de Sá Cavalcanti Netto (ou “agente Sá”), o ex-sargento do Exército Marival Chaves e o “Tenente José” (nome fictício). O último destes teria narrado tanto eventos anteriores à prisão de Wilson, enquanto ele estava sendo seguido por militares, quanto o momento de sua captura. Vejamos:

Veio então a ordem para pegá-lo. O dirigente saiu da casa na Rua Padre Chico e foi trabalhar. Antes do almoço, saiu do escritório da empresa, na Avenida Paulista, com um colega. Foram fazer um serviço no centro. Terminado o trabalho, disse ao amigo que se encontraria com a mulher, com quem almoçaria antes de voltar ao escritório. Mais tarde, no Vale do Anhangabaú, desceu do Fusca de Ana Rosa. Olhou para cima e para os lados e, quando começou a atravessar a Avenida 23 de Maio, foi subitamente agarrado pelo tenente José.

[...]

José contou que o preso foi entregue ao “ao pessoal que estava com o Ney”. “Tudo daqui, Pedro Aldeia, Sá, Candel.” O [sic] tropa que acompanhava o casal se dividiu. Uma parte dos agentes foi atrás de Ana, detida depois. Os presos foram levados pelo agente Junior, que dirigiu o carro, e pelo Doutor Flávio à Casa da Morte de Petrópolis (Godoy, 2015, p. 379).

---

<sup>57</sup> Essa tentativa de extorsão foi tematizada em *K. [...]*, no capítulo intitulado *Os extorsionários*.

Por mais que a informação apresentada pelo jornalista em questão mereça crédito, em especial considerando que este dedicou cerca de uma década para produzir o livro, tendo realizado, para tanto, mais de duzentas entrevistas, além de pesquisa documental e bibliográfica, esta não pode ser tomada como versão oficial, uma vez que não foi legitimada pelo Estado, ainda omissa no que diz respeito ao esclarecimento do fato.

Importante ter em conta, ainda, que, além da possibilidade de que Ana e Wilson tenham sido presos após o expediente de trabalho, ao voltar para casa, há uma versão construída com base na apuração de informações realizada por familiares junto a colegas de trabalho do casal, com os quais estes estiveram na data do desaparecimento. Conforme o Portal Memórias da Ditadura,

De acordo com depoimentos coletados pelas famílias de Wilson Silva e de Ana Rosa Kucinski, no dia 22 de abril de 1974, por volta do meio-dia, o casal havia marcado um almoço em um restaurante situado nas proximidades da Praça da República, no centro de São Paulo. Wilson, que trabalhava na empresa Servix, despediu-se de um colega de trabalho, Osmar Miranda Dias, e foi ao encontro da esposa. Ana também comunicou os seus planos aos colegas de departamento, e dirigiu-se à Praça da República. Desde então, o casal não voltou a ser visto (Ana [...]).

O depoimento prestado por Ignez Salas Martins a Ana Castro (2018), com vistas à escrita da biografia de Ana Rosa, reforça a concepção de que a captura teria ocorrido na Praça da República, por volta do horário do almoço, pois Ana teria conversado brevemente com a amiga por volta das onze horas, afirmado que almoçaria na praça em questão e combinado de reencontrá-la no retorno, às quatorze horas, o que não ocorreu.

Diante do labirinto composto pela negação de responsabilidade por parte do Estado e pelas versões desconstruídas que foram surgindo de tempos em tempos, *K. [...]* ao menos oferece uma alternativa, que – vale esclarecer – não se promove como detentora “da verdade”, mas corresponde a um “discurso de verdade” (Jablonka, 2020; Costa Lima, 1980).

As idas e vindas das buscas realizadas por familiares de desaparecidos são traduzidas na obra pela própria disposição descontínua da narrativa. Se o momento do desaparecimento de A. é narrado no décimo capítulo, as tentativas de obter apoio de instituições para encontrá-la aparecem já no segundo, intitulado *Sorvedouro de pessoas*. Nesse começa o calvário do pai, que, após

dez dias sem receber sequer um telefonema da filha, desloca-se até o “Conjunto das Químicas”, em busca de notícias, sendo recebido por colegas de trabalho desta, que – em conversa rápida e discreta – afirmaram haver onze dias que ela não aparecia na universidade. Em acréscimo, o dissuadiram da ideia de procurar autoridades da instituição, com base na alegação de que havia gente estranha infiltrada na Reitoria e espionando o que ocorria no *campus*. O passo seguinte, então, foi buscar orientação. Conforme a narrativa, telefonou a um amigo escritor e advogado, que o instruiu “a dar queixa na Delegacia de Desaparecidos, embora advertindo que de nada adiantaria, era uma obrigação formal de pai” (Kucinski, 2016b, p. 20). Além disso, comentando outro caso de desaparecimento, sabidamente ocorrido por motivação política, já adiantou a impossibilidade de impetrar *habeas corpus*, uma vez que os tribunais estavam proibidos de aceitar pedidos dessa natureza, de modo a deixar os advogados de mãos atadas. K., então, segue a orientação recebida.

Na polícia, fizeram ao velho poucas perguntas. A maioria dos desaparecidos eram adolescentes que fugiam de pais bêbados e padrastos que espancavam. K. explicou que a filha era professora da universidade em grau de doutora, era independente e morava só. Tinha seu próprio carro; não seria alguma coisa política?

[...] O delegado de plantão não gostou da conversa. Em casos políticos, estava proibido de se meter. Mas, condoído, registrou a queixa. Ele que esperasse e não falasse mais em política.

Procurar? Não, a polícia tinha mais o que fazer; uma professora universitária, de quase trinta anos, adulta e vacinada. Ele que esperasse, uma circular com a fotografia chegaria a todas as delegacias. Se ele não fosse avisado em cinco dias, podia tentar o Instituto Médico Legal, para onde encaminhavam os corpos não identificados de vítimas de atropelamentos e outros acidentes. Disse isso constringido.

[...] Quando se completaram vinte e cinco dias, reuniu coragem e foi ao Instituto Médico Legal.

Falou da inexplicável ausência da filha, sem mencionar política. Mostrou sua foto de formatura, solene. Depois mostrou outra, diferente, ela magra e de olhar sofrido. Não, os funcionários não associavam aquele rosto a nenhum dos poucos cadáveres femininos, todos negros ou pardos (Kucinski, 2016b, p. 20-21).

Diante do tratamento recebido na Delegacia de Desaparecidos, ele confirmou a compreensão do amigo de que o registro seria mera formalidade, já que não se poderia esperar qualquer movimentação no sentido de encontrar A., possibilidade que, de escassa, passava a inexistente em se tratando de desaparecimento por motivação política. No intervalo que separou o registro da

ocorrência à ida ao IML, K. apelou a amigos do círculo literário, clientes e vizinhos de sua loja, e até a desconhecidos, aos quais falava do desaparecimento da filha, na esperança de que pudesse obter alguma pista para encontrá-la. Sem sucesso. Ao sair do IML, por mais que continuasse tomado pela incerteza, ao menos experimentou a esperança de achar a filha viva.

No trigésimo dia do sumiço da filha, K. leu no Estado de S. Paulo uma notícia que se referia, embora de modo discreto, a desaparecidos políticos. O arcebispo havia convocado uma reunião com “familiares de desaparecidos políticos”.

Estava escrito assim mesmo: “familiares de desaparecidos políticos” (Kucinski, 2016b, p. 22).

A reunião, ocorrida no salão central da Cúria Metropolitana, marcava sua inserção no grupo de familiares à procura de seus entes, que passou a contar com a colaboração do arcebispo de São Paulo, referência a Dom Paulo Evaristo Arns, figura histórica que ganhou representatividade por encampar a luta pela localização de desaparecidos políticos, assim como pela divulgação de documentos comprobatórios das violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar, o que se deu através do projeto *Brasil: Nunca Mais*.

Já no capítulo nono, intitulado *Jacobo, uma aparição*, apresenta-se um panorama de instituições internacionais às quais K. recorreu, tais como a Cruz Vermelha, a Anistia Internacional, a Organização dos Estados Americanos - OEA e o American Jewish Committee. Em reunião no escritório desta, em Nova York,

É recebido por um senhor idoso, Irineu Blaumstein, talvez da mesma idade que ele. Conversam em iídiche. Blaumstein diz conhecê-lo de seus contos e poemas, publicados nos jornais de Nova York. K. fala do desaparecimento da filha e do marido. Traz uma folha de papel com todos os dados. E algumas fotografias. Não sabe mais a quem recorrer – diz em tom suplicante. Vinha de Londres, onde estivera na Anistia Internacional. Antes, fora a Genebra, apelar à Cruz Vermelha.

[...]

Ao falar da ditadura, K. lembra-se com desgosto da Comissão de Direitos Humanos da OEA que rejeitara sua petição de modo muito cínico. Disseram que, segundo o governo brasileiro, nada constava sobre a filha. É claro, foram perguntar aos bandidos se eles eram bandidos. A Cruz Vermelha recebeu-o bem, anotaram os dados e prometeram iniciar uma busca. Mas ao que parece não esperam muito de sua seção brasileira.

A Anistia sugeriu a ele pedir a ajuda do American Jewish Committee, diz K. Disseram a ele que essa organização é experiente nesses casos

e tem muita influência nos altos círculos americanos. A Cruz Vermelha também elogiou o Jewish Committee (Kucinski, 2016b, p. 54-55).

Finalizando essa espécie de roteiro internacional, K. encontra no American Jewish Committee uma organização disposta a encampar uma busca por A. Mas, conforme entendimento de Blaumstein, pautado em experiências anteriores, em casos particulares, como o de A., mais eficiente do que a tática “ostensiva”, isto é, a realização da busca de modo formalizado, seria o trabalho discreto, “silencioso, subterrâneo”. Em razão disso, solicitou o endereço de sua hospedagem, sob a alegação de que enviaria orientações no máximo até o dia seguinte, recomendando máxima discrição. Conforme combinado, K. recebeu uma mensagem por portador, que lhe descrevia o representante da organização responsável por procurá-lo em São Paulo, assim como a senha para que o reconhecesse.

Impressionante, reflete K., entidades tão respeitáveis, tão poderosas, entidades humanitárias, e precisam agir às escondidas como se fossem malfeitores; parece que até eles têm medo de serem desaparecidos. É como se esses facinoras que desaparecem pessoas estivessem em toda a parte (Kucinski, 2016b, p. 56-57).

Conforme acordado, em pouco mais de duas semanas, K. foi procurado, disponibilizou as poucas informações das quais dispunha, narrou o percurso de busca percorrido até então, detalhou os contatos que fizera. A instituição diligenciou conforme lhe foi possível, mas não obteve “nenhuma informação confiável sobre sua filha. Era como se em torno dela e do marido tivessem erguido uma muralha de segredo impenetrável” (Kucinski, 2016b, p. 59).

A busca intensa e desgastante realizada pela família, em *K. [...]*, é centrada na figura do pai desesperado, que experimenta um misto de desalento e esperança. Este simboliza o familiar que vivencia a renovação contínua do aniquilamento imputado ao desaparecido político, tornando-se, dessa forma, vítima por extensão.

No que diz respeito ao fato histórico que inspira a obra, correspondente ao desaparecimento de Ana Rosa, essa condição foi partilhada entre o pai e o irmão Bernardo, que retornou de seu exílio voluntário em Londres, a fim de somar-se a Majer na busca pela irmã. Frederico (2021, p. 55-59), pesquisadora

brasileira que desenvolveu pesquisa em nível de doutorado a respeito da obra em estudo, resume da seguinte maneira os esforços iniciais realizados por estes:

Em agosto de 1974, os familiares entraram com pedidos de *habeas corpus*, que foi negado [*sic*] pelo Superior Tribunal Militar. Dom Paulo Evaristo Arns, cardeal e arcebispo de São Paulo, conseguiu a promessa do ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva [*sic*] que seria feita uma averiguação do caso.

Em setembro, Bernardo e Majer Kucinski pediram a colaboração do ex-Ministro do Exterior de Israel, Abba Ebban, que solicitou ao governo brasileiro notícias sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson. Na mesma época, chegaram requisições da mesma natureza pelo Comitê de Organizações e Movimentos Internacionais da Casa dos Representantes do Congresso dos Estados Unidos e da Seção Americana do Congresso Judaico Internacional. [...] Em novembro do mesmo ano, Bernardo Kucinski protocolou um pedido formal na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para abertura de investigação do governo brasileiro com relação à recusa do *habeas corpus* e informações sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson. No dia 13 de dezembro, Majer Kucinski escreveu uma carta pedindo ajuda e intervenção do senador Franco Montoro. Em tom emocionado, ele contou ter lido o discurso proferido pelo parlamentar em ocasião do 25º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

[...]

A partir das demandas vindas tanto do Ministério das Relações Exteriores, como do senador Montoro e das organizações internacionais, o Ministério da Justiça pediu a abertura de uma investigação sobre a prisão de Ana Rosa e Wilson. Em menos de dez dias, o ministro Falcão encaminhou aos órgãos competentes a informação que recebeu da Direção-Geral do Departamento da Polícia Federal: “o referido casal não está nem esteve preso em dependências do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – DEOPS/SP ou da Superintendência Regional da Polícia Federal naquele Estado”.

[...]

Na tentativa de abafar o caso, o Ministério da Justiça divulgou no dia 6 de fevereiro de 1975, uma nota oficial com informações sobre 23 pessoas que eram tidas como desaparecidas. Sobre Wilson Silva, os dados dos órgãos de Segurança apontavam que além de físico, era um dos redatores do jornal *Voz operária*, sobre Ana Rosa Kucinski, não havia nenhum registro. Cinco meses depois, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos enviou novo aviso solicitando que até dezembro o governo brasileiro retomasse as investigações sobre o paradeiro de Ana Rosa e Wilson e apresentasse um novo parecer formal sobre o caso. Majer Kucinski tentou uma última vez apelar às autoridades do Exército brasileiro, quando em março de 1976 aguardou nas escadarias da porta principal da Cúria Metropolitana de São Paulo, a saída do general Dilermando Gomes Monteiro que se encontrara com Dom Paulo Evaristo Arns. Majer entregou a ele uma carta pedindo que o ajudasse a encontrar a filha.

Como se percebe, foram adotadas pelos familiares diversas frentes de ação na busca por informações sobre Ana e Wilson. O Estado, por sua vez, ainda que instado de formas diversas e por uma gama de sujeitos e instituições tantos quantos a família conseguiu acessar, manteve a versão de que o casal jamais

fora preso. Inclusive, a fim de que a versão adotada por este atingisse boa parte da população, em resposta aos esforços dos familiares para obter informações sobre o casal, o Ministério da Justiça utilizou-se de nota publicada no jornal *Folha de S. Paulo* para emitir manifestação formal.

Em *K. [...]*, especificamente no décimo primeiro capítulo, intitulado *Nesse dia, a Terra parou*, a publicação da nota toma forma de um pronunciamento via rádio, o que permite mimetizar a tensão da expectativa de familiares “prenhes de espera”, que experimentam nova invasão de esperança diante do anúncio do presidente de que o Ministro da Justiça, Armando Falcão, falaria a respeito dos desaparecidos.

Ao se aproximar o instante da revelação, é como se o sol subitamente parasse no ar; o ar ficou parado no ar; o mundo parece ter parado. Quebrou-se o tabu. O governo falará sobre os desaparecidos; por isso ressurgiu a esperança.

[...]

E assim é. Meio-dia começa a transmissão. Nomes são ditos aos poucos em ordem alfabética. Em *K.* a esperança se esvai. O nome da filha, que por essa ordem deveria estar entre os primeiros, não chega. Outros que acompanham atentos o comunicado são tomados pela perplexidade. Este está foragido, este outro nunca foi preso, este também está foragido. Fulano já foi libertado depois de cumprir pena.

[...] Em vez de vinte e duas explicações, vinte e sete mentiras. Eis que, ao final, aparece uma referência à filha de *K.* Dela, diz o comunicado, assim como do marido e dois outros, não há nenhum registro nos órgãos do governo.

Os militares cumpriram a promessa do presidente à luz da doutrina da guerra psicológica adversa. [...]

Termina a leitura, encerra-se o comunicado especial do ministro da Justiça. Passam-se alguns segundos, o sol retoma sua órbita; tudo volta a se mexer; o movimento volta às pessoas; *K.* não se move; sente-se muito cansado (Kucinski, 2016b, p. 63-64).

O jogo de contraprovas, presente em diversos episódios narrados no romance, é exemplificado, no capítulo em questão, pela divulgação de nomes de pessoas que sequer haviam sido presas, de modo que seguiam levando sua vida realizando a mesma atividade profissional e residindo no mesmo endereço, assim como de outras que estavam foragidas ou que haviam cumprido pena e sido liberadas na sequência. A “doutrina da guerra psicológica adversa”, portanto, exercita o terrorismo psicológico, caracterizado pela produção de esperança, seguida da decepção, utilizando mentiras como recurso recorrente para confundir e, dessa forma, “cansar o inimigo”.

O desaparecimento, além de se caracterizar por uma estratégia de aniquilamento que não atinge apenas a vítima do ato violento, mas segue se reproduzindo nos familiares, naqueles que ficaram, vivendo e revivendo o tormento da incerteza, tem implicações jurídicas diretas na vida tanto dos desaparecidos quanto, por exemplo, de seus herdeiros necessários, uma vez que, a ausência do atestado de óbito impede tanto a execução de direitos sucessórios (em caso de haver espólio a ser partilhado ou possibilidade de pensão a beneficiários), assim como impossibilita a formalização de que os sujeitos em questão foram afastados de suas funções por ação impositiva, imputando-lhes, em razão disso, as punições decorrentes.

Foi justamente a ausência de confirmação da detenção de Ana Rosa por parte do Estado, complementada pela impossibilidade de emissão de seu atestado de óbito, que lhe conferiu a aplicação de punição correspondente à demissão do cargo de professora da USP por “abandono de função”, uma vez que oficialmente não figurava como presa nem como falecida. Em razão disso, o processo iniciado por meio de consulta formalizada pelo Diretor do Instituto de Química, Ernesto Giesbrecht, ao Magnífico Reitor da Universidade de São Paulo, Orlando Marques de Paiva, datada de 11 de junho de 1974, foi concluído em 11 de setembro de 1975, com “leitura, discussão e assinatura do relatório” (USP, 1987, fl. 125) pela Comissão Processante designada para proceder à investigação sobre a infração atribuída à docente. Após finalizado o trabalho realizado pela comissão em questão, esse ciclo foi devidamente encerrado em reunião datada de 23 de outubro de 1975, na qual os integrantes da Congregação do Instituto de Química, através de votação secreta, acolheram o entendimento da Comissão Processante, segundo o qual a professora deveria ser demitida por abandono de suas atividades laborais.

No vigésimo quarto capítulo de *K. [...]*, intitulado *A reunião da Congregação*, o narrador se debruça sobre a referida reunião, destinando tratamento aos pontos de pauta que versaram sobre a demissão da docente e a renovação do contrato do professor aposentado Henrique Tastaldi, que figurou como um dos membros da comissão processante. Desde logo, o narrador informa que o relato apresentado foi “imaginado a partir da ata da reunião” (Kucinski, 2016b, p. 142). Em razão disso, o texto toma de empréstimo trechos da referida ata, relendo criticamente tanto a instauração do procedimento em si,

como a colaboração daqueles que aprovaram a aplicação de punição à professora. Na sequência à abertura da reunião, que contou já com a apresentação da proposta de recontração do professor Henrique Tastaldi, feita pelo Diretor do Instituto de Química, professor Ernesto Giesbrecht, segue a conjectura do narrador:

O professor Francisco Jerônimo Sales Lara, oriundo da Faculdade de Filosofia, cogita pedir a palavra. Por enquanto pensa. Imaginemos que pense assim:

*Esse malandro do Tastaldi; agora vai acumular a aposentadoria com o salário de professor titular. Aprovam a recontração e, em troca, ele reafirma os termos da comissão processante. É o seu prêmio pela cumplicidade com a repressão. Na Filosofia isso nunca teria acontecido. Todo mundo sabe que a professora foi presa pelos órgãos de segurança. O pai esteve aqui, teve anúncio no jornal, reportagem, a lista dos vinte e dois desaparecidos do cardeal. Meu Deus, onde é que eu vim parar. Este antro de reacionários e gente sem espinha, e dizer que a maioria são judeus fugidos do nazismo ou seus orientandos.*

Agora Sales Lara pede para falar. Mede cada palavra. A ata registra: Indubitavelmente o Professor Tastaldi é uma figura histórica que muito contribuiu para o desenvolvimento da nossa bioquímica. Além disso, possui qualidades que o tornam pessoa querida por todos. Não obstante, julgo que sua contratação pelo Instituto de Química não é oportuna. Sou contrário à recontração de professores aposentados e acho que isso somente é justificável quando houver total impossibilidade de substituição, este não é o caso atual, [...] (Kucinski, 2016b, p. 143-144, grifos do autor).

Na hipotética reflexão do professor, o símbolo da revolta de quem entende que o procedimento administrativo instaurado pareceu ignorar a realidade do País e mesmo passar ao largo de todos os indicativos de que a professora havia sido presa, fiando-se apenas na negativa apresentada pelo então Ministro da Justiça em nota publicada no jornal. Além disso, chama atenção ao provável conflito de interesse caracterizado pela proposta de recontração do docente aposentado para atuar na mesma área que atuava a professora a ser demitida com base no entendimento elaborado pela comissão processante da qual o mesmo docente “interessado” fizera parte. Independentemente do posicionamento adotado por Sales Lara, após votação secreta, a proposta foi aprovada por “doze votos favoráveis e três votos contrários” (Kucinski, 2016b, p. 145).

Na sequência, conforme a narrativa romanesca (já que, no processo, este correspondeu ao quarto item da ordem do dia), o Diretor do Instituto passa à análise da proposta de rescisão do contrato da professora.

Passemos agora ao próximo item da pauta, a proposta de rescisão de contrato da professora. Esclareço ao plenário que a professora doutora a partir de 23 de abril de 1974 deixou de comparecer ao Instituto. A ocorrência foi levada aos órgãos competentes da reitoria, que, consultados como proceder no caso, em face da legislação vigente, mandaram abrir processo administrativo. Da comissão processante participaram, além do doutor Cássio Raposo do Amaral, membro do corpo de advogados da consultoria jurídica, os Professores doutores Henrique Tastaldi e Geraldo Vicentini, tendo essa comissão proposto a dispensa da docente por abandono de função, devendo ser votado por esta Congregação nos termos da legislação vigente.

Giesbrecht se mexe na cadeira, como por desconforto; continuemos a imaginar o que pode ter pensado nessa etapa da reunião:

*Reunião desagradável esta. É verdade que nunca fui com a cara dessa menina e nem ela era brilhante, mas era séria, muito esforçada; sua pesquisa sobre o molibdênio para o doutorado não foi das mais fáceis e ela deu conta. Mas que alternativa temos? Dizem que o telefone da reitoria foi claro. Vocês têm até o final da semana para cumprir o regulamento e demiti-la. Estava até demorando esse ultimato. Sei que já saiu até no jornal que ela foi desaparecida mas não há prova. O governo nega. É claro, se eles a desapareceram tinham que negar. Mas vai saber em que se meteu. O regulamento é claro e taxativo. E mais, como diretor do Instituto, se não demitir posso ser acusado de prevaricação [...]*

Na outra ponta da mesa, outro fundador do departamento, o professor Gottlieb, o mais velho de todos, tenta adivinhar o que vai pela cabeça de seu colega e rival acadêmico. [...] Pode estar pensando mais ou menos assim:

*Sei que o diretor recebeu um ultimato do jurídico; demitir a professora até o final da semana. Eu até que simpatizava com essa menina. Esforçada. E mais culta que os outros. [...] Um crápula esse Giesbrecht, ein schlechter charackter, e dizer que foi discípulo do Heinrich, devia ter batido o telefone na cara de quem ligou; onde já se viu, em vez do jurídico valer-se do prestígio da universidade para forçar as autoridades a fornecer alguma informação, a dizer qual é a acusação contra ela, fazem o oposto, demitem como se fosse relapsa e não como se tivesse sido sequestrada, ou seja, ajudam a encobrir o sequestro. Scham, uma vergonha. Passar por isso, depois de tudo o que eu sofri com a invasão da UnB.*

[...]

O professor Giesbrecht explica a todos os presentes que a comissão decidiu segundo o conjunto probatório, como está no relatório, e deu maior peso à declaração do ministro Armando Falcão de que não consta registro de a professora ter sido presa.

Passou à votação secreta do relatório propondo a demissão da professora. Foi aprovado por treze votos favoráveis e dois votos em branco e assim encaminhado ao magnífico reitor, Orlando Marques de Paiva. Dois dias depois o desligamento da professora foi publicado no *Diário Oficial* por ato do governador do estado, Paulo Egidio Martins, outro que nunca se desculpou (Kucinski, 2016b, p. 145-148).

O capítulo em questão, sobretudo por meio dos pensamentos que o narrador supõe atravessar os presentes, expõe as contradições que marcam esses sujeitos, já que em diversas dessas ponderações internas aparece, por parte de uns, uma discordância colérica com a situação posta – qual seja, punir por abandono de função uma servidora cujo contexto indicava haver sido sequestrada –; já outro sente que possui pouco capital simbólico na condição de servidor do Instituto, de modo que, embora não se sentisse à vontade para votar, não encontra suporte para propor outra saída, entendendo-se, em certa medida, encurralado; outro, ainda, buscava analisar friamente a situação e se convencer de que somente um voto contrário não apenas seria insuficiente para mudar o resultado, como contribuiria para supostamente enfraquecer causas maiores que envolveriam o grupo como um todo. A exposição das contradições internas vivenciadas pelas personagens contribui para representar o contrassenso representado, de início, pela instauração do processo administrativo e, na sequência, pela análise do “conjunto probatório”, que não atribuiu o peso devido aos documentos acostados pelos familiares, bem como à apresentação do entendimento da família – expresso através de manifestações acostadas por advogado constituído para representá-la no caso. Como não poderia deixar de ser (já que aqui não operou o esquema da peripécia), o contrassenso manteve-se igualmente refletido no seu resultado.

Quase vinte anos após a aplicação da penalidade administrativa, em 1995, a Universidade a revogou a decisão, em resposta ao requerimento apresentado por Bernardo Kucinski (em 26/05/1995), no qual solicitou o reconhecimento da nulidade do processo administrativo disciplinar (alegando a existência de vícios insanáveis neste), bem como ao ofício (de 09/06/1995) exarado pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Nilmário Miranda, que solicitou a anulação da demissão da docente, apresentando comprovação de que Ana Rosa e Wilson “passaram a fazer parte da lista reconhecida dos 152 desaparecidos políticos brasileiros”. Conforme o parecer da Procuradoria Jurídica da USP, quando da análise conjunta das petições em questão, embora não se tenha acolhido a interpretação de nulidade por vício na condução processual, entendeu-se ser suficiente para anular o processo “a lista reconhecida dos 152 desaparecidos políticos” (USP, 1987, fl. 209), descartando, portanto, a necessidade de instrução processual e,

em consequência, sugerindo ao Magnífico Reitor apreciar e acolher o pedido. Este, então, em comunicado a Bernardo, datado de 20 de julho de 1995, afirma:

Determinei, outrossim, restaurada que foi a verdade histórica, fossem feitas as devidas anotações no prontuário e no processo de contratação de sua irmã ANA ROSA KUCINSKI, cuja carreira brilhante e promissora foi interrompida bruscamente, estando o seu nome, como é de direito e justiça, devidamente reabilitado no âmbito desta Universidade de São Paulo (USP, 1987, fl. 171).

A restituição da verdade histórica (nas situações pontuais nas quais foi possível operacionalizá-la), contudo, fez-se de modo insuficiente em termos políticos e sociais, uma vez que não aprofundou a reflexão sobre os abusos praticados pelo Estado durante a ditadura civil-militar; não efetuou uma revisão da Lei da Anistia, a fim de que fossem aplicadas as devidas punições aos responsáveis pelo cometimento dos crimes; não determinou a abertura de todos os arquivos das forças de segurança, o que contribuiria para a garantia de maiores esclarecimentos relativos ao período em questão; não garantiu a indispensável cientificação dos cidadãos acerca das violações ocorridas, o que contribuiria para construir mecanismos de identificação do totalitarismo, de modo a evitar posterior ascensão de governos semelhantes. Dessa forma, não realizou um trabalho eficiente de manutenção da memória histórica que atingisse globalmente a população do País.

Estratégias de reparação, que resultaram de movimentos de luta social contra a injustiça e o esquecimento – é importante reconhecer –, apesar de terem sua relevância, operaram resultados limitados. Exemplo disso foi a promulgação da Lei nº 9.140/95 (ocorrida cerca de cinco meses após a revisão da demissão da docente realizada pela USP), que, conforme ementa, reconheceu “como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961<sup>58</sup> a 15 de agosto de 1979”, tornando possível indenizar as famílias e lhes garantir a emissão dos atestados de óbito de 136 vítimas constantes em lista anexa ao instrumento legal. Esta, além de desconhecida pelo dito “cidadão comum”, soou também como uma solução costurada “por cima”, sob a perspectiva de se

---

<sup>58</sup> “[...] ao fixar a data inicial de abrangência da Anistia em 2 de setembro de 1961, os legisladores entenderam que, já na crise política da renúncia do presidente Jânio Quadros, a normalidade democrática havia sido rompida por uma intervenção militar inconstitucional” (Brasil, 2007, p. 31).

orientar “pelo princípio de reconciliação e de pacificação nacional” (Brasil, 1995, art. 2), já expresso na Lei de Anistia (Lei nº 6.683/79). Essa crítica se fez presente na obra intitulada *Direito à verdade e à memória* (2007), elaborada pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, instituída pela Lei nº 9.140/95. Vejamos:

A Comissão Especial prevista na lei não recebeu instrumentos ou plenos poderes para apuração das circunstâncias dos óbitos, embora adquirisse autoridade para realizar diligências em busca dos corpos, desde que fossem apresentados indícios pelos parentes.

A lei previa, ainda, indenização aos familiares, exigindo, porém, que cada parente beneficiado apresentasse requerimento e atestado de óbito, o que se revelou extremamente dificultoso. A maioria dos cartórios se negava a conceder o atestado e o Ministério da Justiça tinha de interferir diretamente para que fosse expedido um documento que narrava apenas, nos termos da lei, a morte presumida da pessoa em questão.

Para Nilmário Miranda, ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos entre 2003 e 2005, a lei proposta pelo Governo Fernando Henrique Cardoso “era apenas uma legislação de caráter indenizatório, que precisava ser aprimorada. Declarava formalmente a responsabilidade objetiva do Estado, mas ninguém, individualmente, seria investigado”.

Prevaleceu como interpretação oficial acerca da Lei de Anistia, naquele momento, a idéia [sic] de que eram inimputáveis os crimes cometidos pelos agentes da repressão política. A Lei nº 9.140 foi considerada restritiva pelos familiares, argumenta ele, e poderia ter sido mais abrangente, possibilitando exame profundo das circunstâncias em que ocorreram as violações dos Direitos Humanos causadoras daquelas mortes, a identificação dos responsáveis e divulgação das informações para toda a sociedade (Brasil, 2007, p. 35, grifo nosso).

Kucinski dedica o vigésimo sexto capítulo de *K. [...]*, intitulado *Sobreviventes, uma reflexão*, a exprimir uma análise acerca desse tipo de “saída conciliatória” que emana de uma das vozes narrativas presentes na obra (aqui dedicada não a narrar os fatos, mas a pensar sobre eles, assumindo, então, um claro posicionamento ideológico).

Também os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum motivo falharam. [...]

Porque é óbvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com a maior parte daquelas áreas sombrias que fazem crer que, se tivéssemos agido diferentemente do que agimos, a tragédia teria sido abortada.

Por isso, também as indenizações às famílias dos desaparecidos – embora mesquinhas – foram outorgadas rapidamente, sem que eles tivessem que demandar, na verdade antecipando-se a uma demanda, para enterrar logo cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação. Manobra sutil que

tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história.

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e pela opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (Kucinski, 2016b, p. 156).

A angústia do pai, marcado pela culpa tantas vezes reiterada na obra, por supostamente ter negligenciado os cuidados com a filha em razão da grande dedicação de tempo ao iídiche e à literatura, parece aqui encontrar uma resposta suficientemente precisa: o sistema é o responsável, não os familiares. “Evitar a tragédia” em momento algum dependeu destes, mas fomentar nos familiares esse tipo de amargura faz parte do que o narrador entende por “totalitarismo institucional”, isto é, um conjunto de mecanismos de culpabilização desenvolvido pelo sistema para compor sua “estratégia de aniquilamento expansivo” (Michael, 2016, p. 17), na qual o extermínio das vítimas diretas é complementado pela incessante devastação dos sobreviventes, “vítimas indiretas” da barbárie.

O último capítulo, denominado *Post Scriptum*, fomenta a reflexão acerca do fato de que esse tipo de “solução”, costurada numa espécie de acordo com o sistema repressivo, não adota os esforços necessários para superá-lo, uma vez que os responsáveis pelo cometimento de crimes saem ilesos, de modo que o referido sistema apenas se metamorfoseia, a fim de seguir atuando no seio de uma democracia embrionária, dividida entre a dupla tarefa de se aperfeiçoar e de afastar o risco de ser novamente suplantada pelo autoritarismo que segue vivo, atuando sub-repticiamente.

*Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu a tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. Diz que chegara havia pouco do Canadá, onde fora visitar parentes e que conversavam em português numa mesa de restaurante quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, o nome da tia desaparecida. A voz feminina deixou seu telefone, para contatos.*

*Não retornei o telefonema. Lembrei-me dos primeiros meses após a desaparecimento; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar. Esse telefonema – concluí – é uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento. O telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado.*

São Paulo, 31 de dezembro de 2010

(Kucinski, 2016b, p. 168)

No capítulo acima reproduzido, uma das vozes narrativas que compõem a obra (atribuída ao irmão da desaparecida, cuja forma utilizada para se expressar remete claramente à estrutura do diário) reflete, como dissemos, acerca da sobrevivência do sistema repressivo, que, não sendo efetivamente desmontado, segue atuando. Aqui, este teria agido em resposta “à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil”, clara referência à *Campanha pela Memória e pela Verdade*, lançada em abril de 2010 pela seccional Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), e assinada pela seccional Espírito Santo (OAB-ES). A referida ação contou com a divulgação de vídeos curtos na TV aberta e no cinema, nos quais artistas interpretaram desaparecidos políticos. Ao final de cada um dos seis vídeos<sup>59</sup> produzidos, um apelo para que a população acessasse o sítio digital da OAB-RJ e participasse do abaixo assinado em prol da abertura dos arquivos da ditadura. Na justificativa para esse chamamento público, a ideia de que sonegar os devidos esclarecimentos acerca das circunstâncias de prisão e morte dos desaparecidos representa um desrespeito aos direitos de seus familiares. Na campanha, Eliane Giardini<sup>60</sup> interpretou Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva.

Diante da discussão desenvolvida até aqui, é possível afirmar, portanto, que a obra em análise demonstra – ainda que não seja seu objetivo construir uma visada teórica sobre o tema – que literatura e ciência sociais são muito mais integradas do que estranhas, uma vez que lançam mão de recursos comuns num exercício que não é de produção de uma verdade absoluta ou da rejeição desta, mas da fabricação do que Ivan Jablonka (2020) entende por “enunciados de verdade”. Estes, para ele, situam-se numa zona de intersecção entre os dois “continentes” absolutamente divergentes, delineados como tais por uma concepção informada pelo positivismo, disposta a opor os discursos advindos dos campos da ciência e da arte. Em sua leitura, o mapa-mundi da escrita vem sendo reconfigurado, de modo a borrar as fronteiras entre os supostos “territórios

---

<sup>59</sup> Acesso ao material audiovisual disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=b\\_lrkAWAZk&list=PL558B1A889425AD36&index=1](https://www.youtube.com/watch?v=b_lrkAWAZk&list=PL558B1A889425AD36&index=1).

<sup>60</sup> Além desta, contribuíram com a iniciativa Osmar Prado, José Mayer, Mauro Mendonça, Glória Pires e Fernanda Montenegro. Nenhum dos artistas cobrou cachê.

da liberdade e do imaginário” e “os terrenos áridos do real e do verídico” (Jablonka, 2017, p. 10). Nas palavras do pesquisador,

Ao longo do século XX, um novo continente, cuja cartografia ainda mal distinguimos, timidamente emergiu: investigações, livros de viagem, explorações do distante ou do banal, uma literatura-pesquisa indissociável dos fatos a serem estabelecidos, as fontes que a atestam e a forma pela qual elas são relatadas; um conjunto de textos bastardos, entre cães e lobos, sem cartas de nobreza, em contato com o mundo e plenamente democráticos; textos mais desejosos de compreender do que de narrar ou inventar; uma forma de escrita alimentada pelo espírito das ciências sociais, atormentada pela vontade de decifrar o nosso mundo; uma literatura que procura compreender o que está acontecendo, o que se passa, o que se passou, o que os desaparecidos e o mundo antigo se tornaram; um novo espaço que permite inscrever o verdadeiro em formas renovadas (Jablonka, 2017, p. 17).

Assim tem se mostrado o romance em análise, um texto “bastardo”, que, no exercício artístico de sua feitura, suscita uma reflexão simultaneamente (est)ética e histórica.

### 3.2 OS VISITANTES, DA EXIGÊNCIA “DA VERDADE” À PRODUÇÃO DE ENUNCIADOS DE VERDADE

*Os visitantes*, obra que, como dissemos, compõe um díptico com *K.: relato de uma busca*, contribui para o aprofundamento do projeto estético já iniciado neste, de forma a seguir operacionalizando as reflexões suscitadas sob a chave da “bastardia”, isto é, de uma escrita situada no espaço denominado por Jablonka (2017) de “terceiro continente”.

O referido historiador elabora uma via alternativa à divergência historicamente construída entre os que, a fim de garantir a inserção da História no campo científico, buscaram caracterizá-la (ainda que sem sucesso no que diz respeito a sua materialização em uma escrita) como imparcial, voltada a “recolher os fatos no real” e apresentá-los “da forma como ocorreram”, e aqueles que, no extremo oposto, postularam que esta, na condição de “narrativa”, não estaria comprometida com a adoção de critérios de “verdade”, logo, seria também “ficção”, de modo que não haveria diferença entre os discursos da História e os da Literatura.

Ivan Jablonka (2020; 2017), propõe-se, portanto, a refletir acerca desse campo científico, o da historiografia. Em *A história é uma literatura contemporânea* (2020), defende que o modo como o discurso historiográfico foi apropriado e vem sendo desenvolvido nos espaços acadêmicos produziu e ainda produz não-textos, caracterizados por substituir o ponto de vista do narrador pela perspectiva de um narrador-Deus e por omitir do leitor as operações efetuadas pelo pesquisador, de modo que despreza a revelação do desenvolvimento da pesquisa em prol do oferecimento de um produto final, que supostamente nasceria dessa forma, já acabado.

O professor e pesquisador propõe, portanto, uma ruptura com o que entende por “estética do acabamento”, marca do academicismo, ao sugerir a elaboração de uma “narrativa da investigação”. Nas palavras dele,

A fim de respeitar melhor a exigência das ciências sociais, seria possível deslocar o centro de gravidade da narração e dedicar uma parte da narrativa à própria pesquisa, ou seja, à maneira como se raciocinou, investigou, duvidou, comprovou. O cerne do livro não seria mais a narrativa histórica, mas a *narrativa do raciocínio histórico*, a reportagem da atividade intelectual sem a qual a história não passaria de algo “narrado” superficialmente (Jablonka, 2020, p. 376-377).

Dessa forma, para ele, seria possível passar do não-texto acadêmico, ao texto-pesquisa, caracterizado por manejar um raciocínio transparente por ser analítico, “ou seja, integralmente explicitado e assumido; [baseado] em definições claras, hipóteses, deduções, exemplos, contraexemplos” (Jablonka, 2020, p. 379). Neste, o pesquisador simultaneamente testemunha um percurso e desenvolve um raciocínio em um texto, a fim de alcançar o objetivo de tornar o passado inteligível, lançando mão, para tanto, de um método por meio do qual efetua a investigação. Conforme sua compreensão,

é útil pensar a modernização das ciências sociais, que consistiria em ajustar à escrita um esforço de compreensão, de explicação e de verificação, que são suas razões de ser. Tal ambição não pode ser prescritiva, mas apenas retrospectiva. Sabe-se o que se quer evitar – não texto, estilo assepsiado, jargão erudito, “nós” de majestade, solenidade da introdução e da conclusão, [...] pseudoneutralidade do pesquisador, realismo “transparente” –, mas não se prega nada *ex cathedra*, felizmente, pois cada historiador-escritor forja seu próprio estilo. [...]

Uma coisa é certa: é na narração, e não contra ela, que a pesquisa se desenvolve. As ciências sociais podem tomar emprestado tudo o que quiserem do romance, da tragédia, da poesia, do *muthos* [sic], e assim

contradizer Aristóteles no seu capítulo 9 da *Poética*. Nenhum procedimento poderia soar estrangeiro: estabelecimento da intriga e agenciamento das ações, mas também espera, efeito de suspense (esse *cliffhanger* que deixa o herói suspenso na beira da falésia), efeito surpresa (*paradoxon*), peripécia, clímax, contrastes, diálogos, jogos de pontos de vista, listas, ironia, cumplicidade com o leitor, desfamiliarização, monólogo interior, voz em rizoma, intertextualidade, trabalho de focalização, enquadramento, cenografia. Toda essa “arte da ficção”, segundo a fórmula de David Lodge, pode ser empregada pelo escritor em geral e pelo historiador em particular (Jablonka, 2020, p. 351-352).

Percebe-se, diante disso, que a perspectiva defendida por Jablonka como uma possibilidade de “modernizar as ciências sociais”, sobretudo no intuito de ampliar a circulação dos escritos desse campo científico para além dos espaços acadêmicos nos quais permanecem, encapsulados, prevê não apenas a elaboração de uma narrativa pautada na representação de fatos, mas na compreensão das ações dos sujeitos históricos “por meio de um raciocínio que, desenvolvido em um texto, produz uma emoção” (Jablonka, 2020, p. 360).

Embora reconheçamos a importância do pensamento de Jablonka para o campo dos estudos relacionados à historiografia, bem como sua relevância para as reflexões desenvolvidas no exercício da pesquisa que ora produzimos, sobretudo em razão do esforço empreendido por ele no sentido de buscar intersecções entre os discursos da historiografia e os da literatura, postulando uma dialogicidade entre os campos, é preciso sinalizar que a compreensão de ficção como texto capaz de produzir emoção, presente em alguns momentos na obra, parece-nos reducionista. Inclusive, a ideia de ficção como “narrativa imaginária”, ainda manejada por Jablonka (2020, p. 306), já foi questionada aqui com base no pensamento defendido por Costa Lima (1980).

Consideramos como produtivas para o presente estudo, então, a despeito dessa ressalva, suas contribuições no que diz respeito ao reconhecimento da permeabilidade entre os campos da historiografia e da literatura. Jablonka, como dissemos, alerta para a possibilidade de uma terceira via, o “terceiro continente”, como fuga necessária à oposição construída entre ciências sociais e literatura com base no “nível de referencialidade” presente em cada uma delas, o que serviu para sustentar a ideia de que a História trataria da realidade (ou mesmo teria o poder de decretar a “verdade”) enquanto a literatura produziria uma evasão em relação a esta (caracterizando-se, dessa maneira, por não firmar qualquer compromisso com “a verdade”).

O que este propõe sem tematizar como tal corresponde ao que Rancière (2005) entende como resultado da revolução estética que se processou com o advento da tradição romântica. Costa Lima (1980) segue também nesse caminho de análise ao investigar a questão da *mimesis* nas poéticas fundadoras da modernidade literária. Aquele, no quarto capítulo de *A partilha do sensível*, empreende um esforço de síntese, a fim de responder a alguns questionamentos pautados na tentativa de compreensão dos vínculos existentes entre “a História na qual estamos ‘embarcados’ e as histórias contadas (ou desconstruídas) pelas artes narrativas” (Rancière, 2005, p. 52), desenvolvendo seu pensamento a partir de uma dupla questão, a saber:

a questão geral da racionalidade da ficção, isto é, da distinção entre ficção e falsidade, e a questão da distinção – ou indistinção – entre os modos de inteligibilidade apropriados à construção de histórias e aqueles que servem à inteligência dos fenômenos históricos (Rancière, 2005, p. 53).

Conforme a leitura realizada por Rancière (2005), Aristóteles ocupa-se da reflexão acerca da racionalidade ficcional com vistas a defender a ideia de que a ordenação das ações no poema não corresponde ao exercício de um engodo, mas ao manejo de ficções, isto é, de coordenações entre atos. Outra compreensão adotada por Aristóteles diz respeito à superioridade da poesia sobre a história, uma vez que, naquela, uma lógica causal ordenaria os acontecimentos em contraponto à apresentação destes pela história conforme a desordem segundo a qual ocorrem. Aristóteles postula, dessa forma, o modelo de racionalidade clássica, que, pautado na figura do herói e no encadeamento das ações, informou a escrita das ciências sociais, mais precisamente da História (metódica), pautada na narração – temporalmente linear – de “grandes feitos” realizados por sujeitos “exemplares” ou “superiores” à massa dos cidadãos comuns. Esse empréstimo efetuado pelas ciências sociais já demonstra que a nítida separação entre realidade e ficção, embora postulada por esse campo do saber – com vistas a firmar-se enquanto científico em contraposição ao artístico – não é capaz de efetuar-se, uma vez que “a nítida separação entre realidade e ficção representa também a impossibilidade de uma racionalidade da história e de sua ciência” (Rancière, 2005, p. 53-54), já que esta, a fim de transformar a sucessão desordenada dos fatos em texto, de modo conferir-lhe sentido,

tornando-a inteligível, precisou operar adotando um modelo de racionalidade proveniente do campo da arte.

A revolução estética que trouxe a banalidade para o centro, por seu turno, foi responsável por abandonar a ordenação ficcional caracterizada pelo encadeamento causal das ações "segundo a verossimilhança e a necessidade" para operar por meio de uma "ordenação de signos" (Rancière, 2005, p. 55), o que não se pode confundir com uma autorreferencialidade da linguagem. A nova maneira de contar adotada pelos fundadores da modernidade literária, portanto, pressupõe uma penetração da linguagem na materialidade dos fatos, de modo a conferir sentido ao universo banal. Rancière (2005) toma como exemplo duas obras de Balzac (*Ao "Chat-qui-pelote"*<sup>61</sup> e *A pele de onagro*), a fim de sustentar essa compreensão, e conclui que o escritor em questão

[...] estabelece um regime de equivalência entre os signos do novo romance e os signos da descrição ou da interpretação dos fenômenos de uma civilização. Ele forja essa nova racionalidade do banal e do obscuro que se contrapõe às grandes ordenações aristotélicas e se tornará a nova racionalidade da história da vida material oposta às histórias dos grandes feitos e dos grandes personagens. Assim se encontra revogada a linha divisória aristotélica entre duas "histórias" – a dos historiadores e a dos poetas –, a qual não separava somente a realidade e a ficção, mas também a sucessão empírica e a necessidade construída. Aristóteles fundava a superioridade da poesia, que conta "o que poderia suceder" segundo a necessidade ou a verossimilhança da ordenação das ações poéticas, sobre a história, concebida como sucessão empírica dos acontecimentos, "do que sucedeu". A revolução estética transforma radicalmente as coisas: o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime de sentido. De um lado, o "empírico" traz as marcas do verdadeiro sob a forma de rastros e vestígios. "O que sucedeu" remete pois diretamente a um regime de verdade, um regime de mostraçõ de sua própria necessidade. Do outro, "o que poderia suceder" não tem mais a forma autônoma e linear da ordenação de ações. A "história" poética, desde então, articula o realismo que nos mostra os rastros poéticos inscritos na realidade mesma e o artificialismo que monta máquinas de compreensão complexas (Rancière, 2005, p. 56-57).

Desse modo, Rancière (2005) compreende que a ficção não corresponde a uma estratégia de evasão de um suposto real que lhe seja externo e autônomo, mas se trata da montagem de "máquinas de compreensão complexas", isto é,

---

<sup>61</sup> A versão original em francês, *La Maison du Chat-qui-pelote*, desse texto que integra a obra *A Comédia Humana*, recebeu o título *Ao "Chat-qui-pelote"* na tradução para a Língua Portuguesa, uma vez que o termo entre aspas faz referência ao título de um quadro – "que representava um gato jogando pelota" (Balzac, 2012, local. 99) – presente na narrativa. Por se tratar de referência a uma obra, manteve-se, portanto, parte do título no idioma original.

de elaboração de estruturas de inteligibilidade. A revolução estética operada pela modernidade, então, conforme o entendimento defendido pelo filósofo, “redistribui o jogo tornando solidárias duas coisas: a indefinição das fronteiras entre a razão dos fatos e a razão das ficções e o novo modo de racionalidade da ciência histórica” (Rancière, 2005, p. 54). Na breve análise que faz sobre uma obra audiovisual, oferece a explicação didaticamente elaborada:

Essa articulação passou da literatura para a nova arte da narrativa: o cinema. [...] E o cinema documentário, o cinema que se dedica ao "real" é, neste sentido, capaz de uma invenção ficcional mais forte que o cinema de "ficção", que se dedica facilmente a certa estereotipia das ações e dos tipos característicos. O *título de Alexandre* de Chris Marker, [...] ficciona a história da Rússia do tempo dos tsares na época do pós-comunismo através do destino de um cineasta, Alexandre Medvedkine. Não faz dele um personagem ficcional, não conta histórias inventadas sobre a URSS. Joga com a combinação de diferentes tipos de rastros (entrevistas, rostos significativos, documentos de arquivo, trechos de filmes documentários e de ficção etc.) para propor possibilidades de pensar essa história. O real precisa ser ficcionado para ser pensado (Rancière, 2005, p. 57-58).

Dessa forma atua *K. [...]*, que não se dedica a inventar uma personagem feminina tragada pelas forças repressivas durante da ditadura civil-militar brasileira, mas, tomando como centro o desaparecimento de Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva, opera uma “combinação” entre “diferentes tipos de rastros” e fabulações que se confundem com fontes históricas “para propor possibilidades de pensar essa história”.

Na segunda obra que compõe o díptico, *Os visitantes*, objeto desta seção, o autor fomenta a reflexão acerca do fato de que não se deve exigir de *K. [...]* – a fim de que se reconheça a possibilidade de realizar uma (re)leitura crítica tanto do período histórico no qual se desdobra a trama quanto daquele em que a obra foi publicada – um compromisso com a referencialidade relativa à História nos moldes adotados pelo século XIX, uma vez que sequer esta segue proclamando para si o poder de decretar a verdade. Dessa forma, em *Os visitantes*, opera-se sob a perspectiva de que a literatura [assim como a historiografia, que, segundo Jablonka (2020), já não se concebe produtora de uma verdade una e absoluta acerca de uma realidade autônoma] se dedica à fabricação de enunciados de verdade, o que não se pode confundir com engodo/falsidade, conforme já discutimos com base nas postulações de Rancière (2005).

Em *Os visitantes*, portanto, como o título já revela, a personagem que encarna o escritor de *K. [...]*, recebe uma visita diferente a cada capítulo, de pessoas que surgem com cobranças, agradecimentos, considerações sobre a obra, isto é, figura situações que remetem ao modo segundo o qual a obra teria sido recebida. O autor chegou a comentar episódios da recepção de *K. [...]* que o estimularam a escrever *Os visitantes*, em entrevista concedida em 2016 ao canal que o blog de literatura intitulado Livrada! mantém no Youtube.

Quanto a *Os visitantes*, especificamente, surgiu por acaso, surgiu uma ideia... Um amigo meu, que trabalha no Museu do Holocausto, apontou um erro no *K. [...]*. Disse: – Olha! Tá errado quando você diz lá que todas as vítimas do holocausto os alemães escreviam num livro [...]. Não é verdade. Só uma minoria teve o nome registrado. Entre os cinco, seis ou sete milhões, uns trezentos e cinquenta mil. Então, ele fez essa crítica, [que] ficou na minha cabeça, e eu tive a ideia de um conto. Era um conto, porque em geral a minha cabeça trabalha contos, não trabalha romances. Você pode ver que o *K. [...]* é um conjunto de contos. [...]. Então escrevi um conto de um sobrevivente do holocausto que bate à porta do escritor e reclama. Aliás escrevi um conto errado, porque eu escrevi um sobrevivente meio molambento, choroso, e esse amigo falou: – Olha, não é assim. Esses sobreviventes são gente bem porreta e reclamona e durona. Aí eu reescrevi tudo de novo. Aí depois que eu escrevi essa história da primeira visitante, que é totalmente inventada, começou a me vir a história de trabalhar muitas críticas que eu recebi, depois da saída do *K. [...]* ... críticas, elogios, discussões, episódios alguns deles impressionantes. Por exemplo, uma pessoa que tinha posição importante na ALN veio me agradecer por ter publicado no *K. [...]* a *Mensagem ao companheiro Klemente*, que é algo totalmente inventado, e ela achava que aquilo era um documento que eu tinha [...]. E outros militantes da ALN também mencionaram, entende? Então, eu tive que desmentir, e eles não aceitaram [...]. Alguns deles, [como] o Celso Horta, até hoje não acredita[m] que eu inventei aquela carta. Eu achei isso extraordinário. Eu achei que isso merecia também uma história, entende? Então, foi assim que surgiu *Os visitantes* (Livrada!, 2016, 3min 14 s - 5 min 43s).

Percebe-se, portanto, que houve apontamentos relativos a dados históricos que, se desconsiderados ou mesmo refutados, poderiam contribuir negativamente para a manutenção da memória histórica de determinados grupos violentados, como é o caso dos sobreviventes da *Shoah*. Em outros casos, o motivo da visita revela cobranças advindas de leitores da obra, que reivindicam que esta tivesse operado uma distinção clara entre ficção, como sinônimo de invenção, e narrativa historiográfica, concebida como recolha de rastros documentais e dados reais organizados em um texto comprometido com a exposição da verdade. Desse modo, é possível entrever certa incompreensão relativa ao fato de que o discurso literário contemporâneo se caracteriza por

operar com base na provocação de uma indistinção “entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e interpretação dos fenômenos do mundo histórico e social” (Rancière, 2005, p. 55).

Isso se demonstra já no capítulo que abre a obra, intitulado *A velha com o número no braço*, aquele que, conforme o autor, deu início à feitura desta. Trata-se da visita de Regina Borenstein, sobrevivente de um campo de trabalho forçado, pertencente ao complexo de Auschwitz. Ela procura o escritor para questionar informações presentes em *K. [...]*, como se vê abaixo, nas quais o escritor compara os desaparecimentos praticados pelos órgãos de repressão durante a ditadura civil-militar brasileira ao *modus operandi* adotado pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

[...] Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os *goim* de cada lugar sabiam que os judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas (Kucinski, 2016b, p. 25).

A necessidade de rebater o equívoco cometido pelo escritor quanto à catalogação de presos e assassinados pelo regime nazista move a personagem a bater à porta dele.

Na mão direita, trazia a novela visivelmente macerada. [...]

[...] Ela disse: É sobre o holocausto, o senhor escritor escreveu que os alemães registravam todas as pessoas que matavam, isso não é verdade! Só registravam os que eram separados para o trabalho forçado, e só em Auschwitz. A maioria ia direto para a câmara de gás, os velhos, as crianças, os que pareciam fracos; imagine se iam registrar cada um, nem daria tempo, era um transporte depois do outro. Seu livro está errado!

A velha socou o livro no batente da porta, como se quisesse expelir de dentro dele o erro, e reforçou em iídiche: *Zer nicht richtig*, isso não está certo. Eu me desculpei: Senhora Regina, não sabia que só em Auschwitz. E perguntei: A senhora é historiadora? Não, eu tenho o número, ela respondeu. Sem largar a bengala nem o livro, a velha arregaçou a manga esquerda expondo por segundos uma sequência de algarismos. É de Auschwitz, disse. Lá havia quarenta e cinco campos de trabalho forçado; nem um, nem dois, quarenta e cinco, além de campos de extermínio; aposto que o senhor escritor também não sabia.

Tentei me desculpar, mas ela me cortou: Minha irmã Blima e meus sobrinhos desapareceram igual a professora de química do seu livro, e não tem registro em lugar nenhum. [...]

[...] Tentei argumentar: Senhora Regina, meu livro não é um tratado de história, é uma novela de ficção, e na ficção o escritor se deixa levar pela invenção, nem o nome da moça aparece. Invenção coisa nenhuma. O nome dela não está, mas todos sabem muito bem quem ela foi [...]. Todos conhecem a história dela; até a televisão já deu.

Procurei temporizar. Expliquei que os escritores às vezes se valem de fatos reais para criar uma história, e podem até torcer os fatos, para dar mais força à história. Ela protestou: Torcer os fatos?! Daqui a pouco o senhor escritor vai negar o holocausto! E brandiu a bengala de modo ameaçador.

Confesso que me assustei e recuei, temendo uma estocada. Pedi calma: Não é nada disso, senhora Regina. Como poderia negar o holocausto se eu perdi nele meus avós e meus tios? Ao ouvir isso o semblante da velha amoleceu. Então, sentindo-me reanimado, falei outra vez o que não devia: Senhora Regina, eu ignorei um detalhe do holocausto para ressaltar a crueldade dos desaparecimentos no Brasil. A velha não gostou: Me desculpe, o senhor escritor chama milhões de mortos de detalhe? Só para fazer sua história ficar mais bonita? Isso não está certo! O que vão pensar os rapazes e moças que sabem tão pouco sobre o holocausto?!

[...]

Por um breve momento a velha se calou, pensativa. Súbito perguntou: Vocês nunca descobriram? Eu disse: Não. Ela disse: Eu também não. A vida toda procurei, no Yad Vashem, na Cruz Vermelha, nunca deixei de procurar, igual esse senhor K. da sua história que procurou a filha por toda parte, até a Berlim Oriental eu fui, depois que caiu o muro... Quando penso que depois de mim não haverá ninguém para procurar...

Consternado, balbuciei um sintoma muito. [...]

[...]

Ela parecia não mais me escutar. Já tinha as falas na ponta da língua. Crimes hediondos, milhões de mortos, famílias inteiras, cidades incendiadas, e o senhor chama isso de detalhe! Tentei me justificar: Senhora Regina, eu não ignorei as atrocidades, apenas me vali de um recurso que os escritores chamam de licença poética. A velha de novo se enfureceu: Licença poética?! Onde já se viu! Não tem poesia nenhuma nisso! Se o senhor escritor lidou com fatos históricos tinha que ser fiel aos fatos! [...] (Kucinski, 2016c, p. 12-15).

A sobrevivente, portanto, conforme o que se percebe, reivindica o respeito necessário à memória histórica dos que sobreviveram, mas sobretudo daqueles que não voltaram, sinalizando o risco de negação dos fatos históricos diante de sua distorção, ainda que se esteja tratando de produtos culturais. Ao que parece, essa foi a natureza da reivindicação que chegou ao autor pela fala do amigo ao qual se referiu durante a entrevista e com a qual ele concordou o suficiente para se sentir impelido a uma nova escrita. Tendo adotado essa perspectiva como ponto de partida para a criação de *Os visitantes*, o autor não se detém a ela, mas se dedica a aprofundar e a complexificar a questão, fomentando uma reflexão estética acerca da permeabilidade entre fato e ficção, de modo a provocar o leitor

a reconhecer como característica da literatura contemporânea o manejo de certa indistinção entre a ordenação dos fatos e o modo segundo o qual a ficção constroi mecanismos de inteligibilidade. Em outras palavras, o escritor é questionado por diversos visitantes em razão de seu texto não permitir uma clara distinção entre o discurso da literatura e o da historiografia. Exemplo disso é o fato de que, na composição dos capítulos de *K. [...]*, o autor ora utiliza trechos de documento com existência anterior à obra, como é o caso da ata da reunião na qual se aprovou a demissão de Ana Rosa do quadro de docentes da USP por abandono de suas atividades laborais (o que deu origem ao capítulo intitulado *A reunião da Congregação*), ora se dedica a fabricar capítulos cuja composição estrutural pertence a gêneros textuais considerados factuais, como é o caso da carta, mas não possuem correspondentes fora da obra, isto é, são unicamente fabulações (como é o caso de *Carta a uma amiga* e *Mensagem ao companheiro Klemente*).

No capítulo intitulado *Nono visitante*, o escritor é interpelado por uma mulher (da qual não se dá a conhecer o nome) que, na condição de ex-aluna e posterior colega de trabalho do professor Otto Gottlieb, o questiona sobre os pensamentos que este atribuiu ao docente na escrita de *K. [...]*, precisamente no capítulo intitulado *A reunião da Congregação*.

Assim como a velha senhora Regina, não quis entrar e já chegou reclamando. Disse aos gritos: Estou indignada com os pensamentos que o senhor atribuiu ao professor Gottlieb no capítulo de seu livro sobre a reunião da Congregação.

[...] Muita pretensão sua a de penetrar no pensamento dos professores e onde já se viu acusar pessoas mortas, que não podem se defender?

[...] Eu lhe expliquei: Minha senhora, está bastante claro que os pensamentos atribuídos aos personagens são ficção; foi uma tentativa de entender o comportamento ignóbil daqueles cientistas que votaram pela expulsão da professora, quando sabiam que havia sido sequestrada pela repressão, portanto não houve abandono de função; o livro é a história de seu desaparecimento.

A mulher disse: Não li o livro, só li esse capítulo que a revista da Adusp reproduziu e sua explicação não está certa. Fiquei quieto. Nem se dera o trabalho de ler o livro e veio reclamar...

[...]

[...] não acho correto denegrir a memória de idealistas como o professor Gottlieb, que lutou por um país melhor e mais justo.

Ao ouvir isso quase sorri. Um escárnio. Assim era demais. Fechei a cara e disse-lhe: A professora demitida também lutava por um país melhor e mais justo. Ela disse: Não é a mesma coisa. Num país sem memória que não sabe reconhecer e louvar seus verdadeiros heróis é nosso dever trazer à tona a história verdadeira. Retruquei: Quem são os verdadeiros heróis? Se Gottlieb tivesse opinado contra a demissão,

todos teriam ouvido, e quer saber mais, minha senhora? Ele nem precisava dizer isso de público, bastava assoprar aos membros da Congregação. A votação era secreta, não exporia ninguém individualmente; pode-se até entender a omissão dos representantes dos alunos, por serem imaturos e vulneráveis, não a de um cientista duas vezes indicado ao Nobel.

A mulher não perdeu a pose. Disse com desdém, como quem retira uma carta da manga: Pois fique sabendo que na reunião da Congregação da semana passada o diretor do Instituto propôs uma moção de repúdio ao seu livro e ela foi aprovada. Estupefato, eu disse: Não acredito! Ela disse: é a pura verdade, e fique o senhor sabendo que foi por unanimidade.

[...]

Logo que ela se foi, telefonei ao editor da revista da Adusp, Pomar, para confirmar se houve a tal moção de repúdio. Ele disse que sim. Perguntei: Aprovada por unanimidade? Ele disse: Aprovaram com um menear de cabeças, exceto um que argumentou que era ficção, e eu soube que posteriormente o diretor achou por bem esquecer o assunto (Kucinski, 2016c, p. 54-57).

Como se vê, as cobranças proferidas pela ex-estudante, colega e admiradora do professor Gottlieb caminham na esteira da contraposição à fabulação dos supostos pensamentos que teriam passado pela cabeça do docente em questão durante a reunião. Trata-se, portanto, de personagem ficcional questionando o exercício da própria ficção, que, conforme o escritor, estava suficientemente claro no capítulo que esta se propôs a questionar, já que, ao contrário de diversos outros, neste o escritor não apenas externou que o relato que então oferecia ao leitor fora inventado com base na ata da reunião, como marcou em itálico todos os pensamentos por ele imaginados e atribuídos aos presentes. Dessa forma, considerando a existência de outros capítulos em *K. [...]* compostos por documentos com potencial de despertar dúvida a respeito de sua condição – se possuídos de existência anterior à obra (atuando, então, como rastros) ou fabulações pertencentes unicamente ao universo desta – seria mais provável desconfiar da afirmação de que os excertos ali presentes pertenciam de fato à ata redigida durante uma reunião da Congregação. Mais razoável, portanto, seria restar a dúvida sobre a “veracidade” do documento reproduzido do que em relação aos pensamentos confessadamente fabulados. Embora personagens de *Os visitantes* se dediquem a reivindicar uma clara separação entre eventos históricos e a elaboração ficcional destes, a perspectiva da própria obra é justamente questionar essa oposição, fomentando a dúvida, não com o objetivo de que esta seja devidamente sanada por meio de verificações ou levantamentos, mas como forma de apontar a permeabilidade

entre os campos como uma característica reconhecida na e pela contemporaneidade.

Essa estratégia, que consiste em combinar fabulações a registros, documentos, eventos ou nomes que podem ser concebidos como rastros, a fim de obter o efeito que acabamos de sinalizar, dá-se a ver, no capítulo em análise, pelo fato de que, ao diálogo estabelecido entre o escritor e a visitante, segue-se a menção a um periódico que vem sendo editado desde 1994 pela Associação de Docentes da Universidade de São Paulo – Adusp, bem como ao sobrenome de seu editor, Pedro Estevam da Rocha Pomar, que aproveita a oportunidade para também tecer considerações que se referem a Eurico Gaspar Dutra (presidente brasileiro de janeiro de 1946 a janeiro de 1951). O que incomoda Pomar, personagem de *Os visitantes*, é a condição de democrata atribuída pelo escritor ao referido ex-governante. Vejamos:

Pomar aproveitou meu telefonema para também reclamar: Não é verdade que o Dutra foi um democrata e que nunca matou ninguém. Pomar é de uma estirpe de militantes de esquerda, pai, filho, neto, todos. Ele disse: Minha tese de mestrado é sobre isso, vou te mandar um exemplar.

A tese chegou na mesma tarde por estafeta. Antes, chequei o que eu havia escrito sobre Dutra. Ele é citado tangencialmente quando K. retorna da inauguração de ruas com nomes de desaparecidos e medita sobre o fato de no Brasil darem às avenidas nomes de ditadores. Ao atingir a rodovia Dutra, diz a si mesmo: “pelo menos esse foi um presidente democrata, embora também general e antissemita, não matou nem desapareceu com ninguém, que se saiba”. E isso é tudo o que diz a novela sobre o general Dutra.

Pomar se insurgiu, embora educadamente, porque sua tese visa a desconstrução do que chama mito democrata de Dutra. Contudo, a própria tese mostra que em todo o governo Dutra houve tão somente quatro mortes, todas em confrontos abertos, ao reprimir greves com a brutalidade então costumeira, e nenhum desaparecimento. Seu título: *Democracia intolerante*. Portanto, democracia, ainda que intolerante.

Pensei: cada qual com suas dores. Pomar com a dor da repressão ao Partido Comunista, que Dutra colocou na ilegalidade; [...] a alienada da química com a dor da crítica ao Gottlieb que ela venera. Ocorreu-me que fiquei sem saber o nome da mulherzinha. Não que me importe (Kucinski, 2016c, p. 58).

Percebe-se aqui que a obra propositalmente borra a fronteira historicamente desenhada entre textos pertencentes ao continente do fatural e escritas próprias ao continente ficcional (Jablonka, 2020). Pedro Pomar de fato é editor da revista da Adusp (função que exerce desde 1999) e defendeu em 2001 dissertação intitulada *Dutra, Adhemar e a repressão ao PCB: o incidente*

de *Ribeirão Preto*, com vistas à obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, cujo primeiro capítulo intitula-se *Dutra ou a democracia intolerante*. A pesquisa deu origem ao livro *A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*, publicado no ano seguinte. Não se pode negar, portanto, o manejo de dados, isto é, de informações comprováveis. Por outro lado, embora esses rastros estejam presentes em *Os visitantes*, não se deve confundir a perspectiva da obra com a de uma coletânea de depoimentos, como ela finge ser.

No capítulo intitulado *Sétimo visitante*, ao contrário do que se deu com os interlocutores apresentados aqui, o escritor recebe uma ex-militante que o procura para agradecer pessoalmente pela publicação de uma carta que consta em *K. [...]* como endereçada de um militante da ALN a outro.

Eu me surpreendi. Esperava o contrário. Esperava bronca. Mas não disse nada. O último capítulo da novela, chamado "Mensagem ao companheiro Klemente", tem a forma de uma carta de um militante que se assina Rodriguez a um companheiro da organização exilado no exterior de nome Klemente, criticando os chefes por não terem dado a ordem de parar quando havia anos estava tudo perdido. Também toca num episódio melindroso da luta armada: a execução por eles mesmos de um militante de nome Márcio, que propunha parar, falsamente acusado de traição.

Pensava em tudo isso calado. Lourdes continuou. Você não imagina como foi importante para mim e para todos nós da organização você ter publicado a carta; sabíamos que existia, mas ninguém a tinha lido; o Mateus me pediu para te perguntar onde você achou a carta; estava com as coisas do Rodriguez?

Minha surpresa nessa altura da conversa transformou-se em espanto. Ela tomara a carta como tendo sido realmente escrita pelo Rodriguez trinta anos atrás e encaminhada ao outro que estava em Paris. O Mateus, braço direito do Mariguella também! Incrível! Um texto que inventei da primeira à última linha! Pensei: como é possível, uma pessoa como ela, que conhece a fundo tudo o que aconteceu, tomar uma fabulação por documento?

[...]

Sem saber o que dizer, perguntei à Lourdes: Você acompanhou a decisão do justicamento? Não, eu já estava presa. E como a morte do Márcio foi recebida na cadeia? Primeiro, atribuímos à repressão. Quando soubemos que nós mesmos o matamos foi um choque; de todas as mortes que senti na prisão, a do Márcio foi a mais dura, a coisa mais terrível que me aconteceu em todo meu tempo de cadeia.

[...]

Vi que Lourdes estava emocionada. [...] Então ela disse: O Márcio era o mais sério do grupo dele, o mais determinado; em Cuba, era o mais esforçado. Perguntei: E como foi possível esse erro, se ele era quem você está falando? Então ela disse: Estava caindo muita gente, um depois do outro; estava claro que tinha infiltração e deu pânico, foram quatro os que julgaram. Perguntei: Fizeram ata, apresentaram provas? Não, nada. E um militante dessa qualidade é condenado à morte sem provas? Ela explicou: O Márcio tinha proposto retirada organizada, era

uma época em que a ALN considerava traição o abandono da luta; a VPR já havia abandonado, a Ala também.

[...]

Ao ouvir isso, me decidi. Levantei-me, segurei Lourdes pelos ombros com as duas mãos, fazendo com que também se erguesse, e como quem quer sacudir alguém de um torpor olhei firme dentro de seus olhos e disse: Lourdes, preciso te contar uma coisa e quero que você escute bem. Essa mensagem do Rodriguez ao Klemente é invenção pura, não tem nada mais ficcional no livro do que essa carta. A maioria dos outros capítulos inspirou-se em alguma medida em fatos, essa carta não, ela foi imaginada por mim da primeira à última linha.

Pálida, Lourdes deixou passar alguns segundos. Depois disse: Não acredito; impossível; todos a consideram autêntica, o Celso, o Mateus, todos, alguns até criticam você por ter publicado nesse momento, dando munição para a direita virar a Comissão da Verdade contra nós. Eu insisti: Você tem que acreditar, inventei tudo, do começo ao fim. Foi a expressão do meu desgosto por não terem mandado parar aquela loucura, imagine quantas vidas teriam sido poupadas. Esse capítulo do livro é o meu manifesto. Ela disse: Mas a própria carta diz que até para parar estava difícil. Eu repeti: Tudo inventado, isso também (Kucinski, 2016c, p. 44-46).

Nesse capítulo, o escritor se depara com uma ex-militante que faz chegar até ele a percepção dela e de alguns outros: a de que a *Mensagem ao companheiro Klemente* reunia elementos suficientes para consistir na divulgação, por meio de uma obra que borra a fronteira entre o fático e o fictício, de uma carta de fato enviada por Rodriguez, codinome do militante cujas informações presentes no texto remetem a Wilson Silva, cunhado de Bernardo Kucinski, a Klemente (nome comumente grafado com “c” em documentos, levantamentos e estudos referentes ao período), codinome de Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz (Cf. Godoy, 2015), último líder da ALN, que, tendo assumido a função após o assassinato de Joaquim Câmara Ferreira, exilou-se na Europa em 1973, quando o cenário era de desmantelamento da resistência armada no Brasil. A despeito do espanto experimentado pelo escritor, considerar a possível veracidade do documento parece perfeitamente plausível, uma vez que, além de o texto dar a ver o aprofundamento do cenário de repressão aos militantes traduzido no desespero de um dos líderes da organização, a coincidência entre nomes citados no capítulo que adota a forma carta e codinomes de militantes contribui para suscitar essa leitura.

Em *Os visitantes*, então, o capítulo intitulado *Sétimo visitante* provoca a reflexão acerca desse “borramento de fronteiras” não apenas por tematizá-lo no que diz respeito a uma possível leitura de *K. [...]*, mas porque também o adota, já que, da mesma forma, maneja nomes e dados ligados ao período histórico em

questão. Exemplo disso é o fato de que personagens como Lourdes – a visitante –, Celso e Mateus podem remeter a militantes como Maria de Lourdes Rego Melo<sup>62</sup> (embora esta não seja “de Belo Horizonte” nem consta que tenha integrado a Comissão de Anistia), Celso Antunes Horta<sup>63</sup> e Aloysio Nunes Ferreira<sup>64</sup> (que utilizava Mateus como codinome). Além disso, o “justiçamento” do militante Márcio Leite de Toledo é um dado histórico, tendo sido confirmado por Carlos Eugênio Sarmiento Coelho da Paz (o Clemente), que

Em 1987, dois anos após o final da ditadura, revelou o justiçamento de Márcio numa matéria para o *Jornal do Brasil*.

[...]

Clemente não estava sozinho na ação. O justiçamento passou por votação do Comando Nacional e Regional da ALN. Carlos Eugênio Paz disse em entrevista a Geneton Moraes Neto: *“foi uma ação da organização [...] Foi um comando de quatro companheiros que participou, não fui eu sozinho, os outros três estão mortos. Nós tomamos aquela decisão, que eu não assumi sozinho, que eu não sou louco, não sou maluco, não sou louco de decidir uma coisa dessas sozinho. Isso era uma direção”*.

[...]

Quanto à presumida divergência política de Márcio em relação à ALN, Carlos Eugênio Paz afirmou em uma entrevista realizada em setembro de 2003:

*“Se eu estivesse querendo passar para uma outra organização eu nem por isso numa ação largava os meus companheiros na mão, é a resposta que eu tenho, uma coisa é divergência política. Por que vários puderam vir ao Brasil, voltar para o exterior [...]. Então porque se agiria tão diferente num caso e no outro? Não existe. Agora uma pessoa que é um dirigente de uma organização e, quando os dirigentes maiores da organização caem, essa pessoa fica quarenta dias desaparecida, porque disse que a gente tem que se acostumar, [...] [...] o caso do Márcio foi um desses, execução sumária decidida num momento de guerra por pessoas que formaram uma corte marcial, como em qualquer exército do mundo, [...] e ali nós éramos um exército clandestino que vivíamos numa situação de cerco e que se vivia numa situação que se precisava defender. Se nós tivéssemos feito isso com o Severino, o Toledo [codinome de Joaquim Câmara] não tinha sido morto [...]”* (Ribeiro, 2023).

---

<sup>62</sup> Conforme Ribeiro (2023), Maria de Lourdes Rego Melo, “formada em filosofia pela Universidade da Bahia e ligada ao Partido Comunista, era o braço direito de *Toledo* [codinome de Joaquim Câmara Ferreira] na ALN. Era a responsável pelos contatos com os militantes que chegavam de Cuba, pela obtenção de locais de encontro para reuniões e por uma série de outras tarefas no interior da organização”.

<sup>63</sup> “Celso Antunes Horta [...] deu início à sua militância política junto à Ação Libertadora Nacional (ALN) como membro de um Grupo Tático Armado (GTA) da organização. Foi preso pela repressão em 1969 e, com passagem por diversos cárceres da cidade, foi solto somente oito anos depois, em 1977”, conforme informação disponível no sítio digital Memorial da Resistência (<https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/celso-antunes-horta/>).

<sup>64</sup> O PASSADO revolucionário de Aloysio Nunes. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-passado-de-aloysio-nunes-8807/>. Acesso em 26 set. 2024.

Essa questão é discutida ainda em outro capítulo, intitulado *O visitante derradeiro*, no qual o escritor recebe um amigo de longa data, do qual não chega a revelar o nome. Este lhe transmite novamente queixas de outros ex-militantes, que também lhe representam, acerca da menção ao justicamento de Márcio em K. [...].

Dias depois [...], ao abrir o jornal, surpreendi-me com uma reportagem de página inteira sobre o justicamento de militantes da luta armada que mencionava a novela. Não para elogiar ou criticar. Para legitimar a tese do jornal de que os dois lados se igualam na prática de crimes. Lembrei-me outra vez de Primo Levi. “Os dois estão na mesma armadilha, mas é o opressor, e só ele, quem a preparou e a fez disparar.”

Passei o dia deprimido pelo uso malicioso da novela. Como se não bastasse, estamparam uma foto em que apareço de modo grotesco. Filhos da puta, não parava de dizer a mim mesmo. À noite ainda ruminava meu desgosto quando chegou um amigo que conheço há décadas, mas só encontro ocasionalmente. Havia telefonado, dizendo que precisava tratar um assunto urgente.

[...]

Abraçamo-nos e, assim que se sentou, ele disse: O João Evangelista está puto contigo. Eu rebati: Não conheço nenhum João Evangelista. E servi a cachaça. Provamos. Ele explicou: É o Klemente do teu livro, o cara que você acusa de ter executado o companheiro para intimidar os que queriam abandonar a luta. Só então me lembrei: Sim, fiquei sabendo que se chama João Evangelista. Está puto comigo por quê? Porque você foi injusto, não considerou as circunstâncias da época. Indaguei: Que circunstâncias? O risco à segurança, não podiam facilitar. Contestei: Risco se o Márcio fosse um frouxo e estivesse a ponto de cair, ele não era nada disso. Ele disse: Havia suspeitas. Eu refutei: Nenhuma prova.

[...]

Perguntei: Então você concorda com o João Evangelista? Basicamente, concordo, virou moda culpar os que foram derrotados, todos fazem isso, e sua novela também. Insisti: Você concorda mesmo sem ter lido? Mesmo sem ter lido. E você telefonou querendo falar comigo por quê? Por causa dessa matéria do jornal sobre os justicamentos; usaram seu livro para nos nivelar aos torturadores, muita gente não gostou; o Evangelista ficou puto.

Eu disse: Que se foda, não devo explicação a ninguém. Ele contrapôs: Como não deve? Todo mundo deve explicações a todo mundo, você cobra o Evangelista por uma coisa que aconteceu faz quarenta anos e não quer ser cobrado por uma novela que saiu faz menos de um ano? Falei: Eu sou escritor, faço ficção, faço arte. Ele protestou: Então não faça arte com pessoas que podem ser identificadas nem com episódios que todo mundo sabe que aconteceram, faça ficção mesmo, inventada (Kucinski, 2016c, p. 70-73).

Aqui, ainda que se dedique a rebatê-la, o escritor parece reconhecer a validade da acusação de que, ao tematizar o justicamento em questão, colabora – mesmo que indiretamente ou de modo não intencional – com parcelas da sociedade que tentam atribuir às organizações militantes as mesmas

responsabilidades que pesam sobre os órgãos de repressão estatal nas ações violentas que ocorreram durante a ditadura civil-militar no Brasil. É bem verdade, inclusive, que não se pode deixar de ler a crítica à prática do “justiçamento” adotada por organizações de esquerda. Por outro lado, a obra não deixa dúvida de que igualar os militantes aos seus repressores consiste em uma forma de interpretação não apenas equivocada, mas “maliciosa”.

No ano em que *K. [...] obteve sua segunda edição, 2012, uma reportagem assinada pelo jornalista Lucas Ferraz, publicada na *Folha de S. Paulo*, parece exemplificar esse tipo de leitura ao manejar afirmações proferidas pelo ex-capitão do exército Cláudio Heitor de Alvarenga a respeito da morte de seu irmão Francisco Jacques de Alvarenga, alvo de um dos “justiçamentos” praticados pela ALN, sem fazer qualquer ponderação ou dar espaço a uma possível contestação. Vejamos:*

Francisco foi vítima dos dois lados: os loucos da extrema direita o torturaram e os loucos da extrema esquerda o mataram.

[...]

Não aceito a palavra justiçamento, para mim é assassinato. Me sinto vítima dos dois lados. Mais que uma vez vi que a virtude está no meio. O meu colega de turma que o torturou, o que é aquilo? Um lixo. E os malucos da extrema esquerda, outro lixo (Ferraz, 2012, p. 6-7).

A reportagem, inclusive, é finalizada com o último trecho da citação, como a conferir a este um papel de síntese, de arremate do conteúdo do texto, que se propôs a descortinar quatro casos de justiçamento – isto é, de execução de militantes acusados de traição por companheiros de organização – que teriam sido “investigados” pelo referido veículo de imprensa.

Diante disso, não seria impossível imaginar que a obra literária absorve elementos pertencentes a uma realidade que lhe é externa, a fim de que a personagem que a narra (isto é, o escritor interpelado pelos visitantes) pudesse se posicionar a respeito, de modo a sugerir reflexões necessárias. Entretanto, essa nos parece uma leitura aquém do exercício da escrita praticado por Kucinski, já que seria pautada na perspectiva de uma combinação entre polos que permaneceriam opostos entre si, o fatural e o ficcional, manejados por meio de uma estratégia de mescla na qual, embora unidos na composição do texto, cada um seguiria mantendo características muito particulares e antagônicas.

As obras em estudo, entretanto, operam por meio de outra maneira de imaginar e narrar que corresponde a um modo de pensar e de ler diverso daquele pautado pelas oposições binárias, pela necessidade de demarcar fronteiras entre os campos. Ludmer (2011) compreende essa escrita – que materializa uma forma de pensar ou imaginar – como sendo pautada pela fusão e pela sincronia, estes na condição de “modos-procedimentos” de imaginar e pensar presentes nos mais diversos textos, não apenas nos literários.

[fusão]

A queda do mundo bipolar produz fusões de opostos e desdiferenciação entre os pólos anteriores. Imaginar/pensar/sentir em fusão com palavras como intimopúblico, realidadeficção, dentrofora, abstratoconcreto.

No caso da realidade e da ficção (uma oposição antes bipolar) poderia imaginar-se a fusão do seguinte modo: um pólo come o outro, a ficção come a realidade. Na realidade, a ficção muda de estatuto porque abarca a realidade até confundir-se com ela. É possível que o desenvolvimento das tecnologias da imagem e dos meios de reprodução tenha liberado uma forma de imaginário onde a ficção se confunde com a realidade [...]. O resultado é a realidadeficção, que não é uma matéria feita das duas, não é uma mescla, uma mestiçagem, um híbrido ou uma combinação, senão uma fusão onde cada termo é, de modo imediato, o outro: a realidade, ficção e a ficção, realidade.

[sincronia]

É outro modo-procedimento de imaginar e pensar que aparece na literatura e por toda parte: o sucessivo se justapõe e o passado está no presente. Cada ideia, cada imagem, cada momento, cada território, contém sua história e seu passado. No trabalho de hoje estão todas as formas-trabalho da história: na família, todas as formas-família; na literatura, a história da literatura (Ludmer, 2011, p. 2).

Em *Os visitantes*, portanto, sob o viés do exercício de uma possível leitura da recepção que *K. [...] teria recebido*, opera-se um aprofundamento da percepção acerca da permeabilidade entre os campos da literatura – geralmente tomada como sinônimo de “ficção” (conforme distinção já realizada por Rancière) – e da historiografia, por meio de procedimentos que operacionalizam a escrita da realidadeficção – certamente domiciliada no terceiro continente pensado por Jablonka (2020).

### 3.3 UM PAI NO LABIRINTO: A CATÁSTROFE INDIVIDUAL E COLETIVA IMPRESSA NA FRAGMENTAÇÃO DA NARRATIVA

Provavelmente, a questão que primeiro salta aos olhos em relação à leitura de *K. relato de uma busca*, trata-se do enredo central da obra, isto é, do fato de que um pai – até então alheio às atrocidades cometidas no período ditatorial brasileiro – vê-se, de repente, transportado para uma espécie de labirinto no qual, por mais que busque incessantemente, não encontra a filha desaparecida. Esse sujeito (que tem o potencial de representar toda uma coletividade de familiares de desaparecidos), localizado na periferia dos núcleos de decisão e de intervenção política, sofre o impacto da violência de Estado racionalmente administrada que vitimou sua filha, na condição de militante de oposição ao regime. Esse é o núcleo daquilo que se narra. Resta atentar para o modo como ele se relaciona aos aspectos estruturais da obra, tais como a focalização escolhida, a disposição da ordem dos acontecimentos na narrativa e a presença, na composição romanesca, de gêneros textuais diversos (inclusive caracterizados como não-ficcionais). Não se trata aqui de dedicar atenção à forma de modo desconexo, mas de pensar as relações estabelecidas entre esta e a matéria de que trata a narrativa, uma vez que essas questões colaboram para refletir acerca da dimensão estética da obra e de sua condição testemunhal.

Conforme a periodização elaborada pela professora e pesquisadora Eurídice Figueiredo (2017), por volta de 1980 até os anos 2000, foi possível perceber que ganhou espaço a publicação de obras notadamente autobiográficas acerca do período ditatorial brasileiro – escritas por ex-presos políticos ou exilados – que, por meio da utilização do discurso em primeira pessoa, ofereceram ao leitor um testemunho em sua forma convencional, na qual convergem autor e narrador, bem como se pretende estabelecer um compromisso de verificação em relação às informações prestadas, a fim de conferir confiabilidade tanto a essa instância narrativa quanto ao conteúdo do que se narra. Dessa forma, em geral, nessas obras, o narrador corresponde a alguém que sofreu a violência estatal e/ou a presenciou. A própria estudiosa, com base no *corpus* analisado, defende que, após os anos 2000, a abordagem que se confere a esse passado traumático vem contando com um trabalho estético mais elaborado. É nessa esteira que tendemos a considerar *K. [...] não*

como uma narrativa de testemunho, conforme sua concepção tradicional, mas como uma obra de teor testemunhal, preocupada em fomentar reflexões sobre um passado que reclama novas visitas; propondo-se a lidar, dessa forma, com uma noção de temporalidade pautada no imbricamento entre evento passado e condições presentes (na esteira do pensamento de Benjamin [2020]), uma vez que, ao tematizar a administração racional da violência durante o período ditatorial brasileiro, chama atenção para o fato de que as estruturas que sustentaram aquele modelo de Estado seguem de pé.

Em artigo intitulado *A literatura de testemunho e a violência de Estado* (2004), texto no qual se dedica a analisar tendências críticas voltadas para a literatura de testemunho na América Latina, a professora e pesquisadora Valéria de Marco dedica-se a observar que, no campo dessa crítica, coexistem duas acepções do conceito, que “têm em comum a afirmação do vínculo entre a produção literária e o resgate da História contemporânea” (Marco, 2004, p. 45). Uma delas nos auxilia no movimento reflexivo aqui proposto, uma vez que, por meio do “exame de textos que, construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos, registram e interpretam a violência das ditaduras da América Latina durante o século XX” (Marco, 2004, p. 46), analisa a relação entre essa escrita e a estrutura violenta do Estado moderno. A fim de pensar sobre esse tipo de representação, a pesquisadora retoma o pensamento defendido por Agamben, cujas reflexões se desenvolvem em torno de questionamentos acerca das possibilidades de a arte relacionar-se ao horror da experiência dos campos de concentração e extermínio alemães. Segundo Marco (2004, p. 56, grifo nosso),

[...] é na esfera da filosofia política, na trilogia *Homo sacer*, de Giorgio Agamben, que se encontra uma interpretação consistente da vinculação necessária entre a era moderna e a violência do universo concentracionário. Para ele, o Estado moderno funda-se sobre um poder soberano de natureza distinta, pois sua própria existência se faz por um movimento aporético de inclusão exclusiva e de exclusão inclusiva. À diferença do *ancien régime*, ao soberano atribui-se não o poder de deixar viver, mas sim o de não deixar morrer. E como este mesmo poder, para constituir-se, define os homens portadores de vida qualificada (*Bíos*), os incluídos em sua esfera com direitos e deveres políticos, e os homens portadores da vida nua (*Zoé*), os excluídos, institui-se a existência de uma vida matável, aquela que pode ser aniquilada sem que se configure um crime. Mudam-se os homens portadores da vida nua que povoam a zona de exclusão, mas esta é constante e necessária para definir o lugar dos incluídos, o espaço

político. Por isso, o campo de concentração é metáfora da modernidade, metáfora permanente que em Auschwitz veio à tona em forma concreta: “Ao invés de deduzir a definição do campo a partir dos eventos que aí se desenrolaram, nos perguntamos antes: o que é um campo, qual a sua estrutura jurídico-política, por que semelhantes eventos aí puderam ter lugar? Isto nos levará a olhar o campo não como um fato histórico e uma anomalia pertencente ao passado (mesmo que, eventualmente, ainda verificável), mas, de algum modo como matriz oculta, o *nómos* do espaço político em que vivemos” [Agamben, 2002, p. 173].

O testemunho, portanto, conforme essa concepção, emerge da zona de vida nua. No caso dos escritos relacionados ao período ditatorial brasileiro, parte, em geral, dos militantes sufocados, perseguidos, torturados, exilados, bem como de familiares dos assassinados pela máquina repressiva estatal. Dessa forma, de acordo com Marco (2004, p. 56-57), essa noção de literatura de testemunho

[...] sustenta-se sobre uma interpretação do século XX como um processo histórico e social de sistemática exclusão. Na bibliografia vinculada a essa concepção, alguns tópicos são constantes. Entende-se que escrever significa conviver com a mudez, o domínio da língua e seus limites; aponta-se a necessidade de criar um alinhamento entre a testemunha e o ouvinte, entre escritor e leitor para que o discurso seja forma de resistência ao recolhimento, ao silêncio e à morte.

Importante considerar que, sobretudo após os anos 2000, como apontou Figueiredo (2017), a experiência traumática da ditadura civil-militar vem sendo objeto de tratamento estético em diversas produções romanescas que, por mais que não se pretendam narrativas de testemunho no sentido convencional destas, figuram como obras que testemunham acerca de determinado tempo (assim como a respeito do entrelaçamento entre diferentes momentos históricos).

No que diz respeito a *K. [...]*, percebe-se que a integração de dados biográficos da família Kucinski à narrativa ficcional, assim como a contribuição de capítulos que remetem a documentos externos à obra (sejam estes existentes ou elaborados ficcionalmente) colocam em xeque a oposição entre o referencial e o literário. Dessa forma, a obra é tecida por meio de uma cuidadosa combinação de documentos e vozes capaz de embaralhar essas dimensões. Esta ocupa-se, ainda, como já sinalizamos, de refletir na forma a questão central que conduz o enredo, isto é, a experiência de um pai no labirinto para o qual é tragado em razão da perversidade do Estado, que, por meio da ação de agentes

da repressão, transformam a filha deste em uma das centenas de desaparecidos.

Pronto, está instalada a tragédia. Os dois filhos, longe, no exterior. A segunda esposa, uma inútil. As amigas da universidade em pânico. O velho sentiu-se esmagado. O corpo fraco, vazio, como se fosse desabar. A mente em estupor. De repente, tudo perdia sentido. Um fato único impunha-se, cancelando o que dele não fosse parte; fazendo tudo o mais obsoleto. O fato concreto de sua filha estar sumida há onze dias, talvez mais. Sentiu-se muito só.

Passou a listar hipóteses. Quem sabe um acidente, ou uma doença grave que ela não quisesse revelar. A pior era a prisão pelos serviços secretos. O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso. Sua única fresta é a corrupção. Mas às vezes até essa se fecha por razões superiores. E então o Estado se torna maligno em dobro, pela crueldade e por ser inatingível. Isso ele sabia muito bem (Kucinski, 2016b, p. 19, grifo nosso).

No que diz respeito às vozes narrativas, é possível perceber que, dos 29 (vinte e nove) capítulos que integram a obra, em 20 (vinte) encontramos o narrador onisciente que aparece no trecho reproduzido acima, pertencente a *Sorvedouro de pessoas*. Este, conforme se percebe no trechos grifados, faz uso do discurso indireto livre<sup>65</sup>, oferecendo ao leitor o acesso não apenas aos fatos que compõem o enredo, mas a pensamentos que se equilibram na incerteza de pertencerem à personagem ou ao próprio narrador. Em *A queda do ponto*, utiliza-se a mesma estratégia narrativa. Vejamos:

Lá fora segue a vida inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram. Ali dentro, no pequeno apartamento quarto e sala, instaura-se no casal o pânico. Fremem de ambos as mãos, agora incertas. O diálogo é assustado, os olhos evitam se olhar. Transpiram, exalando desgraça. A queda do ponto naquela manhã só se explica pela delação. Há um informante entre eles, um traidor ou um agente infiltrado, alguém muito próximo a eles dois, entre os poucos que restaram.

Passaram-se apenas duas horas; as instruções são claras e peremptórias. Na queda do ponto considerar a hipótese pior, o companheiro não resistirá à tortura e entregará alguma informação. Não há tempo nem calma para o inventário preciso do que o outro sabia ou não sabia. Nesse caso, dizem também as instruções, adotar a hipótese pior – o outro tudo sabia.

[...]

O que fazer? Meses antes, quando o chefe caiu, a solução teria sido simples. Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta. Recolher tudo. Poupar-se para embates outros, no futuro. Esta manhã a solução já não é fácil, embora o caminho seja o mesmo, o único e menos

<sup>65</sup> O discurso direto também se faz presente. Um bom exemplo disso encontra-se no capítulo intitulado *A terapia*, no qual o narrador abre espaço para o diálogo entre a terapeuta e a paciente.

complicado do que parece. Reconhecer a derrota. Pronto. Acabou. Perdemos. Não tem mais luta. Queimar os papéis, abandonar os planos, destruir as pistas, ignorar todos os pontos, não atender telefone, cortar os contatos. Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota (Kucinski, 2016b, p. 26-27, grifo nosso).

Embora ausente da história que conta, o narrador em questão – nos capítulos nos quais aparece – não encarna a suposta neutralidade (ou o distanciamento) que se convencionou atribuir-lhe. Ao contrário, posiciona-se frente ao narrado, adotando uma postura ora crítica, ora empática, ora reflexiva, jamais isenta ou indiferente.

Importante sinalizar que, ainda que dotado de onisciência, este não figura na narrativa como “um encadeador lógico” (Vieira, 2017, p. 24), um guia que conduz o leitor, apresentando-lhe linearmente a trama até seu desfecho. Aqui, o leitor recolhe o enredo da organização labiríntica da obra, na qual os capítulos são dispostos sem imposição de obediência à noção de continuidade ou de cronologia. Assim, a forma segundo a qual a obra se estrutura o transporta também ao labirinto. Como “tal conhecimento panorâmico [...] pode ser totalmente autoritário” (Margolin, 2023, p. 10), a maneira segundo a qual Kucinski lança mão dessa voz narrativa já contribui para desestabilizá-la de algum modo, deslocando-a de um lugar supostamente imune a questionamentos (o que se complexifica após a publicação de *Os visitantes*). Afinal, seria uma incongruência apresentar a matéria que constitui a trama, utilizando, para tanto, uma voz autoritária.

Essa tomada de decisão se mostra mais aprofundada diante do fato de que a obra é constituída por outras perspectivas, presentes em capítulos tecidos tanto como documentais, quanto como monológicos. Dessa forma, a narração se torna de alguma maneira plurivocal, mas sem a manutenção de “vários níveis hierarquicamente ordenados de narração” (Margolin, 2023, p. 14), uma vez que não cabe a esse narrador que chamaremos primário introduzir os demais, isto é, os secundários, que estariam, portanto, em posição inferior em relação a ele. Dos capítulos constituídos por monólogos, o narrador em questão é simplesmente afastado. Já nos documentais este parece abandonar a função de narrar para atuar como uma espécie de editor, que seleciona documentos para compor a obra.

Esta conta com 4 (quatro) capítulos monológicos, a saber, *A cadela; Paixão, compaixão; A abertura* e *Os desamparados*, que assim se constituem porque os narradores apenas falam, parecem dirigir-se a narratários virtuais, uma vez que seus interlocutores não interagem discursivamente. Como discutimos anteriormente os dois primeiros, trataremos nesse momento dos dois últimos.

*A abertura* é um capítulo composto por 12 (doze) seções e tematiza a revolta de um agente da repressão, o delegado Sérgio Fleury, diante da possibilidade de “abertura política” que se desenhou com a ascensão de Ernesto Geisel à presidência. Vejamos:

Esses filhos da puta pensam que eu tenho medo de figurão. Não tenho medo de figurão porra nenhuma. Pode ser esse canalha do Golbery que agora quer dar uma de bacana, pode ser o presidente da República, pode ser o papa, pode ser esse senador americano de merda, eu estou é cagando para eles todos. Me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei? Então que não encham o saco. E daí que o velho falou com esse senador, que entregou carta, que tão pressionando – vão pressionar na puta que os pariu.

[...]

Mandaram outro aviso lá da cúpula, Mineirinho. A coisa tá ficando mais séria, tem mais gente se mexendo, pressionando. Além disso, esse informe do Lima dessa tal reunião de familiares com o arcebispo não é nada bom. Agora não é só o velho, a Zuzu e mais um ou outro, agora é política. Virou movimento. E os filhos da puta lá em cima falando em abertura. Isso é hora de falar em abertura? Tem que dar tempo, porra. Mal acabamos o serviço (Kucinski, 2016b, p. 65-66; p. 69).

Em alguns momentos, como no primeiro excerto reproduzido acima, o texto parece corresponder ao fluxo de pensamento da personagem, que começa a se sentir ameaçada por uma suposta disposição do sistema de se afastar dos métodos de ação da chamada “linha dura” (os quais o General Golbery do Couto e Silva, Ministro-chefe da Casa Civil de 1974 a 1981, declarava rejeitar). Em outras seções que compõem o capítulo, a personagem se dirige a um interlocutor que permanece em silêncio, aparentemente posto em cena apenas para que esta possa dar vazão à própria expressão, ao descontentamento do repressor que metaforiza uma coletividade destes, cujas ações – por mais que dependam da agência individual – de fato não podem ser consideradas particulares, uma vez que participam de uma engrenagem violenta posta em atividade pelo Estado

e largamente financiada por uma parcela considerável do empresariado, conforme já discutimos.

Já em *Os desamparados*, escancara-se a orfandade dos familiares. Mais uma vez, um interlocutor em silêncio. Como narrador, o sogro de A., ecoando o lamento dos que ficaram.

O certo, quando chega o peso dos anos, é o filho cuidar do pai e da mãe até o último sono e enterrar; os filhos dos filhos repetem, e assim sempre. Agora não sei o que vai ser; o senhor ainda tem sua lojinha, sua filha falava dela, mas nós, o que temos? A aposentadoria da patroa é quantia pouca; eu nem isso; ele foi o primeiro da família a tirar diploma, esforçado, trabalhava de dia e estudava de noite; ganhava bem; todo fim de mês comparecia, recolhia contas, luz, água; zerava as cadernetas do empório e do açougue. O sobradinho foi ele que juntou a papelada, deu a entrada, quitava prestação, não carecia a gente se preocupar.

[...]

Tudo dele... agora, sem serventia; [...]. [...] para ele os livros eram tudo, ninguém podia nem tocar. Tirou leitura logo cedo. [...] ele buscava livro na casa do tio – acho que já falei desse tio, não falei? O Rubens é meu cunhado, irmão da minha mulher, foi diretor de sindicato; dele o meu filho pegou o gosto da leitura e a mania da política; mas eu não culpo o Rubens, não culpo ninguém. É destino.

[...]

Ela igual a ele, livro na mão; agora não sei o que vai ser de nós, na nossa família o pontalete era ele, sustentava, acudia, agasalhava, ficamos no desarrimo, não é certo, os filhos é que deveriam enterrar os pais e não os pais enterrarem os filhos, pior que nem isso, nem enterrar podemos (Kucinski, 2016b, p. 79-80; p. 82).

Aqui, uma questão pragmática se coloca: a manutenção financeira da vida da família na ausência de um ente que lhe servia de esteio e que – embora sabidamente assassinado pelo Estado –, na condição de desaparecido, não goza do reconhecimento legal de seu falecimento, de modo que, aos familiares, além de negada a elaboração do luto, sonegam-se também os eventuais direitos sucessórios e patrimoniais. O narrador não vocifera, como em *A abertura*, mas desabafa, confidencia, divide – com um interlocutor do qual facilmente o leitor assume o lugar – um misto de dor (pela ausência do filho) e insegurança (em relação à subsistência familiar).

No que concerne à aparente atuação do narrador como editor, isto é, como aquele que recolhe documentos para a composição da obra, esta se dá a ver em capítulos epistolares – a exemplo de *Carta a uma amiga* e *Mensagem ao companheiro Klemente* – e diarísticos – como *As cartas à destinatária inexistente* e *Post Scriptum*. A fim de discutir o primeiro dos gêneros em questão,

selecionamos aquele que consiste em uma carta escrita por A. e enviada a uma amiga da qual não se revela o nome (uma vez que já discutimos o teor de *Mensagem ao companheiro Klemente*, cuja focalização narrativa se dá também em primeira pessoa, embora se trate de outra autoria).

*Querida:*

*Ontem assisti de novo ao Anjo exterminador, do Buñuel, que tínhamos visto juntas nos bons tempos do Bijou<sup>66</sup>. Lembra? Decidi te escrever. Fazia tempo que não ia ao cinema. Mal tenho saído da minha toca. Eu que gosto tanto de cinema virei uma reclusa. Da Química volto direto para casa. Tenho evitado encontros com amigos. Só mesmo as saídas para almoçar na Biologia. [...] Às vezes eu me pergunto: por que tudo isso? Não sei se é paranoia, mas sinto um perigo me rondando. Todo dia prendem alguém no campus. Não preciso falar do que tem acontecido. O clima está muito pesado. Como sair disso? Não sei como sair, só sei que, se antes havia algum sentido no que fazíamos, agora não há mais; aí é que entra o filme do Buñuel, aquelas pessoas todas podendo sair e ao mesmo tempo não podendo, não conseguindo, sem que haja um motivo, uma explicação racional. Ficam presas ali, numa prisão imaginária, e vão se degradando. [...] O meu irmão agora que vestiu a camiseta de jornalista se acha o máximo, e que isso basta para proteger. Ainda bem que ele vai para a Inglaterra daqui a alguns meses. Estou torcendo que vá logo. Tenho o pressentimento de que as coisas aqui vão piorar muito. [...] Queria muito te encontrar, mas se você vier para São Paulo, não me procure diretamente, primeiro telefone para alguma amiga e logo eu darei um jeito de te localizar. Também peço que não responda esta carta pelo correio, nem para aquele endereço do meu pai. Aconteça o que acontecer, saiba que te admiro muito.*

*Beijos.*

A. (Kucinski, 2016b, p. 46-48).

No capítulo parcialmente reproduzido acima, como já dissemos, não há a figura do narrador onisciente presente na maior parte da obra, uma vez que a ele não compete introduzir a voz narrativa que assume o discurso em primeira pessoa, de modo que este desaparece ou se metamorfoseia, atuando como uma espécie de editor. A voz em questão, presente naquilo o que, para a recepção da obra, teria o potencial de constituir um documento autônomo (uma vez que a organização formal e discursiva alude ao gênero carta pessoal), introduzido na narrativa talvez em razão do uso de uma estratégia de ambientação ou de fomento à confiabilidade, transporta o leitor para um passado distante de si cerca de 40 (quarenta) anos, quando a carta teria sido escrita pela professora e

---

<sup>66</sup> O Cine Bijou, nas décadas de 60 e 70, representou um movimento de resistência artística à ditadura civil-militar em São Paulo, exibindo produções consideradas subversivas pelo regime.

militante, a fim de dividir aspectos da vida com a amiga, bem como de confidenciar-lhe a angústia que a atravessava.

Já a voz que assume o discurso em *As cartas à destinatária inexistente* e em *Post Scriptum* (este já reproduzido integralmente em seção anterior), respectivamente o primeiro e o último capítulos de *K. [...]*, pertence ao irmão de A., que teria registrado ambas as passagens em forma de diário, datadas de 31 de dezembro de 2010, momento pouco anterior à publicação do romance, que se deu em 2011, conforme já sinalizamos. Em *As cartas [...]*, a reflexão do irmão e a reincidência da dor, sempre renovada a cada nova correspondência endereçada a uma destinatária ausente, brutal e repentinamente arrancada dos seus.

*De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada; sempre a oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro.*

*[...]*

*Por que meu antigo endereço? Imaginei que num daqueles momentos incertos de fugas e dissimulações, de esquinas dobradas às pressas, ela tivesse dado ao banco o meu endereço para não ter que dar endereços outros, genuínos, mas proibidos; fiquei imaginando em que etapa da tragédia em gestação isso aconteceu, que outro endereço possuía ela então, ou que outros endereços no plural, pois, como depois vim a descobrir, eram muitos, achando que com isso ludibriaria o destino.*

*[...]*

*Mas não foi isso o que aconteceu. Essa casa ela nunca conheceu. Fiz a contagem dos tempos e descobri que já haviam transcorrido seis anos do seu desaparecimento, quando compramos a desgastada casa de velhos imigrantes portugueses. Não, ela nunca conheceu a nossa casa. Nunca subiu os degraus íngremes do jardim da frente. Nunca conheceu meus filhos. Nunca pôde ser a tia dos seus sobrinhos. Eu sempre lamentei em especial essa consequência do que aconteceu. Se ela não tinha esse endereço, quem o deu ao sistema? Mistério. Como teria seu nome colado ao meu endereço, nessa nebulosa da internet, na qual nada é deletado? O mais provável é que eu mesmo tenha associado nome a endereço; será quando requeri a declaração de ausência? Será quando pedi ao advogado que desse trâmite ao espólio? Será quando exigi da universidade a revogação do ato ignóbil de sua expulsão por abandono de função? Nunca saberei quando isso aconteceu. Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar (Kucinski, 2016b, p. 13-15).*

A referencialidade circunstancial que aproxima A. (personagem que compõe o enredo) a Ana Rosa favorece também a associação entre o narrador dos capítulos diarísticos e Bernardo Kucinski. Mas essa aproximação, muito mais turva a fronteira entre a ficcionalização literária e a experiência biográfica do que

colabora para sua demarcação, e isso se aprofunda com a contribuição fornecida pela leitura de *Os visitantes*.

A mudança tipográfica caracterizada pelo uso do itálico nos capítulos em questão (conforme se mantém nas reproduções parciais efetuadas aqui) tende a sugerir, no universo do romance, que estes seriam possuidores de existência independente e anterior à obra. Por outro lado, o narrador de *Os visitantes*, retratado como autor da narrativa anterior, quando questionado em relação à veracidade de determinados “documentos”, a exemplo das cartas, afirma que estas não foram objeto de levantamento de fontes, mas de “invenção”, do seu exercício de elaboração criativa. Isso se mostra, por exemplo, no capítulo intitulado *A recusa*, que narra a visita de uma das amigas de A. ao narrador (que, como dissemos, em *Os visitantes*, é tecido de forma a se confundir com a figura do autor, isto é, com o sujeito social que assina a obra). Vejamos:

Ainda remoía a censura da senhora Regina quando recebi, dias depois, outra visita inesperada. Uma das amigas. Elas eram três antes do desaparecimento, inseparáveis desde os bancos escolares. [...] O desaparecimento afetou as outras duas profundamente, como se cada uma tivesse perdido um pedaço de si mesma. Mas, estou me antecipando; isso só percebi depois do episódio que passo a contar. A que me visitava era, das três, a mais alegre e descontraída. [...] Chegou séria, no entanto, e me pareceu entristecida. Eu lhe havia pedido para entregar um exemplar da novela à outra amiga. Seu relato, que ouvi acabrunhado, confirmou temores meus até então vagos. Logo ao entrar disse: Ela não quis o livro, não quis ver nem sua dedicatória, repeliu com um tapa.

[...]

A carta é inventada. Endereçada à amiga, nem poderia estar entre os papéis que encontrei depois do desaparecimento. Ainda assim me questionava se foi correto ter metido as amigas na novela. Perguntei: Você falou do capítulo da carta? Falei, mas sem entrar no conteúdo, é muito forte. E o que ela disse? Disse que não estava interessada e que as cartas que tinha queimou todas. Perguntei: O que mais? Também disse que, se o que está nessa carta for verdadeiro, todos vão saber da vida delas, e isso não se faz; se for falso, pior ainda; disse que um livro assim precisa ser destruído. Estupefato, pedi para repetir: Destruído?! Ela disse destruído?! A visitante confirmou: Ela disse que, se pudesse, queimava a edição inteira. [...]

Depois de algum tempo calada, a amiga se ergueu e pousou discretamente o livro com a dedicatória rejeitada na beira do console. Já alcançava a porta quando perguntei: E você, o que achou da novela? Ela respondeu quase sussurrando: Só li até o capítulo da carta, não consegui continuar; tentei, mas não deu. E fechou delicadamente a porta atrás de si. Senti-me um crápula (Kucinski, 2016c, p. 17-20).

Aqui, as falas atribuídas à visitante levam a crer que ela leu o capítulo como um documento, com existência anterior e autônoma em relação à obra,

tanto é assim que declara tê-lo considerado “muito forte”, a tal ponto incontornável, que, depois dele, não suportou seguir com a leitura. A atitude da personagem, portanto, permite perceber que, em sua interpretação, a inclusão de um capítulo dessa natureza na obra remete à realização de um trabalho de editoria por parte do narrador. Para ela, no capítulo em questão, este faz o levantamento de fontes referentes ao tempo histórico e aos fatos dos quais trata, de modo a conferir ao referido capítulo a condição de documento, gozando da autenticidade que se costuma atribuir a textos dessa natureza.

Já em *A visita da ex*, a condição supostamente documental de *As cartas à destinatária inexistente* é preservada. Aqui, a inconfiabilidade que *Os visitantes* lança sobre *K*. [...] não repousa sobre o desfazimento do atributo de documento ao capítulo, mas a afirmações feitas pelo narrador do texto diarístico, que escrevera: “*Essa casa ela nunca conheceu. Fiz a contagem dos tempos e descobri que já haviam transcorrido seis anos do seu desaparecimento, quando compramos a desgastada casa de velhos imigrantes portugueses*” (Kucinski, 2016b, p. 15, grifo nosso). A visitante, caracterizada como ex-esposa do narrador, por sua vez, refuta o dado.

A ex veio me ver, reclamando sempre da bagunça. [...] Ela me visita regularmente. Preocupa-se comigo, entretanto nunca pediu para eu voltar, e tampouco eu lhe pedi. Ela me conta uma ou outra coisa da vida dela, eu lhe conto quase tudo da minha. E sempre peço a opinião dela sobre meus manuscritos.

[...] Em vez de simpatia, recebi mais crítica. Ela disse: [...] Você escreveu que haviam se passado seis anos do desaparecimento, mas foram só dois. Perguntei: Você tem certeza? Claro! Teu pai ironizava, dizendo que compramos casa com escadaria para ele não poder subir, então foi antes da morte dele que compramos a casa. Eu disse: Não faz diferença, o que importa é que ela não conheceu a casa. Minha ex não concordou: Essa parte do livro é factual, não é ficção e está errada (Kucinski, 2016c, p. 40-41, grifo nosso).

O questionamento aqui se dá no nível da informação prestada, do teor das afirmações presentes no capítulo diarístico *As cartas* [...] e remete claramente ao exercício de cisão entre fato e ficção, empreendido sobretudo ao longo do século XIX, cujos postulados ainda perduram sobretudo no senso comum. Apesar de atribuir essa tese de forma categórica a mais de uma personagem, o que a leitura da relação entre as duas obras em estudo fomenta

é justamente a negação desse postulado, uma vez que a experiência de leitura proporcionada não o sustenta.

As estratégias composicionais presentes em *Os visitantes*, portanto, provocam novas configurações na leitura de *K. [...]*, chamando atenção para a relação estreita entre quem diz, o que diz e de que forma diz (isto é, por meio de qual gênero textual se manifesta), de modo a colocar em xeque a confiabilidade atribuída a vozes narrativas, a fatos ou a afirmações feitas – independentemente da voz que as emite –, bem como a gêneros em relação aos quais não se costuma projetar dúvidas, turvando, dessa forma, a separação de textos ficcionais e não ficcionais em continentes diferentes e bem delimitados (Jablonka, 2017). Isso é possível a *Os visitantes* porque *K. [...]*, em sua composição, conta tanto com uma pluralidade de vozes narrativas quanto com uma mescla de gêneros textuais, que contribuem para desestabilizar leituras assentadas na oposição binária à qual aludimos, uma vez que se demonstra que as categorias em questão não gozam da estabilidade que lhes foi outorgada. Esse reconhecimento, conforme Vieira (2017), tem integrado estratégias narrativas na atualidade. De acordo com seu pensamento, “a desierarquização dos gêneros e dos saberes é um dos traços mais marcantes do mundo contemporâneo (Vieira, 2017, p. 26).

Em *O narrador na literatura brasileira contemporânea* (2012), Jaime Ginzburg, por sua vez, se dedica a pensar sobre especificidades desta (cujo recorte temporal, para ele, inicia-se em 1960), tomando a categoria do narrador como central para esse exercício. A hipótese que guia sua reflexão consiste na ideia de que a presença recorrente de narradores descentrados nessa produção escrita atua como uma reunião de forças voltadas a se contrapor ao centro, “entendido como um conjunto de campos dominantes na história social – a política conservadora, a cultura patriarcal, o autoritarismo de Estado, a repressão continuada, [...]” (Ginzburg, 2012, p. 201). Como elemento interno da forma, para o pesquisador, a contribuição do narrador é fundamental na articulação de diversos outros elementos estruturais, tais como tempo, espaço, ações, modos de enunciar. Dessa forma, ao voltar o olhar para essa instância, é possível refletir sobre a relação que se constrói entre modos de narrar e configurações sociais.

É bem verdade que o narrador que aparece na maior parte dos capítulos que compõem *K [...]*, não se caracteriza como descentrado. Mas, na posição de

onisciência que assume, bem como de narrador global (ou primário), conforme já demonstramos, é deslocado em relação a concepções que se tornaram convencionais a seu respeito, isto é, a de caracterizar-se como fonte de um discurso pleno e confiável, bem como a de posicionar-se de forma superior a outras vozes narrativas. Vejamos como Margolin (2023, p. 9-10, grifo nosso) apresenta essas caracterizações:

Uma vez que um narrador global tenha sido identificado em um discurso, todas as informações sobre o domínio narrado, incluindo o discurso direto dos personagens, têm origem com esse narrador.

[...]

Algumas, mas não todas, vozes anônimas narradoras que contam a sua estória na terceira pessoa do pretérito são dotadas de onisciência:

“Familiaridade, em princípio, com os pensamentos e sentimentos mais íntimos dos personagens; conhecimento do passado, presente e futuro; presença em locais onde os personagens supostamente estão desacompanhados [...]; e conhecimento do que aconteceu em vários lugares ao mesmo tempo” (RIMMON-KENAN, [1983] 2003, p. 96).

[...]

Narradores personalizados, e apenas os personalizados, podem ocasionalmente ser considerados pelo leitor como inconfiáveis, o que significa que a validade de algumas ou mesmo de todas as afirmações feitas por eles é baixa ou inexistente, e que essas afirmações precisam, conseqüentemente, ser rejeitadas e, se possível, substituídas por outras de maior validade e formuladas pelo leitor, a respeito de determinado tópico.

Em *K. [...]*, não apenas os narradores personalizados – isto é, aqueles que narram em primeira pessoa – carecem de confiabilidade, haja vista as correções que Regina, personagem do capítulo *A velha com o número no braço*, de *Os visitantes*, se dedica a fazer em relação a informações prestadas pelo narrador de *Sorvedouro de pessoas*, concebido como onisciente, conforme apontamos em seção anterior. A ideia de autoridade narrativa é questionada, portanto, como reflexo de um movimento de suspeição relativo à concepção de autoridade social (que se materializa também na atribuição de autoridade a determinados gêneros textuais, que costumam gozar de confiabilidade por supostamente estabelecerem um compromisso com “a verdade” dos registros neles contidos). Nesse ponto, as obras em estudo dialogam com o seguinte pensamento defendido por Ginzburg (2012, p. 204):

Para narrar estórias de contra-memórias, é necessário rever o papel dos narradores. É um momento oportuno para fazer esforços de sistematização abrangente, revalorizar as teorizações sobre ponto de

vista narrativo, e discutir o problema do narrador dentro de uma perspectiva ampla e interdisciplinar.

Ainda de acordo com o pesquisador,

Trata-se de avaliar um processo histórico, em que a recorrência de alguns recursos de escrita pode ter um significado político crítico e afirmativo. Para fazer isso, cabe examinar como temas e formas se relacionam, entendendo que o deslocamento com relação aos princípios tradicionais de autoridade social, [...], é um movimento de escolha de temas, questões, e também de construção formal, em suma, de elaboração de linguagem.

[...]

Trata-se de [...] interpretar o país a partir de horizontes historicamente condenados à mudez. Grupos sociais historicamente oprimidos elaboram, em novos autores, em narradores ficcionais, as condições para a presença dos excluídos. [...]

Seria de fato historicamente estranho se esses movimentos emancipatórios reproduzissem valores, condutas, linguagens e pontos de vista consagrados em tradições autoritárias. É nas conexões textuais entre formas e temas que as mudanças se tornam visíveis. Narrativa fragmentária existe há muito tempo, e em parte foi voltada para um experimentalismo sem horizonte de questionamento social ou político (Ginzburg, 2012, p. 201; p. 203).

Em diálogo com essa perspectiva, é possível crer que os procedimentos composicionais adotados nos romances em análise, criam, portanto, uma superposição de camadas de representação em cada uma das obras em particular, bem como no conjunto que elas formam, o que contribui para desestabilizar as categorias de “real” e “literário” (bem como a credibilidade atribuída a discursos que se professam como fatuais), uma vez considerado o compromisso destas em tematizar o evento histórico de forma a oferecer um testemunho sobre um trauma (familiar e social) por meio de sua reelaboração estética.

A inconfiabilidade escancarada tanto em relação à vozes narrativas quanto ao teor do narrado – se fatural ou inventado – contribui justamente para que o conjunto da obra construa sua própria confiabilidade, em rejeição à perspectiva que consiste na oposição entre real e ficcional, uma vez que não se propõe expositora da verdade (no singular, isto é, soberana e única) nem trabalha com a manutenção de um lugar discursivo autoritário, imune à incerteza ou produtor de verdades inquestionáveis.

Na análise que se dedica a elaborar em torno da ficção contemporânea produzida no Brasil, Schollhammer (2009) reconhece a presença dessa estratégia composicional. Conforme as palavras do professor e pesquisador,

vemos alguns escritores trazendo, para dentro de suas ficções, as condições factuais de criação, ou o material nitidamente autobiográfico que a envolve, tirando proveito da tensão entre o plano referencial e o plano ficcional, ora para confundir os limites entre essas instâncias, ora, como parece ser a tendência que prevalece, para inserir índices de um real originário na experiência íntima que ancore a ficção de maneira mais comprometida (Schollhammer, 2009, p. 114).

No caso das obras aqui analisadas, parece-nos que as tendências em questão se entrelaçam, a fim de integrar o projeto estético do autor, que não prescinde da dimensão ética, em conformidade com a leitura defendida por Rancière (2005), para quem estas são integradas de tal maneira que se constituem mutuamente. Kucinski, portanto, mediante esse exercício de fusão entre conteúdo e forma, parece pretender, em simultâneo, fomentar uma reflexão ética sobre a ditadura civil-militar no Brasil (bem como acerca da permanência do caráter autoritário como elemento estruturante do Estado) e colaborar com o exercício de investigação estética voltado ao gênero romanesco na contemporaneidade.

### 3.4 A LÁPIDE (IM)POSSÍVEL OU NOTAS SOBRE A MEMÓRIA

A disposição não linear do enredo em *K. [...]*, assim como a presença de vozes diversas e de outras formas narrativas na composição romanesca oferecem uma representação em mosaico do período histórico ali figurado. A obra, conforme já sinalizamos, empreende um movimento para reler criticamente a história oficial, influenciada pela negação do Estado em relação aos crimes cometidos durante o período compreendido entre 1964 e 1985. Este esforçou-se sistematicamente para sufocar a memória das vítimas, assim como fez com seus corpos, desaparecidos sem deixar vestígios.

Percebe-se em *K. [...]*, portanto, a apropriação estética desse vazio, que representa um trauma simultaneamente individual e coletivo pelo qual diversas famílias foram atravessadas, uma vez que

foram levantados os nomes de 257 mortos e 169 desaparecidos por motivos políticos, vítimas da ditadura instalada em 1964, totalizando 426 pessoas. Na sua maioria, foram mortas sob tortura ou desapareceram em virtude de ações dos órgãos de repressão política (Teles, 2010, p. 253).

O romance, portanto, oferece uma leitura acerca da multiplicidade de danos causados por um Estado ilegal, responsável por inocentar culpados; culpabilizar vítimas diretas de torturas, assassinatos e desaparecimentos; assim como por desassistir vítimas por extensão, como os familiares, representados em *K. [...]* pelo pai devastado diante da inexistência de respostas a respeito da localização da filha e, após perdida a esperança de achá-la com vida, da ausência do corpo.

Uma vez que tais questões mantêm estreita relação com traços biográficos da família Kucinski, as obras aqui estudadas fomentam reflexões sobre a elaboração estética de um evento histórico e o trabalho da memória na perspectiva do que Assmann (2011) entende como um esforço para colaborar com a manutenção de uma “memória funcional criticamente subversiva”, uma vez que atua como contraponto à postura estatal de negação dos crimes e/ou de omissão frente à necessária abertura dos arquivos e ao desenvolvimento de uma política de manutenção da memória dos vencidos.

Dessa forma, *K. [...]* e *Os visitantes*, sobretudo por meio do díptico que formam, demonstram que o enfrentamento ao passado (que continua a se manifestar e a se reinventar no presente) é memorial e escritural, isto é, simultaneamente político e estético, por ser a escrita capaz de intervir no comum partilhado, contribuindo para que vozes historicamente conduzidas ao silenciamento insistam em circular, em luta contra o próprio apagamento.

Essa perspectiva, inclusive, faz-se claramente presente em *K. [...]*, no capítulo intitulado *A matzeivá*. Neste, o pai adota a escrita de um livreto como forma de garantir à filha o direito a uma lápide, ainda que de papel. O título do referido capítulo remete à tradição judaica, especificamente asquenazita, segundo a qual se costuma colocar a lápide (*matzeivá*) sobre o túmulo do ente falecido doze meses após seu sepultamento. Esta simboliza o compromisso dos familiares de não o esquecer, de manter a memória dele. No romance em estudo, a fim de poder prestar culto à memória da filha desaparecida – da qual sequer conseguiu encontrar o corpo –, K. busca autorização de um rabino para colocar,

ao lado do túmulo de sua esposa, uma lápide para a filha. O líder religioso, no entanto, nega incisivamente seu pedido repetidas vezes.

O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo... (Kucinski, 2016b, p. 73).

Não há uma só palavra no Talmud nem nos catorze livros da Mishné Torá que fale em *matzeivá* sem que exista um corpo (Kucinski, 2016b, p. 73-74).

Não tem sentido sepultamento sem corpo (Kucinski, 2016b, p. 74).

Sem corpo não há rito, não há nada (Kucinski, 2016b, p. 75).

O que você quer na verdade é um monumento em homenagem à sua filha, não é uma lápide, não é uma *matzeivá*; mas ela era terrorista, não era? E você quer que nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista? (Kucinski, 2016b, p. 77).

A súplica de K. ao menos pela lápide, para que pudesse seguir o preceito e elaborar o luto, portanto, é frustrada. Com isso, nega-se também o direito à memória, ou melhor, a simbolizar a preservação desta (não apenas para si, mas para uma coletividade). A saída para K. foi, então, buscar erguer um antimonumento, isto é, um monumento de papel<sup>67</sup>.

Desolado pela falta da *matzeivá*, ocorreu então a K. a ideia de compor um pequeno livrinho em memória da filha e do genro. Uma lápide em forma de livro. Um livro *in memoriam*. Isso também se fazia de vez em quando na Polônia, embora sem substituir a *matzeivá*. Comporia um folheto de umas dez páginas, com fotografias e depoimentos de suas amigas, imprimiria cem cópias e as entregaria de mão em mão para toda a família, os conhecidos e as amigas; mandaria aos parentes em Eretz Israel (Kucinski, 2016b, p. 77-78).

Contudo, a “cultura do medo”<sup>68</sup> instaurada pelo regime – que levava os cidadãos ditos comuns tanto à colaboração, na condição de informantes, quanto

<sup>67</sup> Reflexões mais robustas sobre a estética do antimonumento e do “saber da precariedade” – com vistas a pensar o testemunho de catástrofes históricas, a exemplo do desaparecimento de pessoas, como um movimento contra-hegemônico de construção da memória e de elaboração do trauma – podem ser encontradas em *Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em K.: relato de uma busca*, de Marianna Scaramucci (2020).

<sup>68</sup> De acordo com Janaína Teles (2010, p. 257), “a necessidade da difusão da ‘cultura do medo’ auxiliou no estabelecimento de critérios para a ocultação ou divulgação das notícias sobre a tortura, os mortos e os desaparecidos políticos. A tortura garantiu, em larga medida, a eficiência não somente como método de interrogatório, mas como forma de controle político. A censura e o domínio exercido sobre as instituições culturais como universidades, cinemas, teatro, TV e jornais impuseram o silêncio e estimularam a autocensura, difundiram a sensação de isolamento e descrença e foram fortes elementos dissuasivos. A morte de alguns e o desaparecimento de outros pode ser pensada dentro de uma política global, cuja intenção era ocultar a realidade da tortura institucionalizada do regime e, também, forjar casos exemplares e uma permanente ameaça a todos”.

à autocensura, por receio de represálias –, assim como o sucesso que este encontrou na disseminação da ideia de que “comunistas” eram criminosos, opositores/inimigos da pátria, impuseram a K. mais uma derrota, a negativa da impressão do exemplar, depois de todo o trabalho dedicado à sua confecção. Observemos o seguinte trecho, pertencente ao capítulo em análise: “Como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora [...]. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?” (Kucinski, 2016b, p. 78). A pergunta aqui é feita em tom acusatório, como a indicar que o desaparecimento – caso tivesse de fato ocorrido, posto que as negativas oficiais o colocam em suspeição – seria justa consequência do fato de ser “comunista”.

Importa assinalar aqui que, ao analisar o tratamento dado por obras literárias brasileiras contemporâneas à ditadura civil-militar, Joachim Michael tece reflexões acerca do modo como o desaparecimento (presente nessas narrativas) estende a vulnerabilidade das vítimas a seus familiares, compreendendo que essa se trata de uma estratégia de “aniquilamento expansivo” adotada pelos militares, uma vez que estes não apenas exterminam as vítimas, mas devastam os familiares. Segundo o professor e pesquisador alemão,

em *K. Relato de uma busca* a memória da desaparecida (quase) não se reconstrói, e o desconhecimento junto com a incerteza em relação àquilo que aconteceu com A. não se eliminam. Em outras palavras, a memória aqui não é o conhecimento de um passado oculto e sombrio, senão a lembrança constante de que nunca se chegará a saber o que ocorreu e, assim, não há como conter a devastação desencadeada. O romance de Bernardo Kucinski mostra que o desaparecimento forçado é uma estratégia de aniquilamento expansivo (Michael, 2016, p. 17, grifo nosso).

O culto à memória dos mortos, segundo Assmann (2011), faz parte da memória cultural e se deu de diferentes formas nas mais diversas comunidades. A professora e pesquisadora alemã dedicou-se a refletir acerca da memória cultural, considerando a historicidade a ela inerente, não antagonizando memória e história, mas atentando para a interligação existente entre estas. Para ela, a memória cultural interconecta três dimensões temporais, visto que é evocada no presente, mas se refere ao passado e aponta para uma leitura do futuro. Esta se constitui por heranças simbólicas, que se materializam em

objetos, ritos, textos, monumentos, para ficarmos em alguns exemplos. Desse modo, apagar os rastros dos assassinatos cometidos durante a ditadura no Brasil concorre para a negação dessa memória, para sua manipulação (Teles, 2011).

Ao dedicar-se a pensar sobre a relação entre história e memória, Assmann (2011) começa por discorrer a respeito do pensamento de Nietzsche, Halbwachs e Nora, que “acentuam o caráter construtivista da recordação, seu caráter assegurador da identidade, e afirmam o direito dela em face de uma ciência histórica objetiva e neutra”, para, em seguida, afirmar que “uma oposição entre memória e história entendida desse modo se sustenta cada vez menos” (Assmann, 2011, p. 146).

Na esteira de um pensamento que contrasta o corporificado ao descorporificado, ou, em outras palavras, o habitado ao inabitado, “a memória pertence a portadores vivos com perspectivas parciais; a história, ao contrário, ‘pertence a todos e a ninguém’, [...]” (Assmann, 2011, p. 146). A essa relação dicotômica entre memória habitada e memória inabitada (ou seja, entre corporificado e descorporificado; memória e história respectivamente), Assmann (2011) propõe uma relação conexa entre o que nomeia como memória funcional e memória cumulativa. Vejamos:

O passo essencial para além da polarização ou equiparação dos conceitos de memória e história consiste em compreender a relação entre memória habitada e inabitada no sentido de dois modos complementares de recordação. Denominaremos a memória habitada *memória funcional*. Suas características mais marcantes são referência ao grupo, à seletividade, à vinculação a valores e à orientação ao futuro. As ciências históricas, por sua vez, são uma memória de segunda ordem, uma memória das memórias, que acolhe em si aquilo que perdeu uma relação vital com o presente. Sugiro atribuir a essa memória das memórias a designação *memória cumulativa* (Assmann, 2011, p. 147).

A compreensão da pesquisadora alemã é, portanto, perspectivística. Para ela, a memória cumulativa não é o oposto da memória funcional, mas constitui seu plano de fundo, seu segundo plano. Analisada sob esse prisma, em *K. [...]*, a instalação da lápide de A. dialoga simultaneamente com a preservação da memória funcional referente ao horror do desaparecimento de pessoas posto em prática pela máquina repressora do Estado brasileiro, assim como com a manutenção da memória cumulativa, pois que atuaria como uma herança simbólica materializada nesse lugar, uma vez que “enquanto as ruínas e os

objetos [por exemplo] apontam para algo ausente, a sepultura mantém-se como lugar de descanso do morto, um local de presença numinosa (tal como os locais que guardam em si objetos remanescentes)” (Assmann, 2011, p. 344). É preciso salientar, no entanto, que, conforme seu pensamento, a memória cumulativa não se forma de modo automático,

mas precisa ser apoiada por instituições que preservam, conservam, investigam e difundem o saber cultural. Arquivos, museus, bibliotecas e memoriais participam da execução dessa tarefa tanto quanto institutos de pesquisa e universidades. Essas instituições oferecem resistência tanto à supressão involuntária do passado na memória cotidiana quanto ao seu apagamento consciente na memória funcional (Assmann, 2011, p. 153-154).

Acerca da relação entre manutenção *versus* apagamento, Assmann (2011) chama atenção para algumas formas de uso da memória funcional, dentre as quais destacamos a *legitimação* e a *deslegitimação*. A primeira delas pode ser compreendida como uma aliança entre dominação e memória, de modo a delinear o que se entenderia como a memória política oficial.

Essa memória legitimadora da dominação tem, ao lado de uma face retrospectiva, também outra prospectiva. Os dominadores usurpam não apenas o passado, mas também o futuro; querem ser lembrados e, para isso, erigem memoriais em homenagem aos seus feitos (Assmann, 2011, p. 151).

A deslegitimação, por sua vez, nasce de uma contramemória não oficial, apresentando-se como uma memória funcional criticamente subversiva.

O motivo de uma contrarrecordação cujos portadores sejam os vencidos e oprimidos é a deslegitimação das relações de poder consideradas opressivas. [...] A recordação que se seleciona e conserva nesse caso presta-se a dar fundamentação não ao presente, mas ao futuro, ou seja, ao presente que deve suceder à derrubada das relações de poder ora vigentes (Assmann, 2011, p. 152).

A iniciativa de K., que visa manter viva a memória da desaparecida (podendo aqui ser interpretada como metonímia da memória de todos os desaparecidos) pode ser lida como o que Assmann entende por deslegitimação, como um esforço de contrarrecordação frente à tentativa de eliminar “sem deixar vestígios” adotada pelos agentes da repressão no Brasil. A legitimação, para estes, vale ressaltar, esteve menos atrelada à construção de memoriais

exaltatórios do que ao apagamento dos seus crimes, conforme Janaína de Almeida Teles (2010), em seu estudo acerca da luta (inclusive jurídica) dos familiares de desaparecidos por “verdade e justiça”, mesmo após a chamada reabertura democrática. Segundo ela,

A manutenção do segredo sobre os crimes da repressão política tem sido prática de todos os governos civis instaurados desde o fim da ditadura. No período democrático, poucas medidas foram adotadas para garantir o conhecimento da verdade jurídica e a justiça (Teles, 2010, p. 255).

Isso não fugiu ao conhecimento do narrador onisciente em *K. [...]*. Este, ao narrar uma das tantas tentativas do pai para transpor o “muro de silêncio” construído em torno do desaparecimento da filha (que representa tantas outras vítimas na mesma condição), afirma: “Ele não podia saber que quarenta anos depois, esse muro ainda estará de pé, intocado. Mas sabia que estava tudo muito amarrado, para ninguém saber de nada” (Kucinski, 2016b, p. 136). As estratégias sistemáticas de ocultamento dos crimes – dentre as quais, a mais perversa é o desaparecimento das vítimas – constituem formas adotadas pelo Estado brasileiro para manipular o que Assmann entende por memória funcional, assim como para evitar que uma contrarrecordação crítica encontre lugar.

Elizabeth Jelin (2002), em obra na qual relaciona a manutenção da memória a um trabalho de disputa pelos sentidos do passado e de incorporação destes nas lutas políticas, já havia atentado para o fato de que as táticas de produção de apagamento são produtos

de uma vontade ou política de esquecimento e silêncio por parte de atores que elaboram estratégias para ocultar e destruir provas e rastros, impedindo assim recuperações de memórias no futuro [...]. Em casos assim, há um ato político voluntário de destruição de provas e vestígios, com a finalidade de promover esquecimentos seletivos a partir da eliminação de provas documentais (Jelin, 2002, p. 29-30, tradução nossa)<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> “de una voluntad o política de olvido y silencio por parte de actores que elaboran estrategias para ocultar y destruir pruebas y rastros, impidiendo así recuperaciones de memorias en el futuro [...]. En casos así, hay un acto político voluntario de destrucción de pruebas y huellas, con el fin de promover olvidos selectivos a partir de la eliminación de pruebas documentales” (Jelin, 2002, p. 29-30).

Em *A matzeivá*, portanto, a colocação da lápide atua como uma tentativa de localizar fisicamente a recordação em um espaço, conferindo a esta uma materialidade. Numa dimensão particular, esse exercício pode ser relacionado ao esforço familiar para elaborar o luto. Já no âmbito social, esse trabalho de materialização opera uma luta política pela memória. Isso se torna mais evidente no capítulo intitulado *A rua e os nomes*, que narra a participação de K. e de outros familiares de desaparecidos numa cerimônia de batismo de ruas com nomes destes como resultado da aprovação de “um projeto de lei de um vereador de esquerda”.

O próprio vereador espetou estacas nas interseções das principais ruas ainda mal demarcadas e nelas pregou as placas azuladas com os nomes dos desaparecidos políticos. Só os nomes, sem indicação de data de nascimento, nem, obviamente, de morte.

Os familiares, não mais que quinze, a maioria de São Paulo, reuniram-se defronte ao Hotel Glória, de onde seguiram num micro-ônibus até o loteamento do outro lado da ponte Rio-Niterói. Foi uma viagem demorada. Embora exausto, cansado de tudo, até de viver, K. decidira participar da homenagem à filha e ao genro.

Na chegada, houve uma pequena cerimônia. O vereador discursou enaltecendo os que lutaram contra a ditadura e anunciando o início de uma nova ordem de valores. A homenagem aos desaparecidos políticos em placas de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos. Foi uma fala bonita, pensou K.; discurso e placas procurando atribuir ao desperdício de tantas vidas um significado posterior (Kucinski, 2016b, 149-150).

Jelin (2002), ao analisar o pensamento de Todorov sobre esse uso político e público da memória, nomeado por ele como “memória exemplar” – relacionada à noção de justiça –, compreende-o como uma utilização positiva do evento recordado, do qual,

sem negar a singularidade, é possível traduzir a experiência em demandas mais generalizadas. A partir da analogia e da generalização, a recordação se converte em um exemplo que permite aprendizagens e o passado se converte em princípio de ação para o presente (Jelin, 2002, p. 50).

No retorno a São Paulo, K. – que refletira há pouco acerca da importância da materialização da memória como um movimento de luta política contra o esquecimento que a autoridade estatal se dedicava a promover – realiza o exercício de observação das placas dispostas no caminho e percebe que o

Estado atua com força desproporcional em relação às práticas de resistência frente ao poder. Vejamos:

Rua Fernão Dias, diz uma placa. Onde mora, em São Paulo, também há uma rua com esse nome; disseram-lhe que foi um famoso caçador de índios e escravos fugidos. Percorreram algumas ruas com nomes que ele desconhecia. Depois, para espanto de K., uma avenida General Milton Tavares de Souza.

Esse ele sabia muito bem quem foi: jamais esqueceria esse nome. [...] Foi quem criou o DOI-Codi, para onde levaram o Herzog e o mataram. Esse foi o Lavrenti Béria [Chefe da polícia secreta soviética no seu período mais feroz] desses canalhas, o Hímmler brasileiro, dizia que para matar subversivos valia tudo; e tem nome de avenida. Avenida principal. Onde já se viu uma coisa dessas? [...]

Tomado pela indignação, K. agora perscrutava cada placa e escandalizou-se ao deparar com o nome Costa e Silva na ponte Rio-Niterói. Incrível, uma construção majestosa como essa de quase nove quilômetros com o nome do general que baixou o tal do AI-5.

[...]

Como foi possível nunca ter refletido sobre esse estranho costume dos brasileiros de homenagear bandidos e torturadores e golpistas, como se fossem heróis ou benfeitores da humanidade?

[...]

Ao se aproximar de São Paulo, o ônibus passou debaixo de uma ponte que trazia a placa Viaduto General Milton Tavares. De novo esse criminoso. K. passara muitas vezes debaixo daquela ponte, sem prestar atenção ao nome. Centenas de pessoas passam aqui todos os dias, jovens, crianças, e leem esse nome na placa, e podem pensar que é um herói. Devem pensar isso. Agora ele entendia por que as placas com os nomes dos desaparecidos foram postas num fim do mundo (Kucinski, 2016b, 151-153).

No excerto em questão é problematizada a centralidade, na geografia das cidades, das homenagens oferecidas pelo Estado àqueles que atuaram de modo absolutamente violento para sustentar determinadas estruturas de governo frente à marginalidade dos espaços de recordação com os quais contam aqueles que se opuseram à brutalidade e ao autoritarismo. K. percebe, então, que esta se caracteriza como uma estratégia para atribuir um sentido heroico a esse momento histórico tanto para sujeitos a eles contemporâneos quanto – e em especial – àqueles que não o vivenciaram. Desse modo, fica claro que agentes estatais intervêm de modo privilegiado em processos de construção e de formalização das memórias.

Em contraponto, não se pode negar que a transmissão de saberes e sentidos do passado figura como objeto de “lutas estratégicas e de ‘políticas da memória’” (Jelin, 2002, p. 124). É justamente nesse campo que atuam obras como as que compõem o *corpus* desta pesquisa, cuja noção de memória que as

informa resulta de um trabalho de disputa contra o discurso que emana do centro de poder e se dedica a projetar-se em especial sobre aqueles que não vivenciaram determinado evento histórico.

Conforme Jelin (2002, p. 33), para o grupo composto por sujeitos que não viveram “na própria carne” dado evento, “a memória [deste] é uma *representação do passado construída como conhecimento cultural compartilhado por gerações sucessivas*”. Na esteira de pensar as produções escritas nesse diálogo com a manutenção da memória cultural, é possível considerar que as publicações dos romances em análise acabam por contribuir para cumprir um papel de contrarrecordação, de concorrer para manter viva de alguma forma a memória de A. (personagem que faz alusão a Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva), como metonímia de todos os desaparecidos arrancados de suas famílias, com vistas a confirmar que “a escrita é uma das armas mais eficientes contra a segunda morte social, o esquecimento” (Assmann, 2011, p. 195). Dessa forma, é possível ler as narrativas em questão como livros-testemunho, sem que, em decorrência disso, se negue sua elaboração estética, bem como reconhecendo a estreita relação entre escrita literária e política da memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *K. [...]* e em *Os visitantes*, os enredos não tematizam apenas o nosso passado. Tratam do nosso presente; um presente que torna o evento passado perigosamente próximo, diante do momento de crise (Benjamin, 2020) representado pelo avanço no cenário político de grupos pautados por ideologias extremistas, que buscam atribuir um sentido heroico aos feitos de um Estado ilegal, buscando, com isso, manipular a memória – tanto aquela considerada “funcional” por Assmann (2011) quanto a que entende por “cumulativa” –, seja negando o cometimento de crimes por agentes estatais, seja buscando atribuir significação gloriosa a um período de brutalidade institucionalizada. Dessa forma, as obras de Kucinski fomentam uma reflexão simultânea sobre esse período repressivo e a permanência da violência como característica do Estado brasileiro. Para Safatle (2010), a continuidade desse caráter violento em um modelo de Estado que se professa democrático é resultado da adoção de políticas de silenciamento, da ausência de políticas de memória, pois, conforme o pesquisador, “é da incapacidade de lidar com nosso passado que vem o caráter deteriorado da nossa democracia” (Safatle, 2010, p. 251). No mesmo sentido caminha o pensamento de Janaína Teles (2010, p. 253), que afirma:

No Brasil, o acerto de contas com o passado de ditadura (1964-1985) não está concluído. A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está por ser completada. Prevalecem a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência. O processo de reparação econômica às vítimas da ditadura conduzido por meio de leis federais e estaduais de indenização e da ampliação da Lei dos Mortos e Desaparecidos (Lei 9.140/95) não contempla a restituição da verdade jurídica, a recuperação dos restos mortais dos militantes assassinados e a punição dos responsáveis por estes crimes.

É justamente dessa complacência para com os crimes cometidos pela ditadura, o que impõe a negação de direitos às vítimas e aos seus familiares, que, conforme Safatle (2010), resulta a condição controversa da democracia brasileira, ainda assentada sob uma estrutura pautada numa espécie de naturalização da violência de Estado (que contemporaneamente se manifesta, ainda, contra diversos grupos sociais marginalizados que não foram pautados nos romances em estudo, mas são apontados em outras obras do autor, como

em *O congresso dos desaparecidos* e *A Nova Ordem*, por exemplo). A publicação de *K. [...] em 2011* permite, portanto, realizar uma leitura que aproxima o período ditatorial brasileiro ao momento político e social que levou à formação da Comissão da Verdade, bem como permite reconhecer a omissão sistemática do Estado a respeito da questão no período “democrático” compreendido nesse intervalo.

Dessa maneira, as obras em análise se propõem a ler temporalidades de modo integrado, na esteira da proposição de Benjamin (2020) em sua noção de “tempo-agora”, que, ao permitir entrecruzar o ocorrido e o momento presente, atenta para a possibilidade, proporcionada por essa leitura em entrelace, de desfolhar os diversos níveis de sentido dos eventos então aproximados. Em articulação a esse pensamento, Jelin (2002) reflete sobre a memória, na condição de exercício de um trabalho, em sua relação com o que entende por “temporalidade complexa”, isto é, o reconhecimento de que “o presente contém e constrói a experiência passada e as expectativas futuras” (Jelin, 2002, p. 12). Conforme a socióloga argentina,

Os debates sobre a memória de períodos repressivos e de violência política são frequentemente levantados em relação à necessidade de construção de ordens democráticas em que os direitos humanos sejam garantidos para toda a população, independentemente de classe, “raça”, gênero, orientação ideológica, religião ou etnia. Os atores que participam nestes debates ligam os seus projetos democratizantes e as suas orientações para o futuro à memória desse passado (Jelin, 2002, p. 11, tradução nossa)<sup>70</sup>.

Ora, diante da discussão que realizamos em torno das obras de Kucinski que constituem o *corpus* deste estudo, é possível afirmar que estas integram um projeto estético-político que, ao desvelar estratégias adotadas pelo Estado para sufocar a memória relacionada a eventos traumáticos, entrecruza presente, passado e futuro, em rejeição à concepção de temporalidade linear. Além disso, pretende provocar reconfigurações no comum partilhado (Rancière, 2021; 2016; 2005), ao promover a circulação – sem destinatário preestabelecido – de vozes

---

<sup>70</sup> “Los debates acerca de la memoria de períodos represivos y de violencia política son planteados con frecuencia en relación con la necesidad de construir órdenes democráticos en los que los derechos humanos estén garantizados para toda la población, independientemente de su clase, “raza”, género, orientación ideológica, religión o etnicidad. Los actores partícipes de estos debates vinculan sus proyectos democratizadores y sus orientaciones hacia el futuro con la memoria de ese pasado”.

historicamente silenciadas, tais como a de militantes perseguidos pelos órgãos de repressão estatais e de familiares, vítimas do que Michael (2016) entende como uma estratégia de “aniquilamento expansivo”, isto é, a combinação entre desaparecimento das vítimas diretas e negação às famílias de elementos que lhes permitissem elaborar o luto.

A fim de atingir o propósito de intervir simultaneamente nos campos da política e da estética, que – conforme Rancière (2021; 2016; 2005), Costa Lima (2018; 1980) e Jablonka (2020; 2017) – estão suficientemente interligados a ponto de constituírem um só campo, os romances em estudo interferem simultaneamente na leitura e na escritura do evento histórico que figuram. Isso se dá por meio da adoção de estratégias estéticas que intencionalmente turvam a fronteira que se convencionou estabelecer entre fato e ficção, a ponto de questionar a validade dessa demarcação, tais como a participação, na composição do romance, de capítulos com características estruturais e discursivas de gêneros textuais situados na esfera não ficcional (como carta, diário e ata, por exemplo), que (con)fundem fonte histórica e elaboração literária. Desse modo, as obras em estudo põem em xeque a oposição entre historiografia e literatura, que tornou aquela responsável por veicular o discurso da política – tomado como verdadeiro e comprometido “o real” – e atribuiu a esta o domínio do discurso estético, relacionando a ele uma noção de autonomia alheia a possíveis intervenções no tecido social. Estas, portanto, simultaneamente, promovem uma elaboração estética do evento histórico tematizado e realizam um exercício político de manutenção da memória das vítimas, ancorado numa perspectiva que reconhece as memórias como objetos de disputa.

Nesse empreendimento estético-político, familiares assumem a centralidade (seja porque a busca de K. pela filha é largamente tematizada por um narrador onisciente na primeira das obras, seja porque, na segunda, o narrador figura o irmão da desaparecida). Em estudo voltado a investigar a luta travada na esfera judicial por familiares de desaparecidos por “verdade e justiça” no Brasil, Teles (2010, p. 298) afirma que estes

provocam, perturbam, interrogam e redimensionam o presente. Como sobreviventes de um tempo difícil de rememorar, ao colecionarem os fragmentos que fazem lembrar os seus, assumem-se como os herdeiros da dor. [...] A busca desses familiares está carregada das dimensões ética e política. [...] Por meio da luta dos familiares de

mortos e desaparecidos por “verdade e justiça”, eles traçam e retraçam os limites de suas (nossas) identidades e da sua incessante busca por delinear o encontro consigo e com os outros, bem como as fronteiras entre memória, história e justiça.

Em resumo, *K. [...]* e *Os visitantes* parecem também atuar para retraçar essas fronteiras, ou melhor, para questionar a imposição de (de)limitações entre essas esferas. Dessa forma, a dimensão estético-política dessas obras realiza ao menos três propósitos, a saber: i) intervir nos modos de ler a ditadura civil-militar na contemporaneidade, de forma a contribuir para a circulação de vozes silenciadas, tais como a de familiares de desaparecidos; ii) imprimir na relação entre conteúdo e forma romanescos questionamentos acerca da divisão da escrita por campos do saber; iii) demonstrar a potencialidade do texto literário para provocar reconfigurações no comum partilhado, ao contribuir para desviar os sujeitos da destinação que o Estado lhes procurou impor, tanto na condição de silenciados quanto na de inscientes de seu passado (e por que não de seu presente?).

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2002.
- AGUIAR, Flávio. O livro do Bernardo. **Observatório da Imprensa**, 31 out. 2011. Disponível em: [https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o\\_livro\\_do\\_bernardo/](https://www.observatoriodaimprensa.com.br/armazem-literario/o_livro_do_bernardo/). Acesso em: 15 dez. 2024.
- ALMEIDA, Angela Mendes de. Relembrando Merlino: uma temporada internacionalista. In: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de arara**: a violência militar no Brasil. Cadernos Perseu: História & Memória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p.235-243.
- ANA Rosa Kucinski. Acervo Vladimir Herzog. Disponível em: <https://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/ana-rosa-kucinski/>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- ANDRADE, Brenda Carlos de. **Traçado de uma história**: ficção e realidade nas narrativas hispano-americanas do século XIX. Recife: Ed. UFPE, 2018.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.
- BALZAC, Honoré de. **A comédia humana**: estudos de costumes: cenas da vida privada. Orientação, introduções e notas de Paulo Rónai; tradução de Vidal de Oliveira. 3. ed. São Paulo: Globo, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de história**. Organização e tradução Adalberto Müller e Márcio Seligmann-Silva. São Paulo: Alameda, 2020.
- BLANCO, Daniela Cunha. Rancière, bordas da escrita. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p.215, 2018.
- BONES, Elmar. Jornalista que escrevia “cartas ácidas” para Lula está otimista com terceiro mandato. **Jornal Já**, 05 jan 2023. Disponível em: <https://www.jornalja.com.br/geral/jornalista-que-escrevia-cartas-acidas-para-lula-esta-otimista-com-terceiro-mandato/>. Acesso em: 10 jan 2023.
- BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório. Brasília: CNV, 2014a. v. I. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014b. v. II. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.
- \_\_\_\_\_. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório: mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014c. v. III. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf). Acesso em: 02 maio 2021.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 152, de dezembro de 2015. Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp152.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp152.htm). Acesso em 10 nov. 2022.

\_\_\_\_\_. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.** Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9140.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm). Acesso em: 20 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6683.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm). Acesso em: 20 out. 2020.

CASTRO, Ana. **Kaddish**: prece por uma desaparecida. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CAVALCANTI, Jardel Dias. Jornalismo e História: entrevista com Ítalo Tronca. **Digestivo Cultural**, 12/05/2003. Disponível em:

[https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1060&titulo=Jornalismo e História: entrevista com Ítalo Tronca](https://www.digestivocultural.com/colunistas/coluna.asp?codigo=1060&titulo=Jornalismo%20e%20Historia%3A%20entrevista%20com%20Italo%20Tronca). Acesso em 05 jan 2023.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

CHARTIER, Roger. Verdade e prova: história, retórica, literatura, memória. **rev. hist.** (São Paulo), n.181, a00821, 2022.

CHIAVENATO, Júlio José. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. 2 ed. Reform. São Paulo: Moderna, 2004.

COSTA LIMA, Luiz. “O muito que escrevi nos vários livros que dediquei ao assunto caberia numa só frase: por mimesis, entenda-se um processo metamórfico que contraria os padrões da realidade”. Entrevista concedida a Ana Lúcia Oliveira, Italo Moriconi, Fábio Lopes da Silva e Georg Otte. **Fórum de Literatura Brasileira Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 163-198, jun. 2018. DOI: <http://doi.org/10.35520/flbc.2018.v10n19a19621>. Disponível em: <http://revistas.ufrj.br/index.php/flbc/article/view/19621/14158>. Acesso em: 10 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. **Mimesis e modernidade**: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DADALTO, Weverson. A narrativa inaugural da obra literária de B. Kucinski. In: KUCINSKI, Bernardo. **Mataram o presidente**: uma fantasia política na forma de novela policial e outros textos. Ilustrações: Enio Squeff. Prefácio e notas explicativas: Weverson Dadalto. Balneário Gaivota/SC: Polifonia, 2024. p. 5-16.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

DEMARCHI, Celia. **Editoras de esquerda no Brasil hoje segundo Flamarion Maués**. VII Salão do Livro Político, 05 jun. 2017. Disponível em:

<https://salaodolivropolitico.com.br/2017/06/05/editoras-de-esquerda-no-brasil-hoje-segundo-flamarion-maues/>. Acesso em 15 jan. 2023.

- DOLEŽEL, Lubomir. Mímesis y mundos posibles. In: DOMÍNGUEZ, Antonio Garrido (org.). **Teorías de la ficción literaria**. Madrid: Arco/Libros, 1997. p. 69-94.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FREDERICO, Grazielle. O irmão/pai de uma desaparecida política. **Revista Moara**, n. 59, ago-dez 2021, ISSN: 0104-0944, p.54-63.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Centro Sérgio Buarque de Holanda. Apresentação. In: **Pau de arara: a violência militar no Brasil**. Cadernos Perseu: História & Memória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p.7-9.
- GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- \_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- \_\_\_\_\_. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. **Tintas: Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane**, vol. 2, pp. 199-221. 2012.
- GODOY, Marcelo. **A Casa da Vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar**. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.
- JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea: manifesto pelas ciências sociais**. Tradução de Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.
- \_\_\_\_\_. O terceiro continente. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 19, n. 35, p. 9-17, jul.-dez., 2017.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno de España Editores, 2002.
- KAREPOVS, Dainis. Algumas palavras. In: KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de arara: a violência militar no Brasil**. Cadernos Perseu: História & Memória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p.11-13.
- KAREPOVS, Dainis; CHAVES, Rogério; SONCINI, Luana. Entrevista com Bernardo Kucinski. In: **Pau de arara: a violência militar no Brasil**. Cadernos Perseu: História & Memória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013. p.219-228.
- KUCINSKI, Bernardo. **O colapso da nova ordem**. São Paulo: Alameda, 2022.
- \_\_\_\_\_. **A cicatriz e outras histórias: (quase) todos os contos de B. Kucinski**. São Paulo: Alameda, 2021.
- \_\_\_\_\_. **Júlia: nos campos conflagrados do Senhor**. São Paulo: Alameda, 2020.
- \_\_\_\_\_. **A nova ordem**. São Paulo: Alameda, 2019.
- \_\_\_\_\_. **Pretérito Imperfeito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- \_\_\_\_\_. **Os visitantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016c.
- \_\_\_\_\_. **K.: Relato de uma busca**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.
- \_\_\_\_\_. **Imigrantes e mascates**. Ilustrações de Maria Eugênia. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2016a.
- \_\_\_\_\_. **K.** Translated by Sue Branford. Illustrations by Enio Squeff. Rugby: Practical Action Publishing, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Alice: não mais que de repente**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014d.

- \_\_\_\_\_. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014c.
- \_\_\_\_\_. **Cartas a Lula**: O jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014b.
- \_\_\_\_\_. **K.**: Relato de uma busca. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014a.
- \_\_\_\_\_. **Las tres muertes de K**. Traducción de Teresa Matarranz. Ilustraciones de Enio Squeeff. Barcelona: Rayo Verde Editorial, 2013.
- \_\_\_\_\_. **K**. Ilustração de Enio Squeeff. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- \_\_\_\_\_. **K**. Ilustração de Enio Squeeff. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: UNESP, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 2. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2001.
- \_\_\_\_\_. **As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Edusp, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Brasil Debates, 1982. KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de arara**: a violência militar no Brasil. Cadernos Perseu: História & Memória. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Brazil state and struggle**. Londres: Latin America Bureau, 1982. KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **Brazil Carnival of the oppressed**. Londres: Latina American Bureau, 1995. KUCINSKI, Meir. Autobiografia. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 13, n. 24, maio 2019. LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à Internet. Tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha e Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008. LIVRADA!. Entrevista com Bernardo Kucinski. **YouTube**, 27 de nov. de 2016. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=l\\_2RSVWw7To](https://www.youtube.com/watch?v=l_2RSVWw7To). Acesso em: 20 out. 2020. LOUREIRO, Thiago Castañon. Mímesis e crítica em Luiz Costa Lima. **Eutomia**, Recife, 11 (1): 269-310, Jan./Jun. 2013. LOWY, Michael. **Benjamin: aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. Tradução de Jeanne Marie Gagnebin e Marcos Lutz Müller. São Paulo: Boitempo, 2005. LUDMER, Josefina. Notas para Literaturas Pós-autônomas III. **Sopro**: panfleto político-cultural, Florianópolis, n.52, junho/2011, p.2-3. Disponível em: <https://culturaebarbarie.org/sopro/n52h.html>. Acesso em 16 dez 2021. MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de Estado. **Lua Nova**, n. 62, p.45-68, 2004. \_\_\_\_\_. Questões sobre a literatura de testemunho. **Língua e Literatura**, n. 25, p. 153-167, 1999. MARGOLIN, Uri. **Narrador**. Tradução: Alice Meira Morais. Repositório Digital de Textos de Narratologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Título Original: Narrator. Disponível em:

<https://www.ufrgs.br/geni/recursos-para-pesquisa/enciclopedia-de-narratologia/>. Acesso em: 12 dez 2024.

MAUÉS, Flamarion. Livros contra a ditadura: a Editora Brasil Debates e a dissidência do PCdoB. **Perseu**, São Paulo, n.2, ano 2, 2008. p.236-265.

MENDIETA, Alexander Betancourt. La nacionalización del pasado. Los orígenes de las “historias patrias” en América Latina. In: SCHMIDT-WELLE, Friedhelm (ed.). **Ficciones y silencios fundacionales**: literaturas y culturas poscoloniales en América Latina (siglo XIX). Madrid: Iberoamericana, 2003.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance K. Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. **Teresa** revista de Literatura Brasileira [17]; São Paulo, p. 15-30, 2016.

MOREIRA, Terezinha Taborda. Estética, ética e literatura. **Cadernos Cespuc**, Belo Horizonte, n. 22, 2013, p. 1-7.

MOURA, Aline de Almeida. **A arte de escrever histórias**: experimentos contemporâneos de historiografia literária. Dissertação (Mestrado em Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 163, 2013.

MURRAY, Roseana (@roseanamurray). “O passado tem vida, não morre. [...]”. Instagram, 1 de abril de 2024.

[https://www.instagram.com/p/C5OHgrOLC5C/?utm\\_source=ig\\_web\\_copy\\_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==](https://www.instagram.com/p/C5OHgrOLC5C/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==).

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira**: (1964-1985) [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2014.

NUNES, Benedito. Prolegômenos a uma crítica da razão estética. In: LIMA, Luiz Costa. **Mimesis e modernidade**: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. p.IX-XVI.

OAB/RJ. Campanha pela Memória e pela Verdade. **YouTube**, 16 de abr. de 2010. 6 vídeos (31s). Disponível em:

[https://www.youtube.com/watch?v=b\\_IrjkAWAZk&list=PL558B1A889425AD36&index=2](https://www.youtube.com/watch?v=b_IrjkAWAZk&list=PL558B1A889425AD36&index=2). Acesso em: 20 out. 2020.

OAB/RJ lança Campanha pela Memória e pela Verdade. Disponível em: <https://www.oabRJ.org.br/noticias/oabRJ-lanca-campanha-pela-memoria-pela-verdade>. Acesso em jun. de 2021.

PEDRO NETO, Leopoldo. Imprensa alternativa durante a ditadura militar: entre contracultura e marxismo. In: XIII Encontro Nacional de História da Mídia (Alcar Nacional), 2021, Juiz de Fora (MG). **Anais...** Juiz de Fora (MG): Associação Brasileira de Pesquisadores em História da Mídia (ALCAR), 2021. p. 1-15.

\_\_\_\_\_. **Construção do ethos de resistência jornalística na imprensa alternativa durante a ditadura militar brasileira**: estudo dos depoimentos do projeto *Resistir é Preciso*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Artes, Letras e Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, p.252. 2020.

PEQUENO, Marconi. O belo, o sublime e a formação do juízo estético em Kant. In: **Cartema**, nº 4, ano 3, dezembro 2015, p. 89-98.

PRÊMIOS Especiais. Disponível em:

<https://premiomladimirherzog.org/premios-especiais/>. Acesso em 10 jan 2023.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante**: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950). 1. ed. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 2002.

- RANCIÈRE, Jacques. **As margens da ficção**. Tradução de Fernando Sheibe. São Paulo: Editora 34, 2021.
- \_\_\_\_\_. Política da literatura. Tradução Renato Pardal Capistrano. In: **Revista AI**, n.5, 2016/01, p.11-22.
- \_\_\_\_\_. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.
- REIS, José Carlos. **A história, entre a filosofia e a ciência**. Série Fundamentos. São Paulo: Ática, 1996.
- RIAUDEL, Michel. Literatura vs história: uma questão anacrônica?. In: **Literatura e Sociedade**, v. 20, n. 20, 2015, p. 157-166.
- RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Os injustiçados, arrependidos e resistentes: ressalvas importantes. **Operamundi**, São Paulo, 26 de março de 2023. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/analise/os-injusticados-arrependidos-e-resistentes-ressalvas-importantes/>. Acesso em 26 set. 2024.
- \_\_\_\_\_. Mulheres e Revolução: as militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). **Historiæ**, Rio Grande, 5 (2): 249-272, 2014.
- SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237-252.
- SAID, Roberto Alexandre do Carmo. Diálogos impertinentes: a mimesis de Luiz Costa Lima e a filosofia da diferença. **Eixo Roda**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 118-141. 2020.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil**: Uma Biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEMINÁRIO reúne diversas gerações em defesa da abertura dos arquivos da ditadura militar. Disponível em: <https://www.oabes.org.br/noticias/seminario-reune-diversas-geracoes-em-defesa-da-abertura-dos-arquivos-da-ditadura-militar-553910.html>. Acesso em jun. de 2021.
- SEVES, Natalia Cabau. Jornal Movimento: um espaço de rearticulação das esquerdas na transição política brasileira. **Revista Urutágua** - Revista Acadêmica Multidisciplinar. Universidade Estadual de Maringá (UEM). n.35, dezembro-maio, 2016. p.18-42.
- SILVA, Frederico José Machado da. Sobre o mundo da ficção: fronteiras, definições e inconsistências. In: FARIAS, Sônia L. Ramalho de; PEREIRA, Kleyton Ricardo Wanderley [orgs.]. **Mimesis e Ficção**. Recife: Pipa Comunicação, 2013. p. 15-44.
- SILVA, Luís Inácio Lula da. O Destinatário das Cartas Ácidas. In: KUCINSKI, Bernardo. **As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998**. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.
- TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 519. 2011.
- \_\_\_\_\_. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TREVISAN, Diego Kosbiau. Estética como 'ciência do sensível' em Baumgarten e Kant. In: **ArteFilosofia**, Ouro Preto, n.17, Dezembro 2014, p.170-181.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Instituto de Química. Processo nº 74.1.17499.1.7, de 14 de outubro de 1987. Assunto: Abandono de função. São Paulo: Instituto de Química, 1987. Disponível em: <https://www.hu.usp.br/wp-content/uploads/sites/59/2015/05/Processo-Ana-Rosa-Kucinski.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado; CABRAL, Ticianne Maria Perdigão. Crítica e convicção na obra do jornalista Bernardo Kucinski. **Bibliocom** (São Paulo), v. 1, p. 1-16, 2009.

VIEIRA, Gabriel Carrara. Estratégias do narrador contemporâneo em Reprodução, de Bernardo Carvalho. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 17-31, jul./dez. 2017.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, [1973] 2008.

WILSON Silva. Acervo Vladimir Herzog. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/wilson-silva/>. Acesso em: 10 ago. 2024.

### Dissertações e Teses

ANTONIOLLI, Katia Maria Amorim Brandão. **Um olhar comparativo entre as ditaduras brasileira e argentina através dos livros *El fin de la historia* e *K. relato de uma busca***. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

CASTRO, Eneida Cristina Corrêa de Castro. **O peso do corpo ausente: estratégias narrativas em *K. Relato de uma busca***, de Bernardo Kucinski. 99 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

COSTA, Máximo Heleno Rodrigues Lustosa da. **Mais vozes para o coro: Alguma literatura de pós-ditadura em Chile, Argentina e Brasil**. 193 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

CRUZ, Lua Gill da. **(Sobre)viver: luto, culpa e narração na literatura pós-ditatorial**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DADALTO, Weverson. **Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski**. 341 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

FERREIRA, Rafael Nunes. **Literatura em tempos sombrios: os porões da ditadura civil-militar no romance *K. relato de uma busca***, de Bernardo Kucinski. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

\_\_\_\_\_. **Narrar o Alzheimer brasileiro sobre a ditadura militar: literatura e memória na obra de B. Kucinski**. 178 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos, Literários e Interculturais) – Universidade de Milão, Milão, 2022.

- FREDERICO, Grazielle. **Ausências e silenciamentos**: a ética nas narrativas recentes sobre a ditadura brasileira. 106 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- FREIRE, José Carlos. **Um país no labirinto**: Literatura e memória da ditadura no Brasil. 221 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- FRIEDMAN, Iris. **Literatura de Testemunho e a denúncia de uma voz ausente em Primo Levi e Bernardo Kucinski**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ITAQUY, Gabriela Weber. **Vidas silenciadas pela ditadura civil-militar brasileira**: o traumático e a potência da escrita. 92 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- KALINOSKI, Sandra de Fátima. **As memórias do trauma na reconfiguração da história em K. *Relato de uma busca* e *Os visitantes*, de Bernardo Kucinski**. 216 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.
- LACERDA, Amanda Lacerda de. **Construir a ficção, reler a História**: literatura e ditaduras em Kucinski e Zambra. 96 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.
- LICARIÃO, Berttoni. **Sintomas de precariedade**: a memória da ditadura na ficção de Bernardo Kucinski e Micheline Verunschik. 295 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- MARCONDES, Thaís Sant’Anna. **Buscas de uma memória: K. e o relato da dor**. 108 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- MERCES, Filipe Martins Santos. **Memória coletiva e familiar em K. de Bernardo Kucinski e *Ainda estou aqui* de Marcelo Rubens Paiva**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.
- NOBRE, Jade Rocha. **Cobrir esse papel como se cobre um corpo**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- POSTINGHER, Ana Luiza Oliveira. **Fascismo no Brasil**: da perlaboração do testemunho em K.: *relato de uma busca* ao infamiliar da previsão em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024.
- POTT, Airton. **O papel do leitor na recepção de K.: *Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski**: preenchimento de lacunas e atualização do texto. 117 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

- REIS, Luís Antônio Corrêa dos. **Brasil, pretérito imperfeito**: História, memória e literatura em *K. – Relato de uma busca*. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2024.
- ROCHA, Fernanda Reis da. **A personagem silenciada**: ficção e repressão nos anos 1970. 248 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.
- SAÇÇO, Roberta Cristina de Oliveira. **Passado (re)negado**: Vozes que emergem de corpos silenciados. 233 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.
- SANTANA, Gabriela Amorim de. **Recontar passados**: memória, história e literatura em “K.”. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014.
- SANTOS, Paulo Guilhermino dos. **Trauma multitemporal**: a ficcionalização da ditadura civil-militar em três romances brasileiros contemporâneos. 188 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.
- SILVA, Caio Vitor Costa da Silva. **Família Kucinski**: resistência e literatura de denúncia dos crimes da ditadura civil-militar. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2024.
- SILVA, Carlos Wender Sousa. **A literatura como ferramenta estética e ética diante de realidades antidemocráticas e distópicas**. 228 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- SILVA, Jéssica Baia Moretti da Silva. **A construção das memórias da ditadura em K. – Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski**. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.
- SILVA, Ricardo Augusto Garro. **A escrita como túmulo e memorial em Bernardo Kucinski**. 205 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- SILVA, Tairon Villi Neves da. **A ficção do indizível**: historiografia indisciplinada e memória das ditaduras militares na América do Sul. 232 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023.
- SILVA, Valéria Gomes Ignácio da. **A poética do testemunho e seus paradoxos de representação na literatura latino-americana contemporânea**. 181 f. Tese (Doutorado em Literatura e Crítica Literária) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.
- TEIXEIRA, Rodrigo Fernandes. **Fragmentos da história**: testemunho, história e memória a partir de “Você vai voltar pra mim e outros contos”. 117 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise Clínica e Cultura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
- VASCONCELOS, Leandro Harisson da Silva. **Memória, Testemunho, Trauma e Luto em Você vai voltar pra mim e outros contos, de Bernardo Kucinski**.

104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

VELHO, Alexandre Ferreira. **Levantes no campo literário**. 112 f. Tese (Doutorado Literatura, Cultura e Contemporaneidade) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.